



**CÓDIGO
DE
PROCESSO PENAL**

**ANOTADO
PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA**

JUNHO DE 2004

NOTA INTRODUTÓRIA

Face às alterações legislativas mais recentes (D.L. 324/2003, de 27.12), ao tempo decorrido desde a publicação do C.P.P. com anotações para funcionários judiciais (publicado em Setembro de 2003 no site www.verbojuridico.net), e no sentido de melhorar ainda mais a edição anterior, decidiu-se rever e actualizar a mesma.

AGRADECIMENTOS:

Á amiga Cristina Vergamota, Formadora-Coordenadora, do Centro de Formação de Oficiais de Justiça, pela disponibilidade e colaboração que sempre manifestou.

Ao amigo Vitor Mendes, Secretário de Justiça, a exercer funções no Tribunal Judicial de Alcácer do Sal, pelo incentivo e mais valia dos seus contributos, bem como pela disponibilidade que manifestou ao longo da elaboração deste trabalho.

Autores:

Alexandre Silva¹

Ricardo Santos Rosa²

¹ Formador-Coordenador, do Centro de Formação de Oficiais de Justiça

² Técnico de Justiça Auxiliar, a desempenhar funções no M.º. P.º. do Tribunal da Relação de Coimbra

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Lei 43/86 de 26 de Setembro
Autorização Legislativa

Decreto - Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro
Revoga o CPP – Decreto 16489 de 15/02/1929

Lei 17/87 de 01 de Junho
Entrada em Vigor em 1 de Janeiro de 1988

ALTERAÇÕES

1 - Dec.- Lei 387-E/87, de 29 de Dezembro,

2 - Dec.- Lei 212/89, de 30 de Junho,

3 - Lei n.º 57/91, de 13 de Agosto,

4 - Dec.-Lei 423/91, de 30 de Outubro,

5 - Dec.-Lei 343/93, de 1 de Outubro

6 - Dec.-Lei 317/95, de 28 de Novembro,

7 - Lei 59/98, de 25 de Agosto

REPUBLICAÇÃO DO CPP

Artigo 1.º

Os artigos 1.º, 11.º, 12.º, 13.º, 16.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 28.º, 30.º, 35.º, 36.º, 38.º, 39.º, 40.º, 43.º, 49.º, 51.º, 52.º, 57.º, 58.º, 59.º, 61.º, 62.º, 64.º, 66.º, 68.º, 72.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 86.º, 88.º, 89.º, 93.º, 94.º, 97.º, 103.º, 104.º, 105.º, 107.º, 109.º, 111.º, 113.º, 114.º, 116.º, 117.º, 139.º, 141.º, 144.º, 156.º, 159.º, 160.º, 178.º, 181.º, 182.º, 185.º, 188.º, 190.º, 194.º, 196.º, 200.º, 201.º, 206.º, 209.º, 210.º, 213.º, 214.º, 215.º, 223.º, 225.º, 227.º, 228.º, 229.º, 230.º, 231.º, 233.º, 240.º, 246.º, 249.º, 250.º, 251.º, 254.º, 264.º, 26.º, 269.º, 270.º, 271.º, 272.º, 275.º, 276.º, 277.º, 278.º, 281.º, 283.º, 284.º, 285.º, 286.º, 287.º, 288.º, 289.º, 290.º, 291.º, 297.º, 300.º, 303.º, 306.º, 307.º, 308.º, 309.º, 310.º, 311.º, 312.º, 313.º, 314.º, 315.º, 317.º, 318.º, 319.º, 320.º, 328.º, 330.º, 332.º, 333.º, 334.º, 335.º, 336.º, 337.º, 338.º,

339.º, 342.º, 344.º, 348.º, 350.º, 358.º, 362.º, 364.º, 370.º, 372.º, 373.º, 374.º, 375.º, 376.º, 377.º, 379.º, 381.º, 382.º, 385.º, 386.º, 387.º, 389.º, 390.º, 392.º, 393.º, 394.º, 395.º, 396.º, 397.º, 398.º, 400.º, 403.º, 404.º, 408.º, 409.º, 410.º, 411.º, 412.º, 413.º, 414.º, 417.º, 418.º, 419.º, 420.º, 421.º, 425.º, 426.º, 428.º, 429.º, 430.º, 431.º, 432.º, 433.º, 434.º, 435.º, 436.º, 437.º, 439.º, 440.º, 441.º, 442.º, 443.º, 445.º, 446.º, 454.º, 455.º, 456.º, 462.º, 463.º, 469.º, 473.º, 484.º, 485.º, 487.º, 489.º, 490.º, 495.º, 496.º, 498.º, 500.º, 508.º, 509.º, 511.º, 512.º, 514.º, 518.º, 520.º, 521.º, 522.º, 523.º e 524.º do Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 387-E/87, de 29 de Dezembro, 212/89, de 30 de Junho, e 317/95, de 28 de Novembro, **passam a ter a seguinte redacção:**

Inseridos no lugar próprio

Artigo 2.º

Ao Código de Processo Penal são aditados os artigos 82.º-A, 380.º-A, 391.º-A, 391.º-B, 391.º-C, 391.º-D, 391.º-E e 426.º-A, com a seguinte redacção:

Inseridos no lugar próprio

Artigo 3.º

São ainda introduzidas as seguintes alterações ao Código de Processo Penal:

- a) O Título II do Livro VIII passa a designar-se «Título II - Do processo abreviado», sendo constituído pelos artigos 391.º-A a 391.º-E;
- b) O Livro V passa a designar-se «Livro V - Relações com autoridades estrangeiras e entidades judiciais internacionais»;
- c) No Livro VIII é inserido um novo Título, a seguir ao artigo 391.º-E, com a redacção «Título III - Do processo sumaríssimo», constituído pelos artigos 392.º a 398.º;
- d) O Livro XI passa a designar-se «Livro XI - Da responsabilidade por custas»;

Artigo 4.º

O tribunal singular mantém competência para julgar os processos respeitantes a crimes de emissão de cheque sem provisão puníveis com pena de prisão superior a cinco anos, nos termos do artigo 16.º, n.º 2, alínea b), do Código de Processo Penal, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 387-E/87, de 29 de Dezembro.

Artigo 5.º

Enquanto os tribunais militares permanecerem em funções, nos termos do artigo 197.º da Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, mantêm-se em vigor os artigos 26.º, alínea a), e 72.º, n.º 1, alínea h), do Código de Processo Penal, na redacção aprovada pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro.

Artigo 6.º

1 - As alterações ao Código de Processo Penal introduzidas pelo presente diploma são aplicáveis aos processos pendentes na data da sua entrada em vigor.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os processos em que tenha sido interposto recurso da sentença, nos termos do artigo 411.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, os quais continuarão a reger-se pelas disposições anteriormente vigentes.

3 - Para efeitos da aplicação do disposto nos artigos 332.º a 337.º e 380.º-A, a autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal, conforme os casos, independentemente do estado do processo, sujeitam o arguido a termo de identidade e residência, com as indicações a que se refere o artigo 196.º, n.º 3, na redacção introduzida pelo presente diploma.

Artigo 7.º

O artigo 85.º, n.º 1, alínea c), do Código das Custas Judiciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Em processos sumários e abreviados, entre 1 UC e 20 UC;»

Artigo 8.º

São revogados:

- a) O artigo 6.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro, com a redacção decorrente do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 180/96, de 25 de Setembro;
- b) O artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 783/76, de 29 de Outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 222/77, de 30 de Maio, e 204/78, de 24 de Julho.

Artigo 9.º

O Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 387-E/87, de 29 de Dezembro, 212/89, de 30 de Junho, e 317/95, de 28 de Novembro, é republicado em anexo, na íntegra, com as alterações resultantes do presente diploma.

Artigo 10.º

- 1 - O presente diploma entra em vigor em 1 de Janeiro de 1999.
- 2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os artigos 57.º, 58.º, 59.º, 61.º, 62.º, 64.º, 66.º, 75.º, 76.º, 77.º, 82.º-A, 196.º, 254.º, 272.º, 312.º, 332.º, 333.º, 334.º, 335.º, 336.º, 337.º, 380.º-A, 381.º, 382.º, 386.º, 387.º, 389.º e 390.º do Código de Processo Penal, na redacção introduzida pelo presente diploma, bem como o artigo 6.º, n.º 3, do presente diploma, os quais entram em vigor no dia 15 de Setembro de 1998.

8 - Lei 3/99, de 13 de Janeiro,

Artigo 134º
Alteração ao Código de Processo Penal
O artigo 40º

9 - Lei 7/2000, de 27 de Maio,

Artigo 1º
Alterações ao Código de Processo Penal
Artigo 152º

Artigo 2º
Os artigos 281º e 282º

10 - Dec.-Lei n.º 320-C/2000, de 15 de Dezembro

Artigo. 1º
Alterações ao Código de Processo Penal
Artigos 113º, 145º, 158º, 188º, 196º, 277º, 283º, 284º, 285º, 307º, 312º, 313º, 315º, 316º, 317º, 318º, 328º, 331º, 332º, 333º, 334º, 335º, 350º, 364º, 386º, 389º, 391º-E e 425º.

Artigo 2º
Aditamento do artigo 160.º-A
Ao Código de Processo Penal é aditado o artigo 160º-A

Artigo 3º
Norma revogatória
É revogado o artigo 380º-A do Código de Processo Penal.

Artigo 4º
Entrada em vigor
O presente diploma entra em vigor em 1 de Janeiro de 2001.

11 - Lei 30-E/2000, de 20 de Dezembro

Acesso ao Direito e aos Tribunais

Artigo 56.º

1 - São revogados o Decreto-Lei n.º 387-B/87, de 29 de Dezembro, e os Artigos 2.º, 4.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 391/88, de 26 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 231/99, de 24 de Junho.

2-São revogadas a alínea a) do n.º 2 do Artigo 164.º do Estatuto da Ordem dos Advogados **e a segunda parte do n.º 2 do Artigo 62.º do Código de Processo Penal.**

12 - Lei 52/2003, de 22 de Agosto

Lei de Combate ao Terrorismo

Art.º 9º - Altera o art.º 1º do CPP

Declaração de Rectificação nº 16/2003 de 29-10-2003

13 - Dec.-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro

Código das Custas Judiciais

Art.º 7º - Altera os art.º.s 101º e 519º do CPP

Disposições preliminares e gerais

Artigo 1.º Definições legais

1 - Para efeitos do disposto no presente Código considera-se:

- a) Crime: o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais;
- b) Autoridade judiciária: o juiz, o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência;
- c) Órgãos de polícia criminal: todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código;
- d) Autoridade de polícia criminal: os directores, oficiais, inspectores e subinspectores de polícia e todos os funcionários policiais a quem as leis respectivas reconhecerem aquela qualificação;
- e) Suspeito: toda a pessoa relativamente à qual existia indício de que cometeu ou se prepara para cometer um crime, ou que nele participou ou se prepara para participar;
- f) Alteração substancial dos factos: aquela que tiver por efeito a imputação ao arguido de um crime diverso ou a agravação dos limites máximos das sanções aplicáveis;
- g) Relatório social: informação sobre a inserção familiar e sócio-profissional do arguido e, eventualmente, da vítima, elaborada por serviços de reinserção social, com o objectivo de auxiliar o tribunal ou o juiz no conhecimento da personalidade do arguido, para os efeitos e nos casos previstos neste diploma;
- h) Informação dos serviços de reinserção social: resposta a solicitações concretas sobre a situação pessoal, familiar, escolar, laboral ou social do arguido e, eventualmente, da vítima, elaborada por serviços de reinserção social, com o objectivo referido na alínea anterior, para os efeitos e nos casos previstos neste diploma.

2 - Para efeitos do disposto no presente Código, apenas podem considerar-se como casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada as condutas que:

- a) Integram os crimes previstos no artigo 299.º do Código Penal e nos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto;
- b) Dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a cinco anos.

N.º. 1 al^a c) - Os Oficiais de Justiça a exercer funções na carreira do Ministério Público são órgãos de polícia criminal, no âmbito do inquérito (cfr. Mapa I, al. i), j) e l) do DL 343/99 de 26/8 – Estatuto dos Funcionários Judiciais).

N.º. 1 al^a d) - São autoridades de polícia criminal entre outras as entidades enunciadas no artigo 11º do DL 275-A/2000 de 09.11.

Crimes previstos nos artigos:

299º - Associação criminosa

300º - Organizações terroristas

301º - Terrorismo

São equiparadas a terrorismo e criminalidade altamente organizada as condutas que integrarem os crimes previstos nos artigos 21º a 24º e 28º do DL 15/93, de 22 de Janeiro (Droga).

Redacção dada pela Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto — Lei de Combate ao Terrorismo / Declaração de Rectificação n.º 16/2003 de 29-10-2003

Artigo 2.º **Legalidade do processo**

A aplicação de penas e de medidas de segurança criminais só pode ter lugar em conformidade com as disposições deste Código.

Artigo 3.º **Aplicação subsidiária**

As disposições deste Código são subsidiariamente aplicáveis, salvo disposição legal em contrário, aos processos de natureza penal regulados em lei especial.

Artigo 4.º **Integração de lacunas**

Nos casos omissos, quando as disposições deste Código não puderem aplicar-se por analogia, observam-se as normas do processo civil que se harmonizem com o processo penal e, na falta delas, aplicam-se os princípios gerais do processo penal.

Artigo 5.º **Aplicação da lei processual penal no tempo**

1 - A lei processual penal é de aplicação imediata, sem prejuízo da validade dos actos realizados na vigência da lei anterior.

2 - A lei processual penal não se aplica aos processos iniciados anteriormente à sua vigência quando da sua aplicabilidade imediata possa resultar:

- a) Agravamento sensível e ainda evitável da situação processual do arguido, nomeadamente uma limitação do seu direito de defesa; ou
- b) Quebra da harmonia e unidade dos vários actos do processo.

Artigo 6.º

Aplicação da lei processual penal no espaço

A lei processual penal é aplicável em todo o território português e, bem assim, em território estrangeiro nos limites definidos pelos tratados, convenções e regras do direito internacional.

[Lei 144/99 de 31.08 - Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal](#)

[Circular 4/2002 da P.G.R. – Cartas Rogatórias](#)

[Cfr. Artº. 111º nº. 3 alª . b\)](#)

[Ver anotações aos Artigos 229º e 230º \(Cartas Rogatórias\).](#)

Para obter mais informações acerca da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, poderá consultar os sites:

www.pgr.pt

www.atlas.mj.pt

www.gddc.pt

A password para acesso ao site do atlas judiciário Europeu, poderá ser obtida no site da Procuradoria Geral da República – www.pgr.pt - Circular 4/2002

Textos de Apoio – Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal
www.dgaj.mj.pt - CENTRO DE FORMAÇÃO

Artigo 7.º

Suficiência do processo penal

1 - O processo penal é promovido independentemente de qualquer outro e nele se resolvem todas as questões que interessarem à decisão da causa.

2 - Quando, para se conhecer da existência de um crime, for necessário julgar qualquer questão não penal que não possa ser convenientemente resolvida no processo penal, pode o tribunal suspender o processo para que se decida esta questão no tribunal competente.

3 - A suspensão pode ser requerida, após a acusação ou o requerimento para abertura da instrução, pelo Ministério Público, pelo assistente ou pelo arguido, ou ser ordenada oficiosamente pelo tribunal. A suspensão não pode, porém, prejudicar a realização de diligências urgentes de prova.

4 - O tribunal marca o prazo da suspensão, que pode ser prorrogado até um ano se a demora na decisão não for imputável ao assistente ou ao arguido. O Ministério Público pode sempre intervir no processo não penal para promover o seu rápido andamento e informar o tribunal penal. Esgotado o prazo sem que a questão prejudicial tenha sido resolvida, ou se a acção não tiver sido proposta no prazo máximo de um mês, a questão é decidida no processo penal.

PARTE I
LIVRO I
Dos sujeitos do processo

TÍTULO I

Do juiz e do tribunal

CAPÍTULO I

Da jurisdição

Artigo 8.º
Administração da justiça penal

Os tribunais judiciais são os órgãos competentes para decidir as causas penais e aplicar penas e medidas de segurança criminais.

Artigo 9.º
Exercício da função jurisdicional penal

1 - Os tribunais judiciais administram a justiça penal de acordo com a lei e o direito.

2 - No exercício da sua função, os tribunais e demais autoridades judiciárias têm direito a ser coadjuvados por todas as outras autoridades; a colaboração solicitada prefere a qualquer outro serviço.

Nº. 2 – [Cfr. Art. 85º “Manutenção da ordem nos actos processuais”](#)

CAPÍTULO II
Da competência
SECÇÃO I
Competência material e funcional

Artigo 10.º

Disposições aplicáveis

A competência material e funcional dos tribunais em matéria penal é regulada pelas disposições deste Código e, subsidiariamente, pelas leis de organização judiciária.

[Lei 3/99 de 13/01 – Republicada pela Lei 105/2003 de 10.12 Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais](#)

Decreto-Lei 186-A/89 de 31.05 - Regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

Artigo 11.º

Competência do Supremo Tribunal de Justiça

- 1 - Compete ao plenário do Supremo Tribunal de Justiça, em matéria penal:
 - a) Conhecer dos conflitos de competência entre secções;
 - b) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.
- 2 - Compete ao pleno das secções criminais do Supremo Tribunal de Justiça, em matéria penal:
 - a) Julgar o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro pelos crimes praticados no exercício das suas funções;
 - b) Julgar os recursos de decisões proferidas em 1.ª instância pelas secções;
 - c) Uniformizar a jurisprudência, nos termos dos artigos 437.º e seguintes.
- 3 - Compete às secções criminais do Supremo Tribunal de Justiça, em matéria penal:
 - a) Julgar processos por crimes cometidos por juízes do Supremo Tribunal de Justiça e das relações e magistrados do Ministério Público que exerçam funções junto destes tribunais, ou equiparados;
 - b) Julgar os recursos que não sejam da competência do pleno das secções;
 - c) Conhecer dos conflitos de competência entre relações, entre estas e os tribunais de 1.ª instância ou entre tribunais de 1.ª instância de diferentes distritos judiciais;
 - d) Conhecer dos pedidos de habeas corpus em virtude de prisão ilegal;
 - e) Conhecer dos pedidos de revisão;
 - f) Decidir sobre o pedido de atribuição de competência a outro tribunal da mesma espécie e hierarquia, nos casos de obstrução ao exercício da jurisdição pelo tribunal competente;
 - g) Praticar os actos jurisdicionais relativos ao inquérito, dirigir a instrução, presidir ao debate instrutório e proferir despacho de pronúncia ou não pronúncia nos processos referidos na alínea a) e na alínea a) do número anterior;
 - h) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.
- 4 - Nos casos previstos na alínea a) do número anterior as secções funcionam com três juízes.

Nº. 3 alínea d) - [ver art. 222º \(Habeas corpus em virtude de prisão ilegal\)](#)

[Artigo 437.º - Fundamento do recurso](#)

[Artigo 449.º e sgs. \(Recurso de revisão\).](#)

Redacção dada por Lei nº 59/98 de 25-08-1998, Artigo 1.º

Artigo 12.º

Competência das relações

- 1 - Compete ao plenário das relações, em matéria penal:
 - a) Conhecer dos conflitos de competência entre secções;
 - b) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.
- 2 - Compete às secções criminais das relações, em matéria penal:
 - a) Julgar processos por crimes cometidos por juízes de direito, procuradores da República e procuradores-adjuntos;
 - b) Praticar os actos jurisdicionais relativos ao inquérito, dirigir a instrução, presidir ao debate instrutório e proferir despacho de pronúncia ou não pronúncia nos processos referidos na alínea anterior;
 - c) Julgar recursos;
 - d) Conhecer dos conflitos de competência entre tribunais de 1.ª instância do respectivo distrito judicial;
 - e) Julgar os processos judiciais de extradição;
 - f) Julgar os processos de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira;
 - g) Exercer as demais atribuições conferidas por lei.
- 3 - Nos casos previstos na alínea a) do número anterior as secções funcionam com três juízes.

Artigo 13.º

Competência do tribunal do júri

- 1 - Compete ao tribunal do júri julgar os processos que, tendo a intervenção do júri sido requerida pelo Ministério Público, pelo assistente ou pelo arguido, respeitarem a crimes previstos no título III e no capítulo I do título V do livro II do Código Penal.
- 2 - Compete ainda ao tribunal do júri julgar os processos que, não devendo ser julgados pelo tribunal singular e tendo a intervenção do júri sido requerida pelo Ministério Público, pelo assistente ou pelo arguido, respeitarem a crimes cuja pena máxima, abstractamente aplicável, for superior a oito anos de prisão.
- 3 - O requerimento do Ministério Público e o do assistente devem ter lugar no prazo para dedução da acusação, conjuntamente com esta, e o do arguido, no prazo do requerimento para abertura de instrução. Havendo instrução, o requerimento do arguido e o do assistente que não deduziu acusação devem ter lugar no prazo de oito dias a contar da notificação da pronúncia.
- 4 - O requerimento de intervenção do júri é irrevogável.

► Jurados – D.L. 387-A/87, de 29/12

A selecção dos jurados vem regulamentada no D.L. 387-A/87, de 29 de Dezembro e faz-se tendo por base os cadernos de recenseamento eleitoral. O processo de apuramento dos jurados inicia-se com um sorteio de pré-selecção, ao que se segue a realização de um inquérito (cujo modelo consta da Portaria n.º 143/88, de 4/3, do Ministério da Justiça, publicada no D.R. n.º 53, I Série,

de 4/3/88) destinado-se o mesmo a apurar se, aqueles jurados, preenchem os requisitos referidos no art. 10º, n.º 1, do diploma supra referido. Segue-se o sorteio destinado a apurar os jurados, sendo a lista dos seleccionados comunicada aos mesmos, bem como ao Ministério Público, ao advogado do assistente e ao defensor do arguido, em Audiência de Apuramento. Após o despacho de designação, proferido pelo Juiz Presidente na Audiência de Apuramento, os jurados, efectivos e suplentes, prestam o seguinte compromisso:

“Comprometo-me, por minha honra, a desempenhar fielmente as funções que me são confiadas”.

▶ **D.L. 387-A/87, de 29/12:**

▶ **Composição do Tribunal de Júri**

Art. 1º, n.º 1

▶ **Quem pode ser jurado**

Art. 3º

▶ **Quem não pode ser**

Art. 4º

▶ **Como seleccionar**

Art. 8º a 13º

Nº. 1 - Crimes previstos no Título III e no capítulo I do Título V do Livro II do Código Penal – Crimes Contra a Paz e Humanidade e Segurança do Estado.

Definição de terrorismo e criminalidade altamente organizada
cfr. art. 1º, n.º 2

Taxa de Justiça na 1ª . Instância – Consultar tabela de fls. 284

Artigo 14.º

Competência do tribunal colectivo

1 - Compete ao tribunal colectivo, em matéria penal, julgar os processos que, não devendo ser julgados pelo tribunal do júri, respeitarem a crimes previstos no

título III e no capítulo I do título V do livro II do Código Penal.

2 - Compete ainda ao tribunal colectivo julgar os processos que, não devendo ser julgados pelo tribunal singular, respeitarem a crimes:

a) Dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa; ou

b) Cujas penas máximas, abstractamente aplicáveis, seja superior a cinco anos de prisão, mesmo quando, no caso de concurso de infracções, seja inferior o limite máximo correspondente a cada crime.

N.º 1 – Dos Crimes contra a Paz – Art.º 236º do C. P.

Taxa de Justiça na 1ª Instância – Consultar tabela de fls. 284

Artigo 15.º

Determinação da pena aplicável

Para efeito do disposto nos artigos 13.º e 14.º, na determinação da pena abstractamente aplicável, são levadas em conta todas as circunstâncias que possam elevar o máximo legal da pena a aplicar no processo.

Artigo 16.º

Competência do tribunal singular

1 - Compete ao tribunal singular, em matéria penal, julgar os processos que por lei não couberem na competência dos tribunais de outra espécie.

2 - Compete também ao tribunal singular, em matéria penal, julgar os processos que respeitarem a crimes:

a) Previstos no capítulo II do título V do livro II do Código Penal;

b) Cujas penas máximas, abstractamente aplicáveis, seja igual ou inferior a cinco anos de prisão.

3 - Compete ainda ao tribunal singular julgar os processos por crimes previstos no artigo 14.º, n.º 2, alínea b), mesmo em caso de concurso de infracções, quando o Ministério Público, na acusação, ou, em requerimento, quando seja superveniente o conhecimento do concurso, entender que não deve ser aplicada, em concreto, pena de prisão superior a cinco anos.

4 - No caso previsto no número anterior, o tribunal não pode aplicar pena de prisão superior a cinco anos.

N.º 2 al.º a) - Crimes – Crimes contra a Autoridade Pública

Exemplos:

Desobediência - art. 348º

Resistência e coacção sobre funcionário – art. 347º.

COMUNICAÇÕES HIERÁRQUICAS:

Directiva 1/2002 (publicada no Diário da República n.º. 79 – II Série de 04.04.2002, quanto à criação do sistema de registo que possibilita o acompanhamento das situações em que se fez uso deste normativo.

Circular 6/2002 da PGR quanto a essas mesmas comunicações hierárquicas (ex. acusações nos termos do artigo art. 16º n.º 3, Suspensão Provisória do Processo- Art. 281º., etc...).

Taxa de Justiça na 1ª . Instância – Consultar tabela de fls. 284

Artigo 17.º

Competência do juiz de instrução

Compete ao juiz de instrução proceder à instrução, decidir quanto à pronúncia e exercer as funções jurisdicionais relativas ao inquérito, nos termos prescritos neste Código.

▶ Na fase de inquérito

Os artigos 268º e 269º, enumeram os actos que, na pendência do inquérito só poderão ser praticados pelo Juiz de Instrução e aqueles que, só por ele, poderão ser ordenados ou autorizados, existindo outros dispersos ao logo do Código tais como os referidos no art. 271º e art. 68º.

Artigo 18.º

Tribunal de execução das penas

A competência do tribunal de execução das penas é regulada em lei especial.

▶ Competência

DL 783/76 de 29/10 e art. 91º e 92º da Lei 3/99, de 13/1

▶ Liberdade condicional

O art. 61º e 64º do Código Penal.

▶ Execução da pena de prisão

Artigos 477º a 488º

▶ Execução da pena - Inimputáveis

Artigos 20º e 91º e seguintes do Código Penal e, ainda, os artigos 501º a 506º do CPP.

▶ Pena relativamente indeterminada

Artigo 509º (Execução da pena relativamente indeterminada).

▶ Liberdade condicional - D/L 15/93, de 22.01 - Lei da Droga

Tratando-se de condenação a pena de prisão superior a cinco anos pela prática de crime previsto nos artigos 21.º a 23.º e 28.º do Dec. Lei 15/93 de 22/1 (Lei da Droga), a liberdade condicional apenas poderá ter lugar quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e uma vez verificados os requisitos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 61.º do Código Penal – art. 49º-A da Lei 45/96, de 3/9.

▶ **Taxa de Justiça**

A taxa de Justiça no Tribunal de Execução das Penas está prevista no artigo 85º, n.º 3, al. d) do CCJ – Consultar tabela de fls. 284

SECÇÃO II

Competência territorial

Artigo 19.º

Regras gerais

1 - É competente para conhecer de um crime o tribunal em cuja área se tiver verificado a consumação.

2 - Para conhecer de crime que se consuma por actos sucessivos ou reiterados, ou por um só acto susceptível de se prolongar no tempo, é competente o tribunal em cuja área se tiver praticado o último acto ou tiver cessado a consumação.

3 - Se o crime não tiver chegado a consumir-se, é competente para dele conhecer o tribunal em cuja área se tiver praticado o último acto de execução ou, em caso de punibilidade dos actos preparatórios, o último acto de preparação.

Artigo 20.º

Crime cometido a bordo de navio ou aeronave

1 - É competente para conhecer de crime cometido a bordo de navio o tribunal da área do porto português para onde o agente se dirigir ou onde ele desembarcar; e, não se dirigindo o agente para território português ou nele não desembarcando, ou fazendo parte da tripulação, o tribunal da área da matrícula.

2 - O disposto no número anterior é correspondentemente aplicável a crime cometido a bordo de aeronave.

3 - Para qualquer caso não previsto nos números anteriores é competente o tribunal da área onde primeiro tiver havido notícia do crime.

Artigo 21.º

Crime de localização duvidosa ou desconhecida

1 - Se o crime estiver relacionado com áreas diversas e houver dúvidas sobre aquela em que se localiza o elemento relevante para determinação da competência territorial, é competente para dele conhecer o tribunal de qualquer das áreas, preferindo o daquela onde primeiro tiver havido notícia do crime.

2 - Se for desconhecida a localização do elemento relevante, é competente o tribunal da área onde primeiro tiver havido notícia do crime.

Artigo 22.º

Crime cometido no estrangeiro

1 - Se o crime for cometido no estrangeiro, é competente para dele conhecer o tribunal da área onde o agente tiver sido encontrado ou do seu domicílio. Quando ainda assim não for possível determinar a competência, esta pertence ao tribunal da área onde primeiro tiver havido notícia do crime.

2 - Se o crime for cometido em parte no estrangeiro, é competente para dele conhecer o tribunal da área nacional onde tiver sido praticado o último acto relevante, nos termos das disposições anteriores.

Artigo 23.º

Processo respeitante a magistrado

Se num processo for ofendido, pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil um magistrado, e para o processo devesse ter competência, por força das disposições anteriores, o tribunal onde o magistrado exerce funções, é competente o tribunal da mesma hierarquia ou espécie com sede mais próxima, salvo tratando-se do Supremo Tribunal de Justiça.

SECÇÃO III

Competência por conexão

Artigo 24.º

Casos de conexão

1 - Há conexão de processos quando:

a) O mesmo agente tiver cometido vários crimes através da mesma acção ou omissão;

b) O mesmo agente tiver cometido vários crimes, na mesma ocasião ou lugar, sendo uns causa ou efeito dos outros, ou destinando-se uns a continuar ou a ocultar os outros;

c) O mesmo crime tiver sido cometido por vários agentes em comparticipação;

d) Vários agentes tiverem cometido diversos crimes em comparticipação, na mesma ocasião ou lugar, sendo uns causa ou efeito dos outros, ou destinando-

se uns a continuar ou a ocultar os outros; ou

e) Vários agentes tiverem cometido diversos crimes reciprocamente na mesma ocasião ou lugar.

2 - A conexão só opera relativamente aos processos que se encontrarem simultaneamente na fase de inquérito, de instrução ou de julgamento.

Artigo 25.º

Conexão de processos da competência de tribunais com sede na mesma comarca

Para além dos casos previstos no artigo anterior, há ainda conexão de processos quando o mesmo agente tiver cometido vários crimes cujo conhecimento seja da competência de tribunais com sede na mesma comarca, nos termos dos artigos 19.º e seguintes.

Artigo 26.º

Limites à conexão

A conexão não opera entre processos que sejam e processos que não sejam da competência de tribunais de menores.

Artigo 27.º

Competência material e funcional determinada pela conexão

Se os processos conexos devessem ser da competência de tribunais de diferente hierarquia ou espécie, é competente para todos o tribunal de hierarquia ou espécie mais elevada.

Artigo 28.º

Competência determinada pela conexão

Se os processos devessem ser da competência de tribunais com jurisdição em diferentes áreas ou com sede na mesma comarca, é competente para conhecer de todos:

a) O tribunal competente para conhecer do crime a que couber pena mais grave;

b) Em caso de crimes de igual gravidade, o tribunal a cuja ordem o arguido estiver preso ou, havendo vários arguidos presos, aquele à ordem do qual estiver preso o maior número;

c) Se não houver arguidos presos ou o seu número for igual, o tribunal da área onde primeiro tiver havido notícia de qualquer dos crimes.

Artigo 29.º

Unidade e apensação dos processos

1 - Para todos os crimes determinantes de uma conexão, nos termos das disposições anteriores, organiza-se um só processo.

2 - Se tiverem já sido instaurados processos distintos, logo que a conexão for reconhecida procede-se à apensação de todos àquele que respeitar ao crime determinante da competência por conexão.

Artigo 30.º

Separação dos processos

1 - Oficiosamente, ou a requerimento do Ministério Público, do arguido, do assistente ou do lesado, o tribunal faz cessar a conexão e ordena a separação de algum ou alguns processos sempre que:

- a) Houver na separação um interesse ponderoso e atendível de qualquer arguido, nomeadamente no não prolongamento da prisão preventiva;
- b) A conexão puder representar um grave risco para a pretensão punitiva do Estado, para o interesse do ofendido ou do lesado;
- c) A conexão puder retardar excessivamente o julgamento de qualquer dos arguidos; ou
- d) Houver declaração de contumácia, ou o julgamento decorrer na ausência de um ou alguns dos arguidos e o tribunal tiver como mais conveniente a separação de processos.

2 - A requerimento de algum ou alguns dos arguidos, o tribunal pode ainda tomar a providência referida no número anterior quando outro ou outros dos arguidos tiverem requerido a intervenção do júri.

3 - O requerimento referido no princípio do número anterior tem lugar nos oito dias posteriores à notificação do despacho que tiver admitido a intervenção do júri.

▶ N.º 1, al. d) – [Declaração de contumácia - art. 335º, n.º 4](#)

Artigo 31.º

Prorrogação da competência

A competência determinada por conexão, nos termos dos artigos anteriores, mantém-se:

- a) Mesmo que, relativamente ao crime ou aos crimes determinantes da competência por conexão, o tribunal profira uma absolvição ou a responsabilidade criminal se extinga antes do julgamento;
- b) Para o conhecimento dos processos separados nos termos do artigo 30.º, n.º 1.

CAPÍTULO III

Da declaração de incompetência

Artigo 32.º

Conhecimento e dedução da incompetência

1 - A incompetência do tribunal é por este conhecida e declarada oficiosamente e pode ser deduzida pelo Ministério Público, pelo arguido e pelo assistente até ao trânsito em julgado da decisão final.

2 - Tratando-se de incompetência territorial, ela somente pode ser deduzida e declarada:

- a) Até ao início do debate instrutório, tratando-se de juiz de instrução; ou
- b) Até ao início da audiência de julgamento, tratando-se de tribunal de julgamento.

Artigo 33.º

Efeitos da declaração de incompetência

1 - Declarada a incompetência do tribunal, o processo é remetido para o tribunal competente, o qual anula os actos que se não teriam praticado se perante ele tivesse corrido o processo e ordena a repetição dos actos necessários para conhecer da causa.

2 - O tribunal declarado incompetente pratica os actos processuais urgentes.

3 - As medidas de coacção ou de garantia patrimonial ordenadas pelo tribunal declarado incompetente conservam eficácia mesmo após a declaração de incompetência, mas devem, no mais breve prazo, ser convalidadas ou infirmadas pelo tribunal competente.

4 - Se para conhecer de um crime não forem competentes os tribunais portugueses, o processo é arquivado.

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão n.º 80/2001 de 21-02-2001, publicado no **Diário da República n.º 64 Série I Parte A de 16/03/2001**

Declara inconstitucional, com força obrigatória geral, a norma que resulta das disposições conjugadas constantes dos artigos 33.º, n.º 1, 427.º, 428.º, n.º 2, e 432.º, alínea d), todos do Código de Processo Penal, quando interpretadas no sentido de que, em recurso interposto de acórdão final proferido pelo tribunal colectivo de 1.ª instância pelo arguido e para o Supremo Tribunal de Justiça, muito embora nele também se intente reapreciar a matéria de facto, aquele tribunal de recurso não pode determinar a remessa do processo ao Tribunal da Relação.

CAPÍTULO IV

Dos conflitos de competência

Artigo 34.º

Casos de conflito e sua cessação

1 - Há conflito, positivo ou negativo, de competência quando, em qualquer estado do processo, dois ou mais tribunais, de diferente ou da mesma espécie, se considerarem competentes ou incompetentes para conhecer do mesmo crime imputado ao mesmo arguido.

2 - O conflito cessa logo que um dos tribunais se declarar, mesmo oficiosamente, incompetente ou competente, segundo o caso.

Artigo 35.º

Denúncia do conflito

1 - O tribunal logo que se aperceber do conflito suscita-o junto do tribunal competente para o decidir, remetendo-lhe cópia dos actos e todos os elementos necessários à sua resolução, com indicação do Ministério Público, do arguido, do assistente e dos advogados respectivos.

2 - O conflito pode ser suscitado também pelo Ministério Público, pelo arguido ou pelo assistente mediante requerimento dirigido ao presidente do tribunal competente para a resolução, contendo a indicação das decisões e das posições em conflito, ao qual se juntam os elementos mencionados na parte final do número anterior.

3 - A denúncia ou o requerimento previstos nos números anteriores não prejudicam a realização dos actos processuais urgentes.

Actos urgentes

No caso de existirem actos urgentes a praticar, logo que suscitado o conflito, deverá o mesmo ser tramitado e decidido em separado, por forma a que aqueles actos possam realizar-se.

Artigo 36.º

Resolução do conflito

1 - O conflito é dirimido pelo tribunal de menor hierarquia com jurisdição sobre os tribunais em conflito.

2 - O relator comunica imediatamente aos tribunais em conflito a denúncia recebida e fixa-lhes prazo para resposta, não superior a oito dias.

3 - Juntamente com a comunicação são transmitidas as cópias e elementos a que se refere o n.º 1 do artigo anterior.

4 - Terminado o prazo para recepção das respostas, são notificados o arguido

e o assistente para, em cinco dias, alegarem; pelo mesmo tempo e para igual efeito vão os autos com vista ao Ministério Público. Seguidamente, e depois de recolhidas as informações e as provas que reputar necessárias, o tribunal competente resolve o conflito.

5 - A decisão é imediatamente comunicada aos tribunais em conflito e ao Ministério Público junto deles e notificada ao arguido e ao assistente.

6 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 33.º, n.º 3.

Conflitos – Ministério Público

Quando o conflito é suscitado na fase de inquérito, este é decidido pelo superior hierárquico que imediatamente superintende os magistrados ou agentes em conflito - art. 266º, n.º 3 podendo, no caso dos Magistrados exercerem funções no mesmo tribunal, ser o mesmo suscitado e decidido no próprio processo ou em separado, conforme o Magistrado que o suscita vier a entender.

▶ Tribunal competente

O tribunal competente para conhecer dos conflitos é, consoante os casos, o Supremo Tribunal de Justiça ou os Tribunais da Relação (art. 11º, n.º 3, al. c) e art. 12º, n.º 2, al. d).

CONFLITOS DE COMPETÊNCIA³

(suscitado conflito quem o decide e disposição legal)

CONFLITOS SUSCITADOS NA FASE DE INQUÉRITO			MAGISTRADOS JUDICIAIS		
MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO			MAGISTRADOS JUDICIAIS		
Quem decide			Quem decide		
disposição			disposição		
Magistrados do mesmo círculo judicial	Procurador do Círculo	Artigo 266º CPP	1ª Instância do mesmo distrito judicial	Tribunal da Relação	Artigo 12º nº 2 Alínea d)
Magistrados de Círculos Judiciais diferentes	Procuradoria -Geral Distrital	Artigo 266º CPP	Secções do mesmo Tribunal da Relação	Tribunal da Relação	Artigo 12º nº 1 Alínea a)
Magistrados de Distritos Judiciais diferentes	Procuradoria -Geral da República	Artigo 266º CPP	1ª Instancia de distritos judiciais diferentes	Supremo Tribunal de Justiça	Artigo 11º nº 3 Alínea c)
			1ª Instancia e Tribunal da Relação	Supremo Tribunal de Justiça	Artigo 11º nº 3 Alínea c)
			Entre Tribunais da Relação	Supremo Tribunal de Justiça	Artigo 11º nº 3 Alínea c)
			Entre Secções do Supremo Tribunal de Justiça	Supremo Tribunal de Justiça	Artigo 11º nº 1 Alínea a)

³ Exemplo constante dos Textos de Apoio do Inquérito

CAPÍTULO V

Da obstrução ao exercício da jurisdição

Artigo 37.º

Pressupostos e efeito

Quando, em qualquer estado do processo posterior ao despacho que designar dia para a audiência, em virtude de graves situações locais idóneas a perturbar o desenvolvimento do processo:

- a) O exercício da jurisdição pelo tribunal competente se revelar impedido ou gravemente dificultado;
 - b) For de recear daquele exercício grave perigo para a segurança ou a tranquilidade públicas; ou
 - c) A liberdade de determinação dos participantes no processo se encontrar gravemente comprometida;
- a competência é atribuída a outro tribunal da mesma espécie e hierarquia onde a obstrução previsivelmente se não verifique e que se encontre o mais próximo possível do obstruído.

Artigo 38.º

Apreciação e decisão

1 - Cabe às secções criminais do Supremo Tribunal de Justiça decidir do pedido de atribuição de competência que lhe seja dirigido pelo tribunal obstruído, pelo Ministério Público, pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis. O pedido é logo acompanhado dos elementos relevantes para a decisão.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 36.º, n.os 4 e 5, bem como no artigo 33.º, n.º 3.

3 - O pedido de atribuição de competência não tem efeito suspensivo, mas este pode ser-lhe conferido, atentas as circunstâncias do caso, pelo tribunal competente para a decisão. Neste caso o tribunal obstruído pratica os actos processuais urgentes.

4 - Se o pedido for deferido, o tribunal designado declara se e em que medida os actos processuais já praticados conservam eficácia ou devem ser repetidos perante ele.

5 - Se o pedido do arguido, do assistente ou das partes civis for considerado manifestamente infundado, o requerente é condenado ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

U.C. - UNIDADE DE CONTA⁴

CONCEITO

Artº 5º n.º2 do DL nº 212/89 de 30 de Junho, alterado pelo artº 31º do DL nº 323/01 de 17/12.	Unidade de conta (UC) é a quantia monetária equivalente a um quarto da remuneração mínima mensal mais elevada, garantida no momento da condenação, aos trabalhadores por conta de outrem, arredondada, quando necessário, para a unidade de euros mais próxima, ou se a proximidade for igual, para a unidade de euros imediatamente inferior.
-----------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ACTUALIZAÇÃO

Artº 6º do DL nº 212/89 de 30 de Junho.	É actualizada trienalmente . Teve início em Janeiro de 1992. É automaticamente actualizada, atendendo-se sempre à remuneração mínima que tiver vigorado no dia 1 de Outubro do ano anterior
-----------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ex: Salário mínimo em 01/10/2003 – 356,60 €
Cálculo para o triénio 2004-2006 - 356,60 €/ 4 = 89,15 €
Valor da UC para o triénio 2004-2006 = 89,00 €

Evolução da U.C.

Do ano	Até ao ano	Valor em Escudos	Valor em Euros
1989	1991	7.000\$00	34,92 €
1992	1994	10.000\$00	49,88 €
1995	1997	12.000\$00	59,86 €
1998	2000	14.000\$00	69,83 €
2001	2003	16.000\$00	79,81 €
2004	2006	----	89,00 €

A próxima actualização ocorrerá em 01/01/2007, e será calculada em função da remuneração que vigorar em 01/10/2006.

⁴ Exemplo constante no Manual de Custas Criminais – Centro de Formação de Oficiais de Justiça – Autor – Vítor Mendes – Secretário de Justiça do T. J. de Alcácer do Sal.

CAPÍTULO VI

Dos impedimentos, recusas e escusas

Artigo 39.º

Impedimentos

1 - Nenhum juiz pode exercer a sua função num processo penal:

- a) Quando for, ou tiver sido, cônjuge ou representante legal do arguido, do ofendido ou de pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil ou quando com qualquer dessas pessoas viver ou tiver vivido em condições análogas às dos cônjuges;
- b) Quando ele, ou o seu cônjuge, ou a pessoa que com ele viver em condições análogas às dos cônjuges, for ascendente, descendente, parente até ao 3.º grau, tutor ou curador, adoptante ou adoptado do arguido, do ofendido ou de pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil ou for afim destes até àquele grau;
- c) Quando tiver intervindo no processo como representante do Ministério Público, órgão de polícia criminal, defensor, advogado do assistente ou da parte civil ou perito; ou
- d) Quando, no processo, tiver sido ouvido ou dever sê-lo como testemunha.

2 - Se o juiz tiver sido oferecido como testemunha, declara, sob compromisso de honra, por despacho nos autos, se tem conhecimento de factos que possam influir na decisão da causa. Em caso afirmativo verifica-se o impedimento; em caso negativo deixa de ser testemunha.

3 - Não podem exercer funções, a qualquer título, no mesmo processo juizes que sejam entre si cônjuges, parentes ou afins até ao 3.º grau ou que vivam em condições análogas às dos cônjuges.

Artigo 40.º

Impedimento por participação em processo

Nenhum juiz pode intervir em recurso ou pedido de revisão relativos a uma decisão que tiver proferido ou em que tiver participado ou no julgamento de um processo a cujo debate instrutório tiver presidido ou em que, no inquérito ou na instrução, tiver aplicado e posteriormente mantido a prisão preventiva do arguido.

Redacção dada pela Lei 3/99 de 13.01 – Artº. 134º - Alteração do C.P.P.

Artigo 41.º

Declaração de impedimento e seu efeito

1 - O juiz que tiver qualquer impedimento nos termos dos artigos anteriores declara-o imediatamente por despacho nos autos.

2 - A declaração de impedimento pode ser requerida pelo Ministério Público ou

pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis logo que sejam admitidos a intervir no processo, em qualquer estado deste; ao requerimento são juntos os elementos comprovativos. O juiz visado profere o despacho no prazo máximo de cinco dias.

3 - Os actos praticados por juiz impedido são nulos, salvo se não puderem ser repetidos utilmente e se se verificar que deles não resulta prejuízo para a justiça da decisão do processo.

Artigo 42.º

Recurso

1 - O despacho em que o juiz se considerar impedido é irrecorrível. Do despacho em que ele não reconhecer impedimento que lhe tenha sido oposto cabe recurso para o tribunal imediatamente superior.

2 - Se o impedimento for oposto a juiz do Supremo Tribunal de Justiça, o recurso é decidido pela secção criminal deste mesmo Tribunal sem a participação do visado.

3 - O recurso tem efeito suspensivo, sem prejuízo de serem levados a cabo, mesmo pelo juiz visado, se tal for indispensável, os actos processuais urgentes.

Artigo 43.º

Recusas e escusas

1 - A intervenção de um juiz no processo pode ser recusada quando correr o risco de ser considerada suspeita, por existir motivo, sério e grave, adequado a gerar desconfiança sobre a sua imparcialidade.

2 - Pode constituir fundamento de recusa, nos termos do n.º 1, a intervenção do juiz noutro processo ou em fases anteriores do mesmo processo fora dos casos do artigo 40.º

3 - A recusa pode ser requerida pelo Ministério Público, pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis.

4 - O juiz não pode declarar-se voluntariamente suspeito, mas pode pedir ao tribunal competente que o escuse de intervir quando se verificarem as condições dos n.os 1 e 2.

5 - Os actos processuais praticados por juiz recusado ou escusado até ao momento em que a recusa ou a escusa forem solicitadas só são anulados quando se verificar que deles resulta prejuízo para a justiça da decisão do processo; os praticados posteriormente só são válidos se não puderem ser repetidos utilmente e se se verificar que deles não resulta prejuízo para a justiça da decisão do processo.

Artigo 44.º

Prazos

O requerimento de recusa e o pedido de escusa são admissíveis até ao início da audiência, até ao início da conferência nos recursos ou até ao início do debate instrutório. Só o são posteriormente, até à sentença, ou até à decisão instrutória, quando os factos invocados como fundamento tiverem tido lugar, ou tiverem sido conhecidos pelo invocante, após o início da audiência ou do debate.

Artigo 45.º

Processo e decisão

1 - A recusa deve ser requerida e a escusa deve ser pedida, a ela se juntando logo os elementos comprovativos, perante:

- a) O tribunal imediatamente superior;
- b) A secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça, tratando-se de juiz a ele pertencente, decidindo aquela sem a participação do visado.

2 - O juiz visado pronuncia-se sobre o requerimento, por escrito, em cinco dias, juntando logo os elementos comprovativos.

3 - O tribunal, se não recusar logo o requerimento ou o pedido por manifestamente infundados, ordena as diligências de prova necessárias à decisão.

4 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 42.º, n.º 3.

5 - Se o tribunal recusar o requerimento do arguido, do assistente ou das partes civis por manifestamente infundado, condena o requerente ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

Artigo 46.º

Termos posteriores

O juiz impedido, recusado ou escusado remete logo o processo ao juiz que, de harmonia com as leis de organização judiciária, deva substituí-lo.

Artigo 47.º

Extensão do regime de impedimentos, recusas e escusas

1 - As disposições do presente capítulo são aplicáveis, com as adaptações necessárias, nomeadamente as constantes dos números seguintes, aos peritos, intérpretes e funcionários de justiça.

2 - A declaração de impedimento e o seu requerimento, bem como o requerimento de recusa e o pedido de escusa, são dirigidos ao tribunal ou ao juiz de instrução perante os quais correr o processo em que o incidente se suscitar e

são por eles apreciados e imediata e definitivamente decididos, sem submissão a formalismo especial.

3 - Se não houver quem legalmente substitua o impedido, recusado ou escusado, o tribunal ou o juiz de instrução designam o substituto.

TÍTULO II

Do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal

Artigo 48.º

Legitimidade

O Ministério Público tem legitimidade para promover o processo penal, com as restrições constantes dos artigos 49.º a 52.º

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

CAPÍTULO IV

Ministério Público

Artigo 219.º

(Funções e estatuto)

1. Ao Ministério Público compete representar o Estado e defender os interesses que a lei determinar, bem como, com observância do disposto no número seguinte e nos termos da lei, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática.
2. O Ministério Público goza de estatuto próprio e de autonomia, nos termos da lei.
3. A lei estabelece formas especiais de assessoria junto do Ministério Público nos casos dos crimes estritamente militares.
4. Os agentes do Ministério Público são magistrados responsáveis, hierarquicamente subordinados, e não podem ser transferidos, suspensos, aposentados ou demitidos senão nos casos previstos na lei.
5. A nomeação, colocação, transferência e promoção dos agentes do Ministério Público e o exercício da acção disciplinar competem à Procuradoria-Geral da República.

Artigo 220.º

(Procuradoria-Geral da República)

1. A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público, com a composição e a competência definidas na lei.
2. A Procuradoria-Geral da República é presidida pelo Procurador-Geral da República e compreende o Conselho Superior do Ministério Público, que inclui membros eleitos pela Assembleia da República e membros de entre si eleitos pelos magistrados do Ministério Público.
3. O mandato do Procurador-Geral da República tem a duração de seis anos, sem prejuízo do disposto na alínea m) do artigo 133.º.

Estatutos do Ministério Público

Lei 60/98, de 27 de Agosto – www.pgr.pt

A Posição e Atribuições do MP vêm referidas no art. 53º

Direcção do Inquérito – art. 263º

Artigo 49.º

Legitimidade em procedimento dependente de queixa

1 - Quando o procedimento criminal depender de queixa, do ofendido ou de outras pessoas, é necessário que essas pessoas dêem conhecimento do facto ao Ministério Público, para que este promova o processo.

2 - Para o efeito do número anterior, considera-se feita ao Ministério Público a queixa dirigida a qualquer outra entidade que tenha a obrigação legal de a transmitir àquele.

3 - A queixa pode ser apresentada pelo titular do direito respectivo, por mandatário judicial ou por mandatário munido de poderes especiais.

4 - O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável aos casos em que o procedimento criminal depender da participação de qualquer autoridade.

▶ Titulares do direito de queixa

Art. 113º do CP

▶ Extinção, renúncia e desistência de queixa

Art.s 115º a 117º do CP

Artigo 113º

Titulares do direito de queixa

1 – Quando o procedimento criminal depender de queixa, tem legitimidade para apresentá-la, salvo disposição em contrário, o ofendido, considerando-se como tal o titular dos interesses que a lei especialmente quis proteger com a incriminação.

2 – Se o ofendido morrer sem ter apresentado queixa nem ter renunciado a ela, o direito de queixa pertence sucessivamente às pessoas a seguir indicadas, salvo se alguma delas houver participado no crime:

a) Ao cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens, aos descendentes e aos adoptados e aos ascendentes e aos adoptantes;

b) Aos irmãos e seus descendentes e à pessoa que com o ofendido vivesse em condições análogas às dos cônjuges.

3 – Se o ofendido for menor de 16 anos ou não possuir discernimento para entender o alcance e o significado do exercício do direito de queixa, este pertence ao representante legal e, na sua falta, às pessoas

indicadas nas alíneas do número anterior, segundo a ordem aí referida, salvo se alguma delas houver participado no crime.

4 – Qualquer das pessoas pertencentes a uma das classes referidas nos nºs 2 e 3 pode apresentar queixa independentemente das restantes.

5 – Quando o direito de queixa não puder ser exercido porque a sua titularidade caberia apenas, no caso, ao agente do crime, pode o Ministério Público dar início ao procedimento se especiais razões de interesse público o impuserem.

6 – Quando o procedimento criminal depender de queixa, o Ministério Público pode, nos casos previstos na lei, dar início ao procedimento quando o interesse da vítima o impuser.

(Redacção da Lei nº 65/98, de 2 de Setembro)

Artigo 115º

Extinção do direito de queixa

1 – O direito de queixa extingue-se no prazo de 6 meses a contar da data em que o titular tiver tido conhecimento do facto e dos seus morte do ofendido, ou da data em que ele se tiver tornado incapaz.

2 – O não exercício tempestivo do direito de queixa relativamente a um dos participantes no crime aproveita aos restantes, nos casos em que também estes não puderem ser perseguidos sem queixa.

3 – Sendo vários os titulares do direito de queixa, o prazo conta-se autonomamente para cada um deles.

Artigo 116º

Renúncia e desistência da queixa

1 – O direito de queixa não pode ser exercido se o titular a ele expressamente tiver renunciado ou tiver praticado factos donde a renúncia .

2 – O queixoso pode desistir da queixa, desde que não haja oposição do arguido, até à publicação da sentença da 1ª instância. A desistência impede que a queixa seja renovada.

3 – A desistência da queixa relativamente a um dos participantes no crime aproveita aos restantes, salvo oposição destes, nos casos em que também estes não puderem ser perseguidos sem queixa.

Artigo 117º

Acusação particular

O disposto nos artigos deste título é correspondentemente aplicável aos casos em que o procedimento criminal depender de acusação particular.

Artigo 50.º

Legitimidade em procedimento dependente de acusação particular

1 - Quando o procedimento criminal depender de acusação particular, do ofendido ou de outras pessoas, é necessário que essas pessoas se queixem, se constituam assistentes e deduzam acusação particular.

2 - O Ministério Público procede oficiosamente a quaisquer diligências que julgar indispensáveis à descoberta da verdade e couberem na sua competência, participa em todos os actos processuais em que intervier a acusação particular, acusa conjuntamente com esta e recorre autonomamente das decisões judiciais.

3 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo anterior.

1. DOS CRIMES PÚBLICOS:

O procedimento criminal **não depende de denúncia ou participação**, bastando o conhecimento da sua prática pelas autoridades.

Exemplos: arts. 131.º -homicídio, 210.º -roubo do CP.

2. DOS CRIMES SEMI-PÚBLICOS:

O procedimento criminal **depende de queixa**.

- Dos titulares do direito de queixa (*cf.* art.º 113.º do Código Penal);
- Da legitimidade (*cf.* art.º 49.º CPP).

Exemplos: arts. 143.º, 153.º, 203.º e outros do CP.

3. DOS CRIMES PARTICULARES

O procedimento criminal **depende de queixa e de formalização de acusação particular** (o ofendido ou outras pessoas com legitimidade têm de se queixar, de se constituir assistentes e de deduzir acusação particular – arts. 117.º do CP e 50.º CPP).

Exemplos: arts. 180.º (*difamação*) e 181.º (*injúria*) CP.

Outros casos dependentes de acusação particular - art.º 207.º do CP.

Para determinação do tipo crime (Público, Semi-Público ou Particular) teremos de recorrer ao Direito Substantivo – Código Penal. Da leitura da norma incriminatória, podemos determinar qual o tipo de crime em causa. Assim, nos crimes:

SEMÍ-PÚBLICOS, a norma incriminatória refere “depende de queixa”
PARTICULARES a norma incriminatória refere “ depende de acusação particular “.

PÚBLICOS, são todos os crimes em que não é feita menção expressa relativamente à queixa ou acusação particular.

▶ **Assistente**

Conforme se refere no art. 68º, nº. 2, tratando-se de procedimento dependente de acusação particular o requerimento para a constituição de assistente tem lugar no prazo de 8 dias, contados a partir da declaração de intenção, por parte do denunciante, de se constituir assistente, quando da apresentação da denúncia, conforme dispõe o art. 246º, n.º 4.

▶ **Nº. 1 – Acusação Particular – Cfr. art. 285º**

Formulação do Pedido Cível – Cfr. artº. 77º

▶ **Taxa de Justiça**

Ver anotação ao art. 68º

▶ **Cálculo da Taxa de Justiça**

Artigo 80º nº 1 e 2 e 83º do Código das Custas Judiciais

Montante - 2 UC.

Artigo 51.º

Homologação da desistência da queixa ou da acusação particular

1 - Nos casos previstos nos artigos 49.º e 50.º, a intervenção do Ministério Público no processo cessa com a homologação da desistência da queixa ou da acusação particular.

2 - Se o conhecimento da desistência tiver lugar durante o inquérito, a homologação cabe ao Ministério Público; se tiver lugar durante a instrução ou o julgamento, ela cabe, respectivamente, ao juiz de instrução ou ao presidente do tribunal.

3 - Logo que tomar conhecimento da desistência, a autoridade judiciária competente para a homologação notifica o arguido para, em cinco dias, declarar, sem necessidade de fundamentação, se a ela se opõe. A falta de declaração equivale a não oposição.

4 - Se o arguido não tiver defensor nomeado e for desconhecido o seu paradeiro, a notificação a que se refere o número anterior efectua-se editalmente.

Renúncia e desistência queixa – Artº. 116º

Artigo 116º **Renúncia e desistência da queixa**

1 - O direito de queixa não pode ser exercido se o titular a ele expressamente tiver renunciado ou tiver praticado factos donde a renúncia necessariamente se deduza.

2 - O queixoso pode desistir da queixa, desde que não haja oposição do arguido, até à publicação da sentença da 1ª instância. A desistência impede que a queixa seja renovada.

3 - A desistência da queixa relativamente a um dos participantes no crime aproveita aos restantes, salvo oposição destes, nos casos em que também estes não puderem ser perseguidos

Oposição

Quando estão em causa crimes particulares ou semi-públicos, deverá, em diligências posteriores à queixa perguntar-se ao ofendido se mantém o desejo de procedimento criminal e ao arguido se, se opõe a uma eventual desistência da queixa, evitando-se, assim, que se porventura o ofendido vier a desistir da queixa, se tenha de notificar o arguido para averiguar se este se opõe ou não à desistência (art. 116º, n.º 2 do Código Penal e 51º, n.º 3 deste Código).

Assistente – Responsabilidade por Custas em caso de desistência ou abstenção de acusar – Cfr. artº. 515º e art. 85º nº. 3 al e) do CCJ

JURISPRUDÊNCIA

Taxa de Justiça

Acórdão nº. 1 /2004 da S.T.J. publicado no Diário da República nº 107 SÉRIE I-A de 07.05.2004.

Fixa jurisprudência nos seguintes termos:

«A taxa de justiça paga pela constituição do assistente, nos termos do artigo 519.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, deve ser levada em conta naquela em que aquele venha a ser condenado por ter feito terminar o processo por desistência de queixa, por força do artigo 515.º, n.º 1, alínea d), daquele Código.»

Artigo 52.º

Legitimidade no caso de concurso de crimes

1 - No caso de concurso de crimes, o Ministério Público promove imediatamente o processo por aqueles para que tiver legitimidade, se o procedimento criminal pelo crime mais grave não depender de queixa ou de acusação particular, ou se os crimes forem de igual gravidade.

2 - Se o crime pelo qual o Ministério Público pode promover o processo for de menor gravidade, as pessoas a quem a lei confere o direito de queixa ou de

acusação particular são notificadas para declararem, em cinco dias, se querem ou não usar desse direito. Se declararem:

- a) Que não pretendem apresentar queixa, ou nada declararem, o Ministério Público promove o processo pelos crimes que puder promover;
- b) Que pretendem apresentar queixa, considera-se esta apresentada.

N.º 2 – Titulares do Direito de Queixa – Art. 113.º do C.P.

Cfr. anotações ao Art.º 49º

Acusação Particular – Cfr. 285º

Artigo 53.º

Posição e atribuições do Ministério Público no processo

1 - Compete ao Ministério Público, no processo penal, colaborar com o tribunal na descoberta da verdade e na realização do direito, obedecendo em todas as intervenções processuais a critérios de estrita objectividade.

2 - Compete em especial ao Ministério Público:

- a) Receber as denúncias, as queixas e as participações e apreciar o seguimento a dar-lhes;
- b) Dirigir o inquérito;
- c) Deduzir acusação e sustentá-la efectivamente na instrução e no julgamento;
- d) Interpor recursos, ainda que no exclusivo interesse da defesa;
- e) Promover a execução das penas e das medidas de segurança.

Ministério Público – Funções e Estatuto
Lei 60/98, de 27 de Agosto – www.pgr.pt

Ver anotação ao art.º 48º

Artigo 54.º

Impedimentos, recusas e escusas

1 - As disposições do capítulo VI do título I são correspondentemente aplicáveis, com as adaptações necessárias, nomeadamente as constantes dos números seguintes, aos magistrados do Ministério Público.

2 - A declaração de impedimento e o seu requerimento, bem como o requerimento de recusa e o pedido de escusa, são dirigidos ao superior hierárquico do magistrado em causa e por aquele apreciados e definitivamente decididos, sem obediência a formalismo especial; sendo visado o Procurador-Geral da República, a competência cabe à secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça.

3 - A entidade competente para a decisão, nos termos do número anterior, designa o substituto do impedido, recusado ou escusado.

N.º 1 - CAPÍTULO VI - Dos impedimentos, recusas e escusas
TÍTULO I - Do juiz e do Tribunal – Art. 39º ao 47º

Artigo 55.º

Competência dos órgãos de polícia criminal

1 - Compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciárias com vista à realização das finalidades do processo.

2 - Compete em especial aos órgãos de polícia criminal, mesmo por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os actos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova.

[Lei 21/2000, de 10/08 - Organização da Investigação Criminal](#)

[Lei 275-A/2000, de 09.11 – Lei Orgânica da Polícia Judiciária](#)

www.pj.pt

[Decreto-Lei 298/94, de 24.11 - Lei Orgânica da G.N.R.](#)

www.gnr.pt

[Decreto-Lei 265/93, de 31.07 – Estatuto dos Militares da G.N.R.](#)

[Lei 5/99, de 27.01 – Lei de Organização e Funcionamento da P.S.P. -](#)

www.psp.pt

[Decreto-Lei 511/99, de 24.11 – Estatuto do Pessoal da P.S.P.](#)

[Decreto-Lei 252/2000, de 16.10 – Lei Orgânica do S.E.F.](#)

www.sef.pt

[Decreto-Lei nº 269-A/95, de 19.10 – Lei Orgânica da Inspeção-Geral das Actividades Económicas - I.G.A.E.](#)

www.igae.pt

Artigo 56.º

Orientação e dependência funcional dos órgãos de polícia criminal

Nos limites do disposto no n.º 1 do artigo anterior, os órgãos de polícia criminal actuam, no processo, sob a direcção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional.

TÍTULO III

Do arguido e do seu defensor

Artigo 57.º

Qualidade de arguido

1 - Assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal.

2 - A qualidade de arguido conserva-se durante todo o decurso do processo.

3 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 2, 3 e 4 do artigo seguinte.

▶ N.º 1 – Art.º 283º - 285º e 287º

▶ **Nomeação de defensor**

art. 42º da Lei 30-E/2000 (Acesso ao Direito e aos Tribunais)

Artigo 58.º

Constituição de arguido

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, é obrigatória a constituição de arguido logo que:

- a) Correndo inquérito contra pessoa determinada, esta prestar declarações perante qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal;
- b) Tenha de ser aplicada a qualquer pessoa uma medida de coacção ou de garantia patrimonial;
- c) Um suspeito for detido, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 254.º a 261.º; ou
- d) For levantado auto de notícia que dê uma pessoa como agente de um crime e aquele lhe for comunicado.

2 - A constituição de arguido opera-se através da comunicação, oral ou por escrito, feita ao visado por uma autoridade judiciária ou um órgão de polícia criminal, de que a partir desse momento aquele deve considerar-se arguido num processo penal e da indicação e, se necessário, explicação dos direitos e deveres processuais referidos no artigo 61.º que por essa razão passam a caber-lhe.

3 - A constituição de arguido implica a entrega, sempre que possível no próprio acto, de documento de que constem a identificação do processo e do defensor, se este tiver sido nomeado, e os direitos e deveres processuais referidos no artigo 61.º

4 - A omissão ou violação das formalidades previstas nos números anteriores implica que as declarações prestadas pela pessoa visada não podem ser utilizadas como prova contra ela.

Artigo 61.º - Direitos e deveres processuais

Condições gerais de aplicação de medidas de coacção

Conforme dispõe o n.º 1 do art. 192º a aplicação de medidas de coacção e de garantia patrimonial depende da prévia **constituição como arguido**, nos termos do presente artigo, da pessoa que delas for objecto.

Termo de Identidade e Residência

Dispõe o art. 196º, n.º 1, que a autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal sujeitam a TIR todo aquele que for constituído arguido.

Nota: O TIR deverá ser integralmente preenchido, nomeadamente no que se refere à identificação do arguido.

Defensor e Apoio Judiciário

Deve, também, neste momento, ser o arguido advertido do seu direito de escolher e constituir defensor ou de requerer a concessão de apoio judiciário, bem como de todas as consequências que incorre se não o fizer, conforme dispõe o artigo 42º e seguintes da Lei 30-E/2000, de 20/12 (Acesso ao Direito e aos Tribunais).

Arguido: GNR, PSP, DGSP

Deverá ser dado cumprimento à **Circular nº 4/98 da PGR** que determina a comunicação à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e à Inspeção-Geral da Administração Interna a instauração de qualquer processo em que sejam arguidos funcionários ou agentes daquela Direcção-Geral ou agentes da PSP ou GNR, devendo, ainda, ser remetida informação sobre o teor e fundamentos do despacho ou da decisão que ponha termo ao processo.

Deputado da Assembleia da República - constituição como arguido de deputado ver Circular nº 1/2003 da PGR “Sempre que no decurso de inquérito, o Magistrado do MP enquanto autoridade judiciária que dirige essa fase processual formular um juízo de necessidade de constituição de arguido, ou de o interrogatório nessa qualidade de Deputado da Assembleia da República, deverá solicitar ao Juiz de Instrução competente a apresentação do pedido de autorização a que se reporta o artigo 11º nº 5 do estatuto dos deputados à Assembleia da República.

Arguido - Advogado

Estatuto da Ordem dos Advogados - Decreto-Lei nº 84/84, de 16 de Março - Alterado pela Lei n.º 6/86, de 23 de Março, pelos Decretos-Leis n.s 119/86, de 28 de Maio, e 325/88, de 23 de Setembro, e pelas Leis n.s 33/94, de 6 de Setembro, 30-E/2000, de 20 de Dezembro, e 80/2001, de 20 de Julho.

Denúncias, Participações ou queixas contra Advogados

O M.º P.º ou qualquer órgão de polícia criminal, deve remeter à Ordem dos Advogados certidão das denúncias, participações ou queixas apresentadas contra advogados – Vidé artº. 92º.

Data da Audiência – Arguido Advogado

Logo que seja designada a data da audiência de discussão e julgamento o juiz do processo deverá ordenar a remessa à Ordem dos Advogados de cópias da acusação, da decisão instrutória e da contestação, quando, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo presidente do conselho competente - Vidé artº. 95º.

Estatuto da Ordem dos Advogados

Decreto-Lei nº 84/84, de 16.03

“ ARTIGO 92º

Responsabilidade simultaneamente disciplinar e criminal

A responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade criminal ou civil.

2. Estando pendente processo criminal relativo aos mesmos factos, poderá ser ordenada a suspensão do processo disciplinar enquanto aquele estiver em segredo de justiça, devendo o tribunal enviar à Ordem dos Advogados cópia do despacho de acusação ou de pronúncia.

3. Sempre que, em sede de processo criminal contra advogado, seja designado dia para julgamento, o juiz do processo deverá ordenar a remessa à Ordem dos Advogados de cópias da acusação, da decisão instrutória e da contestação, quando existam, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo presidente do conselho competente. “

“ARTIGO 95º

Participação pelos tribunais e outras entidades

1. Os tribunais e quaisquer autoridades devem dar conhecimento à Ordem dos Advogados da prática por advogados de factos susceptíveis de constituírem infracção disciplinar.

2. O Ministério Público, a Polícia Judiciária e as demais entidades com poderes de investigação criminal ou policial devem remeter à Ordem dos Advogados certidão das denúncias, participações ou queixas apresentadas contra advogados. “

Links

www.parlamento.pt

www.pgr.pt

Artigo 59.º

Outros casos de constituição de arguido

1 - Se, durante qualquer inquirição feita a pessoa que não é arguido, surgir fundada suspeita de crime por ela cometido, a entidade que procede ao acto suspende-o imediatamente e procede à comunicação e à indicação referidas no n.º 2 do artigo anterior.

2 - A pessoa sobre quem recair suspeita de ter cometido um crime tem direito a ser constituída, a seu pedido, como arguido sempre que estiverem a ser efectuadas diligências, destinadas a comprovar a imputação, que pessoalmente a afectem.

3 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 3 e 4 do artigo anterior.

Artigo 60.º

Posição processual

Desde o momento em que uma pessoa adquirir a qualidade de arguido é-lhe assegurado o exercício de direitos e de deveres processuais, sem prejuízo da aplicação de medidas de coacção e de garantia patrimonial e da efectivação de diligências probatórias, nos termos especificados na lei.

Artigo 61.º

Direitos e deveres processuais

1 - O arguido goza, em especial, em qualquer fase do processo e, salvas as excepções da lei, dos direitos de:

- a) Estar presente aos actos processuais que directamente lhe disserem respeito;
- b) Ser ouvido pelo tribunal ou pelo juiz de instrução sempre que eles devam tomar qualquer decisão que pessoalmente o afecte;
- c) Não responder a perguntas feitas, por qualquer entidade, sobre os factos que lhe forem imputados e sobre o conteúdo das declarações que acerca deles prestar;
- d) Escolher defensor ou solicitar ao tribunal que lhe nomeie um;
- e) Ser assistido por defensor em todos os actos processuais em que participar e, quando detido, comunicar, mesmo em privado, com ele;
- f) Intervir no inquérito e na instrução, oferecendo provas e requerendo as diligências que se lhe afigurarem necessárias;
- g) Ser informado, pela autoridade judiciária ou pelo órgão de polícia criminal perante os quais seja obrigado a comparecer, dos direitos que lhe assistem;
- h) Recorrer, nos termos da lei, das decisões que lhe forem desfavoráveis.

2 - A comunicação em privado referida na alínea e) do número anterior ocorre à vista quando assim o impuserem razões de segurança, mas em condições de não ser ouvida pelo encarregado da vigilância.

3 - Recae em especial sobre o arguido os deveres de:

- a) Comparecer perante o juiz, o Ministério Público ou os órgãos de polícia criminal sempre que a lei o exigir e para tal tiver sido devidamente convocado;
- b) Responder com verdade às perguntas feitas por entidade competente sobre a sua identidade e, quando a lei o impuser, sobre os seus antecedentes criminais;
- c) Prestar termo de identidade e residência logo que assuma a qualidade de arguido;
- d) Sujeitar-se a diligências de prova e a medidas de coacção e garantia patrimonial especificadas na lei e ordenadas e efectuadas por entidade competente.

Artigo 62.º

Defensor

1 - O arguido pode constituir advogado em qualquer altura do processo.

2 - Nos casos em que a lei determinar que o arguido seja assistido por defensor e aquele o não tiver constituído ou o não constituir, o juiz nomeia-lhe advogado ou advogado estagiário, mas o defensor nomeado cessa funções logo que o arguido constituir advogado.

3 - A nomeação referida no número anterior pode ser feita:

- a) Nos casos previstos no artigo 64.º, n.º 1, alínea c), pelo Ministério Público ou por autoridade de polícia criminal;
- b) Nos casos previstos nos artigos 64.º, n.º 3, e 143.º, n.º 2, pelo Ministério Público.

4 - Tendo o arguido mais do que um defensor constituído, as notificações são feitas àquele que for indicado em primeiro lugar no acto de constituição.

Defensor

Nos crimes cuja pena máxima, abstractamente aplicável, seja superior a 8 anos a designação do defensor deverá ser feita, exclusivamente, pela Ordem dos Advogados – Protocolo de 11.01.2000, Circular n.º 2 da DGSJ.

▶ Apoio Judiciário

Os art. 42º e seguintes da Lei 30-E/2000, de 20/12 (Acesso ao Direito e aos Tribunais).

Constituição da República Portuguesa

Artigo 20.º

(Acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva)

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.
2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.
3. A lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça.
4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.
5. Para a defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.

Encerramento do inquérito

O artigo 64º, n.º 3, obriga à nomeação de defensor no despacho de encerramento do inquérito, se o arguido não tiver advogado constituído nem defensor nomeado, quando contra ele for deduzida acusação.

Artigo 64.º - **Obrigatoriedade de assistência**

Artigo 143.º - **Primeiro interrogatório não judicial de arguido detido.**

Taxa de Justiça

Ver anotação ao art. 68º deste Código

Redacção dada por Lei nº 30-E/2000 de 20-12-2000, Artigo 56.º

Artigo 63.º

Direitos do defensor

1 - O defensor exerce os direitos que a lei reconhece ao arguido, salvo os que ela reservar pessoalmente a este.

2 - O arguido pode retirar eficácia ao acto realizado em seu nome pelo defensor, desde que o faça por declaração expressa anterior a decisão relativa àquele acto.

Constituição da República Portuguesa

Artigo 32.º
(Garantias de processo criminal)

1. (...)
 2. (...)
 3. O arguido tem direito a escolher defensor e a ser por ele assistido em todos os actos do processo, especificando a lei os casos e as fases em que a assistência por advogado é obrigatória.
- (...)

Artigo 208.º
(Patrocínio forense)

A lei assegura aos advogados as imunidades necessárias ao exercício do mandato e regula o patrocínio forense como elemento essencial à administração da justiça.

Artigo 64.º

Obrigatoriedade de assistência

1 - É obrigatória a assistência do defensor:

- a) No primeiro interrogatório judicial de arguido detido;
- b) No debate instrutório e na audiência, salvo tratando-se de processo que não possa dar lugar à aplicação de pena de prisão ou de medida de segurança de internamento;
- c) Em qualquer acto processual, sempre que o arguido for surdo, mudo, analfabeto, desconhecedor da língua portuguesa, menor de 21 anos, ou se suscitar a questão da sua inimputabilidade ou da sua imputabilidade diminuída;
- d) Nos recursos ordinários ou extraordinários;
- e) Nos casos a que se referem os artigos 271.º e 294.º;
- f) Na audiência de julgamento realizada na ausência do arguido;
- g) Nos demais casos que a lei determinar.

2 - Fora dos casos previstos no número anterior pode o tribunal nomear defensor ao arguido, oficiosamente ou a pedido deste, sempre que as circunstâncias do caso revelarem a necessidade ou a conveniência de o arguido ser assistido.

3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, se o arguido não tiver advogado constituído nem defensor nomeado, é obrigatória a nomeação de defensor no despacho de encerramento do inquérito, quando contra ele for deduzida a acusação.

Arguido: GNR, PSP, DGSP

Deverá ser dado cumprimento à **Circular nº 4/98 da PGR** que determina a comunicação à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e à Inspeção-Geral da Administração Interna a instauração de qualquer processo em que sejam arguidos funcionários ou agentes daquela Direcção-Geral ou agentes da PSP ou GNR, devendo, ainda, ser remetida informação sobre o teor e fundamentos do despacho ou da decisão que ponha termo ao processo.

[Artigo 271.º - Declarações para memória futura em sede de inquérito](#)

[Artigo 294.º - Declarações para memória futura em sede de instrução](#)

Artigo 65.º

Assistência a vários arguidos

1 - Sendo vários os arguidos no mesmo processo, podem eles ser assistidos por um único defensor, se isso não contrariar a função da defesa.

2 - Se um ou alguns dos arguidos houverem constituído advogado e outros não, o tribunal pode nomear, de entre os advogados constituídos, um ou mais que tomem a defesa dos outros arguidos, se isso não contrariar a função da defesa.

Artigo 66.º

Defensor nomeado

1 - A nomeação de defensor é notificada ao arguido e ao defensor quando não estiverem presentes no acto.

2 - O defensor nomeado pode ser dispensado do patrocínio se alegar causa que o tribunal julgue justa.

3 - O tribunal pode sempre substituir o defensor nomeado, a requerimento do arguido, por causa justa.

4 - Enquanto não for substituído, o defensor nomeado para um acto mantém-se para os actos subsequentes do processo.

5 - O exercício da função de defensor nomeado é sempre remunerado, nos termos e no quantitativo a fixar pelo tribunal, dentro de limites constantes de tabelas aprovadas pelo Ministério da Justiça ou, na sua falta, tendo em atenção os honorários correntemente pagos por serviços do género e do relevo dos que foram prestados. Pela retribuição são responsáveis, conforme o caso, o arguido, o assistente, as partes civis ou os cofres do Ministério da Justiça.

[Nº. 5 – Remunerações aos Defensores \(Advogados \)](#)

[Artigo 89º nº. 1 alª b\) do C.C.J.](#)

[Portaria 150/2002, de 19.01](#)

[D/L nº. 391/88 de 26.10](#)

[D/L nº. 231/99 de 24.06](#)

[Artigo 49º nº. 1 da Lei 30-E/2000 de 20.12 \(Acesso ao Direito e aos Tribunais\)](#)

Artigo 67.º

Substituição de defensor

1 - Se o defensor, relativamente a um acto em que a assistência for necessária, não comparecer, se ausentar antes de terminado ou recusar ou abandonar a defesa, o tribunal nomeia imediatamente outro defensor; mas pode também, quando a nomeação imediata se revelar impossível ou inconveniente, decidir-se por uma interrupção da realização do acto.

2 - Se o defensor for substituído durante o debate instrutório ou a audiência, pode o tribunal, oficiosamente ou a requerimento do novo defensor, conceder uma interrupção, para que aquele possa conferenciar com o arguido e examinar os autos.

3 - Em vez da interrupção a que se referem os números anteriores, pode o tribunal decidir-se, se isso for absolutamente necessário, por um adiamento do acto ou da audiência, que não pode, porém, ser superior a cinco dias.

TÍTULO IV

Do assistente

Artigo 68.º

Assistente

1 - Podem constituir-se assistentes no processo penal, além das pessoas e entidades a quem leis especiais conferirem esse direito:

a) Os ofendidos, considerando-se como tais os titulares dos interesses que a lei especialmente quis proteger com a incriminação, desde que maiores de 16 anos;

b) As pessoas de cuja queixa ou acusação particular depender o procedimento;

c) No caso de o ofendido morrer sem ter renunciado à queixa, o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens, os descendentes e adoptados, ascendentes e adoptantes, ou, na falta deles, irmãos e seus descendentes e a pessoa que com o ofendido vivesse em condições análogas às dos cônjuges, salvo se alguma destas pessoas houver participado no crime;

d) No caso de o ofendido ser menor de 16 anos ou por outro motivo incapaz, o representante legal e, na sua falta, as pessoas indicadas na alínea anterior, segundo a ordem aí referida, salvo se alguma delas houver participado no crime;

e) Qualquer pessoa nos crimes contra a paz e a humanidade, bem como nos crimes de tráfico de influência, favorecimento pessoal praticado por funcionário, denegação de justiça, prevaricação, corrupção, peculato, participação económica em negócio, abuso de poder e de fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção.

2 - Tratando-se de procedimento dependente de acusação particular, o requerimento tem lugar no prazo de oito dias a contar da declaração referida no artigo 246.º, n.º 4.

3 - Os assistentes podem intervir em qualquer altura do processo, aceitando-o no estado em que se encontrar, desde que o requeiram ao juiz:

a) Até cinco dias antes do início do debate instrutório ou da audiência de julgamento;

b) Nos casos dos artigos 284.º e 287.º, n.º 1, alínea b), no prazo estabelecido para a prática dos respectivos actos.

4 - O juiz, depois de dar ao Ministério Público e ao arguido a possibilidade de se pronunciarem sobre o requerimento, decide por despacho que é logo notificado àqueles.

5 - Durante o inquérito, a constituição de assistente e os incidentes a ela respeitantes podem correr em separado, com junção dos elementos necessários à decisão.

Nº. 1 - Leis Especiais

A Lei n.º 20/96, DR 155/96 Série IA de 6 de Julho, permite a constituição como assistente em processo penal **no caso de crime de índole racista ou xenófoba por parte das comunidades de imigrantes e demais associações de defesa dos interesses em causa**, desde que não haja expressa oposição do ofendido, não havendo lugar a pagamento de taxa de Justiça n.º 1 e 2 do artigo único da Lei 20/96.

Crimes cujo procedimento não depende de acusação particular

Nº. 3 al.º a) - Neste caso, permite-se a constituição como assistente em qualquer altura do processo, aceitando-o no estado em que se encontrar, devendo, no entanto, ser requerida até cinco dias antes do início do debate instrutório ou da audiência de julgamento.

Assistente

Responsabilidade por Custas em caso de desistência ou abstenção de acusar – Cfr. art.º 515º e art. 85º n.º 3 al e) do CCJ

Montante de Taxa de Justiça devida – art. 80º. Nº. 1 e 83º CCJ - 2 UC's
- a autoliquidar - Cfr. **Portaria nº. 42/2004 de 14.01**

A taxa de justiça devida pela constituição de assistente é autoliquidada nos termos do art. 80º. do CCJ e o documento comprovativo do seu pagamento entregue na secretaria com o requerimento ou no prazo de 10 dias a contar da sua formulação no processo.

Requerida a constituição de assistente deverá ser junto ao requerimento documento comprovativo do pagamento a taxa de justiça. O documento será apresentado juntamente com o requerimento ou no prazo de dez dias a contar da sua formulação no processo – montante €2 UC – artigo 80º n.º 1 e 83º CCJ.

Se o comprovativo de pagamento (autoliquidação) não for junto com o requerimento a secretaria notifica o interessado

para o apresentar no prazo de cinco dias, sendo a notificação acompanhada de guia para pagamento do “acréscimo de igual montante” referido no **nº 2 do artigo 80º do CCJ e Portaria nº. 42/2004 de 14.01**

ADMISSÃO DE ASSISTENTE

Despacho de admissão a cargo do JIC em Inquérito ou Instrução – art. 17º.

DEPUTADO

Quando houver necessidade de ouvir **deputado que não na qualidade de arguido** em sede de inquérito deverá o Magistrado que dirige aquela fase processual, dirigir o pedido de autorização ao Senhor presidente da Assembleia da República.

Se estivermos perante um crime de natureza particular o julgamento só pode ser adiado uma vez pela falta do assistente – artigo 330º

TIPOS DE CRIME – cfr. anotação ao artº. 50º

Artigo 246.º - **Forma e conteúdo da denúncia**

Artigo 284.º - **Acusação pelo assistente**

Artigo 287.º - **Requerimento para abertura da instrução**

U.C. – UNIDADE DE CONTA⁵

CONCEITO

Artº 5º nº2 do DL nº 212/89 de 30 de Junho, alterado pelo artº 31º do DL nº 323/01 de 17/12.	Unidade de conta (UC) é a quantia monetária equivalente a um quarto da remuneração mínima mensal mais elevada, garantida no momento da condenação, aos trabalhadores por conta de outrem, arredondada, quando necessário, para a unidade de euros mais próxima, ou se a proximidade for igual, para a unidade de euros imediatamente inferior.
----------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ACTUALIZAÇÃO

Artº 6º do DL nº 212/89 de 30 de Junho.	É actualizada trienalmente. Teve início em Janeiro de 1992. É automaticamente actualizada, atendendo-se sempre à remuneração mínima que tiver vigorado no dia 1 de Outubro do ano anterior
-----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

⁵ Exemplo constante no Manual de Custas Criminais – Centro de Formação de Oficiais de Justiça – Autor – Vítor Mendes – Secretário de Justiça do T. J. de Alcácer do Sal.

Ex: Salário mínimo em 01/10/2003 – 356,60 €
Cálculo para o triénio 2004-2006 - 356,60 €/ 4 = 89,15 €
Valor da UC para o triénio 2004-2006 = 89,00 €

Evolução da U.C.

Do ano	Até ao ano	Valor em Escudos	Valor em Euros
1989	1991	7.000\$00	34,92 €
1992	1994	10.000\$00	49,88 €
1995	1997	12.000\$00	59,86 €
1998	2000	14.000\$00	69,83 €
2001	2003	16.000\$00	79,81 €
2004	2006	----	89,00 €

A próxima actualização ocorrerá em 01/01/2007, e será calculada em função da remuneração que vigorar em 01/10/2006.

Artigo 69.º

Posição processual e atribuições dos assistentes

1 - Os assistentes têm a posição de colaboradores do Ministério Público, a cuja actividade subordinam a sua intervenção no processo, salvas as excepções da lei.

2 - Compete em especial aos assistentes:

- a) Intervir no inquérito e na instrução, oferecendo provas e requerendo as diligências que se afigurarem necessárias;
- b) Deduzir acusação independente da do Ministério Público e, no caso de procedimento dependente de acusação particular, ainda que aquele a não deduza;
- c) Interpor recurso das decisões que os afectem, mesmo que o Ministério Público o não tenha feito.

Nº. 2 alº . b) - Artº. 284º - Acusação pelo Assistente

Artº. 285º - Acusação Particular

Cfr. Anotações ao artº. 285º

Artigo 70.º

Representação judiciária dos assistentes

1 - Os assistentes são sempre representados por advogado. Havendo vários assistentes, são todos representados por um só advogado. Se divergirem quanto à escolha, decide o juiz.

2 - Ressalva-se do disposto na segunda parte do número anterior o caso de haver entre os vários assistentes interesses incompatíveis, bem como o de serem diferentes os crimes imputados ao arguido. Neste último caso, cada grupo de pessoas a quem a lei permitir a constituição como assistente por cada um dos

crimes pode constituir um advogado, não sendo todavia lícito a cada pessoa ter mais de um representante.

TÍTULO V

Das partes civis

Artigo 71.º

Princípio de adesão

O pedido de indemnização civil fundado na prática de um crime é deduzido no processo penal respectivo, só o podendo ser em separado, perante o tribunal civil, nos casos previstos na lei.

Artigo 72.º

Pedido em separado

1 - O pedido de indemnização civil pode ser deduzido em separado, perante o tribunal civil, quando:

- a) O processo penal não tiver conduzido à acusação dentro de oito meses a contar da notícia do crime, ou estiver sem andamento durante esse lapso de tempo;
- b) O processo penal tiver sido arquivado ou suspenso provisoriamente, ou o procedimento se tiver extinguido antes do julgamento;
- c) O procedimento depender de queixa ou de acusação particular;
- d) Não houver ainda danos ao tempo da acusação, estes não forem conhecidos ou não forem conhecidos em toda a sua extensão;
- e) A sentença penal não se tiver pronunciado sobre o pedido de indemnização civil, nos termos do artigo 82.º, n.º 3;
- f) For deduzido contra o arguido e outras pessoas com responsabilidade meramente civil, ou somente contra estas haja sido provocada, nessa acção, a intervenção principal do arguido;
- g) O valor do pedido permitir a intervenção civil do tribunal colectivo, devendo o processo penal correr perante tribunal singular;
- h) O processo penal correr sob a forma sumária ou sumaríssima;
- i) O lesado não tiver sido informado da possibilidade de deduzir o pedido civil no processo penal ou notificado para o fazer, nos termos dos artigos 75.º, n.º 1, e 77.º, n.º 2.

2 - No caso de o procedimento depender de queixa ou de acusação particular, a prévia dedução do pedido perante o tribunal civil pelas pessoas com direito de queixa ou de acusação vale como renúncia a este direito.

Em processo **Sumário** ver art. 388º

Em Processo **sumaríssimo** não é permitida a intervenção de partes civis – art. 393º

Artigo 75.º - **Dever de informação**

Artigo 77.º - **Formulação do pedido**

Artigo 82.º - **Liquidação em execução de sentença e reenvio para os tribunais civis.**

Artigo 73.º

Pessoas com responsabilidade meramente civil

1 - O pedido de indemnização civil pode ser deduzido contra pessoas com responsabilidade meramente civil e estas podem intervir voluntariamente no processo penal.

2 - A intervenção voluntária impede as pessoas com responsabilidade meramente civil de praticarem actos que o arguido tiver perdido o direito de praticar.

Artigo 74.º

Legitimidade e poderes processuais

1 - O pedido de indemnização civil é deduzido pelo lesado, entendendo-se como tal a pessoa que sofreu danos ocasionados pelo crime, ainda que se não tenha constituído ou não possa constituir-se assistente.

2 - A intervenção processual do lesado restringe-se à sustentação e à prova do pedido de indemnização civil, competindo-lhe, correspondentemente, os direitos que a lei confere aos assistentes.

3 - Os demandados e os intervenientes têm posição processual idêntica à do arguido quanto à sustentação e à prova das questões civis julgadas no processo, sendo independente cada uma das defesas.

Artigo 75.º

Dever de informação

1 - Logo que, no decurso do inquérito, se tomar conhecimento da existência de eventuais lesados, devem estes ser informados, pela autoridade judiciária ou pelos órgãos de polícia criminal, da possibilidade de deduzirem pedido de indemnização civil em processo penal e das formalidades a observar.

2 - Quem tiver legitimidade para deduzir pedido de indemnização civil deve manifestar no processo, até ao encerramento do inquérito, o propósito de o fazer.

► Omissão – Pedido em Separado

O não cumprimento do disposto no n.º 1 do presente artigo é fundamento para a dedução do pedido de indemnização civil em separado (al. I) do art. 72º).

► O art. 82º-A (Reparação da vítima em casos especiais)

► Crimes violentos

As medidas de protecção às vítimas de crimes violentos encontram-se enunciadas no D.L. 423/91, de 30/10 (Regime jurídico de protecção à vítima de crimes violentos), alterado pela Lei 136/99, de 28/8 e regulamentado pelo Dec. Regulamentar n.º 4/93, de 22/2.

Taxa de Justiça

A formulação do pedido cível nos termos do art.º 77º não dá lugar ao pagamento de taxa de justiça inicial – cfr. art.º 29º n.º 3 al.ª f) do CCJ.

Artigo 76.º

Representação

1 - O lesado pode fazer-se representar por advogado, sendo obrigatória a representação sempre que, em razão do valor do pedido, se deduzido em separado, fosse obrigatória a constituição de advogado, nos termos da lei do processo civil.

2 - Os demandados e os intervenientes devem fazer-se representar por advogado.

3 - Compete ao Ministério Público formular o pedido de indemnização civil em representação do Estado e de outras pessoas e interesses cuja representação lhe seja atribuída por lei.

Constituição obrigatória de advogado

O art. 32º e 678º do CPC.

Alçada

A alçada dos tribunais judiciais vem estabelecida no art. 24º da Lei 3/99, de 13/1 (Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais - Republicada pela Lei 105/2003, de 10.12) e estipula que, em matéria cível, a alçada dos tribunais da Relação é de € 14963,94 e a dos tribunais de 1ª instância é de €3740,98.

Conversão de Escudos em Euros

DL 323/2001, de 17/12 – Conversão de Escudos em Euros

ARTIGO 32.º do CPC

(Constituição obrigatória de advogado)

1. É obrigatória a constituição de advogado:
 - a) Nas causas de competência de tribunais com alçada, em que seja admissível recurso ordinário;
 - b) Nas causas em que seja sempre admissível recurso, independentemente do valor;
 - c) Nos recursos e nas causas propostas nos tribunais superiores.
2. Ainda que seja obrigatória a constituição de advogado, os advogados-estagiários, os solicitadores e as próprias partes podem fazer requerimentos em que se não levantem questões de direito.
3. Nos inventários, seja qual for a sua natureza ou valor, só é obrigatória a intervenção de advogados para se suscitarem ou discutirem questões de direito.
4. Quando não haja advogado na comarca, o patrocínio pode ser exercido por solicitador.

ARTIGO 678.º

(Decisões que admitem recurso)

1. Só é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que as decisões impugnadas sejam desfavoráveis para o recorrente em valor também superior a metade da alçada desse tribunal; em caso, porém, de fundada dúvida acerca do valor da sucumbência, atender-se-á somente ao valor da causa.
2. (...)

Artigo 77.º

Formulação do pedido

1 - Quando apresentado pelo Ministério Público ou pelo assistente, o pedido é deduzido na acusação ou no prazo em que esta deve ser formulada.

2 - O lesado que tiver manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil, nos termos do artigo 75.º, n.º 2, é notificado do despacho de acusação, ou, não o havendo, do despacho de pronúncia, se a ele houver lugar, para, querendo, deduzir o pedido, em requerimento articulado, no prazo de 20 dias.

3 - Se não tiver manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização ou se não tiver sido notificado nos termos do número anterior, o lesado pode deduzir o pedido até 10 dias depois de ao arguido ser notificado o despacho de acusação ou, se o não houver, o despacho de pronúncia.

4 - Quando, em razão do valor do pedido, se deduzido em separado, não fosse obrigatória a constituição de advogado, o lesado, nos prazos estabelecidos nos números anteriores, pode requerer que lhe seja arbitrada a indemnização civil. O requerimento não está sujeito a formalidades especiais e pode consistir em declaração em auto, com indicação do prejuízo sofrido e das provas.

5 - Salvo nos casos previstos no número anterior, o pedido de indemnização civil é acompanhado de duplicados para os demandados e para a secretaria.

Nº. 1 - Lei 60/98 de 27/8 – Estatuto do Ministério Público

Nº. 1 - Acusação pelo assistente

O artigo 284º, n.º 1 estabelece o prazo de dez dias contados a partir da notificação da acusação para o assistente deduzir acusação pelos factos acusados pelo Ministério Público, por parte deles ou por outros que não importem alteração substancial daqueles.

Acusação particular

Artigo 285º, n.º 1 – Cfr. anotações.

Nº. 4 - Parece-nos que nos casos referidos no nº. 4, última parte, tal pedido poderá ser efectuado quando o lesado prestar declarações, evitando-se assim delongas processuais.

Taxa de Justiça

A formulação do pedido cível nos termos do artº. 77º não dá lugar ao pagamento de taxa de justiça inicial – cfr. artº. 29º nº. 3 alª f) do CCJ.

Artigo 78.º

Contestação

- 1 - A pessoa contra quem for deduzido pedido de indemnização civil é notificada para, querendo, contestar no prazo de 20 dias.
- 2 - A contestação é deduzida por artigos.
- 3 - A falta de contestação não implica confissão dos factos.

Prorrogação do prazo

Os prazos referidos no presente artigo podem, em casos de excepcional complexidade, por despacho do Juiz e a requerimento do arguido, do assistente ou das partes civis pode ser prorrogados até ao limite de mais 20 dias – art. 107º, n.º 6.

Artigo 79.º

Provas

- 1 - As provas são requeridas com os articulados.
- 2 - Cada requerente, demandado ou interveniente pode arrolar testemunhas em número não superior a 10 ou a 5, consoante o valor do pedido exceda ou não a alçada da relação em matéria cível.

Alçada

Como se refere na anotação ao art. 76º, a alçada dos tribunais judiciais vem estabelecida no art. 24º da Lei 3/99, de 13/1, republicada pela Lei 105/2003 de 10.12.

Assim: Valor do pedido > €14963,94 – 10 testemunhas

Valor do pedido < €14963,94 – 5 testemunhas

Artigo 80.º

Julgamento

O lesado, os demandados e os intervenientes são obrigados a comparecer no julgamento apenas quando tiverem de prestar declarações a que não puderem recusar-se.

Auto de diligência – Cfr. Anotação ao artº. 116º

Artigo 81.º

Renúncia, desistência e conversão do pedido

O lesado pode, em qualquer altura do processo:

- a) Renunciar ao direito de indemnização civil e desistir do pedido formulado;
- b) Requerer que o objecto da prestação indemnizatória seja convertido em diferente atribuição patrimonial, desde que prevista na lei.

Artigo 82.º

Liquidação em execução de sentença e reenvio para os tribunais civis

1 - Se não dispuser de elementos bastantes para fixar a indemnização, o tribunal condena no que se liquidar em execução de sentença. Neste caso, a execução corre perante o tribunal civil, servindo de título executivo a sentença penal.

2 - Pode, no entanto, o tribunal, oficiosamente ou a requerimento, estabelecer uma indemnização provisória por conta da indemnização a fixar posteriormente, se dispuser de elementos bastantes, e conferir-lhe o efeito previsto no artigo seguinte.

3 - O tribunal pode, oficiosamente ou a requerimento, remeter as partes para os tribunais civis quando as questões suscitadas pelo pedido de indemnização civil inviabilizarem uma decisão rigorosa ou forem susceptíveis de gerar incidentes que retardem intoleravelmente o processo penal.

Artigo 82.º-A

Reparação da vítima em casos especiais

1 - Não tendo sido deduzido pedido de indemnização civil no processo penal ou em separado, nos termos dos artigos 72.º e 77.º, o tribunal, em caso de condenação, pode arbitrar uma quantia a título de reparação pelos prejuízos sofridos quando particulares exigências de protecção da vítima o imponham.

2 - No caso previsto no número anterior, é assegurado o respeito pelo contraditório.

3 - A quantia arbitrada a título de reparação é tida em conta em acção que venha a conhecer de pedido civil de indemnização.

Artigo 83.º

Exequibilidade provisória

A requerimento do lesado, o tribunal pode declarar a condenação em indemnização civil, no todo ou em parte, provisoriamente executiva, nomeadamente sob a forma de pensão.

Artigo 84.º

Caso julgado

A decisão penal, ainda que absolutória, que conhecer do pedido civil constitui caso julgado nos termos em que a lei atribui eficácia de caso julgado às sentenças civis.

LIVRO II

Dos actos processuais

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 85.º

Manutenção da ordem nos actos processuais

1 - Compete às autoridades judiciárias, às autoridades de polícia criminal e aos funcionários de justiça regular os trabalhos e manter a ordem nos actos processuais a que presidirem ou que dirigirem, tomando as providências necessárias contra quem perturbar o decurso dos actos respectivos.

2 - Se o prevaricador dever ainda intervir ou estar presente no próprio dia, em acto presidido pelo juiz, este ordena, se necessário, que aquele seja detido até à altura da sua intervenção, ou durante o tempo em que a sua presença for indispensável.

3 - Verificando-se, no decurso de um acto processual, a prática de qualquer infracção, a entidade competente, nos termos do n.º 1, levanta ou manda levantar auto e, se for caso disso, detém ou manda deter o agente, para efeito de procedimento.

4 - Para manutenção da ordem nos actos processuais requisita-se, sempre que necessário, o auxílio da força pública, a qual fica submetida, para o efeito, ao poder de direcção da autoridade judiciária que presidir ao acto.

Artigo 86.º

Publicidade do processo e segredo de justiça

1 - O processo penal é, sob pena de nulidade, público, a partir da decisão instrutória ou, se a instrução não tiver lugar, do momento em que já não pode ser requerida. O processo é público a partir do recebimento do requerimento a que se refere o artigo 287.º, n.º 1, alínea a), [se a instrução for requerida apenas pelo arguido e este, no requerimento, não declarar que se opõe à publicidade.](#)

2 - A publicidade do processo implica, nos termos definidos pela lei e, em especial, pelos artigos seguintes, os direitos de:

- a) Assistência, pelo público em geral, à realização dos actos processuais;
- b) Narração dos actos processuais, ou reprodução dos seus termos, pelos meios de comunicação social;
- c) Consulta do auto e obtenção de cópias, extractos e certidões de quaisquer partes dele.

3 - A publicidade não abrange os dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meios de prova. A autoridade judiciária específica, por despacho, oficiosamente ou a requerimento, os elementos relativamente aos quais se mantém o segredo de justiça, ordenando, se for caso disso, a sua destruição ou que sejam entregues à pessoa a quem disserem respeito.

4 - O segredo de justiça vincula todos os participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo e conhecimento de elementos a ele pertencentes, e implica as proibições de:

- a) Assistência à prática ou tomada de conhecimento do conteúdo de acto processual a que não tenham o direito ou o dever de assistir;
- b) Divulgação da ocorrência de acto processual ou dos seus termos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação.

5 - Pode, todavia, a autoridade judiciária que preside à fase processual respectiva dar ou ordenar ou permitir que seja dado conhecimento a determinadas pessoas do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, se tal se afigurar conveniente ao esclarecimento da verdade.

6 - As pessoas referidas no número anterior ficam, em todo o caso, vinculadas pelo segredo de justiça.

7 - A autoridade judiciária pode autorizar a passagem de certidão em que seja dado conhecimento do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, desde que necessária a processo de natureza criminal ou à instrução de processo disciplinar de natureza pública, bem como à dedução do pedido de indemnização civil.

8 - Se o processo respeitar a acidente causado por veículo de circulação terrestre, a autoridade judiciária autoriza a passagem de certidão:

a) Em que seja dado conhecimento de acto ou documento em segredo de justiça, para os fins previstos na última parte do número anterior e perante requerimento fundamentado no disposto no artigo 72.º, n.º 1, alínea a);

b) Do auto de notícia do acidente levantado por entidade policial, para efeitos de composição extra-judicial de litígio em que seja interessada entidade seguradora para a qual esteja transferida a responsabilidade civil.

9 - O segredo de justiça não prejudica a prestação de esclarecimentos públicos:

a) Quando necessários ao restabelecimento da verdade e sem prejuízo para a investigação, a pedido de pessoas publicamente postas em causa;

b) Excepcionalmente, nomeadamente em casos de especial repercussão

pública, quando e na medida do estritamente necessário para a reposição da verdade sobre factos publicamente divulgados, para garantir a segurança de pessoas e bens e para evitar perturbação da tranquilidade pública.

Instrução

N.º 1 - Quando a instrução é requerida apenas pelo arguido e este, no requerimento, não declarar que se opõe à publicidade, o processo passará a ser público.

Arguido

O arguido, tem direito, a estar presente aos actos processuais que directamente lhe disserem respeito - art. 61.º, n.º 1, al. a).

Segredo de justiça/dever de sigilo

Os Oficiais de Justiça encontram-se, evidentemente, vinculados pelo segredo de justiça, estando, também, obrigados ao dever de sigilo (art. 66.º, n.º 1, al. a) do D.L. 343/99 de 26/8 – Estatuto dos Funcionários Judiciais).

Violação do segredo de justiça

Constitui o crime de violação do segredo de justiça, previsto e punido pelo art. 371.º do Código Penal, a divulgação de conteúdo de matéria inserida no âmbito do secretismo do processo.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Artigo 20, n.º. 3 da CRP ” a lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça”.

DESTRUIÇÃO/INUTILIZAÇÃO de folhas de processos - Circular n.º. 32/2003 da DGAJ

Artigo 87.º

Assistência do público a actos processuais

1 - Aos actos processuais declarados públicos pela lei, nomeadamente às audiências, pode assistir qualquer pessoa. Oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do arguido ou do assistente pode, porém, o juiz decidir, por

despacho, restringir a livre assistência do público ou que o acto, ou parte dele, decorra com exclusão da publicidade.

2 - O despacho referido na segunda parte do número anterior deve fundar-se em factos ou circunstâncias concretas que façam presumir que a publicidade causaria grave dano à dignidade das pessoas, à moral pública ou ao normal decurso do acto e deve ser revogado logo que cessarem os motivos que lhe deram causa.

3 - Em caso de processo por crime sexual que tenha por ofendido um menor de 16 anos, os actos processuais decorrem em regra com exclusão da publicidade.

4 - Decorrendo o acto com exclusão da publicidade, apenas podem assistir as pessoas que nele tiverem de intervir, bem como outras que o juiz admitir por razões atendíveis, nomeadamente de ordem profissional ou científica.

5 - A exclusão da publicidade não abrange, em caso algum, a leitura da sentença.

6 - Não implica restrição ou exclusão da publicidade, para efeito do disposto nos números anteriores, a proibição, pelo juiz, da assistência de menor de 18 anos ou de quem, pelo seu comportamento, puser em causa a dignidade ou a disciplina do acto.

Publicidade da audiência - Artigo 321º

Artigo 88.º

Meios de comunicação social

1 - É permitida aos órgãos de comunicação social, dentro dos limites da lei, a narração circunstanciada do teor de actos processuais que se não encontrem cobertos por segredo de justiça ou a cujo decurso for permitida a assistência do público em geral.

2 - Não é, porém, autorizada, sob pena de desobediência simples:

a) A reprodução de peças processuais ou de documentos incorporados no processo, até à sentença de 1.ª instância, salvo se tiverem sido obtidos mediante certidão solicitada com menção do fim a que se destina, ou se para tal tiver havido autorização expressa da autoridade judiciária que presidir à fase do processo no momento da publicação;

b) A transmissão ou registo de imagens ou de tomadas de som relativas à prática de qualquer acto processual, nomeadamente da audiência, salvo se a autoridade judiciária referida na alínea anterior, por despacho, a autorizar; não pode, porém, ser autorizada a transmissão ou registo de imagens ou tomada de som relativas a pessoa que a tal se opuser;

c) A publicação, por qualquer meio, da identidade de vítimas de crimes sexuais, contra a honra ou contra a reserva da vida privada, antes da audiência, ou mesmo depois, se o ofendido for menor de 16 anos.

3 - Até à decisão sobre a publicidade da audiência não é ainda autorizada, sob pena de desobediência simples, a narração de actos processuais anteriores àquela quando o juiz, oficiosamente ou a requerimento, a tiver proibido com fundamento nos factos ou circunstâncias referidos no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 89.º

Consulta de auto e obtenção de certidão e informação por sujeitos processuais

1 - Para além da entidade que dirigir o processo, do Ministério Público e daqueles que nele intervierem como auxiliares, o arguido, o assistente e as partes civis podem ter acesso a auto, para consulta, na secretaria ou noutra local onde estiver a ser realizada qualquer diligência, bem como obter cópias, extractos e certidões autorizados por despacho, ou independentemente dele para efeito de prepararem a acusação e a defesa dentro dos prazos para tal estipulados pela lei.

2 - Se, porém, o Ministério Público não houver ainda deduzido acusação, o arguido, o assistente, se o procedimento criminal não depender de acusação particular, e as partes civis só podem ter acesso a auto na parte respeitante a declarações prestadas e a requerimentos e memoriais por eles apresentados, bem como a diligências de prova a que pudessem assistir ou a questões incidentais em que devessem intervir, sem prejuízo do disposto no artigo 86.º, n.º 5. Para o efeito, as partes referidas do auto ficam avulsas na secretaria, por fotocópia, pelo prazo de três dias, sem prejuízo do andamento do processo. O dever de guardar segredo de justiça persiste para todos.

3 - As pessoas mencionadas no n.º 1 têm, relativamente a processos findos, àqueles em que não puder ou já não puder ter lugar a instrução e àqueles em que tiver havido já decisão instrutória, direito a examiná-los gratuitamente fora da secretaria, desde que o requeiram à autoridade judiciária competente e esta, fixando o prazo para tal, autorize a confiança do processo.

4 - São correspondentemente aplicáveis à hipótese prevista no número anterior as disposições da lei do processo civil respeitantes à falta de restituição do processo dentro do prazo; sendo a falta da responsabilidade do Ministério Público, a ocorrência é comunicada ao superior hierárquico.

► N.º 1

As cópias e os extractos mencionados no n.º 1 do presente artigo devem ser fornecidas gratuitamente, no entanto, as certidões devem ser tributadas nos termos do art. 106º do CCJ. – Ofício circular n.º 13 do CFOJ, de 23/10/95.

► Última parte do n.º 2

O procedimento descrito na última parte do n.º 2, na realidade, não é cumprido, por razões óbvias, pelo que a secretaria apenas deve extrair fotocópias a partir do momento em que sejam solicitadas ou até mesmo, só a partir do momento em que for proferido despacho favorável sobre aquele requerimento.

► N.º 4 – Restituição fora de Prazo

Consulta de processos findos por advogados – ofício circular n.º. 34/95, de 3/10/1995 – consulta sem necessidade de exibição de procuração.

Requerida certidão pela Ordem dos Advogados no exercício das suas atribuições a mesma deverá ser emitida gratuitamente – artigo 6º do Estatuto dos Advogados e artigo 2º do CCJ.

Se requerida certidão pela ordem dos Advogados nos exercício das suas atribuições a mesma, desde que autorizada, deverá ser fornecida gratuitamente – artigo 6º n.º.1 do Estatuto da Ordem dos Advogados

ARTIGO 170.º CPC

(Falta de restituição do processo dentro do prazo)

1. O mandatário judicial que não entregue o processo dentro do prazo que lhe tiver sido fixado será notificado para, em dois dias, justificar o seu procedimento.
2. Caso o mandatário judicial não apresente justificação ou esta não constitua facto do conhecimento pessoal do juiz ou justo impedimento nos termos do artigo 146.º deste Código, será condenado no máximo de multa; esta será elevada ao dobro se, notificado da sua aplicação, não entregar o processo no prazo de cinco dias.
3. Se, decorrido o prazo previsto na última parte do número anterior, o mandatário judicial ainda não tiver feito a entrega do processo, o Ministério Público, ao qual é dado conhecimento do facto, promoverá contra ele procedimento pelo crime de desobediência e fará apreender o processo.
4. Do mesmo facto é dado conhecimento, conforme os casos, à Ordem dos Advogados ou à Câmara dos Solicitadores para efeitos disciplinares.

ARTIGO 171.º CPC

(Direito ao exame em consequência de disposição legal ou despacho judicial)

1. Nos casos em que, por disposição da lei ou despacho do juiz, o mandatário judicial tenha prazo para exame, a secretaria, a simples pedido verbal, confia-lhe o processo pelo prazo marcado.
2. Considera-se que o mandatário judicial tem prazo para exame do processo sempre que este aguarde o decurso do prazo para a prática de um acto que só à parte por ele patrocinada caiba praticar.
3. Se deixar de entregar o processo até ao último dia do prazo de exame, o mandatário incorre nas sanções cominadas no artigo anterior.

ARTIGO 172.º CPC

(Dúvidas e reclamações)

1. Em caso de dúvida sobre o direito de acesso ao processo, a secretaria submeterá, por escrito, a questão à apreciação do juiz.

2. No caso de recusa do acesso ao processo ou se for requerida a prorrogação do prazo de consulta, a secretaria faz o processo concluso imediatamente ao juiz com a informação que tiver por conveniente, para ser proferida decisão.

ARTIGO 173.º CPC

(Registo da entrega dos autos)

1. A entrega dos autos a que se referem os artigos anteriores é registada em livro especial, indicando-se o processo de que se trata, o dia e hora da entrega e o prazo por que é concedido o exame. A nota será assinada pelo requerente ou por outra pessoa munida de autorização escrita.

2. Quando o processo for restituído, dar-se-á a respectiva baixa ao lado da nota de entrega.

Artigo 90.º

Consulta de auto e obtenção de certidão por outras pessoas

1 - Qualquer pessoa que nisso revelar interesse legítimo pode pedir que seja admitida a consultar auto de um processo que se não encontre em segredo de justiça e que lhe seja fornecida, à sua custa, cópia, extracto ou certidão de auto ou de parte dele. Sobre o pedido decide, por despacho, a autoridade judiciária que presidir à fase em que se encontra o processo ou que nele tiver proferido a última decisão.

2 - A permissão de consulta de auto e de obtenção de cópia, extracto ou certidão realiza-se sem prejuízo da proibição, que no caso se verificar, de narração dos actos processuais ou de reprodução dos seus termos através dos meios de comunicação social.

A expressão “qualquer pessoa” refere-se, por exemplo, a intervenientes processuais (testemunhas, peritos, consultores técnicos) voluntariamente tenham interesse no processo, não devendo ser aplicada aos Senhores advogados. (Ofício Circular n.º 34/95 de 3/10 da DGSJ).

Montantes devidos

Ver os artigos 106º do CCJ.

Artigo 91.º

Juramento e compromisso

1 - As testemunhas prestam o seguinte juramento: «Juro, por minha honra, dizer toda a verdade e só a verdade.»

2 - Os peritos e os intérpretes prestam, em qualquer fase do processo, o

seguinte compromisso: «Comprometo-me, por minha honra, a desempenhar fielmente as funções que me são confiadas.»

3 - O juramento e o compromisso referidos nos números anteriores são prestados perante a autoridade judiciária competente, a qual adverte previamente quem os dever prestar das sanções em que incorre se os recusar ou a eles faltar.

4 - A recusa a prestar o juramento ou o compromisso equivale à recusa a depor ou a exercer as funções.

5 - O juramento e o compromisso, uma vez prestados, não necessitam de ser renovados na mesma fase de um mesmo processo.

6 - Não prestam o juramento e o compromisso referidos nos números anteriores:

a) Os menores de 16 anos;

b) Os peritos e os intérpretes que forem funcionários públicos e intervierem no exercício das suas funções.

Deveres Gerais da testemunha - Artigo 132º

Regras da inquirição - Artigo 138º

Tomada de depoimentos ajuramentados.

O artigo 270º, n.º 2, al. a) **exceptua** dos actos que podem ser delegados pelo Ministério Público aos órgãos de polícia criminal, no inquérito, a **tomada de depoimentos ajuramentados**, pelo que os **Oficiais de Justiça estão impedidos de tomar estes depoimentos** – ver Mapa I, al. I), j) e l) do DL 343/99 de 26 de Agosto (Estatuto dos Funcionários de Justiça). No entanto deve ser *feita a advertência de que é obrigado a dizer a verdade*, sob pena de não o fazer incorrer na prática de um crime de Falsidade de Testemunho, previsto e punido pelo artº. 360º do Código Penal.

Arguido – não presta juramento – artº. 140º

Assistente – não presta juramento – artº. 145º

Peritos – os peritos prestam compromisso de honra – artº. 91º n.º. 2

TÍTULO II

Da forma dos actos e da sua documentação

Artigo 92.º

Língua dos actos e nomeação de intérprete

1 - Nos actos processuais, tanto escritos como orais, utiliza-se a língua portuguesa, sob pena de nulidade.

2 - Quando houver de intervir no processo pessoa que não conhecer ou não dominar a língua portuguesa, é nomeado, sem encargo para ela, intérprete idóneo, ainda que a entidade que preside ao acto ou qualquer dos participantes processuais conheçam a língua por aquela utilizada.

3 - É igualmente nomeado intérprete quando se tornar necessário traduzir documento em língua estrangeira e desacompanhado de tradução autenticada.

4 - Ao desempenho da função de intérprete é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 153.º e 162.º

▶ Perito

O art. 153º estabelece as regras para o desempenho das funções de perito.

▶ Remuneração

Os artigos 162º do CPP, 91º e 92º do CCJ, regulamentam o montante da remuneração devida aos peritos, que, no caso do referido no presente art. deverá ser de 1/2da UC. Devendo, no entanto, ter-se em atenção o disposto no art. 94º do CCJ.

▶ Obrigatoriedade de nomeação de defensor officioso – Artigo 64,nº. 1 c)

▶ Utilização da língua portuguesa nos actos recebidos de autoridades estrangeiros (rogatórias para notificação) – artigos 229º a 240º

▶ Artigo 153.º - Desempenho da função de perito

▶ Artigo 162.º - Remuneração do perito

Artigo 93.º

Participação de surdo, deficiente auditivo ou de mudo

1 - Quando um surdo, deficiente auditivo ou um mudo devam prestar declarações, observam-se as seguintes regras:

a) Ao surdo ou deficiente auditivo é nomeado intérprete idóneo de língua gestual, leitura labial ou expressão escrita, conforme mais adequado à situação do interessado;

b) Ao mudo, se souber escrever, formulam-se as perguntas oralmente, respondendo por escrito. Em caso contrário e sempre que requerido nomeia-se intérprete idóneo.

2 - A falta de intérprete implica o adiamento da diligência.

3 - O disposto nos números anteriores é aplicável em todas as fases do processo e independentemente da posição do interessado na causa.

ARGUIDO

Obrigatoriedade de nomeação de defensor oficioso – Art.º 64, n.º 1 e)

Artigo 94.º

Forma escrita dos actos

1 - Os actos processuais que tiverem de praticar-se sob a forma escrita são redigidos de modo perfeitamente legível, não contendo espaços em branco que não sejam inutilizados, nem entrelinhas, rasuras ou emendas que não sejam ressalvadas.

2 - Podem utilizar-se máquinas de escrever ou processadores de texto, caso em que se certifica, antes da assinatura, que o documento foi integralmente revisto e se identifica a entidade que o elaborou.

3 - Podem igualmente utilizar-se fórmulas pré-impressas, formulários em suporte electrónico ou carimbos, a completar com o texto respectivo.

4 - Em caso de manifesta ilegibilidade do documento, qualquer participante processual interessado pode solicitar, sem encargos, a respectiva transcrição dactilográfica.

5 - As abreviaturas a que houver de recorrer-se devem possuir significado inequívoco. As datas e os números podem ser escritos por algarismos, ressalvada a indicação por extenso das penas, montantes indemnizatórios e outros elementos cuja certeza importe acautelar.

6 - É obrigatória a menção do dia, mês e ano da prática do acto, bem como, tratando-se de acto que afecte liberdades fundamentais das pessoas, da hora da sua ocorrência, com referência ao momento do respectivo início e conclusão. O lugar da prática do acto deve ser indicado.

Ordem de serviço n.º 17/86 da DGSJ que no seu ponto n.º VII § 5

“... com a finalidade de tornar legíveis eventuais fotocópias, nos processos todos os textos devem ser manuscritos, dactilógrafos ou impressos a preto.

Cartas Precatórias – Paginação - cfr. anotações ao art. 111º

Se utilizadas máquinas de escrever ou processador de texto, antes da assinatura deverá certificar-se que o documento foi integralmente revisto pela entidade que o elaborou – 94º n.º 2.

Artigo 95.º

Assinatura

1 - O escrito a que houver de reduzir-se um acto processual é no final, e ainda que este deva continuar-se em momento posterior, assinado por quem a ele presidir, por aquelas pessoas que nele tiverem participado e pelo funcionário de justiça que tiver feito a redacção, sendo as folhas que não contiverem assinatura rubricadas pelos que tiverem assinado.

2 - As assinaturas e as rubricas são feitas pelo próprio punho, sendo, para o efeito, proibido o uso de quaisquer meios de reprodução.

3 - No caso de qualquer das pessoas cuja assinatura for obrigatória não puder ou se recusar a prestá-la, a autoridade ou o funcionário presentes declaram no auto essa impossibilidade ou recusa e os motivos que para elas tenham sido dados.

Definição de auto – Artº. 99º.

DESENTRANHAMENTO / PAGINAÇÃO

Ordem de Serviço 17/86 da DGSJ – Ponto VI – nº. 2

Quando se desentranharem documentos de processos não se deverá corrigir a paginação, já que no termo de desentranhamento ficará explicado a razão do salto verificado na paginação

CARTAS PRECATÓRIAS - PAGINAÇÃO

Ordem de Serviço 17/86 da DGSJ – Ponto VI nº. 3

As cartas precatórias deverão ser paginadas a meio da página, na parte superior, para evitar duas paginações no canto superior direito da folha.

Artigo 96.º

Oralidade dos actos

1 - Salvo quando a lei dispuser de modo diferente, a prestação de quaisquer declarações processa-se por forma oral, não sendo autorizada a leitura de documentos escritos previamente elaborados para aquele efeito.

2 - A entidade que presidir ao acto pode autorizar que o declarante se socorra de apontamentos escritos como adjuvantes de memória, fazendo consignar no auto tal circunstância.

3 - No caso a que se refere o número anterior devem ser tomadas providências para defesa da espontaneidade das declarações feitas, ordenando-se, se for caso disso, a exibição dos apontamentos escritos, sobre cuja origem o declarante será detalhadamente perguntado.

4 - Os despachos e sentenças proferidos oralmente são consignados no auto.

5 - O disposto no presente artigo não prejudica as normas relativas às leituras permitidas e proibidas em audiência.

Artigo 97.º

Actos decisórios

1 - Os actos decisórios dos juízes tomam a forma de:

- a) Sentenças, quando conhecerem a final do objecto do processo;
- b) Despachos, quando conhecerem de qualquer questão interlocutória ou quando puserem termo ao processo fora do caso previsto na alínea anterior;
- c) Acórdãos, quando se tratar da decisão de um tribunal colegial.

2 - Os actos decisórios do Ministério Público tomam a forma de despachos.

3 - Os actos decisórios referidos nos números anteriores revestem os requisitos formais dos actos escritos ou orais, consoante o caso.

4 - Os actos decisórios são sempre fundamentados, devendo ser especificados os motivos de facto e de direito da decisão.

Artigo 98.º

Exposições, memoriais e requerimentos

1 - O arguido, ainda que em liberdade, pode apresentar exposições, memoriais e requerimentos em qualquer fase do processo, embora não assinados pelo defensor, desde que se contenham dentro do objecto do processo ou tenham por finalidade a salvaguarda dos seus direitos fundamentais. As exposições, memoriais e requerimentos do arguido são sempre integrados nos autos.

2 - Os requerimentos dos outros participantes processuais que se encontrem representados por advogados são assinados por estes, salvo se se verificar impossibilidade de eles o fazerem e o requerimento visar a prática de acto sujeito a prazo de caducidade.

3 - Quando for legalmente admissível a formulação oral de requerimentos, estes são consignados no auto pela entidade que dirigir o processo ou pelo funcionário de justiça que o tiver a seu cargo.

Artigo 99.º

Auto

1 - O auto é o instrumento destinado a fazer fé quanto aos termos em que se desenrolaram aos actos processuais a cuja documentação a lei obrigar e aos quais tiver assistido quem o redige, bem como a recolher as declarações, requerimentos, promoções e actos decisórios orais que tiverem ocorrido perante aquele.

2 - O auto respeitante ao debate instrutório e à audiência denomina-se acta e rege-se complementarmente pelas disposições legais que este Código lhe manda aplicar.

3 - O auto contém, além dos requisitos previstos para os actos escritos, menção dos elementos seguintes:

- a) Identificação das pessoas que intervieram no acto;

b) Causas, se conhecidas, da ausência das pessoas cuja intervenção no acto estava prevista;

c) Descrição especificada das operações praticadas, da intervenção de cada um dos participantes processuais, das declarações prestadas, do modo como o foram e das circunstâncias em que o foram, dos documentos apresentados ou recebidos e dos resultados alcançados, de modo a garantir a genuína expressão da ocorrência;

d) Qualquer ocorrência relevante para apreciação da prova ou da regularidade do acto.

4 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 169.º.

Elementos que deverão constar dos autos

Deverá ter-se em atenção a obrigatoriedade de menção no auto dos elementos referidos no art. 94º, n.º 6 e 95º.

Redução a escrito - Inquérito

Em sede de inquérito apenas são reduzidos a auto as diligências de prova cuja documentação o MP entenda necessário - art. 275º

Valor probatório de documentos autênticos e autenticados - artigo 169º

Acta do debate instrutório – artigo 305º

Documentação da audiência – artigos 362º a 364º, nº 4 e 396º, nº. 3

Artigo 100.º

Redacção do auto

1 - A redacção do auto é efectuada pelo funcionário de justiça, ou pelo funcionário de polícia criminal durante o inquérito, sob a direcção da entidade que presidir ao acto.

2 - Sempre que o auto dever ser redigido por súmula, compete à entidade que presidir ao acto velar por que a súmula corresponda ao essencial do que se tiver passado ou das declarações prestadas, podendo para o efeito ditar o conteúdo do auto ou delegar, oficiosamente ou a requerimento, nos participantes processuais ou nos seus representantes.

3 - Em caso de alegada desconformidade entre o teor do que for ditado e o ocorrido, são feitas consignar as declarações relativas à discrepância, com indicação das rectificações a efectuar, após o que a entidade que presidir ao acto profere, ouvidos os participantes processuais interessados que estiverem presentes, decisão definitiva sustentando ou modificando a redacção inicial.

Artigo 101.º

Registo e transcrição

1 - O funcionário referido no n.º 1 do artigo anterior pode redigir o auto utilizando meios estenográficos, estenotípicos ou outros diferentes da escrita comum, bem como socorrer-se de gravação magnetofónica ou áudio-visual.

2 - Quando forem utilizados meios estenográficos, estenotípicos ou outros diferentes da escrita comum, o funcionário que deles se tiver socorrido, ou, na sua impossibilidade ou falta, pessoa idónea, faz a transcrição no prazo mais curto possível, sendo os respectivos encargos suportados nos termos fixados no Código das Custas Judiciais, devendo a entidade que presidiu ao acto certificar-se da conformidade da transcrição, antes da assinatura.

3 - As folhas estenografadas e as fitas estenotipadas ou gravadas são apenas ao auto, ou, se isso for impossível, devidamente guardadas depois de seladas, numeradas e identificadas com o processo a que se referem. De toda a abertura e encerramento dos registos guardados é feita menção no auto pela entidade que proceder à operação.

Na transcrição do auto podem utilizar-se meios estenográficos, estereotípicos ou outros diferentes da escrita comum, bem como socorrer-se de gravação magnetofónica.

Quando utilizados meios estenográficos, estenotípicos ou outros diferentes da escrita comum é feita a transcrição pelo funcionário ou por pessoa idónea, no mais curto espaço de tempo possível, sendo os respectivos encargos suportados nos termos fixados no Código das Custas Judiciais – artigo 89º nº 2, devendo a entidade que presidiu ao acto certificar-se da conformidade da transcrição, antes da assinatura.

Artigo 89º nº 2 do CCJ

Nos casos em que haja lugar à transcrição das provas produzidas oralmente, os custos com a mesma são suportados pelo recorrente, mediante o pagamento de preparo para despesas, aplicando-se com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 43º a 46º.

JURISPRUDÊNCIA – APLICÁVEL até 31.12.2003

Ver Assento nº. 2/2000, cujo sumário se transcreve” Sempre que o recorrente impugne a decisão proferida sobre a matéria de facto em conformidade com o disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 412º. do Código de Processo Penal, a transcrição ali referida incumbe ao Tribunal

Redacção dada por Decreto-Lei nº 324/2003 de 27-12-2003, Artigo 7.º - Alteração ao Código de Processo Penal Código das Custas Judiciais

Artigo 102.º

Reforma de auto perdido, extraviado ou destruído

1 - Quando se perder, extraviar ou destruir auto ou parte dele procede-se à sua reforma no tribunal em que o processo tiver corrido ou dever correr termos em 1.ª instância, ainda mesmo quando nele tiver havido algum recurso.

2 - A reforma é ordenada pelo juiz, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do arguido, do assistente ou das partes civis.

3 - Na reforma seguem-se os trâmites previstos na lei do processo civil em tudo quanto se não especifica nas alíneas seguintes:

a) Na conferência intervêm o Ministério Público, o arguido, o assistente e as partes civis;

b) O acordo dos intervenientes, transcrito no auto, só supre o processo em matéria civil, sendo meramente informativo em matéria penal.

Nº. 3 - Quanto às disposições do Processo Civil ver artigos 1074º e 1081º

TÍTULO III

Do tempo dos actos e da aceleração do processo

Artigo 103.º

Quando se praticam os actos

1 - Os actos processuais praticam-se nos dias úteis, às horas de expediente dos serviços de justiça e fora do período de férias judiciais.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior:

a) Os actos processuais relativos a arguidos detidos ou presos, ou indispensáveis à garantia da liberdade das pessoas;

b) Os actos de inquérito e de instrução, bem como os debates instrutórios e audiências relativamente aos quais for reconhecida, por despacho de quem a elas presidir, vantagem em que o seu início, prosseguimento ou conclusão ocorra sem aquelas limitações;

c) Os actos de mero expediente, bem como as decisões das autoridades judiciárias, sempre que necessário.

3 - O interrogatório do arguido não pode, sob pena de nulidade, ser efectuado entre as 0 e as 6 horas, salvo em acto seguido à detenção.

Arguido detido

O art. 141º, n.º 1 estabelece que o arguido detido, que não deva ser imediatamente julgado, é presente ao juiz de instrução, no prazo máximo de 48 horas após a detenção, para o primeiro interrogatório judicial.

Férias Judiciais - ver art. 12º - da lei nº. 3/99 de 13 de Janeiro

Turnos de férias de Verão – Ver circular nº. 12 da DGAJ, de 13/5/2002 que no seu § 1º.

” de acordo com o nº. 1 do art. 39º do Decreto-Lei 186-A/99, de 31 de Maio os mapas de férias distribuem por turnos de férias de Verão o pessoal das Secretarias, tendo em conta o estado dos Serviços”

Ver ainda os art. 140º e 142º a 144º sobre esta temática.

Artigo 104.º

Contagem dos prazos de actos processuais

1 - Aplicam-se à contagem dos prazos para a prática de actos processuais as disposições da lei do processo civil.

2 - Correm em férias os prazos relativos a processos nos quais devam praticar-se os actos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo anterior.

▶ Contagem dos prazos

Aplicam-se à contagem dos prazos as normas da Lei Civil. Logo, a regra é a continuidade dos prazos e da suspensão nas férias judiciais (artigo 144º do CPC), com as excepções a que refere o n.º 2 do presente artigo.

▶ Assim, dever-se-á ter em atenção o disposto nos artigos 144º, 145º, 150º do CPC, art. 279º e 296º CC.

Férias Judiciais

Dispõe o art. 12º da Lei 3/99, de 13/1 (Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais), de 13/1, republicada pela Lei 105/2003, de 10.12, que as férias judiciais decorrem de 22 de Dezembro a 3 de Janeiro, do Domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de Julho a 14 de Setembro.

ARTIGO 144.º do CPC

(Regra da continuidade dos prazos)

1. O prazo processual, estabelecido por lei ou fixado por despacho do juiz, é contínuo, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais, salvo se a sua duração for igual ou superior a seis meses ou se tratar de actos a praticar em processos que a lei considere urgentes.
2. Quando o prazo para a prática do acto processual terminar em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se encerrados os tribunais quando for concedida tolerância de ponto.

4. Os prazos para a propositura de acções previstos neste Código seguem o regime dos números anteriores.

ARTIGO 145.º do CPC

(Modalidades do prazo)

“...

5 – Independentemente de justo impedimento pode o acto ser praticado dentro dos três primeiros dias subsequentes ao termo do prazo, ficando a sua validade dependente do pagamento, até ao termo do primeiro dia útil posterior ao da prática do acto, de uma multa de montante igual a um quarto de taxa de justiça inicial por cada dia de atraso, não podendo a multa exceder 3 UC.

6 - Decorrido o prazo referido no número anterior sem ter sido paga a multa devida, a secretaria, independentemente de despacho, notifica o interessado para pagar multa de montante igual ao dobro da taxa de justiça inicial, não podendo a multa exceder 20 UC.

7 - ...”

ARTIGO 150.º do CPC

Apresentação a Juízo dos Actos Processuais

1 - Os actos processuais que devam ser praticados por escrito pelas partes são apresentados a juízo por uma das seguintes formas:

- a) Entrega na secretaria judicial, valendo como data da prática do acto processual a da respectiva entrega;
- b) Remessa pelo correio, sob registo, valendo como data da prática do acto processual a da efectivação do respectivo registo postal;
- c) Envio através de telecópia, valendo como data da prática do acto processual a da expedição;
- d) Envio através de correio electrónico, com aposição de assinatura electrónica avançada, valendo como data da prática do acto processual a da expedição, devidamente certificada;
- e) Envio através de outro meio de transmissão electrónica de dados.

2 - Os termos a que deve obedecer o envio através dos meios previstos nas alíneas d) e e) do número anterior são definidos por portaria do Ministro da Justiça.

3 - A parte que proceda à apresentação de acto processual através dos meios previstos nas alíneas d) e e) do n.º 1 remete a tribunal, no prazo de cinco dias, todos os documentos que devam acompanhar a peça processual.

4 - Tratando-se da apresentação de petição inicial, o prazo referido no número anterior conta-se a partir da data da respectiva distribuição.

5. A notificação por correio electrónico presume-se feita na data da expedição, devidamente certificada.

6. As presunções estabelecidas nos números anteriores só podem ser ilididas pelo notificado provando que a notificação não foi efectuada ou ocorreu em data posterior à presumida, por razões que lhe não sejam imputáveis.

► **Ver Ofício-Circular n.º 23/97 da Presidência da Relação de Coimbra de 5/6/97**

Chama-se a atenção para que a Secretaria, quando as peças processuais sejam recebidas por correio, junte ao processo o envelope que continha essas peças, pelo menos, sempre que a entrada no Tribunal ocorra depois do prazo legal para a sua entrega directa na Secretaria Judicial.

Portaria 642/2004 de 16.06.2004 – estabelece a forma de entrega de peças processuais por correio electrónico (art.º 150º e 254º n.º 2 CPC)

ARTIGO 279º do CC

(Cômputo do termo)

À fixação do termo são aplicáveis, em caso de dúvida, as seguintes regras:

a) Se o termo se referir ao princípio, meio ou fim do mês, entende-se como tal, respectivamente, o primeiro dia, o dia 15 e o último dia do mês; se for fixado no princípio, meio ou fim do ano, entende-se, respectivamente, o primeiro dia do ano, o dia 30 de Junho e o dia 31 de Dezembro;

- b) Na contagem de qualquer prazo não se inclui o dia, nem a hora, se o prazo for de horas, em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data; mas, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- d) É havido, respectivamente, como prazo de uma ou duas semanas o designado por oito ou quinze dias, sendo havido como prazo de um ou dois dias o designado por 24 ou 48 horas;
- e) O prazo que termine em domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil; aos domingos e dias feriados são equiparadas as férias judiciais, se o acto sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.

▶ **Jurisprudência**

▶ **DILACÃO** (Acórdão do STJ n.º 2/96, publicado no DR, Iª Série A de 10/1/1996.

Em processo penal , mesmo no que respeita ao pedido cível (Título V deste Código) não há prazos dilatatórios.

▶ **Art.º 150.º, n.º. 1 do C.P.C.**

O Assento 2/2000 do STJ, publicado no DR n.º 31, I Série A, de 7 de Fevereiro de 2000, determina que o n.º 1 do artigo 150º do CPC seja aplicável em processo penal por força do artigo 4º do CPP.

Artigo 105.º

Prazo e seu excesso

1 - Salvo disposição legal em contrário, é de 10 dias o prazo para a prática de qualquer acto processual.

2 - As secretarias organizam mensalmente rol dos casos em que os prazos se mostrarem excedidos e entregam-no ao presidente do tribunal e ao Ministério Público. Estes, no prazo de 10 dias, contado da data da recepção, enviam o rol à entidade com competência disciplinar, acompanhado da exposição das razões que determinaram os atrasos, ainda que o acto haja sido entretanto praticado.

Artigo 106.º

Prazo para termos e mandados

1 - Os funcionários de justiça lavram os termos do processo e passam os mandados no prazo de dois dias.

2 - O disposto no número anterior não se aplica quando neste Código se estabelecer prazo diferente, nem quando houver arguidos detidos ou presos e o prazo ali fixado afectar o tempo de privação da liberdade; neste último caso os actos são praticados imediatamente e com preferência sobre qualquer outro serviço.

TERMO DE RECEBIMENTO

Quanto à elaboração dos termos de recebimento, ver ordem de serviço n.º 17/86 da DGSJ.

“ 12. A maioria dos termos de recebimento deve ser abolida . Eles apenas devem ser escritos nos casos em que actualmente o funcionário lhes apõe uma data posterior à do despacho ou promoção”.

Artigo 107.º

Renúncia ao decurso e prática de acto fora do prazo

1 - A pessoa em benefício da qual um prazo for estabelecido pode renunciar ao seu decurso, mediante requerimento endereçado à autoridade judiciária que dirigir a fase do processo a que o acto respeitar, a qual o despacha em vinte e quatro horas.

2 - Os actos processuais só podem ser praticados fora dos prazos estabelecidos por lei, por despacho da autoridade referida no número anterior, a requerimento do interessado e ouvidos os outros sujeitos processuais a quem o caso respeitar, desde que se prove justo impedimento.

3 - O requerimento referido no número anterior é apresentado no prazo de três dias, contado do termo do prazo legalmente fixado ou da cessação do impedimento.

4 - A autoridade que defira a prática de acto fora do prazo procede, na medida do possível, à renovação dos actos aos quais o interessado teria o direito de assistir.

5 - Independentemente do justo impedimento, pode o acto ser praticado no prazo, nos termos e com as mesmas consequências que em processo civil, com as necessárias adaptações.

6 - Quando o procedimento se revelar de excepcional complexidade, nos termos do artigo 215.º, n.º 3, parte final, o juiz, a requerimento do assistente, do arguido ou das partes civis, pode prorrogar os prazos previstos nos artigos 78.º, 287.º e 315.º, até ao limite máximo de 20 dias.

N.º 5 – Prática do acto fora de prazo.

É permitida a prática de qualquer acto fora de prazo, independentemente de justo impedimento, nos termos do disposto no art. 145º, n.º 5 do CPC, conjugado com o n.º 5 do presente artigo, art. 81º-A e 85º do CCJ.

▶ **N.º 6 – Prorrogação do prazo**

Os prazos previstos no n.º 6, passíveis de serem prorrogados são:

art. 78º - Contestação ao Pedido Cível;

art. 287º - Requerimento de abertura da Instrução;

art. 315º - Contestação e Rol de Testemunhas.

Sempre no pressuposto que o processo se revele de excepcional complexidade, nos termos do art. 215, n.º. 3 do CPP, designadamente pelo elevado numero de arguido ou ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime

▶ **TAXA DE JUSTIÇA – BASE DE CÁLCULO**

na Fase de inquérito ou Instrução

Caso o processo não se encontre ainda classificado é considerada a taxa de justiça mínima correspondente ao processo comum com julgamento pelo juiz singular – artigo 81-A n.º 2 do CCJ.

Artigo 145º

Modalidade de prazo

“...

5 – Independentemente de justo impedimento pode o acto ser praticado dentro dos três primeiros dias subsequentes ao termo do prazo, ficando a sua validade dependente do pagamento, até ao termo do primeiro dia útil posterior ao da prática do acto, de uma multa de montante igual a um quarto de taxa de justiça inicial por cada dia de atraso, não podendo a multa exceder 3 UC.

6 - Decorrido o prazo referido no número anterior sem ter sido paga a multa devida, a secretaria, independentemente de despacho, notifica o interessado para pagar multa de montante igual ao dobro da taxa de justiça inicial, não podendo a multa exceder 20 UC-.

7- ...

Art.º . 81º. A do CCJ

Sanção pela prática extemporânea de actos

“ 1 - Quando o acto for praticado fora de prazo, o cálculo da multa aplicável é feito com base na taxa de justiça mínima correspondente à respectiva forma de processo.

“ 2 - Se o processo ainda não estiver classificado, é considerada a taxa de justiça mínima correspondente ao Processo comum com julgamento pelo Juiz Singular. “

TABELA PRÁTICA DE CÁLCULO

Percentagem em relação à taxa justiça mínima :	1º Dia		2º Dia	3º Dia	Art.º 145.º N.º 6 2x
	UC	€	€	€	€
Tribunal de Júri ou Colectivo	4	89,00 €	178,00 €	267,00 €	712,00 €
Tribunal Singular Inquérito (a) Instrução (a)	2	44,50 €	89,00 €	133,50 €	356,00 €
Processos Sumários e Abreviados	2	44,50 €	89,00 €	133,50 €	356,00 €
Processos Sumaríssimos	1	22,25 €	44,50 €	66,75 €	178,00 €
Contravenções e Transgressões	1	22,25 €	44,50 €	66,75 €	178,00 €
Processos de jurisdição de menores	1	22,25 €	44,50 €	66,75 €	178,00 €
Processos nos Trib. Execução Penas	1	22,25 €	44,50 €	66,75 €	178,00 €
Recurso de Contra Ordenação	2	44,50 €	89,00 €	133,50 €	356,00 €
a) quando o processo não estiver classificado (artº 81º A, nº2)					

Artigo 108.º

Aceleração de processo atrasado

1 - Quando tiverem sido excedidos os prazos previstos na lei para a duração de cada fase do processo, podem o Ministério Público, o arguido, o assistente ou as partes civis requerer a aceleração processual.

2 - O pedido é decidido:

a) Pelo Procurador-Geral da República, se o processo estiver sob a direcção do Ministério Público;

b) Pelo Conselho Superior da Magistratura, se o processo decorrer perante o tribunal ou o juiz.

3 - Encontram-se impedidos de intervir na deliberação os juízes que, por qualquer forma, tiverem participado no processo.

Prazo de duração máxima do Inquérito - art. 276º.

Prazos de Instrução - art. 306º

Artigo 109.º

Tramitação do pedido de aceleração

1 - O pedido de aceleração processual é dirigido ao presidente do Conselho Superior da Magistratura, ou ao Procurador-Geral da República, conforme os casos, e entregue no tribunal ou entidade a que o processo estiver afecto.

2 - O juiz ou o Ministério Público instruem o pedido com os elementos disponíveis e relevantes para a decisão e remetem o processo assim organizado, em três dias, ao Conselho Superior da Magistratura ou à Procuradoria-Geral da República.

3 - O Procurador-Geral da República profere despacho no prazo de cinco dias.

4 - Se a decisão competir ao Conselho Superior da Magistratura, uma vez distribuído o processo vai à primeira sessão ordinária ou a sessão extraordinária se nisso houver conveniência, e nela o relator faz uma breve exposição, em que conclui por proposta de deliberação. Não há lugar a vistos, mas a deliberação pode ser adiada até dois dias para análise do processo.

5 - A decisão é tomada, sem outras formalidades especiais, no sentido de:

a) Indeferir o pedido por falta de fundamento bastante ou por os atrasos verificados se encontrarem justificados;

b) Requisitar informações complementares, a serem fornecidas no prazo máximo de cinco dias;

c) Mandar proceder a inquérito, em prazo que não pode exceder 15 dias, sobre os atrasos e as condições em que se verificaram, suspendendo a decisão até à realização do inquérito; ou

d) Propor ou determinar as medidas disciplinares, de gestão, de organização ou de racionalização de métodos que a situação justificar.

6 - A decisão é notificada ao requerente e imediatamente comunicada ao tribunal ou à entidade que tiver o processo a seu cargo. É-o igualmente às entidades com jurisdição disciplinar sobre os responsáveis por atrasos que se tenham verificado.

Artigo 110.º

Pedido manifestamente infundado

Se o pedido de aceleração processual do arguido, do assistente ou das partes civis for julgado manifestamente infundado, o tribunal, ou o juiz de instrução, no caso do n.º 2, alínea a), do artigo 108.º, condena o peticionante no pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

TÍTULO IV

Da comunicação dos actos e da convocação para eles

Artigo 111.º

Comunicação dos actos processuais

1 - A comunicação dos actos processuais destina-se a transmitir:

a) Uma ordem de comparência perante os serviços de justiça;

b) Uma convocação para participar em diligência processual;

c) O conteúdo de acto realizado ou de despacho proferido no processo.

2 - A comunicação é feita pela secretaria, oficiosamente ou precedendo despacho da autoridade judiciária ou de polícia criminal competente, e é executada pelo funcionário de justiça que tiver o processo a seu cargo, ou por agente policial, administrativo ou pertencente ao serviço postal que for designado para o efeito e se encontrar devidamente credenciado.

3 - A comunicação entre serviços de justiça e entre as autoridades judiciárias e os órgãos de polícia criminal efectua-se mediante:

a) Mandado: quando se determinar a prática de acto processual a entidade com um âmbito de funções situado dentro dos limites da competência territorial da entidade que proferir a ordem;

b) Carta: quando se tratar de acto a praticar fora daqueles limites, denominando-se precatória quando a prática do acto em causa se contiver dentro dos limites do território nacional e rogatória havendo que concretizar-se no estrangeiro;

c) Ofício, aviso, carta, telegrama, telex, telecópia, comunicação telefónica, correio electrónico ou qualquer outro meio de telecomunicações: quando estiver em causa um pedido de notificação ou qualquer outro tipo de transmissão de mensagens.

4 - A comunicação telefónica é sempre seguida de confirmação por qualquer meio escrito.

CARTAS PRECATÓRIAS

Remessa à entidade competente - ver o art. 177º do CPC

Selo branco (Autenticidade)

Ver Ofício Circular nº 33 da DGSJ e art. 370º do Código Civil

Livro de Registo de Cartas Precatórias

Ver Ofício Circular n.º 22 da DGSJ

CARTAS PRECATÓRIAS – Remessa / Envio

O envio de Cartas Precatórias será efectuado sob registo Ver Circular nº. 19/98 da DGAJ

CARTAS PRECATÓRIAS - PAGINAÇÃO

Ordem de Serviço 17/86 da DGSJ – Ponto VI § 3

-“ A fim de evitar que, no canto superior direito, figurem duas paginações, aconselha-se que a paginação, nomeadamente nas cartas precatórias seja efectuada a meio da parte superior” .

Carta Rogatória

Esta matéria encontra-se regulada pela Lei 144/99, de 31/8 (Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal).

Ver anotação ao artº. 230º - Rogatórias ao Estrangeiro

ARTIGO 177.º do CPC

(Destinatários das cartas precatórias)

- 1.
- 2.

3.

4. Quando se reconheça que o acto deve ser praticado em lugar diverso do indicado na carta, deve esta ser cumprida pelo tribunal desse lugar; para tanto, deve o tribunal, ao qual a carta foi dirigida, remetê-la ao que haja de a cumprir, comunicando o facto ao tribunal que a expediu.

Artigo 112.º

Convocação para acto processual

1 - A convocação de uma pessoa para comparecer a acto processual pode ser feita por qualquer meio destinado a dar-lhe conhecimento do facto, inclusivamente por via telefónica, lavrando-se cota no auto quanto ao meio utilizado.

2 - Quando for utilizada a via telefónica a entidade que efectuar a convocação identifica-se e dá conta do cargo que desempenha, bem como dos elementos que permitam ao chamado inteirar-se do acto para que é convocado e efectuar, caso queira, a contraprova de que se trata de telefonema oficial e verdadeiro.

3 - Revestem a forma de notificação, que indique a finalidade da convocação ou comunicação, por transcrição, cópia ou resumo do despacho ou mandato que a tiver ordenado, para além de outros casos que a lei determinar:

a) A comunicação do termo inicial ou final de um prazo legalmente estipulado sob pena de caducidade;

b) A convocação para interrogatório ou para declarações ou para participar em debate instrutório ou em audiência;

c) A convocação de pessoa que haja já sido chamada, sem efeito cominatório, e tenha faltado;

d) A convocação para aplicação de uma medida de coacção ou de garantia patrimonial.

► Desconvocação

Ver Ofício Circular n.º 2/98 da GATJ e art. 155º do CPC

► Deputados

No âmbito do inquérito, e ao abrigo do disposto no art. 12º, n.º 2, alínea b), do Estatuto do Ministério Público, não se procederá às notificações na pessoa dos Senhores Deputados em edifícios e instalações afectos ao funcionamento da Assembleia da República, devendo os Senhores Magistrados e Agentes do Ministério Público providenciarem nesse sentido, sem prejuízo do regime de imunidades previsto na Constituição e na Lei. – **Circular n.º 12/99-Lº. RC PGR.**

► Deputados ver também Circulares 10/95,11/95 e 01/2003 da PGR

ARTIGO 155.º

(Marcação e adiamento de diligências)

- 1.
- 2.
- 3.
4. Logo que se verifique que a diligência, por motivo imprevisto, não pode realizar-se no dia e hora designados, deve o tribunal dar imediato conhecimento do facto aos intervenientes processuais, providenciando por que as pessoas convocadas sejam prontamente notificadas do adiamento.
- 5.

Não é admissível a convocação de pessoa para comparecer na Secretaria, com a finalidade de nela, ser notificada para comparência em acto processual posterior – Ofício Circular 24 de 28/6/1990, da DGSJ

Artigo 113.º

Regras gerais sobre notificações

- 1 - As notificações efectuam-se mediante:
 - a) Contacto pessoal com o notificando e no lugar em que este for encontrado;
 - b) Via postal registada, por meio de carta ou aviso registados;
 - c) Via postal simples, por meio de carta ou aviso, nos casos expressamente previstos; ou
 - d) Editais e anúncios, nos casos em que a lei expressamente o admitir.
- 2 - Quando efectuadas por via postal registada, as notificações presumem-se feitas no 3.º dia útil posterior ao do envio, devendo a cominação aplicável constar do acto de notificação.
- 3 - Quando efectuadas por via postal simples, o funcionário judicial lavra uma cota no processo com a indicação da data da expedição da carta e do domicílio para a qual foi enviada e o distribuidor do serviço postal deposita a carta na caixa de correio do notificando, lavra uma declaração indicando a data e confirmando o local exacto do depósito, e envia-a de imediato ao serviço ou ao tribunal remetente, considerando-se a notificação efectuada no 5.º dia posterior à data indicada na declaração lavrada pelo distribuidor do serviço postal, cominação esta que deverá constar do acto de notificação.
- 4 - Se for impossível proceder ao depósito da carta na caixa de correio, o distribuidor do serviço postal lavra nota do incidente, apõe-lhe a data e envia-a de imediato ao serviço ou ao tribunal remetente.
- 5 - Quando a notificação for efectuada por via postal registada, o rosto do sobrescrito ou do aviso deve indicar, com precisão, a natureza da correspondência, a identificação do tribunal ou do serviço remetente e as normas de procedimento referidas no número seguinte.

6 - Se:

- a) O destinatário se recusar a assinar, o agente dos serviços postais entrega a carta ou o aviso e lavra nota do incidente, valendo o acto como notificação;
- b) O destinatário se recusar a receber a carta ou o aviso, o agente dos serviços postais lavra nota do incidente, valendo o acto como notificação;
- c) O destinatário não for encontrado, a carta ou o aviso são entregues a pessoa que com ele habite ou a pessoa indicada pelo destinatário que com ele trabalhe, fazendo os serviços postais menção do facto com identificação da pessoa que recebeu a carta ou o aviso;
- d) Não for possível, pela ausência de pessoa ou por outro qualquer motivo, proceder nos termos das alíneas anteriores, os serviços postais cumprem o disposto nos respectivos regulamentos, mas sempre que deixem aviso indicarão expressamente a natureza da correspondência e a identificação do tribunal ou do serviço remetente.

7 - Valem como notificação, salvo nos casos em que a lei exigir forma diferente, as convocações e comunicações feitas:

- a) Por autoridade judiciária ou de polícia criminal aos interessados presentes em acto processual por ela presidida, desde que documentadas no auto;
- b) Por via telefónica em caso de urgência, se respeitarem os requisitos constantes do n.º 2 do artigo anterior e se, além disso, no telefonema se avisar o notificando de que a convocação ou comunicação vale como notificação e ao telefonema se seguir confirmação telegráfica, por telex ou por telecópia.

8 - O notificando pode indicar pessoa, com residência ou domicílio profissional situados na área de competência territorial do tribunal, para o efeito de receber notificações. Neste caso, as notificações, levadas a cabo com observância do formalismo previsto nos números anteriores, consideram-se como tendo sido feitas ao próprio notificando.

9 - As notificações do arguido, do assistente e das partes civis podem ser feitas ao respectivo defensor ou advogado. Ressalvam-se as notificações respeitantes à acusação, à decisão instrutória, à designação de dia para julgamento e à sentença, bem como as relativas à aplicação de medidas de coacção e de garantia patrimonial e à dedução do pedido de indemnização civil, as quais, porém, devem igualmente ser notificadas ao advogado ou defensor nomeado; neste caso, o prazo para a prática de acto processual subsequente conta-se a partir da data da notificação efectuada em último lugar.

10 - As notificações ao advogado ou ao defensor nomeado, quando outra forma não resultar da lei, são feitas nos termos do n.º 1, alíneas a), b) e c), ou por telecópia.

11 - A notificação edital é feita mediante a afixação de um edital na porta do tribunal, outro na porta da última residência do arguido e outro nos lugares para o efeito destinados pela respectiva junta de freguesia. Sempre que tal for conveniente, é ordenada a publicação de anúncios em dois números seguidos de um dos jornais de maior circulação na localidade da última residência do arguido ou de maior circulação nacional.

12 - Nos casos expressamente previstos, havendo vários arguidos ou assistentes, quando o prazo para a prática de actos subsequentes à notificação

termine em dias diferentes, o acto pode ser praticado por todos ou por cada um deles até ao termo do prazo que começou a correr em último lugar.

Contagem dos prazos

Ver anotação ao artigo o art. 104º (Contagem dos prazos de actos processuais) – Regra da continuidade

Nº. 1 al^a . a) - Contacto pessoal – recusa em assinar o auto

Se o notificando não puder ou se recusar a assinar o auto de notificação, o funcionário deve fazer constar do mesmo a impossibilidade ou a recusa e os motivos invocados, não sendo necessárias testemunhas, devendo o notificando considerar-se notificado. (ver n.º 3 do art. 95º).

Nº. 1 al^a b) e Nº. 2 – Via Postal Registada - Quando efectuadas por via postal registada, as notificações presumem-se feitas no 3.º dia útil posterior ao do envio, devendo a cominação aplicável constar do acto de notificação.

Quanto ao 3º dia útil, têm surgido diversas interpretações, umas defendem que os três dias têm de ser úteis, outros defendem que apenas o terceiro dia é que tem de ser útil, **no entanto foi proferido, pelo S.T.J. o acórdão cuja interpretação do nº. 2 do artº. 113º é a seguinte:**

No acórdão de 21 de Maio de 2003, proferido no processo 4403.02 da 3ª Secção do Supremo Tribunal de Justiça⁶ decidiu-se que a (...) *referência feita pelo art.º 113º, n.º 2 do CPP ao “3º dia útil posterior ao envio” não comporta uma interpretação no sentido de todos os três dias serem úteis, mas, sim, que o último dia dos três tem de ser útil, ou seja tem de ser dia em que normalmente haja distribuição de correio, por outras palavras, que não seja sábado, domingo ou dia feriado..*

Nº. 1 al^a c) – Via Postal Simples - Efectuada uma notificação por via postal simples a mesma considera-se efectuada no 5º. dia posterior, ainda que esse 5º. dia seja um sábado, iniciando por isso a contagem do prazo no dia imediato, ou seja no Domingo (artº. 144º do CPC e 279º do CC).

Nº. 1 al^a d) - Notificações Editais - só quando expressamente referidas na Lei – art. 113, nº. 1 d) . **Exemplo artº.51, nº. 4 e 335, nº. 1.**

Modelos destacáveis – Prova de Recepção e Prova de Depósito.

Portaria nº. 953/2003 de 09.09.

Ver Ofício Circular n.º s 17 e 19 de 2003 da DGAJ

⁶ Dos Ex.mos Senhores Juízes Conselheiros Virgílio Oliveira, Soreto de Barros e Flores Ribeiro.

N.º 9 - Efectuada uma notificação na pessoa do advogado ou defensor e na pessoa do sujeito processual o prazo para a pratica do acto processual subsequente conta-se a partir da notificação efectuada em último lugar – art. 113, n.º 9 última parte.

N.º 10 - Quanto às notificações dos sr.s advogados parece-nos deverá preferencialmente e sempre que possível ser implementado a notificação por telecópia nos termos do art. 113º, 10, evitando-se as formas de notificação mais morosas e dispendiosas.

N.º 12 – Casos expressamente previstos:

Abertura da instrução – art. 287º

Contestação e Rol de Testemunhas – art. 315º

DEPUTADOS

Quanto às notificações a Deputados da Assembleia da República - ver circular n.º 1/2003 “Sempre que no decurso de inquérito, o Magistrado do MP enquanto autoridade judiciária que dirige essa fase processual, formular um juízo de necessidade de constituição de arguido, ou de interrogatório nessa qualidade de deputado da Assembleia da República, deverá solicitar ao Juiz de Instrução competente a apresentação do pedido de autorização a que se reporta o artigo 11º n.º 5 da Lei 3/2001 Estatuto dos Deputados à Assembleia da República.

Quando houver necessidade de ouvir deputado que não na qualidade de arguido deverá o Magistrado do M.º P.º., dirigir o pedido de autorização ao Senhor presidente da Assembleia da República, neste caso sem necessidade de intervenção do J.I.C..

Artigo 114.º

Casos especiais

1 - A notificação de pessoa que se encontrar presa é requisitada ao director do estabelecimento prisional respectivo e efectuada na pessoa do notificando por funcionário para o efeito designado.

2 - A notificação de funcionário ou agente administrativo pode fazer-se mediante requisição ao respectivo serviço, mas a comparência do notificado não carece de autorização do superior hierárquico; quando, porém, a notificação seja feita por outro modo, o notificado deve informar imediatamente da notificação o seu superior e apresentar-lhe documento comprovativo da comparência.

▶ Advertência

A advertência constante do n.º 2 deve constar expressamente da notificação.

Artigo 115.º

Dificuldades em efectuar notificação ou cumprir mandado

1 - O funcionário de justiça encarregado de efectuar uma notificação ou de cumprir um mandado pode, quando tal se revelar necessário, recorrer à colaboração da força pública, a qual é requisitada à autoridade mais próxima do local onde dever intervir.

2 - Todos os agentes de manutenção da ordem pública devem prestar auxílio e colaboração ao funcionário mencionado no número anterior e para os fins nele referidos, quando for pedida a sua intervenção e exibida a notificação ou o mandado respectivos.

3 - Se, apesar do auxílio e da colaboração prestados nos termos dos números anteriores, o funcionário de justiça não tiver conseguido efectuar a notificação ou cumprir o mandado, redige auto da ocorrência, no qual indica especificadamente as diligências a que procedeu, e transmite-o sem demora à entidade notificante ou mandante.

Artigo 116.º

Falta injustificada de comparecimento

1 - Em caso de falta injustificada de comparecimento de pessoa regularmente convocada ou notificada, no dia, hora e local designados, o juiz condena o faltoso ao pagamento de uma soma entre 2 UC e 10 UC.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o juiz pode ordenar, oficiosamente ou a requerimento, a detenção de quem tiver faltado injustificadamente pelo tempo indispensável à realização da diligência e, bem assim, condenar o faltoso ao pagamento das despesas ocasionadas pela sua não comparência, nomeadamente das relacionadas com notificações, expediente e deslocação de pessoas. Tratando-se do arguido, pode ainda ser-lhe aplicada medida de prisão preventiva, se esta for legalmente admissível.

3 - Se a falta for cometida pelo Ministério Público ou por advogado constituído ou nomeado no processo, dela é dado conhecimento, respectivamente, ao superior hierárquico ou à Ordem dos Advogados.

4 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 68.º, n.º 5.

► Auto de diligência

A falta do arguido ou de outra pessoa, regularmente convocada para um acto processual que exija a sua comparência, só pode ser atestada processualmente por **auto** regularmente lavrado, nos termos do art. 99º; assim, a falta de um interveniente, convocado pessoalmente para uma diligência processual em inquérito, só pode ser sancionada pela forma prevista nos n.ºs 1 e 2 do art. 116º, se for elaborado auto da diligência.

► JURISPRUDÊNCIA

Sumário do Acórdão de 17.05.1995, do T. da Relação de Lisboa

I - Não tendo sido lavrado auto certificativo de que o arguido faltou às declarações para as quais estava regularmente convocado, deve considerar-se inexistente a informação do Sr. Funcionário que, ao abrir conclusão ao Sr. Magistrado do MP informou que aquele arguido faltou no dia e hora aprazados para a diligência

.II - A falta do arguido ou de outra pessoa, regularmente convocados para um acto processual que exija a sua comparência, só pode ser atestada processualmente por auto regularmente lavrado, nos termos do artigo 99 do CPP.

III - E a falta de auto relativo a diligência sujeita por lei a tal forma escrita é sancionada com o vício da inexistência, pois trata-se de um requisito ínsito à natureza do próprio acto e, portanto, constitutivo do mesmo.

Multa / Liquidação – ver art. 102º, 103º e 96º do CCJ, efectuando-se a liquidação da sanção/multa após o trânsito em julgado da decisão que aplicou a sanção.

Procedimento em caso de condenação / Guias

O despacho que aplicar a sanção é notificado ao faltoso (art. 113º), que poderá recorrer da decisão no prazo de 15 dias (art. 401º n.º 1 al.º d), 411º e 413º).

Findo este prazo, caso não tenha havido recurso da decisão, procede-se à liquidação (art. 103º n.º 2 do CCJ) e notificação para pagamento (**prazo para pagamento das guias - 10 dias** – art.º 103º n.º 2 CCJ), remetendo-se-lhe as respectivas guias – portaria 42/2004, Capítulo II, 7.

N.º. 4 - O processamento em separado tem como objectivo a celeridade processual.

Informação sobre a existência de bens penhoráveis

Quanto ao arguido apenas deverá ser dado cumprimento ao art.º 115º do CCJ, após a liquidação final ou, na fase de inquérito, após o despacho de arquivamento dos autos.

► Execução

Art.º 116º CCJ

Art.º 117º CCJ

Art.º 118º CCJ

Artigo 117.º

Justificação da falta de comparecimento

1 - Considera-se justificada a falta motivada por facto não imputável ao faltoso que o impeça de comparecer no acto processual para que foi convocado ou notificado.

2 - A impossibilidade de comparecimento deve ser comunicada com cinco dias de antecedência, se for previsível, e no dia e hora designados para a prática do acto, se for imprevisível. Da comunicação consta, sob pena de não justificação da falta, a indicação do respectivo motivo, do local onde o faltoso pode ser encontrado e da duração previsível do impedimento.

3 - Os elementos de prova da impossibilidade de comparecimento devem ser apresentados com a comunicação referida no número anterior, salvo tratando-se de impedimento imprevisível comunicado no próprio dia e hora, caso em que, por motivo justificado, podem ser apresentados até ao 3.º dia útil seguinte. Não podem ser indicadas mais de três testemunhas.

4 - Se for alegada doença, o faltoso apresenta atestado médico especificando a impossibilidade ou grave inconveniência no comparecimento e o tempo provável de duração do impedimento. A autoridade judiciária pode ordenar o comparecimento do médico que subscreveu o atestado e fazer verificar por outro médico a veracidade da alegação da doença.

5 - Se for impossível obter atestado médico, é admissível qualquer outro meio de prova.

6 - Havendo impossibilidade de comparecimento, mas não de prestação de declarações ou de depoimento, esta realizar-se-á no dia, hora e local que a autoridade judiciária designar, ouvido o médico assistente, se necessário.

7 - A falsidade da justificação é punida, consoante os casos, nos termos dos artigos 260.º e 360.º do Código Penal.

Pagamento coercivo da (execução) / Base de dados

O n.º 1 do art. 238º do CPC, na redacção introduzida pelo Dec. Lei 183/2000, de 10/8, impõe, no caso de se frustrar a citação via postal, que a secretaria proceda oficiosamente a consulta de base de dados do Serviços de Identificação Civil, da Segurança Social, da Direcção-Geral dos Impostos e da Direcção-Geral de Viação, no sentido de obter informações sobre a residência, local de trabalho ou, tratando-se de pessoa colectiva, sobre a sede ou local onde funciona normalmente a administração do citando, para aí se proceder à citação via postal simples. – Ofício Circular n.º 4 DIT de 10/01/2001.

TÍTULO V

Das nulidades

Artigo 118.º

Princípio da legalidade

1 - A violação ou a inobservância das disposições da lei do processo penal só determina a nulidade do acto quando esta for expressamente cominada na lei.

2 - Nos casos em que a lei não cominar a nulidade, o acto ilegal é irregular.

3 - As disposições do presente título não prejudicam as normas deste Código relativas a proibições de prova.

Artigo 119.º

Nulidades insanáveis

Constituem nulidades insanáveis, que devem ser oficiosamente declaradas em qualquer fase do procedimento, além das que como tal forem cominadas em outras disposições legais:

- a) A falta do número de juízes ou de jurados que devam constituir o tribunal, ou a violação das regras legais relativas ao modo de determinar a respectiva composição;
- b) A falta de promoção do processo pelo Ministério Público, nos termos do artigo 48.º, bem como a sua ausência a actos relativamente aos quais a lei exigir a respectiva comparência;
- c) A ausência do arguido ou do seu defensor, nos casos em que a lei exigir a respectiva comparência;
- d) A falta de inquérito ou de instrução, nos casos em que a lei determinar a sua obrigatoriedade;
- e) A violação das regras de competência do tribunal, sem prejuízo do disposto no artigo 32.º, n.º 2;
- f) O emprego de forma de processo especial fora dos casos previstos na lei.

Artigo 120.º

Nulidades dependentes de arguição

1 - Qualquer nulidade diversa das referidas no artigo anterior deve ser arguida pelos interessados e fica sujeita à disciplina prevista neste artigo e no artigo seguinte.

2 - Constituem nulidades dependentes de arguição, além das que forem cominadas noutras disposições legais:

- a) O emprego de uma forma de processo quando a lei determinar a utilização de outra, sem prejuízo do disposto na alínea f) do artigo anterior;
- b) A ausência, por falta de notificação, do assistente e das partes civis, nos casos em que a lei exigir a respectiva comparência;
- c) A falta de nomeação de intérprete, nos casos em que a lei a considerar obrigatória;
- d) A insuficiência do inquérito ou da instrução e a omissão posterior de diligências que pudessem reputar-se essenciais para a descoberta da verdade.

3 - As nulidades referidas nos números anteriores devem ser arguidas:

- a) Tratando-se de nulidade de acto a que o interessado assista, antes que o acto esteja terminado;
- b) Tratando-se da nulidade referida na alínea b) do número anterior, até cinco dias após a notificação do despacho que designar dia para a audiência;

c) Tratando-se de nulidade respeitante ao inquérito ou à instrução, até ao encerramento do debate instrutório ou, não havendo lugar a instrução, até cinco dias após a notificação do despacho que tiver encerrado o inquérito;

d) Logo no início da audiência nas formas de processo especiais.

Outras - exemplos:

- ❑ A questão da publicidade do processo e segredo de justiça (86º n.º 1 do CPP);
- ❑ A utilização da língua portuguesa nos actos processuais, tanto escritos como orais (92º n.º 1 do CPP);
- ❑ Momento da prática do interrogatório do arguido (art.º 103º n.º 3 do CPP);
- ❑ Recusa de depoimento de parentes e afins (art.º 134º do CPP);
- ❑ Pressupostos das revistas e buscas (art.º 174º do CPP);
- ❑ Busca domiciliária (art.º 177º do CPP);
- ❑ Apreensão de correspondência (art.º 179º do CPP)
- ❑ Apreensão em Escritório de Advogado (art.º 180º do CPP)
- ❑ Mandados de Detenção (art.º 258º CPP)
- ❑ Acusação (art.º 283º CPP)

Artigo 121.º

Sanação de nulidades

1 - Salvo nos casos em que a lei dispuser de modo diferente, as nulidades ficam sanadas se os participantes processuais interessados:

a) Renunciarem expressamente a argui-las;

b) Tiverem aceite expressamente os efeitos do acto anulável; ou

c) Se tiverem prevalecido de faculdade a cujo exercício o acto anulável se dirigia.

2 - As nulidades respeitantes a falta ou a vício de notificação ou de convocação para acto processual ficam sanadas se a pessoa interessada comparecer ou renunciar a comparecer ao acto.

3 - Ressalvam-se do disposto no número anterior os casos em que o interessado comparecer apenas com a intenção de arguir a nulidade.

Artigo 122.º

Efeitos da declaração de nulidade

1 - As nulidades tornam inválido o acto em que se verificarem, bem como os que dele dependerem e aquelas puderem afectar.

2 - A declaração de nulidade determina quais os actos que passam a considerar-se inválidos e ordena, sempre que necessário e possível, a sua repetição, pondo as despesas respectivas a cargo do arguido, do assistente ou das partes civis que tenham dado causa, culposamente, à nulidade.

3 - Ao declarar uma nulidade o juiz aproveita todos os actos que ainda puderem ser salvos do efeito daquela.

Artigo 123.º

Irregularidades

1 - Qualquer irregularidade do processo só determina a invalidade do acto a que se refere e dos termos subsequentes que possa afectar quando tiver sido arguida pelos interessados no próprio acto ou, se a este não tiverem assistido, nos três dias seguintes a contar daquele em que tiverem sido notificados para qualquer termo do processo ou intervindo em algum acto nele praticado.

2 - Pode ordenar-se oficiosamente a reparação de qualquer irregularidade, no momento em que da mesma se tomar conhecimento, quando ela puder afectar o valor do acto praticado.

LIVRO III

Da prova

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 124.º

Objecto da prova

1 - Constituem objecto da prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis.

2 - Se tiver lugar pedido civil, constituem igualmente objecto da prova os factos relevantes para a determinação da responsabilidade civil.

Artigo 125.º

Legalidade da prova

São admissíveis as provas que não forem proibidas por lei.

[Ver artigo 32º nº 8 da CRP](#)

“São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações”

Artigo 126.º

Métodos proibidos de prova

1 - São nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante tortura, coacção ou, em geral, ofensa da integridade física ou moral das pessoas.

2 - São ofensivas da integridade física ou moral das pessoas as provas obtidas, mesmo que com consentimento delas, mediante:

a) Perturbação da liberdade de vontade ou de decisão através de maus tratos, ofensas corporais, administração de meios de qualquer natureza, hipnose ou utilização de meios cruéis ou enganosos;

b) Perturbação, por qualquer meio, da capacidade de memória ou de avaliação;

c) Utilização da força, fora dos casos e dos limites permitidos pela lei;

d) Ameaça com medida legalmente inadmissível e, bem assim, com denegação ou condicionamento da obtenção de benefício legalmente previsto;

e) Promessa de vantagem legalmente inadmissível.

3 - Ressalvados os casos previstos na lei, são igualmente nulas as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respectivo titular.

4 - Se o uso dos métodos de obtenção de provas previstos neste artigo constituir crime, podem aquelas ser utilizadas com o fim exclusivo de proceder contra os agentes do mesmo.

Métodos proibidos de prova

Haverá que distinguir entre absolutos quando estão em causa direitos indisponíveis pelo próprio, em relação aos quais o consentimento é irrelevante, e os relativos quando estão em causa direitos disponíveis, estatuidos-se a proibição, apenas e só, quando o consentimento se não verificar – ver ainda o art. 32º, n.º 6 da CRP.

O nº.2 do presente dispõe quanto a nulidades absolutas, enquanto o nº. 3 dispõe quanto a nulidades relativas.

Ter ainda especial atenção quanto ao disposto no nº. 4 “ Se o uso dos métodos de obtenção de prova constituir crime, podem aquelas ser utilizadas com o fim exclusivo de proceder contra quem obteve aquela prova utilizando um método proibido

Art. 25º nº. 2 da CRP

“ Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.”

Artigo 127.º

Livre apreciação da prova

Salvo quando a lei dispuser diferentemente, a prova é apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção da entidade competente.

Artigo 163º - **Valor da prova pericial.**

Artigo 169º - **valor probatório de documentos autênticos e autenticados.**

Artigo 344º - **confissão do arguido.**

Artigo 374º nº 2 – **livre apreciação da prova e motivação.**

TÍTULO II

Dos meios de prova

CAPÍTULO I

Da prova testemunhal

Artigo 128.º

Objecto e limites do depoimento

1 - A testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento directo e que constituam objecto da prova.

2 - Salvo quando a lei dispuser diferentemente, antes do momento de o tribunal proceder à determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis, a inquirição sobre factos relativos à personalidade e ao carácter do arguido, bem como às suas condições pessoais e à sua conduta anterior, só é permitida na medida estritamente indispensável para a prova de elementos constitutivos do crime, nomeadamente da culpa do agente, ou para a aplicação de medida de coacção ou de garantia patrimonial.

[Lei de protecção de testemunhas - Lei nº. 93/99, de 14 de Julho - regulamentada pelo Decreto-Lei nº. 190/2003, de 22 de Agosto.](#)

Artigo 129.º

Depoimento indirecto

1 - Se o depoimento resultar do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, o juiz pode chamar estas a depor. Se o não fizer, o depoimento produzido não pode, naquela parte, servir como meio de prova, salvo se a inquirição das pessoas indicadas não for possível por morte, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas.

2 - O disposto no número anterior aplica-se ao caso em que o depoimento resultar da leitura de documento de autoria de pessoa diversa da testemunha.

3 - Não pode, em caso algum, servir como meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou a fonte através das quais tomou conhecimento dos factos.

Artigo 130.º

Vozes públicas e convicções pessoais

1 - Não é admissível como depoimento a reprodução de vozes ou rumores públicos.

2 - A manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação só é admissível nos casos seguintes e na estrita medida neles indicada:

- a) Quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos concretos;
- b) Quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte;
- c) Quando ocorrer no estágio de determinação da sanção.

Oralidade dos actos – ver artigo 96º.

Artigo 131.º

Capacidade e dever de testemunhar

1 - Qualquer pessoa que se não encontrar interdita por anomalia psíquica tem capacidade para ser testemunha e só pode recusar-se nos casos previstos na lei.

2 - A autoridade judiciária verifica a aptidão física ou mental de qualquer pessoa para prestar testemunho, quando isso for necessário para avaliar da sua credibilidade e puder ser feito sem retardamento da marcha normal do processo.

3 - Tratando-se de depoimento de menor de 16 anos em crime sexual, pode ter lugar perícia sobre a personalidade.

4 - As indagações, referidas nos números anteriores, ordenadas anteriormente ao depoimento não impedem que este se produza.

Ver artigos:

132º **deveres gerais da testemunha**

133º **impedimentos**

134º **recusa de parentes e afins**

135º **segredo profissional**

136º **segredo de funcionários**

137º **segredo de Estado**

Art. 360º do Código Penal que tipifica como crime quem prestar falso depoimento.

Artigo 132.º

Deveres gerais da testemunha

1 - Salvo quando a lei dispuser de forma diferente, incumbem à testemunha os deveres de:

- a) Se apresentar, no tempo e no lugar devidos, à autoridade por quem tiver sido legitimamente convocada ou notificada, mantendo-se à sua disposição até ser por ela desobrigada;
- b) Prestar juramento, quando ouvida por autoridade judiciária;

c) Obedecer às indicações que legitimamente lhe forem dadas quanto à forma de prestar depoimento;

d) Responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas.

2 - A testemunha não é obrigada a responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilização penal.

▶ **Nº. 1 al^a. b) - Juramento e compromisso**

Artigo 91º relativamente ao juramento

Ver anotações ao artº. 138º

▶ **Testemunhas inquiridas por Oficiais de Justiça**

Juramento / Recusa

Apesar de não prestarem juramento, quando a inquirição for efectuada por Oficiais de Justiça, as testemunhas estão obrigadas a dizer a verdade (ver al. a) do art. 132º), devendo tal facto ficar consignado no auto. Devem também ser advertidas que se prestarem falso depoimento ou se recusarem a prestar declarações, tal conduta constitui crime p. e p. no artº. 360º do C. Penal.

Artigo 133.º

Impedimentos

1 - Estão impedidos de depor como testemunhas:

a) O arguido e os co-arguidos no mesmo processo ou em processos conexos, enquanto mantiverem aquela qualidade;

b) As pessoas que se tiverem constituído assistentes, a partir do momento da constituição;

c) As partes civis.

2 - Em caso de separação de processos, os arguidos de um mesmo crime ou de um crime conexo podem depor como testemunhas, se nisso expressamente consentirem.

Artigo 134.º

Recusa de parentes e afins

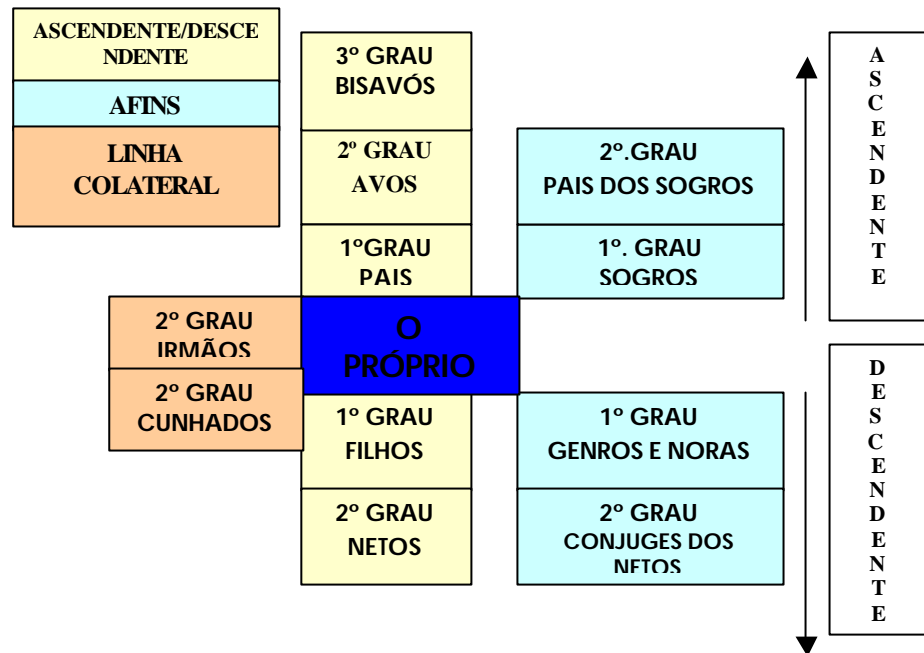
1 - Podem recusar-se a depor como testemunhas:

a) Os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os afins até ao 2.º grau, os adoptantes, os adoptados e o cônjuge do arguido;

b) Quem tiver sido cônjuge do arguido, ou quem com ele conviver ou tiver convivido em condições análogas às dos cônjuges, relativamente a factos ocorridos durante o casamento ou a coabitação.

2 - A entidade competente para receber o depoimento adverte, sob pena de nulidade, as pessoas referidas no número anterior da faculdade que lhes assiste de recusarem o depoimento.

▶ **Linhas de parentesco – art. 1580º do Código Civil**



Artigo 135.º

Segredo profissional

1 - Os ministros de religião ou confissão religiosa, os advogados, os médicos, os jornalistas, os membros de instituições de crédito e as demais pessoas a quem a lei permitir ou impuser que guardem segredo profissional podem escusar-se a depor sobre os factos abrangidos por aquele segredo.

2 - Havendo dúvidas fundadas sobre a legitimidade da escusa, a autoridade judiciária perante a qual o incidente se tiver suscitado procede às averiguações necessárias. Se, após estas, concluir pela ilegitimidade da escusa, ordena, ou requer ao tribunal que ordene, a prestação do depoimento.

3 - O tribunal superior àquele onde o incidente se tiver suscitado, ou, no caso de o incidente se ter suscitado perante o Supremo Tribunal de Justiça, o plenário das secções criminais, pode decidir da prestação de testemunho com quebra do segredo profissional sempre que esta se mostre justificada face às normas e princípios aplicáveis da lei penal, nomeadamente face ao princípio da prevalência do interesse preponderante. A intervenção é suscitada pelo juiz, oficiosamente ou a requerimento.

4 - O disposto no número anterior não se aplica ao segredo religioso.

5 - Nos casos previstos nos n.os 2 e 3, a decisão da autoridade judiciária ou do tribunal é tomada ouvido o organismo representativo da profissão relacionada com o segredo profissional em causa, nos termos e com os efeitos previstos na legislação que a esse organismo seja aplicável.

Artigo 136.º

Segredo de funcionários

1 - Os funcionários não podem ser inquiridos sobre factos que constituam segredo e de que tiverem tido conhecimento no exercício das suas funções.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 2 e 3 do artigo anterior.

Artigo 137.º

Segredo de Estado

1 - As testemunhas não podem ser inquiridas sobre factos que constituam segredo de Estado.

2 - O segredo de Estado a que se refere o presente artigo abrange, nomeadamente, os factos cuja revelação, ainda que não constitua crime, possa causar dano à segurança, interna ou externa, do Estado Português ou à defesa da ordem constitucional.

3 - Se a testemunha invocar segredo de Estado, deve este ser confirmado, no prazo de 30 dias, por intermédio do Ministro da Justiça. Decorrido este prazo sem a confirmação ter sido obtida, o testemunho deve ser prestado.

Artigo 138.º

Regras da inquirição

1 - O depoimento é um acto pessoal que não pode, em caso algum, ser feito por intermédio de procurador.

2 - Às testemunhas não devem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes, nem quaisquer outras que possam prejudicar a espontaneidade e a sinceridade das respostas.

3 - A inquirição deve incidir, primeiramente, sobre os elementos necessários à identificação da testemunha, sobre as suas relações de parentesco e de interesse com o arguido, o ofendido, o assistente, as partes civis e com outras testemunhas, bem como sobre quaisquer circunstâncias relevantes para avaliação da credibilidade do depoimento. Seguidamente, se for obrigada a juramento, deve prestá-lo, após o que depõe nos termos e dentro dos limites legais.

4 - Quando for conveniente, podem ser mostradas às testemunhas quaisquer peças do processo, documentos que a ele respeitem, instrumentos com que o crime foi cometido ou quaisquer outros objectos apreendidos.

5 - Se a testemunha apresentar algum objecto ou documento que puder servir a prova, faz-se menção da sua apresentação e junta-se ao processo ou guarda-se devidamente.

► Falsidade de testemunho

A pessoa a inquirir deve ser previamente advertida das sanções em que incorre se, se recusar a voluntariamente a depor ou falar à verdade, nos termos do art. 91º, nº4, do CPP, e 360º e 361º do CP, fazendo-se menção, desse mesma advertência, no respectivo auto.

▶ **Delegação de competência**

O artigo 270º, n.º 2, al. a) do CPP exclui da lista de actos passíveis de serem delegados pelo Ministério Público, durante o inquérito, nos órgãos de polícia criminal o recebimento de depoimentos ajuramentados. – ver **anotação ao art. 91º**.

Artigo 139.º

Imunidades, prerrogativas e medidas especiais de protecção

1 - Têm aplicação em processo penal todas as imunidades e prerrogativas estabelecidas na lei quanto ao dever de testemunhar e ao modo e local de prestação dos depoimentos.

2 - A protecção das testemunhas e de outros intervenientes no processo contra formas de ameaça, pressão ou intimidação, nomeadamente nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, é regulada em lei especial.

3 - Fica assegurada a possibilidade de realização do contraditório legalmente admissível no caso.

▶ **Circular 10/95 da PGR – Não pode ser delegado aos órgãos de polícia criminal (artº . 270º) a constituição de arguido ou a prática de qualquer acto processual em que tenha de estar presente titular de órgão de soberania.**

▶ **Circular 11/95 da PGR – Falta de Deputados a actos e diligências judiciais – justificação de faltas.**

▶ **Circular 12/99 da PGR – Deputados da Assembleia da República – Notificações pessoais.**

▶ **Circular 01/2003 da PGR – Deputados – Constituição de arguido/interrogatório – Pedido de autorização (artº . 11º nº . 5 do E. Dos Deputados) – É o Juiz competente que formula o pedido e não o Mº . Pº .**

▶ **Protecção de testemunhas**

Esta matéria vem regulada pela **Lei n.º 93/99 de 14/7**.

Decreto Lei 190/03 de 22.08, regulamenta a Lei 93/99

CAPÍTULO II

Das declarações do arguido, do assistente e das partes civis

Artigo 140.º

Declarações do arguido: regras gerais

1 - Sempre que o arguido prestar declarações, e ainda que se encontre detido ou preso, deve encontrar-se livre na sua pessoa, salvo se forem necessárias cautelas para prevenir o perigo de fuga ou actos de violência.

2 - Às declarações do arguido é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 128.º e 138.º, salvo quando a lei dispuser de forma diferente.

3 - O arguido não presta juramento em caso algum.

Omissão das formalidades na constituição de arguido e suas consequências em sede de prova - artigo 58º nº 4

Artº. 128º - **objecto e limites do depoimento.**

Artº 141º, nº 3 **perguntas ao arguido no interrogatório.**

Artº 344º - **confissão de factos pelo arguido.**

Artigo 141.º

Primeiro interrogatório judicial de arguido detido

1 - O arguido detido que não deva ser de imediato julgado é interrogado pelo juiz de instrução, no prazo máximo de quarenta e oito horas após a detenção, logo que lhe for presente com a indicação dos motivos da detenção e das provas que a fundamentam.

2 - O interrogatório é feito exclusivamente pelo juiz, com assistência do Ministério Público e do defensor e estando presente o funcionário de justiça. Não é admitida a presença de qualquer outra pessoa, a não ser que, por motivo de segurança, o detido deva ser guardado à vista.

3 - O arguido é perguntado pelo seu nome, filiação, freguesia e concelho de naturalidade, data de nascimento, estado civil, profissão, residência, local de trabalho, se já esteve alguma vez preso, quando e porquê e se foi ou não condenado e por que crimes, sendo-lhe exigida, se necessário, a exibição de documento oficial bastante de identificação. Deve ser advertido de que a falta de resposta a estas perguntas ou a falsidade das mesmas o pode fazer incorrer em responsabilidade penal.

4 - Seguidamente, o juiz informa o arguido dos direitos referidos no artigo 61.º, n.º 1, explicando-lhos se isso parecer necessário, conhece dos motivos da detenção, comunica-lhos e expõe-lhe os factos que lhe são imputados.

5 - Prestando declarações, o arguido pode confessar ou negar os factos ou a sua participação neles e indicar as causas que possam excluir a ilicitude ou a culpa, bem como quaisquer circunstâncias que possam relevar para a determinação da sua responsabilidade ou da medida da sanção.

6 - Durante o interrogatório, o Ministério Público e o defensor, sem prejuízo do direito de arguir nulidades, abstêm-se de qualquer interferência, podendo o juiz permitir que suscitem pedidos de esclarecimento das respostas dadas pelo arguido.

Findo o interrogatório, podem requerer ao juiz que formule àquele as perguntas que entenderem relevantes para a descoberta da verdade. O juiz decide, por despacho irrecorrível, se o requerimento há-de ser feito na presença do arguido e sobre a relevância das perguntas.

Assistência obrigatória por defensor

O artigo 64º , n.ºs 1, al. a) e 2, obriga à assistência de defensor.

Forma dos autos

Ver art. 92º, 93º , 94º e 95º.

Não pode ser realizado

“Entre as 0 e as 6 horas, salvo em acto seguido a detenção” – Cfr. art. 103º, n.º 3.

INTÉRPRETE

Obrigatoriedade de nomeação de intérprete a estrangeiro – Artº. 92º n.º. 2 e 3.

Medidas de coacção – Despacho de aplicação e sua notificação

Ver art. 194º.

Termo de Identidade e Residência

Ver art. 196º e **anotação ao art. 58º**.

Ofº. Circular 28/01 da PGR – Traduções do TIR.

Caução

Ver art. 206º.

Prisão preventiva

Reexame – art. 213º.

Prazos máximos– art. 215º.

Art. 28º. da CRP

“A detenção será submetida, no prazo máximo de quarenta e oito horas, a apreciação judicial, para restituição à liberdade ou imposição de medida de coacção adequada, devendo o juiz conhecer das causas que a determinaram e comunicá-las ao detido, interrogá-lo e dar-lhe oportunidade de defesa. “

► ESTRANGEIROS

Detenção de Cidadão Ilegal – D/L 244/98 de 08.08, na redacção dada pelo D/L 34/2003, de 25.02.2003

Artigo 117.º

Detenção de cidadão ilegal

1 - O estrangeiro que entre ou permaneça ilegalmente em território nacional é detido por autoridade policial e, sempre que possível, entregue ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras acompanhado do respectivo auto, devendo o mesmo

ser presente, no prazo máximo de quarenta e oito horas após a detenção, ao juiz competente para a sua validação e a aplicação de medidas de coacção.

2 - Se for determinada a prisão preventiva pelo juiz, este dará conhecimento do facto ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para que promova o competente processo visando o afastamento do estrangeiro do território nacional.

3 - A prisão preventiva prevista no número anterior não poderá prolongar-se por mais tempo do que o necessário para permitir a execução da decisão de expulsão, sem que possa exceder 60 dias.

4 - Se não for determinada a prisão preventiva, é igualmente feita a comunicação ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para os fins indicados no n.º 2, notificando-se o estrangeiro de que deve comparecer no respectivo Serviço.

5 - Não é organizado processo de expulsão contra o estrangeiro que, tendo entrado irregularmente no território nacional, apresente um pedido de asilo a qualquer autoridade policial dentro das quarenta e oito horas após a sua entrada.

6 - O estrangeiro nas condições referidas no número anterior aguardará em liberdade a decisão do seu pedido, devendo ser informado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras dos seus direitos e obrigações, de harmonia com o disposto na lei reguladora do direito de asilo.

7 - São competentes para efectuar detenções, nos termos do n.º 1, as autoridades e os agentes da autoridade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, da Polícia Judiciária e da Polícia Marítima.

8 - Para efeitos da presente secção é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 136.º

► ESTRANGEIROS

Circular 03/2003 da PGR - Apresentação de cidadãos estrangeiros detidos por entrada ou permanência irregular em território nacional, para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto.

CIRCULAR nº. 24/2002 da DGAJ - Quando o interrogatório acontecer em **tribunal que se encontre de turno** ter atenção ao que dispõe a circular nº. 24/2002 da DGAJ, designadamente quanto a pagamentos a efectuar o âmbito do processo em que interveio o Tribunal de turno – exemplo honorário a advogados.

Artigo 142.º

Juiz de instrução competente

1 - Havendo fundado receio de que o prazo máximo referido no n.º 1 do artigo anterior não seja suficiente para apresentar o detido ao juiz de instrução competente para o processo, ou não sendo possível apresentá-lo dentro desse prazo com segurança, o primeiro interrogatório judicial é feito pelo juiz de instrução competente na área em que a detenção se tiver operado.

2 - Se do interrogatório, feito nos termos da parte final do número anterior, resultar a necessidade de medidas de coacção ou de garantia patrimonial, são estas imediatamente aplicadas.

Artigo 143.º

Primeiro interrogatório não judicial de arguido detido

1 - O arguido detido que não for interrogado pelo juiz de instrução em acto seguido à detenção é apresentado ao Ministério Público competente na área em que a detenção se tiver operado, podendo este ouvi-lo sumariamente.

2 - O interrogatório obedece, na parte aplicável, às disposições relativas ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido, excepto pelo que respeita à assistência de defensor, a qual só tem lugar se o arguido, depois de informado sobre os direitos que lhe assistem, a solicitar. Nesse caso, ao defensor é correspondentemente aplicável o disposto no n.º 6 do artigo 141.º

3 - Após o interrogatório sumário, o Ministério Público, se não libertar o detido, providencia para que ele seja presente ao juiz de instrução nos termos dos artigos 141.º e 142.º

4 - Nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, o Ministério Público pode determinar que o detido não comunique com pessoa alguma, salvo o defensor, antes do primeiro interrogatório judicial.

► Assistência obrigatória por defensor

O artigo 64º, nºs 1, al. C) e 2 obriga à assistência de defensor.

Nomeação de defensor

Ver o art. 62º, n.º 3.

Forma dos autos

Ver art. 92º, 93º, 94º e 95º.

Ver artigo 42º nº 2 da Lei 30-E/2000, de 20 de Dezembro

Artigo 144.º

Outros interrogatórios

1 - Os subsequentes interrogatórios de arguido preso e os interrogatórios de arguido em liberdade são feitos no inquérito pelo Ministério Público e na instrução e em julgamento pelo respectivo juiz, obedecendo, em tudo quanto for aplicável, às disposições deste capítulo.

2 - No inquérito, os interrogatórios referidos no número anterior podem ser feitos por órgão de polícia criminal no qual o Ministério Público tenha delegado a sua realização.

Assistência obrigatória por defensor

Artigo 64º, nºs 1, al. c) e 2

Nomeação de defensor

Artigo 62º, n.º 3.

Forma dos autos

Artigo 92º, 93º, 94º e 95º.

Artigo 42º nº2 da Lei 30-E/2000, de 20 de Dezembro

Delegação de Competência

Em sede de inquérito os interrogatórios referidos no presente artigo podem ser delegados nos OPC – nº 2 do artigo 144º

Na Instrução são todos realizados pelo JIC – artigo 289º

Artigo 145.º

Declarações e notificações do assistente e das partes civis

1 - Ao assistente e às partes civis podem ser tomadas declarações a requerimento seu ou do arguido ou sempre que a autoridade judiciária o entender conveniente.

2 - O assistente e as partes civis ficam sujeitos ao dever de verdade e a responsabilidade penal pela sua violação.

3 - A prestação de declarações pelo assistente e pelas partes civis fica sujeita ao regime de prestação da prova testemunhal, salvo no que lhe for manifestamente inaplicável e no que a lei dispuser diferentemente.

4 - A prestação de declarações pelo assistente e pelas partes civis não é precedida de juramento.

5 - Para o efeito de serem notificados, o assistente ou as partes civis indicarão a sua residência, o local de trabalho ou outro domicílio à sua escolha.

6 - A indicação de local para efeitos de notificação, nos termos do número anterior, é acompanhada da advertência ao assistente ou às partes civis de que a mudança da morada indicada deve ser comunicada através da entrega de requerimento ou a sua remessa por via postal registada à secretaria onde os autos se encontrarem a correr nesse momento.

Nº. 4 - os assistentes estão impedidos de depor como testemunhas – art. 133º, no entanto devem ser advertidos que a Falsidade de Depoimento ou Declaração – (assistentes e/ou partes civis) os faz incorrer em responsabilidade penal– Artº. 359º do Código Penal

► **Modelos destacáveis – Prova de Recepção e Prova de Depósito.**

Portaria nº. 953/2003 de 09.09.

Ofício Circular n.º s 17 e 19 de 2003 da DGAJ

Ver artigos

127º Livre apreciação da prova

128º Objecto e limites do depoimento

138º Regras de inquirição

346º Declarações do assistente

347º Declarações das partes civis

CAPÍTULO III

Da prova por acareação

Artigo 146.º

Pressupostos e procedimento

1 - É admissível acareação entre co-arguidos, entre o arguido e o assistente, entre testemunhas ou entre estas, o arguido e o assistente sempre que houver contradição entre as suas declarações e a diligência se afigurar útil à descoberta da verdade.

2 - O disposto no número anterior é correspondentemente aplicável às partes civis.

3 - A acareação tem lugar oficiosamente ou a requerimento.

4 - A entidade que presidir à diligência, após reproduzir as declarações, pede às pessoas acareadas que as confirmem ou modifiquem e, quando necessário, que contestem as das outras pessoas, formulando-lhes em seguida as perguntas que entender convenientes para o esclarecimento da verdade.

CAPÍTULO IV

Da prova por reconhecimento

Artigo 147.º

Reconhecimento de pessoas

1 - Quando houver necessidade de proceder ao reconhecimento de qualquer pessoa, solicita-se à pessoa que deva fazer a identificação que a descreva, com indicação de todos os pormenores de que se recorda. Em seguida, é-lhe perguntado se já a tinha visto antes e em que condições. Por último, é interrogada sobre outras circunstâncias que possam influir na credibilidade da identificação.

2 - Se a identificação não for cabal, afasta-se quem dever proceder a ela e chamam-se pelo menos duas pessoas que apresentem as maiores semelhanças possíveis, inclusive de vestuário, com a pessoa a identificar. Esta última é colocada ao lado delas, devendo, se possível, apresentar-se nas mesmas condições em que poderia ter sido vista pela pessoa que procede ao reconhecimento. Esta é então chamada e perguntada sobre se reconhece algum dos presentes e, em caso afirmativo, qual.

3 - Se houver razão para crer que a pessoa chamada a fazer a identificação pode ser intimidada ou perturbada pela efectivação do reconhecimento e este não tiver lugar em audiência, deve o mesmo efectuar-se, se possível, sem que aquela pessoa seja vista pelo identificando.

4 - O reconhecimento que não obedecer ao disposto neste artigo não tem valor como meio de prova.

Artigo 148.º

Reconhecimento de objectos

1 - Quando houver necessidade de proceder ao reconhecimento de qualquer objecto relacionado com o crime, procede-se de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo anterior, em tudo quanto for correspondentemente aplicável.

2 - Se o reconhecimento deixar dúvidas, junta-se o objecto a reconhecer com pelo menos dois outros semelhantes e pergunta-se à pessoa se reconhece algum de entre eles e, em caso afirmativo, qual.

3 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 149.º

Pluralidade de reconhecimento

1 - Quando houver necessidade de proceder ao reconhecimento da mesma pessoa ou do mesmo objecto por mais de uma pessoa, cada uma delas fá-lo separadamente, impedindo-se a comunicação entre elas.

2 - Quando houver necessidade de a mesma pessoa reconhecer várias pessoas ou vários objectos, o reconhecimento é feito separadamente para cada pessoa ou cada objecto.

3 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 147.º e 148.º

CAPÍTULO V

Da reconstituição do facto

Artigo 150.º

Pressupostos e procedimento

1 - Quando houver necessidade de determinar se um facto poderia ter ocorrido de certa forma, é admissível a sua reconstituição. Esta consiste na reprodução, tão fiel quanto possível, das condições em que se afirma ou se supõe ter ocorrido o facto e na repetição do modo de realização do mesmo.

2 - O despacho que ordenar a reconstituição do facto deve conter uma indicação sucinta do seu objecto, do dia, hora e local em que ocorrerão as diligências e da forma da sua efectivação, eventualmente com recurso a meios áudio-visuais. No mesmo despacho pode ser designado perito para execução de operações determinadas.

3 - A publicidade da diligência deve, na medida do possível, ser evitada.

CAPÍTULO VI

Da prova pericial

Artigo 151.º

Quando tem lugar

A prova pericial tem lugar quando a percepção ou a apreciação dos factos exigirem especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos.

► **Requisitos para perícias de Escrita Manual**

**Ver Ofº. Nº. 1123 de 22.08.2002 – Ofº. Circular/LPC/EM/SEC/DN da
Polícia Judiciária**

► **Recolha de autógrafos**

Deverá ter-se em atenção os procedimentos que a seguir se
enumeram:

ESCRITA MANUAL – CONSIDERAÇÕES

O QUE DEVE CONSTAR DE UM PEDIDO DE EXAME?

- Originais dos documentos suspeitos.
- Autógrafos e escritos de comparação, igualmente em originais, exceptuando-se os casos em que tal seja completamente impossível.

- Quesitos especificados.

ORIGINAIS PORQUÊ?

Porque não passam para as fotocópias certas particularidades de escrita importantes para uma boa peritagem.

COMO RECOLHER AUTÓGRAFOS?

- Dependendo da maior ou menor extensão das escritas suspeitas, os autógrafos devem ser sempre extensos (duas a três páginas) e conter repetidas vezes e intercalados num texto, todos os dizeres postos em causa, manuscritos no mesmo tipo de letra dos dizeres suspeitos, isto é, em minúsculas e,/ou em maiúsculas.

- Como elementos de comparação podem ainda ser remetidos documentos de identificação dos suspeitos, tais como B.I., cartas de condução, passaportes ou outros, nomeadamente quando são as suas assinaturas que se pretende ver analisadas.

- Manuscritos dos suspeitos, em datas o mais próximas das dos documentos postos em questão.

- Nos casos em que se suspeite de imitação de assinaturas, é particularmente importante a recolha de autógrafos dos próprios.

ESPECIFICAÇÃO DOS QUESITOS

Os quesitos devem ser clarificados, com a especificação quais são os documentos suspeitos e quais os que servem elementos de comparação.

Artigo 152.º

Quem a realiza

1 - A perícia é realizada em estabelecimento, laboratório ou serviço oficial apropriado ou, quando tal não for possível ou conveniente, por perito nomeado de entre pessoas constantes de listas de peritos existentes em cada comarca, ou, na sua falta ou impossibilidade de resposta em tempo útil, por pessoa de honorabilidade e de reconhecida competência na matéria em causa.

2 - Quando a perícia se revelar de especial complexidade ou exigir conhecimentos de matérias distintas, pode ela ser deferida a vários peritos funcionando em moldes colegiais ou interdisciplinares.

Quanto à perícia tanatológica se não for efectuada nos Institutos ou Gabinetes Médico Legais são presididas pelo MP – art. 43º. nº. 3 do DL 11/98 “Quando não forem realizadas nos Institutos e nos Gabinetes a autoridade judiciária competente preside obrigatoriamente às autópsias médico-legais.

Artigo 153.º

Desempenho da função de perito

1 - O perito é obrigado a desempenhar a função para que tiver sido competentemente nomeado, sem prejuízo do disposto no artigo 47.º e no número seguinte.

2 - O perito nomeado pode pedir escusa com base na falta de condições indispensáveis para realização da perícia e pode ser recusado, pelos mesmos fundamentos, pelo Ministério Público, pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis, sem prejuízo, porém, da realização da perícia se for urgente ou houver perigo na demora.

3 - O perito pode ser substituído pela autoridade judiciária que o tiver nomeado quando não apresentar o relatório no prazo fixado ou quando desempenhar de forma negligente o encargo que lhe foi cometido. A decisão de substituição do perito é irrecorrível.

4 - Operada a substituição, o substituído é notificado para comparecer perante a autoridade judiciária competente e expor as razões por que não cumpriu o encargo. Se aquela considerar existente grosseira violação dos deveres que ao substituído incumbiam, o juiz, oficiosamente ou a requerimento, condena-o ao pagamento de uma soma entre 1 UC e 6 UC.

► Remuneração de peritos

[Ver anotação ao art. 162º - Remuneração do Perito](#)

[Compromisso de honra- art. 91º nº. 2](#)

[Artigo 47.º - Extensão do regime de impedimentos, recusas e escusas](#)

Artigo 154.º

Despacho que ordena a perícia

1 - A perícia é ordenada, oficiosamente ou a requerimento, por despacho da autoridade judiciária, contendo o nome dos peritos e a indicação sumária do objecto da perícia, bem como, precedendo audição dos peritos, se possível, a indicação do dia, hora e local em que se efectivará.

2 - O despacho é notificado ao Ministério Público, quando este não for o seu autor, ao arguido, ao assistente e às partes civis, com a antecedência mínima de três dias sobre a data indicada para a realização da perícia.

3 - Ressalvam-se do disposto no número anterior os casos:

a) Em que a perícia tiver lugar no decurso do inquérito e a autoridade judiciária que a ordenar tiver razões para crer que o conhecimento dela ou dos seus resultados, pelo arguido, pelo assistente ou pelas partes civis, poderia prejudicar as finalidades do inquérito;

b) De urgência ou de perigo na demora.

Artigo 155.º

Consultores técnicos

1 - Ordenada a perícia, o Ministério Público, o arguido, o assistente e as partes civis podem designar para assistir à realização da mesma, se isso ainda for possível, um consultor técnico da sua confiança.

2 - O consultor técnico pode propor a efectivação de determinadas diligências e formular observações e objecções, que ficam a constar do auto.

3 - Se o consultor técnico for designado após a realização da perícia, pode, salvo no caso previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo anterior, tomar conhecimento do relatório.

4 - A designação de consultor técnico e o desempenho da sua função não podem atrasar a realização da perícia e o andamento normal do processo.

Artigo 156.º

Procedimento

1 - Os peritos prestam compromisso, podendo a autoridade judiciária competente, oficiosamente ou a requerimento dos peritos ou dos consultores técnicos, formular quesitos quando a sua existência se revelar conveniente.

2 - A autoridade judiciária assiste, sempre que possível e conveniente, à realização da perícia, podendo a autoridade que a tiver ordenado permitir também a presença do arguido e do assistente, salvo se a perícia for susceptível de ofender o pudor.

3 - Se os peritos carecerem de quaisquer diligências ou esclarecimentos, requerem que essas diligências se pratiquem ou esses esclarecimentos lhes sejam fornecidos, para tanto lhes podendo ser mostrados quaisquer actos ou documentos do processo.

4 - Os elementos de que o perito tome conhecimento no exercício das suas funções só podem ser utilizados dentro do objecto e das finalidades da perícia.

Nº. 1 - Compromisso de honra - art. 91º nº. 2

Artigo 157.º

Relatório pericial

1 - Finda a perícia, os peritos procedem à elaboração de um relatório, no qual mencionam e descrevem as suas respostas e conclusões devidamente fundamentadas e que não podem ser contraditadas. Aos peritos podem, porém, ser pedidos esclarecimentos pela autoridade judiciária, pelo arguido, pelo assistente, pelas partes civis e pelos consultores técnicos.

2 - O relatório, elaborado logo em seguida à realização da perícia, pode ser ditado para o auto.

3 - Se o relatório não puder ser elaborado logo em seguida à realização da

perícia, é marcado um prazo, não superior a 60 dias, para a sua apresentação. Em casos de especial complexidade, o prazo pode ser prorrogado, a requerimento fundamentado dos peritos, por mais 30 dias.

4 - Se o conhecimento dos resultados da perícia não for indispensável para o juízo sobre a acusação ou sobre a pronúncia, pode a autoridade judiciária competente autorizar que o relatório seja apresentado até à abertura da audiência.

5 - Se a perícia for realizada por mais de um perito e houver discordância entre eles, apresenta cada um o seu relatório, o mesmo sucedendo na perícia interdisciplinar. Tratando-se de perícia colegial, pode haver lugar a opinião vencedora e opinião vencida.

ARGUIDO PRESO PREVENTIVAMENTE

Suspensão do prazo máximo da prisão preventiva – cfr. artº. 216º

Artigo 158.º

Esclarecimentos e nova perícia

1- Em qualquer altura do processo pode a autoridade judiciária competente determinar, oficiosamente ou a requerimento, quando isso se revelar de interesse para a descoberta da verdade, que:

a) Os peritos sejam convocados para prestarem esclarecimentos complementares, devendo ser-lhes comunicados o dia, a hora e o local em que se efectuará a diligência; ou

b) Seja realizada nova perícia ou renovada a perícia anterior a cargo de outro ou outros peritos.

2 - Os peritos dos estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais são ouvidos por teleconferência a partir do seu local de trabalho, sempre que tal seja tecnicamente possível, sendo tão-só necessária a notificação do dia e da hora a que se procederá a sua audição.

Artigo 159.º

Perícia médico-legal e psiquiátrica

1 - A perícia médico-legal é deferida aos institutos de medicina legal, aos gabinetes médico-legais, a médicos contratados para o exercício de funções periciais nas comarcas ou, quando isso não for possível ou conveniente, a quaisquer médicos especialistas ou de reconhecida competência para a actividade médico-legal, nos termos da lei.

2 - O disposto no número anterior é correspondentemente aplicável à perícia relativa a questões psiquiátricas, na qual podem participar também especialistas em psicologia e criminologia.

3 - A perícia psiquiátrica pode ser efectuada a requerimento do representante legal do arguido, do cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens ou dos descendentes, ou, na falta deles, dos ascendentes, adoptantes, adoptados ou da pessoa que viva com o arguido em condições análogas às dos cônjuges.

Artigo 160.º

Perícia sobre a personalidade

1 - Para efeito de avaliação da personalidade e da perigosidade do arguido pode haver lugar a perícia sobre as suas características psíquicas independentes de causas patológicas, bem como sobre o seu grau de socialização. A perícia pode relevar, nomeadamente para a decisão sobre a revogação da prisão preventiva, a culpa do agente e a determinação da sanção.

2 - A perícia deve ser deferida a serviços especializados ou, quando isso não for possível ou conveniente, a serviços de reinserção social ou a especialistas em criminologia, em psicologia, em sociologia ou em psiquiatria.

3 - Os peritos podem requerer informações sobre os antecedentes criminais do arguido, se delas tiverem necessidade.

Artigo 160.º-A

Perícias

1 - As perícias referidas nos artigos 152.º, 159.º e 160.º podem ser realizadas por entidades terceiras que para tanto tenham sido contratadas por quem as tivesse de realizar, desde que aquelas não tenham qualquer interesse na decisão a proferir ou ligação com o assistente ou com o arguido.

2 - Quando, por razões técnicas ou de serviço, quem tiver de realizar a perícia não conseguir, por si ou através de entidades terceiras para tanto contratadas, observar o prazo determinado pela autoridade judiciária, deve imediatamente comunicar-lhe tal facto, para que esta possa determinar a eventual designação de novo perito.

[Artigo 152.º - Quem a realiza](#)

[Artigo 159.º - Perícia médico-legal e psiquiátrica](#)

[Artigo 160.º - Perícia sobre a personalidade](#)

Artigo 161.º

Destruição de objectos

Se os peritos, para procederem à perícia, precisarem de destruir, alterar ou comprometer gravemente a integridade de qualquer objecto, pedem autorização para tal à entidade que tiver ordenado a perícia. Concedida a autorização, fica nos autos a descrição exacta do objecto e, sempre que possível, a sua fotografia; tratando-se de documento, fica a sua fotocópia, devidamente conferida.

Artigo 162.º

Remuneração do perito

1 - Sempre que a perícia for feita em estabelecimento ou por perito não oficial, a entidade que a tiver ordenado fixa a remuneração do perito em função de tabelas aprovadas pelo Ministério da Justiça ou, na sua falta, tendo em atenção os honorários correntemente pagos por serviços do género e do relevo dos que foram prestados.

2 - Em caso de substituição do perito, nos termos do artigo 153.º, n.º 3, pode a entidade competente determinar que não há lugar a remuneração para o substituído.

3 - Das decisões sobre a remuneração cabe, conforme os casos, recurso ou reclamação hierárquica.

▶ Perito

O artigo 153º estabelece as regras para o desempenho das funções de perito.

▶ Remuneração

Os artigos 91º e 92º do CCJ regulamentam o montante da remuneração devida aos peritos, que, no caso do referido no presente artigo deverá ser de ½da UC. Devendo, no entanto, ter-se em atenção o disposto no art. 94º do CCJ.

▶ Exames médicos e autópsias

Deverá salientar-se que quer os exames médicos, quer as autópsias são pagos pelos montantes referidos na Portaria 1178-C/2000 de 15.12

Transportes e alimentação

Ver artigo 147º do CCJ, alínea c)

Artigo 163.º

Valor da prova pericial

1 - O juízo técnico, científico ou artístico inerente à prova pericial presume -se subtraído à livre apreciação do julgador.

2 - Sempre que a convicção do julgador divergir do juízo contido no parecer dos peritos, deve aquele fundamentar a divergência.

CAPÍTULO VII

Da prova documental

Artigo 164.º

Admissibilidade

1 - É admissível prova por documento, entendendo-se por tal a declaração, sinal ou notação corporizada em escrito ou qualquer outro meio técnico, nos termos da lei penal.

2 - A junção da prova documental é feita oficiosamente ou a requerimento, não podendo juntar-se documento que contiver declaração anónima, salvo se for, ele mesmo, objecto ou elemento do crime.

Artigo 165.º

Quando podem juntar-se documentos

1 - O documento deve ser junto no decurso do inquérito ou da instrução e, não sendo isso possível, deve sê-lo até ao encerramento da audiência.

2 - Fica assegurada, em qualquer caso, a possibilidade de contraditório, para realização do qual o tribunal pode conceder um prazo não superior a oito dias.

3 - O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a pareceres de advogados, de jurisconsulto ou de técnicos, os quais podem sempre ser juntos até ao encerramento da audiência.

Artigo 166.º

Tradução, decifração e transcrição de documentos

1 - Se o documento for escrito em língua estrangeira, é ordenada, sempre que necessário, a sua tradução, nos termos do artigo 92.º, n.º 3.

2 - Se o documento for dificilmente legível, é feito acompanhar de transcrição que o esclareça, e se for cifrado, é submetido a perícia destinada a obter a sua decifração.

3 - Se o documento consistir em registo fonográfico, é, sempre que necessário, transcrito nos autos nos termos do artigo 101.º, n.º 2, podendo o Ministério Público, o arguido, o assistente e as partes civis requerer a conferência, na sua presença, da transcrição.

[Artigo 92º nº 3 - língua dos actos e nomeação de intérprete.](#)

[Artigo 101º - registo e transcrição.](#)

Artigo 167.º

Valor probatório das reproduções mecânicas

1 - As reproduções fotográficas, cinematográficas, fonográficas ou por meio de processo electrónico e, de um modo geral, quaisquer reproduções mecânicas só valem como prova dos factos ou coisas reproduzidas se não forem ilícitas, nos termos da lei penal.

2 - Não se consideram, nomeadamente, ilícitas para os efeitos previstos no número anterior as reproduções mecânicas que obedecerem ao disposto no título III deste livro.

Artigo 168.º

Reprodução mecânica de documentos

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, quando não se puder juntar ao auto ou nele conservar o original de qualquer documento, mas unicamente a sua reprodução mecânica, esta tem o mesmo valor probatório do original, se com ele tiver sido identificada nesse ou noutro processo.

Artigo 169.º

Valor probatório dos documentos autênticos e autenticados

Consideram-se provados os factos materiais constantes de documento autêntico ou autenticado enquanto a autenticidade do documento ou a veracidade do seu conteúdo não forem fundamentamente postas em causa.

Artigo 170.º

Documento falso

1 - O tribunal pode, oficiosamente ou a requerimento, declarar no dispositivo da sentença, mesmo que esta seja absolutória, um documento junto aos autos como falso, devendo, para tal fim, quando o julgar necessário e sem retardamento sensível do processo, mandar proceder às diligências e admitir a produção da prova necessárias.

2 - Do dispositivo relativo à falsidade de um documento pode recorrer-se autonomamente, nos mesmos termos em que poderia recorrer-se da parte restante da sentença.

3 - No caso previsto no n.º 1 e ainda sempre que o tribunal tiver ficado com fundada suspeita da falsidade de um documento, transmite cópia deste ao Ministério Público, para os efeitos da lei.

TÍTULO III

Dos meios de obtenção da prova

CAPÍTULO I

Dos exames

Artigo 171.º

Pressupostos

1 - Por meio de exames das pessoas, dos lugares e das coisas, inspeccionam-se os vestígios que possa ter deixado o crime e todos os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido.

2 - Logo que houver notícia da prática de crime, providencia-se para evitar, quando possível, que os seus vestígios se apaguem ou alterem antes de serem examinados, proibindo-se, se necessário, a entrada ou o trânsito de pessoas estranhas no local do crime ou quaisquer outros actos que possam prejudicar a descoberta da verdade.

3 - Se os vestígios deixados pelo crime se encontrarem alterados ou tiverem desaparecido, descreve-se o estado em que se encontram as pessoas, os lugares e as coisas em que possam ter existido, procurando-se, quanto possível, reconstituí-los e descrevendo-se o modo, o tempo e as causas da alteração ou do desaparecimento.

4 - Enquanto não estiver presente no local a autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes, cabe a qualquer agente da autoridade tomar provisoriamente as providências referidas no n.º 2, se de outro modo houver perigo iminente para obtenção da prova.

Artigo 172.º

Sujeição a exame

1 - Se alguém pretender eximir-se ou obstar a qualquer exame devido ou a facultar coisa que deva ser examinada, pode ser compelido por decisão da autoridade judiciária competente.

2 - Os exames susceptíveis de ofender o pudor das pessoas devem respeitar a dignidade e, na medida do possível, o pudor de quem a eles se submeter. Ao exame só assistem quem a ele proceder e a autoridade judiciária competente, podendo o examinando fazer-se acompanhar de pessoa da sua confiança, se não houver perigo na demora, e devendo ser informado de que possui essa faculdade.

[Ver artigos 270º e 290º quanto à proibição de assistência de órgãos de polícia criminal a exames que possam ofender o pudor das pessoas.](#)

Artigo 173.º

Pessoas no local do exame

1 - A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes podem determinar que alguma ou algumas pessoas se não afastem do local do exame e obrigar, com o auxílio da força pública, se necessário, as que pretenderem afastar-se a que nele se conservem enquanto o exame não terminar e a sua presença for indispensável.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 171.º, n.º 4.

CAPÍTULO II

Das revistas e buscas

Artigo 174.º

Pressupostos

1 - Quando houver indícios de que alguém oculta na sua pessoa quaisquer objectos relacionados com um crime ou que possam servir de prova, é ordenada revista.

2 - Quando houver indícios de que os objectos referidos no número anterior, ou o arguido ou outra pessoa que deva ser detida, se encontram em lugar reservado ou não livremente acessível ao público, é ordenada busca.

3 - As revistas e as buscas são autorizadas ou ordenadas por despacho pela autoridade judiciária competente, devendo esta, sempre que possível, presidir à diligência.

4 - Ressalvam-se das exigências contidas no número anterior as revistas e as buscas efectuadas por órgão de polícia criminal nos casos:

a) De terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em grave risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa;

b) Em que os visados consentam, desde que o consentimento prestado fique, por qualquer forma, documentado; ou

c) Aquando de detenção em flagrante por crime a que corresponda pena de prisão.

5 - Nos casos referidos na alínea a) do número anterior, a realização da diligência é, sob pena de nulidade, imediatamente comunicada ao juiz de instrução e por este apreciada em ordem à sua validação.

► **Nº. 4 al^a a) – Lei 5/2002 de 11/01 – Combate à Criminalidade Organizada**

Dec. Lei 15/93, de 22.01 – Lei da Droga

► **Pressupostos (Capítulo II - Das medidas cautelares e de polícia)**

Artigo 251º - Revistas e buscas

Artigo 175.º

Formalidades da revista

1 - Antes de se proceder a revista é entregue ao visado, salvo nos casos do n.º 4 do artigo anterior, cópia do despacho que a determinou, no qual se faz menção de que aquele pode indicar, para presenciar a diligência, pessoa de sua confiança e que se apresente sem delonga.

2 - A revista deve respeitar a dignidade pessoal e, na medida do possível, o pudor do visado.

▶ Pressupostos

[Artigo 174º, n.º 1](#)

Artigo 176.º

Formalidades da busca

1 - Antes de se proceder a busca é entregue, salvo nos casos do artigo 174.º, n.º 4, a quem tiver a disponibilidade do lugar em que a diligência se realiza cópia do despacho que a determinou, na qual se faz menção de que pode assistir à diligência e fazer-se acompanhar ou substituir por pessoa da sua confiança e que se apresente sem delonga.

2 - Faltando as pessoas referidas no número anterior, a cópia é, sempre que possível, entregue a um parente, a um vizinho, ao porteiro ou a alguém que o substitua.

3 - Juntamente com a busca ou durante ela pode proceder-se a revista de pessoas que se encontrem no lugar, se quem ordenar ou efectuar a busca tiver razões para presumir que se verificam os pressupostos do artigo 174.º, n.º 1. Pode igualmente proceder-se como se dispõe no artigo 173.º

▶ Pressupostos

[Artigo 174º, n.º 2.](#)

Artigo 177.º

Busca domiciliária

1 - A busca em casa habitada ou numa sua dependência fechada só pode ser ordenada ou autorizada pelo juiz e efectuada entre as 7 e as 21 horas, sob pena de nulidade.

2 - Nos casos referidos no artigo 174.º, n.º 4, alíneas a) e b), as buscas domiciliárias podem também ser ordenadas pelo Ministério Público ou ser efectuadas por órgão de polícia criminal. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 174.º, n.º 5.

3 - Tratando-se de busca em escritório de advogado ou em consultório médico, ela é, sob pena de nulidade, presidida pessoalmente pelo juiz, o qual avisa previamente o presidente do conselho local da Ordem dos Advogados ou da Ordem dos Médicos, para que o mesmo, ou um seu delegado, possa estar presente.

4 - Tratando-se de busca em estabelecimento oficial de saúde, o aviso a que

se refere o número anterior é feito ao presidente do conselho directivo ou de gestão do estabelecimento ou a quem legalmente o substituir.

▶ **Juiz de instrução**

Compete exclusivamente ao Juiz de Instrução ordenar e realizar as buscas e apreensões em escritório de advogado, consultório médico ou estabelecimento bancário, durante o inquérito. Ver Artigos 180º, 181º, 268º, n.º 1, al. c) e 269º.

Ver Art. 34º, 2 da C.R.P.

Inviolabilidade do domicílio e da correspondência

“A entrada no domicílio dos cidadãos contra a sua vontade só pode ser ordenada pela autoridade judicial competente, nos casos e segundo as formas previstos na lei.”

CAPÍTULO III

Das apreensões

Artigo 178.º

Objectos susceptíveis de apreensão e pressupostos desta

1 - São apreendidos os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime, os que constituírem o seu produto, lucro, preço ou recompensa, e bem assim todos os objectos que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros susceptíveis de servir a prova.

2 - Os objectos apreendidos são juntos ao processo, quando possível, e, quando não, confiados à guarda do funcionário de justiça adstrito ao processo ou de um depositário, de tudo se fazendo menção no auto.

3 - As apreensões são autorizadas, ordenadas ou validadas por despacho da autoridade judiciária.

4 - Os órgãos de polícia criminal podem efectuar apreensões no decurso de revistas ou de buscas ou quando haja urgência ou perigo na demora, nos termos previstos no artigo 249.º, n.º 2, alínea c).

5 - As apreensões efectuadas por órgão de polícia criminal são sujeitas a validação pela autoridade judiciária, no prazo máximo de setenta e duas horas.

6 - Os titulares de bens ou direitos objecto de apreensão podem requerer ao juiz de instrução a modificação ou revogação da medida. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 68.º, n.º 5.

7 - Se os objectos apreendidos forem susceptíveis de ser declarados perdidos a favor do Estado e não pertencerem ao arguido, a autoridade judiciária ordena a presença do interessado e ouve-o. A autoridade judiciária prescinde da presença do interessado quando esta não for possível.

Pode ser processado em separado – art. 68, nº. 5.

Quanto a restituições de objectos - art. 186º.

▶ OBJECTOS APREENDIDOS

A este respeito, dever-se-á ter em atenção a natureza dos objectos apreendidos (dinheiro, droga, ouro, etc.), e, consoante essa natureza, observar-se-ão procedimentos distintos. Senão vejamos:

▶ QUANTIAS EM DINHEIRO / EUROS

PROCEDIMENTO

Todas as quantias monetárias, nomeadamente Euros, apreendidas no âmbito de processo crime, deverão ser depositadas na Caixa Geral de Depósitos, através de **Depósito Autónomo – Artº. 124º , nº. 3 do CCJ (D/L 324/2003, de 27.12)**.

Para tal o Srº. Funcionário deverá **registar** o documento (Depósito Autónomo) que for entregue pela CGD, **na aplicação informática** correspondente e colocá-lo em *folha suporte* nos autos, identificando, se possível o indivíduo a quem foi apreendida a quantia monetária.

▶ QUANTIAS MONETÁRIAS depositadas e declaradas perdidas a favor do Estado.

NÃO PROVENIENTES DA LEI DA DROGA

1. **50% - Instituto de Reinserção Social – alª . b) do artº . 43º do D/L 204-A/2001 de 26.07**
2. **50% - Direcção Geral dos Serviços Prisionais – alª . e) do artº . 38º do D/L 268/81, na redacção dada pelo D/L 257/99 de 07.07**

PROVENIENTES DA LEI DA DROGA D/L 15/93 de 22.01

1. $30\%⁷ + 50\%⁸ = 80\%$ - n.º 1, al.ª . a) e b) do D/L 15/93 - Instituto da Droga e da Toxicoddependência⁹ - D/L 269-A/2002 de 29.11.
2. $\frac{1}{2}$ de $20\%¹⁰$ - al.ª . c) do D/L 15/93 - Instituto de Reinserção Social - al.ª . a) do art.º . 43º do D/L 204-A/2001 de 26.07
3. $\frac{1}{2}$ de 20% - al.ª . c) do D/L 15/93 - Direcção Geral dos Serviços Prisionais - al.ª . d) do art.º . 38º do D/L 268/81, na redacção dada pelo D/L 257/99 de 07.07

► Destino do **PRODUTO DA VENDA DOS BENS APREENDIDOS** em processo penal.

Teremos de distinguir se o produto da venda provém ou não de bens apreendidos no âmbito do D/L 15/93 de 22.01 - Lei da Droga - .

NÃO PROVENIENTES DA LEI DA DROGA

A divisão far-se-á da seguinte forma:

1. 10% - CGT - do produto da venda, acrescido das despesas, com peritos, anúncios, etc... Art.º . 131º al.ª . g) do CCJ.

DO RESTANTE

2. $50\%¹¹$ - Instituto de Reinserção Social - al.ª . b) do art.º . 43º do D/L 204-A/2001 de 26.07

⁷ N.º. 1 al.ª . a) do art.º . 39º do D/L 15/93 - ex Gabinete Coordenador Nacional Para o Combate á Droga foi integrado no Instituto Português da Droga e Toxicoddependência, que por sua vez foi integrado no I.D.T. (D/L 269-A/2002 de 29.11, pelo que os 30% referentes a esta alínea revertem para o referido I.D.T..

⁸ N.º. 1 al.ª . b) do art.º . 39º do D/L 15/93 - ex - S.P.T.T., integrado no integrado no I.D.T. (D/L 269-A/2002 de 29.11), pelo que os 80% referentes a esta alínea revertem para o referido I.D.T..

⁹ O I.D.T., resultou da fusão do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência (SPTT) e do Instituto Português da Droga e Toxicoddependência (IPDT) - D/L 269-A/2002 de 29.11

¹⁰ Os 20% mencionados no n.º. 1 al.ª . c) do art.º . 39º do D/L 15/93, são divididos em partes iguais (50% de 20% = 10%), ou seja 10% para a Direcção Geral dos Serviços Prisionais e 10% para o Instituto de Reinserção Social (Ofício - Circular n.º. 8 da Presidência da Relação de Lisboa de 31.10.88). O Fundo de Fomento e Assistência Prisional foi extinto - art.º . 6º do D/L 257/99 de 07.07.

3. 50%¹² - Direcção Geral dos Serviços Prisionais – al^a. e) do artº. . 38º do D/L 268/81, na redacção dada pelo D/L257/99 de 07.07

PROVENIENTES DA LEI DA DROGA – Dec. Lei 15/93 de 22.01

A divisão far-se-á, tendo em consideração o artigo 39º do D/L 15/93

1. 10% - CGT – do produto da venda acrescido das despesas, com peritos, anúncios, etc... Artº. 131º al^a. g) do CCJ.

DO RESTANTE

2. 30%¹³ + 50%¹⁴ = 80% - nº. 1, al^a. a) e b) do D/L 15/93 - Instituto da Droga e da Toxicoddependência¹⁵ – D/L 269-A/2002 de 29.11.
3. ½ de 20%¹⁶ - al^a. c) do D/L 15/93 - Instituto de Reinserção Social - al^a. a) do artº. 43º do D/L 204-A/2001 de 26.07
4. ½de 20% - al^a. c) do D/L 15/93 - Direcção Geral dos Serviços Prisionais - al^a. d) do artº. . 38º do D/L 268/81, na redacção dada pelo D/L257/99 de 07.07

¹¹ 50% da quantia restante, após a subtracção dos 10% do Cofre Geral dos Tribunais – artº. 131º al^a. g) do CCJ

¹² 50% da quantia restante, após a subtracção dos 10% do Cofre Geral dos Tribunais – artº. 131º al^a. g) do CCJ

¹³ Nº. 1 al^a. a) do artº. 39º do D/L 15/93 – ex Gabinete Coordenador Nacional Para o Combate á Droga foi integrado no Instituto Português da Droga e Toxicoddependência, que por sua vez foi integrado no I.D.T. (D/L 269-A/2002 de 29.11, pelo que os 30% referentes a esta alínea revertem para o referido I.D.T..

¹⁴ Nº. 1 al^a. b) do artº. 39º do D/L 15/93 – ex – S.P.T.T., integrado no integrado no I.D.T. (D/L 269-A/2002 de 29.11), pelo que os 80% referentes a esta alínea revertem para o referido I.D.T..

¹⁵ O I.D.T., resultou da fusão do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência (SPTT) e do Instituto Português da Droga e Toxicoddependência (IPDT) - D/L 269-A/2002 de 29.11

¹⁶ Os 20% mencionados no nº. 1 al^a. c) do artº. 39º do D/L 15/93, são divididos em partes iguais (50% de 20% = 10%), ou seja 10% para a Direcção Geral dos Serviços Prisionais e 10% para o Instituto de Reinserção Social (Ofício - Circular nº. 8 da Presidência da Relação de Lisboa de 31.10.88). O Fundo de Fomento e Assistência Prisional foi extinto (artº. 6º do D/L 257/99 de 07.07).

▷ **QUANTIAS EM DINHEIRO / DÓLARES – PATACAS, Etc...**

(todas as moedas à excepção dos euros)

PROCEDIMENTO

Solicitar a opinião do Sr.º Magistrado, sobre qual o melhor procedimento a adoptar, no entanto, poder-se-á proceder do seguinte modo:

Deverá ser elaborada uma **guia de depósito obrigatório** conforme as disposições constantes do n.º 1, 5 e 6 do **artigo 13º do Decreto 694/70, de 31.12**

Decreto n.º 694/70, de 31.12, na redacção dada pelo D/L 287/93, de 20.08

(...)

CAPÍTULO II

Atribuições

Artº. 7º - São atribuições da caixa, como instituto de crédito do Estado:
1º Arrecadar e restituir todos os valores em dinheiro, títulos ou outras espécies, cujos depósitos devam por lei fazer-se obrigatoriamente nos seus cofres;

(...)

CAPÍTULO III

Operações e Serviços

(...)

Artº. 9º - As autoridades, tribunais e quaisquer serviços públicos,
..... não podem ordenar ou autorizar a constituição de depósitos fora da caixa.

Artº. 13º - ¹⁷ - 1. Os depósitos referidos nos artigos 9º e 10º, são feitos por meio de guias em triplicado, devendo estas mencionar:

- a) Nome e qualidade do depositante;
- b) Local onde é efectuado o depósito;
- c) Quantia, nos depósitos em dinheiro;
- d) Proveniência do depósito ou fins a que se destina;
- e) Entidade que ordenou o depósito ou disposição legal que o determina e entidade à ordem de quem fica;

¹⁷ Designação mais comum – DEPÓSITO OBRIGATÓRIO

- f) Se se trata de primeiro depósito ou o número da conta já constituída.

(...)

5. Nos depósitos constituídos por objectos, serão estes encerrados em caixas ou volumes cintados, lacrados ou selados e rubricados pela entidade que ordenou a sua constituição, devendo as guias descrever a forma, sinais, rubrica e sinete ou selo que cada volume tiver. Cada depósito pode ser constituído em mais de um volume, mas um só volume não pode conter depósitos de diversas proveniências.
6. ¹⁸ Serão constituídos com as formalidades do número anterior os depósitos em dinheiro quando proveniente de crime.

Decreto n.º 12487 publicado no Diário do Governo de 24 de Outubro de 1926

(...)

As quantias em dinheiro apreendidas em processos criminais serão depositadas na CGD à ordem do respectivo Juiz a fim de serem entregues a final e gratuitamente a quem elas tiverem direito.

Todos os objectos e quantias não reclamados pelas partes, no prazo de três meses após o trânsito em julgado das decisões finais proferidas nos respectivos processos, prescreverão a favor da Fazenda Pública e o seu produto dará entrada na Caixa Geral de Depósitos, (...). Se entre os objectos alguns houverem sujeitos a deterioração poderão estes ser vendidos, mediante despacho do Juiz, em qualquer altura, sendo o seu produto depositado na CGD.

(...)

¹⁸ Euros - Relativamente a quantias monetárias apreendidas (Euros), não se aplica este preceito (Depósitos Obrigatórios)por força do artº. 124º nº. 3 do CCJ (D/L 324/2003, de 27.12), devendo as quantias monetárias ser depositadas em depósito autónomo e de seguida registar-se o depósito autónomo da aplicação informática.

Artigo 39.º (DL 15/93)

Destino dos bens declarados perdidos a favor do Estado

1 – As recompensas, objectos, direitos ou vantagens declarados perdidos a favor do Estado, nos termos dos artigos 35.º a 37.º, reverterem:

a) Em 30% para a entidade coordenadora do Programa Nacional de Combate à Droga, destinando-se ao apoio de acções, medidas e programas de prevenção do consumo de droga;

b) Em 50% para o Ministério da Saúde, visando a implementação de estruturas de consulta, tratamento e reinserção de toxicodependentes;

c) Em 20% para os organismos do Ministério da Justiça, nos termos das disposições legais aplicáveis ao destino do produto da venda de objectos apreendidos em processo penal, visando o tratamento e reinserção social de toxicodependentes em cumprimento de medidas penais ou tutelares.

2 – A alienação de veículos automóveis fica sujeita a anuência prévia da Direcção-Geral do Património do Estado, sem prejuízo do disposto no artigo 156.º do Decreto-Lei n.º 295-A/90, de 21 de Setembro.

3 – Não são alienados os bens, objectos ou instrumentos declarados perdidos a favor do Estado que, pela sua natureza ou características, possam vir a ser utilizados na prática de outras infracções, devendo ser destruídos no caso de não oferecerem interesse criminalístico, científico ou didáctico.

4 – Na falta de convenção internacional, os bens ou produtos apreendidos a solicitação de autoridades de Estado estrangeiro ou os fundos provenientes da sua venda são repartidos entre o Estado requerente e o Estado requerido, na proporção de metade.

Ofício-Circular n.º 8, de 31 de Outubro de 1988 da Presidência da Relação de Lisboa.

Serão divididos em partes iguais para a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (Fundo de Fomento e Assistência Prisional¹⁹) e para o Instituto de Reinserção Social, devendo a divisão ser feita pelos próprios Tribunais.

▶ **Títulos abandonados em favor do Estado**

O Decreto-Lei n.º 187/70, publicado no Diário do Governo I Série n.º 101 de 30 de Abril de 1970.

▶ **ARMAS DE FOGO**

▶ **Guarda e manutenção de armas de fogo apreendidas em processo-crime.**

Os procedimentos a observar encontram-se descritos no Protocolo assinado entre os Ministérios da Administração Interna e da Justiça e que determina a entrega por parte do Tribunal das armas apreendidas em processos-crime nas esquadras da PSP ou da GNR dessa comarca.

▶ **Armas de fogo apreendidas por infracções à Lei da Caça (DL 251/92 de 12/11) – Ofício-Circular n.º 33 – GAT de 23.9.93 da DGSJ.**

De acordo com o estabelecido no art. 126º do DL supra referido os meios e instrumentos de caça declarados perdidos a favor do Estado ou apreendidos, reverterem para a Direcção-Geral das Florestas que por sua vez procede à venda dos mesmos. Quando estes instrumentos, como acontece na maior parte das vezes, são armas de fogo, estas deverão ser entregues nas esquadras da PSP ou GNR da comarca. Assim, a entrega das referidas armas deverá ser acompanhada de documento onde conste expressamente a legislação violada, de forma a que o produto resultante da venda daquelas, reverta não a favor das entidades policiais, mas sim, da Direcção-Geral das Florestas, conforme está previsto na lei. Deverão, ainda, os Tribunais, remeter àquela Direcção-Geral certidão ou fotocópia das decisões finais proferidas nos processos instaurados por infracção à Lei da Caça, bem como uma cópia do documento que acompanhou a remessa da respectiva arma à esquadra policial.

¹⁹ O Fundo de Fomento e Assistência Prisional foi extinto – cfr. artº. 6º do D/L 257/99 de 07.07

▶ VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

Decreto Lei 31/85, de 25.10, na redacção dada pelo D/L nº. 26/97, de 23.01.

Âmbito – Artº. 1º

Comunicação à D.G.P.E. – Artº. 2º nº. 1 – 90 dias sobre a apreensão do veículo.

Serão objecto da comunicação a que se refere o artº. 2º nº. 1 do D/L 31/85, os veículos que sejam considerados susceptíveis de perda a favor do estado e sem interesse relevante como meio de prova.

Decisão Provisória sobre a susceptibilidade de perda em favor do estado – Artº. 3º

▶ Afectação aos Tribunais de veículos apreendidos ou declarados perdidos a favor do estado – Ofº. 11512 de 09.05.2002 – I.G.F.P.J. – Referência - D.A.G-VIAT

A ficha anexa ao ofício supra mencionado deve ser preenchida nos campos referentes a “**identificação da viatura**” e “**localização**” e enviada a:

Direcção Geral do Património (Ministério das Finanças)
Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça

▶ OURO – PEDRAS PRECIOSAS

O ouro e as pedras preciosas preciosas, por exemplo, serão depositadas na Caixa Geral de Depósitos, através de guia de depósito obrigatório, conforme dispõe o artº. 13º, nº. 1 e 7 do Decreto nº. 694/70, de 31.12 – vidé anotação de páginas 122/123.

► Guarda de objectos apreendidos

Ver Ofício Circular n.º 8, de 3.2.95 – DRAJ, da DGSJ

Os responsáveis pelas Secretarias Judiciais e pelas Secretarias Privativas do Ministério Público, sempre que à ordem de um processo sejam apreendidos objectos, deverão elaborar uma relação do mesmos da qual deverão constar:

- a) descrição do objecto;
- b) n.º de processo;
- c) lugar onde o mesmo se encontra guardado.

Sempre que um processo transite para outros Serviços, os objectos no mesmo apreendidos deverão acompanhá-lo fazendo-se constar na referida relação, a data de saída, bem como o nome de funcionário a quem o mesmo foi entregue.

► Objectos perdidos a favor do Estado - JIC

Compete ao Mmº. JIC, na fase de inquérito, declarar a perda a favor do estado dos objectos apreendidos - art. 268º, n.º 1, al. e).

► CÓDIGO PENAL

Artigo 109º CP

Perda de instrumentos e produtos

1 – São declarados perdidos a favor do Estado os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir para a prática de um facto ilícito típico, ou que por este tiverem sido produzidos, quando, pela sua natureza ou pelas circunstâncias do caso, puserem em perigo a segurança das pessoas, a moral ou a ordem públicas, ou oferecerem sério risco de ser utilizados para o cometimento de novos factos ilícitos típicos.

2 – O disposto no número anterior tem lugar ainda que nenhuma pessoa determinada possa ser punida pelo facto.

3 – Se a lei não fixar destino especial aos objectos perdidos nos termos dos números anteriores, pode o juiz ordenar que sejam total ou parcialmente destruídos ou postos fora do comércio.

Artigo 110º CP

Objectos pertencentes a terceiro

1 – Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a perda não tem lugar se os objectos não pertencerem, à data do facto, a nenhum dos agentes ou beneficiários, ou não lhes pertencerem no momento em que a perda foi decretada.

2 – Ainda que os objectos pertençam a terceiro, é decretada a perda quando os seus titulares tiverem concorrido, de forma censurável, para a sua utilização ou produção, ou do facto tiverem retirado vantagens; ou ainda quando os objectos forem, por qualquer título, adquiridos após a prática do facto, conhecendo os adquirentes a sua proveniência.

3 – Se os objectos consistirem em inscrições, representações ou registos lavrados em papel, noutro suporte ou meio de expressão audiovisual, pertencentes a terceiro de boa fé, não terá lugar a perda, procedendo-se à restituição depois de apagadas as inscrições, representações ou registos que integrarem o facto ilícito típico. Não sendo isso possível, o tribunal ordena a destruição, havendo lugar à indemnização nos termos da lei civil.

Artigo 111º CP

Perda de vantagens

1 – Toda a recompensa dada ou prometida aos agentes de um facto ilícito típico, para eles ou para outrem, é perdida a favor do Estado.

2 – São também perdidos a favor do Estado, sem prejuízo dos direitos do ofendido ou de terceiro de boa fé, as coisas, direitos ou vantagens que, através do facto ilícito típico, tiverem sido directamente adquiridos, para si ou para outrem, pelos agentes e representem uma vantagem patrimonial de qualquer espécie.

3 – O disposto nos números anteriores aplica-se às coisas ou aos direitos obtidos mediante transacção ou troca com as coisas ou direitos directamente conseguidos por meio do facto ilícito típico.

4 – Se a recompensa, os direitos, coisas ou vantagens referidos nos números anteriores não puderem ser apropriados em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao Estado do respectivo valor.

Artigo 112º CP

Pagamento diferido ou a prestações e atenuação

1 – Quando a aplicação do artigo anterior vier a traduzir-se, em concreto, no pagamento de uma soma pecuniária, é correspondentemente aplicável o disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 47º.

2 – Se, atenta a situação sócio-económica da pessoa em causa, a aplicação do nº 4 do artigo anterior se mostrar injusta ou demasiado severa, pode o tribunal atenuar equitativamente o valor referido naquele preceito.

Artigo 179.º

Apreensão de correspondência

1 - Sob pena de nulidade, o juiz pode autorizar ou ordenar, por despacho, a apreensão, mesmo nas estações de correios e de telecomunicações, de cartas, encomendas, valores, telegramas ou qualquer outra correspondência, quando tiver fundadas razões para crer que:

a) A correspondência foi expedida pelo suspeito ou lhe é dirigida, mesmo que sob nome diverso ou através de pessoa diversa;

b) Está em causa crime punível com pena de prisão superior, no seu máximo, a três anos; e

c) A diligência se revelará de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova.

2 - É proibida, sob pena de nulidade, a apreensão e qualquer outra forma de controlo da correspondência entre o arguido e o seu defensor, salvo se o juiz tiver fundadas razões para crer que aquela constitui objecto ou elemento de um crime.

3 - O juiz que tiver autorizado ou ordenado a diligência é a primeira pessoa a tomar conhecimento do conteúdo da correspondência apreendida. Se a considerar relevante para a prova, fá-la juntar ao processo; caso contrário, restitui-a a quem de direito, não podendo ela ser utilizada como meio de prova, e fica ligado por dever de segredo relativamente àquilo de que tiver tomado conhecimento e não tiver interesse para a prova.

► Apreensão de correspondência

Cfr. - Artigo 252º

Artigo 180.º

Apreensão em escritório de advogado ou em consultório médico

1 - À apreensão operada em escritório de advogado ou em consultório médico é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 177.º, n.os 3 e 4.

2 - Nos casos referidos no número anterior não é permitida, sob pena de nulidade, a apreensão de documentos abrangidos pelo segredo profissional, ou

abrangidos por segredo profissional médico, salvo se eles mesmo constituírem objecto ou elemento de um crime.

3 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo anterior.

▶ **Juiz de Instrução**

Ver Anotação ao art. 177º e 269º

Artigo 181.º

Apreensão em estabelecimento bancário

1 - O juiz procede à apreensão em bancos ou outras instituições de crédito de documentos, títulos, valores, quantias e quaisquer outros objectos, mesmo que em cofres individuais, quando tiver fundadas razões para crer que eles estão relacionados com um crime e se revelarão de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova, mesmo que não pertençam ao arguido ou não estejam depositados em seu nome.

2 - O juiz pode examinar a correspondência e qualquer documentação bancárias para descoberta dos objectos a apreender nos termos do número anterior. O exame é feito pessoalmente pelo juiz, coadjuvado, quando necessário, por órgãos de polícia criminal e por técnicos qualificados, ficando ligados por dever de segredo relativamente a tudo aquilo de que tiverem tomado conhecimento e não tiver interesse para a prova.

▶ **Juiz de Instrução**

▶ Ver anotação ao art. 177º e 269º

▶ Ver **Lei 5/2002 de 11/01 – Combate à Criminalidade Organizada**

Ofício Circular 11420, de 09.04.2002 da PGR – Lista das entidades centrais responsáveis pela resposta aos pedidos de informação formulados por autoridade judiciária, no âmbito da Lei 5/2002 de 11/01

Artigo 182.º

Segredo profissional ou de funcionário e segredo de Estado

1 - As pessoas indicadas nos artigos 135.º a 137.º apresentam à autoridade judiciária, quando esta o ordenar, os documentos ou quaisquer objectos que tiverem na sua posse e devam ser apreendidos, salvo se invocarem, por escrito, segredo profissional ou de funcionário ou segredo de Estado.

2 - Se a recusa se fundar em segredo profissional ou de funcionário, é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 135.º, n.os 2 e 3, e 136.º, n.º 2.

3 - Se a recusa se fundar em segredo de Estado, é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 137.º, n.º 3.

Artigo 183.º

Cópias e certidões

1 - Aos autos pode ser junta cópia dos documentos apreendidos, restituindo-se nesse caso o original. Tornando-se necessário conservar o original, dele pode ser feita cópia ou extraída certidão e entregue a quem legitimamente o detinha. Na cópia e na certidão é feita menção expressa da apreensão.

2 - Do auto de apreensão é entregue cópia, sempre que solicitada, a quem legitimamente detinha o documento ou o objecto apreendidos.

Artigo 184.º

Aposição e levantamento de selos

Sempre que possível, os objectos apreendidos são selados. Ao levantamento dos selos assistem, sendo possível, as mesmas pessoas que tiverem estado presentes na sua aposição, as quais verificam se os selos não foram violados nem foi feita qualquer alteração nos objectos apreendidos.

Artigo 185.º

Apreensão de coisas perecíveis, perigosas ou deterioráveis

Se a apreensão respeitar a coisas perecíveis, perigosas ou deterioráveis, a autoridade judiciária pode ordenar, conforme os casos, a sua venda ou afectação a finalidade socialmente útil, destruição, ou as medidas de conservação ou manutenção necessárias.

Artigo 186.º

Restituição dos objectos apreendidos

1 - Logo que se tornar desnecessário manter a apreensão para efeito de prova, os objectos apreendidos são restituídos a quem de direito.

2 - Logo que transitar em julgado a sentença, os objectos apreendidos são restituídos a quem de direito, salvo se tiverem sido declarados perdidos a favor do Estado.

3 - Ressalva-se do disposto nos números anteriores o caso em que a apreensão de objectos pertencentes ao arguido ou ao responsável civil deva ser mantida a título de arresto preventivo, nos termos do artigo 228.º.

► N.º 3 – Arresto preventivo

O n.º 1, do artigo 228º permite que o Juiz possa decretar o arresto, nos termos da lei civil, se tiver sido previamente fixada caução económica e esta não tiver sido prestada.

Relativamente aos procedimentos do Arresto, artigo 406º (Arresto) e 822º e seguintes (penhora), ambos, do CPC.

CAPÍTULO IV

Das escutas telefónicas

Artigo 187.º

Admissibilidade

1 - A intercepção e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas só podem ser ordenadas ou autorizadas, por despacho do juiz, quanto a crimes:

- a) Puníveis com pena de prisão superior, no seu máximo, a três anos;
 - b) Relativos ao tráfico de estupefacientes;
 - c) Relativos a armas, engenhos, matérias explosivas e análogas;
 - d) De contrabando; ou
 - e) De injúria, de ameaça, de coacção, de devassa da vida privada e perturbação da paz e do sossego, quando cometidos através de telefone;
- se houver razões para crer que a diligência se revelará de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova.

2 - A ordem ou autorização a que alude o n.º 1 do presente artigo pode ser solicitada ao juiz dos lugares onde eventualmente se puder efectivar a conversação ou comunicação telefónica ou da sede da entidade competente para a investigação criminal, tratando-se dos seguintes crimes:

- a) Terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada;
- b) Associações criminosas previstas no artigo 299.º do Código Penal;
- c) Contra a paz e a humanidade previstos no título III do livro II do Código Penal;
- d) Contra a segurança do Estado previstos no capítulo I do título V do livro II do Código Penal;
- e) Produção e tráfico de estupefacientes;
- f) Falsificação de moeda ou títulos equiparados a moeda prevista nos artigos 262.º, 264.º, na parte em que remete para o artigo 262.º, e 267.º, na parte em que remete para os artigos 262.º e 264.º, do Código Penal;
- g) Abrangidos por convenção sobre segurança da navegação aérea ou marítima.

3 - É proibida a intercepção e a gravação de conversações ou comunicações entre o arguido e o seu defensor, salvo se o juiz tiver fundadas razões para crer que elas constituem objecto ou elemento de crime.

Artigo 188.º

Formalidades das operações

1- Da intercepção e gravação a que se refere o artigo anterior é lavrado auto, o qual, junto com as fitas gravadas ou elementos análogos, é imediatamente levado ao conhecimento do juiz que tiver ordenado ou autorizado as operações, com a indicação das passagens das gravações ou elementos análogos considerados relevantes para a prova.

2 - O disposto no número anterior não impede que o órgão de polícia criminal que proceder à investigação tome previamente conhecimento do conteúdo da

comunicação interceptada a fim de poder praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

3 - Se o juiz considerar os elementos recolhidos, ou alguns deles, relevantes para a prova, ordena a sua transcrição em auto e fá-lo juntar ao processo; caso contrário, ordena a sua destruição, ficando todos os participantes nas operações ligados ao dever de segredo relativamente àquilo de que tenham tomado conhecimento.

4 - Para efeitos do disposto no número anterior, o juiz pode ser coadjuvado, quando entender conveniente, por órgão de polícia criminal, podendo nomear, se necessário, intérprete. À transcrição aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 101.º, n.os 2 e 3.

5 - O arguido e o assistente, bem como as pessoas cujas conversações tiverem sido escutadas, podem examinar o auto de transcrição a que se refere o n.º 3 para se inteirarem da conformidade das gravações e obterem, à sua custa, cópias dos elementos naquele referidos.

Artigo 189.º

Nulidade

Todos os requisitos e condições referidos nos artigos 187.º e 188.º são estabelecidos sob pena de nulidade.

Artigo 190.º

Extensão

O disposto nos artigos 187.º, 188.º e 189.º é correspondentemente aplicável às conversações ou comunicações transmitidas por qualquer meio técnico diferente do telefone, designadamente correio electrónico ou outras formas de transmissão de dados por via telemática, bem como à interceptação das comunicações entre presentes.

LIVRO IV

Das medidas de coacção e de garantia patrimonial

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 191.º

Princípio da legalidade

1 - A liberdade das pessoas só pode ser limitada, total ou parcialmente, em função de exigências processuais de natureza cautelar, pelas medidas de coacção e de garantia patrimonial previstas na lei.

2 - Para efeitos do disposto no presente livro, não se considera medida de

coacção a obrigação de identificação perante a autoridade competente, nos termos e com os efeitos previstos no artigo 250.º

[Artigo 250º - identificação de suspeito e pedido de informações.](#)

[Artigo 468º - decisões inexecutíveis.](#)

Artigo 192.º

Condições gerais de aplicação

1 - A aplicação de medidas de coacção e de garantia patrimonial depende da prévia constituição como arguido, nos termos do artigo 58.º, da pessoa que delas for objecto.

2 - Nenhuma medida de coacção ou de garantia patrimonial é aplicada quando houver fundados motivos para crer na existência de causas de isenção da responsabilidade ou de extinção do procedimento criminal.

Artigo 193.º

Princípio de adequação e proporcionalidade

1 - As medidas de coacção e de garantia patrimonial a aplicar em concreto devem ser adequadas às exigências cautelares que o caso requerer e proporcionais à gravidade do crime e às sanções que previsivelmente venham a ser aplicadas.

2 - A prisão preventiva só pode ser aplicada quando se revelarem inadequadas ou insuficientes as outras medidas de coacção.

3 - A execução das medidas de coacção e de garantia patrimonial não deve prejudicar o exercício de direitos fundamentais que não forem incompatíveis com as exigências cautelares que o caso requerer.

Artigo 194.º

Despacho de aplicação e sua notificação

1 - À excepção do termo de identidade e residência, as medidas de coacção e de garantia patrimonial são aplicadas por despacho do juiz, durante o inquérito a requerimento do Ministério Público e depois do inquérito mesmo oficiosamente, ouvido o Ministério Público.

2 - A aplicação referida no número anterior é precedida, sempre que possível e conveniente, de audição do arguido e pode ter lugar no acto do primeiro interrogatório judicial.

3 - O despacho referido no n.º 1 é notificado ao arguido e dele constam a enunciação dos motivos de facto da decisão e a advertência das consequências do incumprimento das obrigações impostas. Em caso de prisão preventiva, o despacho é, com consentimento do arguido, de imediato comunicado a parente, a pessoa da sua confiança ou ao defensor indicado pelo arguido.

4 - O consentimento referido na segunda parte do número anterior não é exigido quando o arguido for menor de 18 anos.

Artigo 195.º

Determinação da pena

Se a aplicação de uma medida de coacção depender da pena aplicável, atende-se, na sua determinação, ao máximo da pena correspondente ao crime que justifica a medida.

TÍTULO II

Das medidas de coacção

CAPÍTULO I

Das medidas admissíveis

Artigo 196.º

Termo de identidade e residência

1- A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal sujeitam a termo de identidade e residência lavrado no processo todo aquele que for constituído arguido, ainda que já tenha sido identificado nos termos do artigo 250.º

2 - Para o efeito de ser notificado mediante via postal simples, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 113.º, o arguido indica a sua residência, o local de trabalho ou outro domicílio à sua escolha.

3 - Do termo deve constar que àquele foi dado conhecimento:

a) Da obrigação de comparecer perante a autoridade competente ou de se manter à disposição dela sempre que a lei o obrigar ou para tal for devidamente notificado;

b) Da obrigação de não mudar de residência nem dela se ausentar por mais de cinco dias sem comunicar a nova residência ou o lugar onde possa ser encontrado;

c) De que as posteriores notificações serão feitas por via postal simples para a morada indicada no n.º 2, excepto se o arguido comunicar uma outra, através de requerimento entregue ou remetido por via postal registada à secretaria onde os autos se encontrarem a correr nesse momento;

d) De que o incumprimento do disposto nas alíneas anteriores legitima a sua representação por defensor em todos os actos processuais nos quais tenha o direito ou o dever de estar presente e bem assim a realização da audiência na sua ausência, nos termos do artigo 333.º

4 - A aplicação da medida referida neste artigo é sempre cumulável com qualquer outra das previstas no presente livro.

► **Nota:**

O TIR deverá ser integralmente preenchido, nomeadamente no que se refere à identificação do arguido.

Ofº. 14507 de 06.11.2001 – Proc. 37/2001 – Lº. 15 – PGR (Ofº. Circular 28/01 da PGR) – **Traduções do TIR.**

Obrigatoriedade de nomeação de interprete a estrangeiro – Artº. 92º nº. 2 e 3.

Artigo 197.º

Caução

1 - Se o crime imputado for punível com pena de prisão, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de prestar caução.

2 - Se o arguido estiver impossibilitado de prestar caução ou tiver graves dificuldades ou inconvenientes em prestá-la, pode o juiz, oficiosamente ou a requerimento, substituí-la por qualquer ou quaisquer outras medidas de coacção, à excepção da prisão preventiva ou de obrigação de permanência na habitação, legalmente cabidas ao caso, as quais acrescerão a outras que já tenham sido impostas.

3 - Na fixação do montante da caução tomam-se em conta os fins de natureza cautelar a que se destina, a gravidade do crime imputado, o dano por este causado e a condição sócio-económica do arguido.

► **Prestação de Caução – procedimentos**

Ver art. 206º

Recurso da medida de coacção - artigo 219º.

Quebra de caução

Ver art. 208º

Das Medidas de garantia patrimonial – artigo 227º - Caução Económica

Lei 61/91 de 13/8 (Garante protecção adequada às mulheres vítimas de violência)

O art. 16º do diploma supra referido prevê uma outra situação em que poderá ser ordenada a prestação de caução, sendo cumulável com outras medidas.

1 – Sempre que não seja imposta a medida de prisão preventiva, deverá ser aplicada ao arguido a medida de coacção de afastamento da residência, que pode ser cumulada com a obrigação de prestar caução, no caso de aquele ser pessoa com quem a vítima resida em economia comum,

quando houver perigo de continuação da actividade criminosa.
2 – Sempre que tal medida de coacção tenha sido imposta, a pena que vier a ser aplicada só poderá ser suspensa com a condição de o arguido não maltratar física ou psiquicamente a mulher.

Artigo 198.º

Obrigaçao de apresentação periódica

Se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a seis meses, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de se apresentar a uma entidade judiciária ou a um certo órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, tomando em conta as exigências profissionais do arguido e o local em que habita.

► Comunicação à entidade policial

Notificado o arguido da aplicação desta medida e encontrando-se nos autos o comprovativo dessa notificação, deve ser efectuada comunicação à entidade policial em cujas instalações foi ordenada aquelas apresentações, a fim de a mesma proceder ao controlo das mesmas, de onde se saliente a obrigação daquela entidade em comunicar ao tribunal, caso de verifique o seu incumprimento. Podem ainda as apresentações ser efectuadas perante uma autoridade judiciária ou oficial de justiça, bastando para que isso aconteça que tal tenha sido ordenado aquando da aplicação da medida de coacção

Recursos da medida de coacção - artigo 219º

Artigo 199.º

Suspensão do exercício de funções, de profissão e de direitos

1 - Se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a dois anos, o juiz pode impor ao arguido, cumulativamente, se disso for caso, com qualquer outra medida legalmente cabida, a suspensão do exercício:

- a) Da função pública;
- b) De profissão ou actividade cujo exercício dependa de um título público ou de uma autorização ou homologação da autoridade pública; ou

c) Do poder paternal, da tutela, da curatela, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito;
sempre que a interdição do exercício respectivo possa vir a ser decretada como efeito do crime imputado.

2 - A suspensão é comunicada à autoridade administrativa, civil ou judiciária normalmente competente para decretar a suspensão ou a interdição respectivas.

Extinção de medidas – artigo 214 e 218

Recurso da medida de coacção – artigo 219º

Artigo 200.º

Proibição de permanência, de ausência e de contactos

1 - Se houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a três anos, o juiz pode impor ao arguido, cumulativa ou separadamente, as obrigações de:

a) Não permanecer, ou não permanecer sem autorização, na área de uma determinada povoação, freguesia ou concelho ou na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habitem os ofendidos seus familiares ou outras pessoas sobre as quais possam ser cometidos novos crimes;

b) Não se ausentar para o estrangeiro, ou não se ausentar sem autorização;

c) Não se ausentar da povoação, freguesia ou concelho do seu domicílio, ou não se ausentar sem autorização, salvo para lugares predeterminados, nomeadamente para o lugar do trabalho;

d) Não contactar com determinadas pessoas ou não frequentar certos lugares ou certos meios.

2 - As autorizações referidas no número anterior podem, em caso de urgência, ser requeridas e concedidas verbalmente, lavrando-se cota no processo.

3 - A proibição de o arguido se ausentar para o estrangeiro implica a entrega à guarda do tribunal do passaporte que possuir e a comunicação às autoridades competentes, com vista à não concessão ou não renovação de passaporte e ao controlo das fronteiras.

4 - A aplicação das medidas previstas neste artigo é cumulável com a da medida contida no artigo 198.º

Determinação da pena – Artº. 195º

Se a aplicação de uma medida de coacção depender da pena aplicável, atende-se, na sua determinação, ao máximo da pena correspondente ao crime que justifica a medida.

Extinção de medidas – artigo 214º e 218º

Nos crimes previstos na Lei 61/91. de 13/8 – Garante Protecção Adequada às mulheres vítimas de violência – sempre que ao arguido não seja imposta medida de coacção de prisão preventiva deverá ser

aplicada medida de coacção de afastamento da residência que pode ser cumulada com a obrigação de prestar caução.

Lei n.º 16/2004 de 11 de Maio – d.r. Nº. 110 – I Série A
Aprova medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso
de manifestação de violência associadas ao desporto

Artigo 27.º

Medida de coacção de interdição de acesso a recintos desportivos

1 - Se houver fortes indícios da prática de crime previsto na presente lei o juiz pode impor ao arguido medida de interdição de acesso a recintos em espectáculos desportivos da modalidade em que ocorrerem os factos.

2 - À medida de coacção referida no número anterior aplicam-se os prazos máximos previstos para a prisão preventiva.

3 - A medida de coacção prevista no n.º 1 pode ser cumulada com a obrigação de o arguido se apresentar a uma autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, tomando em conta as suas exigências profissionais e o local em que habita.

Lei Orgânica nº. 2/2004 de 12.05 – D.R. nº. 111 - I Série – A
Regime temporário da organização da ordem pública e da
justiça – Euro 2004

“CAPÍTULO IV

Medidas de coacção

Artigo 13.º

Proibição de permanência, de ausência e de contactos

Para efeitos da presente lei, a aplicação de medidas de coacção prevista no artigo 200.º do Código de Processo Penal pode ser decretada nos casos em que se verifique a existência de fortes indícios da prática de crime doloso punível com pena de prisão.

Artigo 14.º

Interdição de acesso a recintos desportivos

1 - Se houver fortes indícios de prática de crime previsto no artigo 1.º da Lei n.º 8/97, de 12 de Abril, o juiz pode impor ao arguido medida de coacção de interdição de acesso a recintos desportivos, pelo período de vigência da presente lei.

2 - A aplicação da medida de coacção a que se refere o número anterior pode ser cumulada com a obrigação de o arguido se apresentar a uma entidade judiciária ou órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, tomando em conta as exigências profissionais do arguido e o local em que habita. “

Artigo 201.º

Obrigação de permanência na habitação

1 - Se houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a três anos, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de se não ausentar, ou de se não ausentar sem autorização, da habitação própria ou de outra em que de momento resida.

2 - Para fiscalização do cumprimento da obrigação referida no número anterior podem ser utilizados meios técnicos de controlo à distância, nos termos previstos na lei.

O tempo a que o arguido estiver sujeito a esta medida de coacção é descontado na pena concreta aplicada ao detido – art. 80º do C. Penal

Extinção de medidas – artigo 214º e 218º

VIGILÂNCIA ELECTRÓNICA - Lei nº. 122/99, de 20 de Agosto

Lei que regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância para fiscalização do cumprimento da obrigação de permanência na habitação.

A área geográfica a que se refere o artº. 10º da Lei 122/99, encontra-se regulada pela **Portaria 189/2004**, de 26 de Fevereiro.

VIGILÂNCIA ELECTRONICA Lei 122/99 de 20 de Agosto

O Decreto-Lei 122/99, regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância para fiscalização do cumprimento da medida de coacção de obrigação de permanência na habitação, sendo este efectuado por monitorização telemática posicional do arguido – artigo 1º.

A utilização deste meio de vigilância electrónica depende do consentimento do arguido, bem como de outras pessoas, designadamente as que vivam com o arguido, sendo o mesmo prestado pessoalmente perante o juiz, na presença do defensor, sendo tal consentimento reduzido a auto.

O consentimento do arguido é revogável a todo o tempo – artigo 2º.

A utilização de meios de vigilância electrónica é decidida por despacho do juiz) no inquérito – artigo 3º.

A execução da vigilância electrónica é efectuada através de meios técnicos que permitam, com respeito pela dignidade do arguido detectar à distância a sua presença em determinado local – artigo 4º.

Compete ao Instituto de reinserção social proceder à execução da vigilância electrónica – artigo 5º

Oficiosamente de três em meses, o juiz procede ao reexame das condições em que foi decidida a utilização da vigilância electrónica e à avaliação da sua execução, mantendo, alterando ou revogando a sua decisão – artigo 7º.

A decisão que fixa a vigilância a vigilância electrónica é revogada quando:

- a) Se tornar inadequada ou desnecessária a sua manutenção
- b) O arguido revogar o consentimento;
- c) O arguido danificar o equipamento de monitorização com intenção de dificultar a vigilância;
- d) O arguido violar gravemente os deveres a que fica sujeito.
(Não dispensa a leitura do diploma legal)

Artigo 202.º

Prisão preventiva

1 - Se considerar inadequadas ou insuficientes, no caso, as medidas referidas nos artigos anteriores, o juiz pode impor ao arguido a prisão preventiva quando:

- a) Houver fortes indícios de prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a três anos; ou
- b) Se tratar de pessoa que tiver penetrado ou permaneça irregularmente em território nacional, ou contra a qual estiver em curso processo de extradição ou de expulsão.

2 - Mostrando-se que o arguido a sujeitar a prisão preventiva sofre de anomalia psíquica, o juiz pode impor, ouvido o defensor e, sempre que possível, um familiar, que, enquanto a anomalia persistir, em vez da prisão tenha lugar internamento preventivo em hospital psiquiátrico ou outro estabelecimento análogo adequado, adoptando as cautelas necessárias para prevenir os perigos de fuga e de cometimento de novos crimes.

Reexame

O artigo 213º refere-se ao reexame dos pressupostos da prisão preventiva

A prisão preventiva desconta na pena concreta aplicada ao arguido
– art. 80º do Código Penal

Lei 61/91 de 13/8 (Garante protecção adequada às mulheres vítimas de violência)

O art. 16º do diploma supra referido prevê uma outra situação em que poderá ser ordenada a prestação de caução, sendo cumulável com outras medidas.

1 – Sempre que não seja imposta a medida de prisão preventiva, deverá ser aplicada ao arguido a medida de coacção de afastamento da residência, que pode ser cumulada com a obrigação de prestar caução, no caso de aquele ser pessoa com quem a vítima resida em economia comum, quando houver perigo de continuação da actividade criminosa.

2 – Sempre que tal medida de coacção tenha sido imposta, a pena que vier a ser aplicada só poderá ser suspensa com a condição de o arguido não maltratar física ou psiquicamente a mulher.

Lei Orgânica nº. 2/2004 de 12.05 – D.R. nº. 111 - I Série – A

Regime temporário da organização da ordem pública e da justiça – Euro 2004 – Ver anotação ao artº. 200º.

Dolo – artigo 14º do Código Penal

Revogação e substituição – artigo 212º

Extinção de medidas – artigo 214º e 218º

Recurso da medida de coacção – artigo 219º

Extinção de medidas – artigo 214º e 218º

Artigo 203.º

Violação das obrigações impostas

Em caso de violação das obrigações impostas por aplicação de uma medida de coacção, o juiz, tendo em conta a gravidade do crime imputado e os motivos da violação, pode impor outra ou outras medidas de coacção previstas neste Código e admissíveis no caso.

CAPÍTULO II

Das condições de aplicação das medidas

Artigo 204.º

Requisitos gerais

Nenhuma medida de coacção prevista no capítulo anterior, à excepção da que se contém no artigo 196.º, pode ser aplicada se em concreto se não verificar:

- a) Fuga ou perigo de fuga;
- b) Perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo e, nomeadamente, perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova; ou
- c) Perigo, em razão da natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de perturbação da ordem e da tranquilidade públicas ou de continuação da actividade criminosa.

Artigo 205.º

Cumulação com a caução

A aplicação de qualquer medida de coacção, à excepção da prisão preventiva ou da obrigação de permanência na habitação, pode sempre ser cumulada com a obrigação de prestar caução.

Artigo 206.º

Prestação da caução

- 1 - A caução é prestada por meio de depósito, penhor, hipoteca, fiança bancária ou fiança, nos concretos termos em que o juiz o admitir.
- 2 - Precedendo autorização do juiz, pode o arguido que tiver prestado caução por qualquer um dos meios referidos no número anterior substituí-lo por outro.
- 3 - A prestação de caução é processada por apenso.
- 4 - Ao arguido que não preste caução é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 228.º.

[Nº. 4 - Artigo 228.º - Arresto preventivo](#)

[Extinção das Medidas de Coacção - artigo 214º](#)

Artigo 207.º

Reforço da caução

1 - Se, posteriormente a ter sido prestada caução, forem conhecidas circunstâncias que a tornem insuficiente ou impliquem a modificação da modalidade de prestação, pode o juiz impor o seu reforço ou modificação.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 197.º, n.º 2, e no artigo 203.º

Artigo 208.º

Quebra da caução

1 - A caução considera-se quebrada quando se verificar falta injustificada do arguido a acto processual a que deva comparecer ou incumprimento de obrigações derivadas de medida de coacção que lhe tiver sido imposta.

2 - Quebrada a caução, o seu valor reverte para o Estado.

► Recurso

Ver art. 408º, n.º 2 alª b)

transitado o despacho que julgar quebrada a caução deverá ser emitido precatório cheque a favor do Tesoureiro da Fazenda Nacional e entregue o mesmo, juntamente com guias na Tesouraria da Fazenda Pública para que a importância quebrada tenha como destino o Estado, isto no caso da caução ter sido efectuado por depósito obrigatório – CCJ anterior a 2004. Se efectuada por depósito autónomo nos termos do artigo 124º do actual CCJ será emitida nota de depósito autónomo da referida importância tendo como destino o Estado.

Artigo 209.º

Dificuldades de aplicação ou de execução de uma medida de coacção

Para efeito de aplicação ou de execução de uma medida de coacção é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 115.º

Artigo 115º - Dificuldades em efectuar notificação ou cumprir mandado

Artigo 210.º

Inêxito das diligências para aplicação da prisão preventiva

Se o juiz tiver elementos para supor que uma pessoa pretende subtrair-se à aplicação ou execução da prisão preventiva, pode aplicar-lhe imediatamente, até que a execução da medida se efective, as medidas previstas nos artigos 198.º a 201.º, inclusive, ou alguma ou algumas delas.

Artigo 211.º

Suspensão da execução da prisão preventiva

1 - No despacho que aplicar a prisão preventiva ou durante a execução desta o juiz pode estabelecer a suspensão da execução da medida, se tal for exigido por razão de doença grave do arguido, de gravidez ou de puerpério. A suspensão cessa logo que deixarem de verificar-se as circunstâncias que a determinaram e de todo o modo, no caso de puerpério, quando se esgotar o 3.º mês posterior ao parto.

2 - Durante o período de suspensão da execução da prisão preventiva o arguido fica sujeito à medida prevista no artigo 201.º e a quaisquer outras que se revelarem adequadas ao seu estado e compatíveis com ele, nomeadamente a de internamento hospitalar.

Artigo 201º - obrigação de permanência na habitação

CAPÍTULO III

Da revogação, alteração e extinção das medidas

Artigo 212.º

Revogação e substituição das medidas

1 - As medidas de coacção são imediatamente revogadas, por despacho do juiz, sempre que se verificar:

a) Terem sido aplicadas fora das hipóteses ou das condições previstas na lei; ou

b) Terem deixado de subsistir as circunstâncias que justificaram a sua aplicação.

2 - As medidas revogadas podem de novo ser aplicadas, sem prejuízo da unidade dos prazos que a lei estabelecer, se sobrevierem motivos que legalmente justifiquem a sua aplicação.

3 - Quando se verificar uma atenuação das exigências cautelares que determinaram a aplicação de uma medida de coacção, o juiz substitui-a por outra menos grave ou determina uma forma menos gravosa da sua execução.

4 - A revogação e a substituição previstas neste artigo têm lugar oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público ou do arguido, devendo estes, sempre que necessário, ser ouvidos. Se, porém, o juiz julgar o requerimento do arguido manifestamente infundado, condena-o ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

▶ **Jurisprudência**

A prisão preventiva pode ser revogada e substituída, por outra medida logo que se verifiquem circunstâncias que o justifiquem, nos termos do art. 212º do CPP, independentemente do reexame trimestral dos seus pressupostos imposto pelo artigo 213º (ACSTJ 24.01.96)

Artigo 213.º

Reexame dos pressupostos da prisão preventiva

1 - Durante a execução da prisão preventiva o juiz procede oficiosamente, de três em três meses, ao reexame da subsistência dos pressupostos daquela, decidindo se ela é de manter ou deve ser substituída ou revogada.

2 - Na decisão a que se refere o número anterior, ou sempre que necessário, o juiz verifica os fundamentos da elevação dos prazos de prisão preventiva, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 215.º, n.os 2, 3 e 4.

3 - Sempre que necessário, o juiz ouve o Ministério Público e o arguido.

4 - A fim de fundamentar as decisões sobre a substituição, revogação ou manutenção da prisão preventiva, o juiz, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público ou do arguido, pode solicitar a elaboração de relatório social ou de informação dos serviços de reinserção social, desde que o arguido consinta na sua realização.

Quando for aplicada a medida de coacção de **permanência na habitação** e se fizer uso da vigilância electrónica (meio técnico de controlo à distância para fiscalização do cumprimento da medida de coacção prevista no artigo 201º - obrigação de permanência na habitação) de **3 em 3 meses** far-se-à o reexame das condições em que foi decidida a utilização da vigilância electrónica e à avaliação da sua execução, mantendo, alterando ou revogando a decisão artigo 7º da Lei nº. 122/99.

Artigo 214.º

Extinção das medidas

1 - As medidas de coacção extinguem-se de imediato:

- a) Com o arquivamento do inquérito, se não for requerida abertura da instrução;
- b) Com o trânsito em julgado do despacho de não pronúncia;
- c) Com o trânsito em julgado do despacho que rejeitar a acusação, nos termos do artigo 311.º, n.º 2, alínea a);
- d) Com a sentença absolutória, mesmo que dela tenha sido interposto recurso; ou
- e) Com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

2 - A medida de prisão preventiva extingue-se igualmente de imediato quando tiver lugar sentença condenatória, ainda que dela tenha sido interposto recurso, se a pena aplicada não for superior à prisão já sofrida.

3 - Se, no caso da alínea d) do n.º 1, o arguido vier a ser posteriormente

condenado no mesmo processo, pode, enquanto a sentença condenatória não transitar em julgado, ser sujeito a medidas de coacção previstas neste Código e admissíveis no caso.

4 - Se a medida de coacção for a de caução e o arguido vier a ser condenado em prisão, aquela só se extingue com o início da execução da pena.

Artigo 467º - Decisões com Força Executiva

Artigo 311.º - Saneamento do Processo

Artigo 215.º

Prazos de duração máxima da prisão preventiva

1 - A prisão preventiva extingue-se quando, desde o seu início, tiverem decorrido:

- a) 6 meses sem que tenha sido deduzida acusação;
- b) 10 meses sem que, havendo lugar a instrução, tenha sido proferida decisão instrutória;
- c) 18 meses sem que tenha havido condenação em 1.^a instância;
- d) 2 anos sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado.

2 - Os prazos referidos no número anterior são elevados, respectivamente, para 8 meses, 1 ano, 2 anos e 30 meses, em casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, ou quando se proceder por crime punível com pena de prisão de máximo superior a oito anos, ou por crime:

- a) Previsto nos artigos 299.º, 312.º, n.º 1, 315.º, n.º 2, 318.º, n.º 1, 319.º, 326.º, 331.º ou 333.º, n.º 1, do Código Penal;
- b) De furto de veículos ou de falsificação de documentos a eles respeitantes ou de elementos identificadores de veículos;
- c) De falsificação de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e equiparados ou da respectiva passagem;
- d) De burla, insolvência dolosa, administração danosa do sector público ou cooperativo, falsificação, corrupção, peculato ou de participação económica em negócio;
- e) De branqueamento de capitais, bens ou produtos provenientes do crime;
- f) De fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito;
- g) Abrangido por convenção sobre segurança da navegação aérea ou marítima.

3 - Os prazos referidos no n.º 1 são elevados, respectivamente, para 12 meses, 16 meses, 3 anos e 4 anos, quando o procedimento for por um dos crimes referidos no número anterior e se revelar de excepcional complexidade, devido, nomeadamente, ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime.

4 - Os prazos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 1, bem como os correspondentemente referidos nos n.os 2 e 3, são acrescentados de seis meses se tiver havido recurso para o Tribunal Constitucional ou se o processo penal tiver sido suspenso para julgamento em outro tribunal de questão prejudicial.

	PRAZO 215º N° 1	CRIMES (ART.215, N°.2)	POR EXCEPCIONAL COMPLEXIDADE – N°. DE ARGUIDOS OU OFENDIDOS (ART.215, 3)
ATÉ À ACUSAÇÃO	6 MESES	8 MESES	12 MESES
C/ INSTRUÇÃO ATÉ À DECISÃO	10 MESES	1 ANO	16 MESES
ATÉ À CONDENAÇÃO 1ª . INSTANCIA	18 MESES	2 ANOS	3 ANOS
ATÉ À CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO	2 ANOS	30 MESES	4 ANOS

Artigo 216.º

Suspensão do decurso dos prazos de duração máxima da prisão preventiva

- 1 - O decurso dos prazos previstos no artigo anterior suspende-se:
- a) Quando tiver sido ordenada perícia cujo resultado possa ser determinante para a decisão de acusação, de pronúncia ou final, desde o momento da ordem de efectivação da perícia até ao da apresentação do relatório; ou
 - b) Em caso de doença do arguido que imponha internamento hospitalar, se a presença daquele for indispensável à continuação das investigações.
- 2 - A suspensão a que se refere a alínea a) do número anterior não pode, em caso algum, ser superior a três meses.

Artigo 217.º

Libertação do arguido sujeito a prisão preventiva

- 1 - O arguido sujeito a prisão preventiva é posto em liberdade logo que a medida se extinguir, salvo se a prisão dever manter-se por outro processo.
- 2 - Se a libertação tiver lugar por se terem esgotado os prazos de duração máxima da prisão preventiva, o juiz pode sujeitar o arguido a alguma ou algumas das medidas previstas nos artigos 197.º a 200.º, inclusive.

²⁰ Exemplo constante do Texto de Apoio do Inquérito

Artigo 218.º

Prazos de duração máxima de outras medidas de coacção

1 - As medidas de coacção previstas nos artigos 198.º e 199.º extinguem-se quando, desde o início da sua execução, tiverem decorrido os prazos referidos no artigo 215.º, n.º 1, elevados ao dobro.

2 - À medida de coacção prevista no artigo 200.º é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 215.º e no artigo 216.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2.

3 - À medida de coacção prevista no artigo 201.º é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 215.º, 216.º e 217.º.

198.º - Obrigação de apresentação periódica

199.º - Suspensão do exercício de funções, de profissão e de direitos

201.º - Obrigação de permanência na habitação

215.º - Prazos de duração máxima da prisão preventiva

216.º - Suspensão do decurso dos prazos de duração máxima da prisão preventiva

217.º - Libertação do arguido sujeito a prisão preventiva

CAPÍTULO IV

Dos modos de impugnação

Artigo 219.º

Recurso

Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes, da decisão que aplicar ou mantiver medidas previstas no presente título há recurso, a julgar no prazo máximo de 30 dias a partir do momento em que os autos forem recebidos.

Artigo 220.º

Habeas corpus em virtude de detenção ilegal

1 - Os detidos à ordem de qualquer autoridade podem requerer ao juiz de instrução da área onde se encontrarem que ordene a sua imediata apresentação judicial, com algum dos seguintes fundamentos:

- a) Estar excedido o prazo para entrega ao poder judicial;
- b) Manter-se a detenção fora dos locais legalmente permitidos;
- c) Ter sido a detenção efectuada ou ordenada por entidade incompetente;
- d) Ser a detenção motivada por facto pelo qual a lei a não permite.

2 - O requerimento pode ser subscrito pelo detido ou por qualquer cidadão no gozo dos seus direitos políticos.

3 - É punível com a pena prevista no artigo 382.º do Código Penal qualquer

autoridade que levantar obstáculo ilegítimo à apresentação do requerimento referido nos números anteriores ou à sua remessa ao juiz competente.

Nº. 3 - Artigo 382º do Código Penal

Artigo 382.º

Abuso de poder

O funcionário que, fora dos casos previstos nos artigos anteriores, abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 221.º

Procedimento

1 - Recebido o requerimento, o juiz, se o não considerar manifestamente infundado, ordena, por via telefónica, se necessário, a apresentação imediata do detido, sob pena de desobediência qualificada.

2 - Conjuntamente com a ordem referida no número anterior, o juiz manda notificar a entidade que tiver o detido à sua guarda, ou quem puder representá-la, para se apresentar no mesmo acto munida das informações e esclarecimentos necessários à decisão sobre o requerimento.

3 - O juiz decide, ouvidos o Ministério Público e o defensor constituído ou nomeado para o efeito.

4 - Se o juiz recusar o requerimento por manifestamente infundado, condena o requerente ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC.

Artigo 222.º

Habeas corpus em virtude de prisão ilegal

1 - A qualquer pessoa que se encontrar ilegalmente presa o Supremo Tribunal de Justiça concede, sob petição, a providência de habeas corpus.

2 - A petição é formulada pelo preso ou por qualquer cidadão no gozo dos seus direitos políticos, é dirigida, em duplicado, ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, apresentada à autoridade à ordem da qual aquele se mantenha preso e deve fundar-se em ilegalidade da prisão proveniente de:

- a) Ter sido efectuada ou ordenada por entidade incompetente;

- b) Ser motivada por facto pelo qual a lei a não permite; ou
- c) Manter-se para além dos prazos fixados pela lei ou por decisão judicial.

► **Supremo Tribunal de Justiça**

Al. d) do art. 11º (Competência do Supremo Tribunal de Justiça)

Artigo 223.º

Procedimento

1 - A petição é enviada imediatamente ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, com informação sobre as condições em que foi efectuada ou se mantém a prisão.

2 - Se da informação constar que a prisão se mantém, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça convoca a secção criminal, que delibera nos oito dias subsequentes, notificando o Ministério Público e o defensor e nomeando este, se não estiver já constituído. São correspondentemente aplicáveis os artigos 424.º e 435.º

3 - O relator faz uma exposição da petição e da resposta, após o que é concedida a palavra, por quinze minutos, ao Ministério Público e ao defensor; seguidamente, a secção reúne para deliberação, a qual é imediatamente tornada pública.

4 - A deliberação pode ser tomada no sentido de:

- a) Indeferir o pedido por falta de fundamento bastante;
- b) Mandar colocar imediatamente o preso à ordem do Supremo Tribunal de Justiça e no local por este indicado, nomeando um juiz para proceder a averiguações, dentro do prazo que lhe for fixado, sobre as condições de legalidade da prisão;
- c) Mandar apresentar o preso no tribunal competente e no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de desobediência qualificada; ou
- d) Declarar ilegal a prisão e, se for caso disso, ordenar a libertação imediata.

5 - Tendo sido ordenadas averiguações, nos termos da alínea b) do número anterior, é o relatório apresentado à secção criminal, a fim de ser tomada a decisão que ao caso couber dentro do prazo de oito dias.

6 - Se o Supremo Tribunal de Justiça julgar a petição de habeas corpus manifestamente infundada, condena o peticionante ao pagamento de uma soma entre 6 UC e 30 UC.

[Artigo 424.º - Deliberação](#)

[Artigo 435.º - Audiência](#)

Artigo 224.º

Incumprimento da decisão

É punível com as penas previstas no artigo 369.º, n.os 4 e 5, do Código Penal, conforme o caso, o incumprimento da decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre a petição de habeas corpus, relativa ao destino a dar à pessoa presa.

CAPÍTULO V

Da indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada

Artigo 225.º

Modalidades

1 - Quem tiver sofrido detenção ou prisão preventiva manifestamente ilegal pode requerer, perante o tribunal competente, indemnização dos danos sofridos com a privação da liberdade.

2 - O disposto no número anterior aplica-se a quem tiver sofrido prisão preventiva que, não sendo ilegal, venha a revelar-se injustificada por erro grosseiro na apreciação dos pressupostos de facto de que dependia. Ressalva-se o caso de o preso ter concorrido, por dolo ou negligência, para aquele erro.

Ver circular nº. 5/92 da PGR

Assunto: Prisão ilegal. Acção de indemnização contra o Estado.

Tribunal competente

“ 10.^a Compete aos tribunais comuns de jurisdição cível conhecer das acções de indemnização intentadas contra o Estado por danos decorrentes da prisão preventiva ou detenção ilegais ou da prisão preventiva injustificada.”

Artigo 226.º

Prazo e legitimidade

1 - O pedido de indemnização não pode, em caso algum, ser proposto depois de decorrido um ano sobre o momento em que o detido ou preso foi libertado ou foi definitivamente decidido o processo penal respectivo.

2 - Em caso de morte do injustificadamente privado da liberdade e desde que não tenha havido renúncia da sua parte, pode a indemnização ser requerida pelo cônjuge não separado de pessoas e bens, pelos descendentes e pelos ascendentes. A indemnização arbitrada às pessoas que a houverem requerido não pode, porém, no seu conjunto, ultrapassar a que seria arbitrada ao detido ou preso.

TÍTULO III

Das medidas de garantia patrimonial

Artigo 227.º

Caução económica

1 - Havendo fundado receio de que falem ou diminuam substancialmente as garantias de pagamento da pena pecuniária, das custas do processo ou de qualquer outra dívida para com o Estado relacionada com o crime, o Ministério Público requer que o arguido preste caução económica. O requerimento indica os termos e modalidades em que deve ser prestada.

2 - Havendo fundado receio de que falem ou diminuam substancialmente as garantias de pagamento da indemnização ou de outras obrigações civis derivadas do crime, o lesado pode requerer que o arguido ou o civilmente responsável prestem caução económica, nos termos do número anterior.

3 - A caução económica prestada a requerimento do Ministério Público aproveita também ao lesado.

4 - A caução económica mantém-se distinta e autónoma relativamente à caução referida no artigo 197.º e subsiste até à decisão final absolutória ou até à extinção das obrigações. Em caso de condenação são pagas pelo seu valor, sucessivamente, a multa, a taxa de justiça, as custas do processo e a indemnização e outras obrigações civis.

▶ Taxa de Justiça

O CCJ não prevê a tributação de taxa de justiça nas cauções.

▶ Notificação

O despacho que aplique medida de garantia patrimonial é notificado ao arguido e ao seu defensor, devendo da notificação constar:

- cópia da decisão (despacho);
- A advertência das consequências do incumprimento das obrigações impostas e que poderão ser a decretação do arresto preventivo.

A caução económica será eventualmente arbitrada nos condicionalismos constantes do presente artigo e a requerimento do MP ou do lesado.

Artigo 228.º

Arresto preventivo

1 - A requerimento do Ministério Público ou do lesado, pode o juiz decretar o arresto, nos termos da lei do processo civil; se tiver sido previamente fixada e não prestada caução económica, fica o requerente dispensado da prova do fundado receio de perda da garantia patrimonial.

2 - O arresto preventivo referido no número anterior pode ser decretado mesmo em relação a comerciante.

3 - A oposição ao despacho que tiver decretado arresto não possui efeito suspensivo.

4 - Em caso de controvérsia sobre a propriedade dos bens arrestados, pode o juiz remeter a decisão para tribunal civil, mantendo-se entretanto o arresto decretado.

5 - O arresto é revogado a todo o tempo em que o arguido ou o civilmente responsável prestem a caução económica imposta.

▶ **Na contumácia**

Arresto - art. 337, n.º 4 - Efeitos e notificação da contumácia

▶ **Objectos apreendidos – restituição/arresto**

art. 186º, n.º 3

LIVRO V

Relações com autoridades estrangeiras e entidades judiciárias internacionais

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 229.º

Prevalência dos acordos e convenções internacionais

As rogatórias, a extradição, a delegação do procedimento penal, os efeitos das sentenças penais estrangeiras e as restantes relações com as autoridades estrangeiras relativas à administração da justiça penal são reguladas pelos tratados e convenções internacionais e, na sua falta ou insuficiência, pelo disposto em lei especial e ainda pelas disposições deste livro.

Artigo 230.º

Rogatórias ao estrangeiro

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, as rogatórias às autoridades estrangeiras são entregues ao Ministério Público para expedição.

2 - As rogatórias às autoridades estrangeiras só são passadas quando a autoridade judiciária competente entender que são necessárias à prova de algum facto essencial para a acusação ou para a defesa.

▶ **Cartas Rogatórias**

Ver anotação ao art. 111º n.º 3 al.ª . b)

Lei 144/99 – Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal

Autoridade Central – Procuradoria Geral da República - Artº. 21º da Lei 144/99

Tradução – é exigida tradução - artº. 20º da Lei 144/99

Excepções – Reino de Espanha e República Francesa (acordos bilaterais).

Envio Directo – Entre estados da União Europeia (Estados Schengen), à excepção da Irlanda e do Reino Unido.

Comarcas transfronteiriças – Acordo bilateral entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha – Decreto 14/98 de 27.05

Ver listagem nº. 73/2000, publicada em DR II Série, nº. 53, de 3/3/2000.

Pontos de Contacto – Consultar no site www.atlas.mj.pt - password ver circular 4/2002 da PGR

Ver circular 4/2002 – cartas rogatórias

Circular 4/2004 da PGR – Mandado de Detenção Europeu

Circular 1/1988 da PGR – Instrução do pedido de Extradução

Circular 5/2004 da PGR – Medidas Específicas de Cooperação judiciária na luta contra o terrorismo

Circular 6/2004 da PGR – Cumprimento de cartas rogatórias. Competência territorial. Sugestão de alteração legislativa a apresentar à Senhora Ministra da Justiça.

Ver **textos de apoio sobre cooperação judiciária** no site www.dgaj.mj.pt – Centro de Formação.

Links

www.gddc.pt - Gabinete de Documentação e Direito Comparado

www.pgr.pt - Procuradoria Geral da República

www.atlas.mj.pt - Rede Judiciária Europeia

password – Ver circular 4/2002 da PGR

Artigo 231.º

Recepção e cumprimento de rogatórias

1 - As rogatórias são recebidas por qualquer via, competindo ao Ministério Público promover o seu cumprimento.

2 - A decisão de cumprimento das rogatórias dirigidas a autoridades judiciárias portuguesas cabe ao juiz ou ao Ministério Público, no âmbito das respectivas competências.

3 - Recebida a rogatória que não deva ser cumprida pelo Ministério Público, é-lhe dada vista para opor ao cumprimento o que julgar conveniente.

Artigo 232.º

Recusa do cumprimento de rogatórias

1 - O cumprimento de rogatórias é recusado nos casos seguintes:

- a) Quando a autoridade judiciária rogada não tiver competência para a prática do acto;
- b) Quando a solicitação se dirigir a acto que a lei proíba ou que seja contrário à ordem pública portuguesa;
- c) Quando a execução da rogatória for atentatória da soberania ou da segurança do Estado;
- d) Quando o acto implicar execução de decisão de tribunal estrangeiro sujeita a revisão e confirmação e a decisão se não mostrar revista e confirmada.

2 - No caso a que se refere a alínea a) do número anterior, a autoridade judiciária rogada envia a rogatória à autoridade judiciária competente, se esta for portuguesa.

Artigo 233.º

Cooperação com entidades judiciárias internacionais

O disposto no artigo 229.º aplica-se, com as devidas adaptações, à cooperação com entidades judiciárias internacionais estabelecidas no âmbito de tratados ou convenções que vinculem o Estado Português.

TÍTULO II

Da revisão e confirmação de sentença penal estrangeira

Artigo 234.º

Necessidade de revisão e confirmação

1 - Quando, por força da lei ou de tratado ou convenção, uma sentença penal estrangeira dever ter eficácia em Portugal, a sua força executiva depende de prévia revisão e confirmação.

2 - A pedido do interessado pode ser confirmada, no mesmo processo de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira, a condenação em indemnização civil constante da mesma.

3 - O disposto no n.º 1 não tem aplicação quando a sentença penal estrangeira for invocada nos tribunais portugueses como meio de prova.

Artigo 235.º

Tribunal competente

1 - É competente para a revisão e confirmação a relação do distrito judicial em que o arguido tiver o último domicílio ou, na sua falta, for encontrado, ou em que tiver o último domicílio ou for encontrado o maior número de arguidos.

2 - Se não for possível determinar o tribunal competente segundo as disposições do número anterior, é competente o Tribunal da Relação de Lisboa.

3 - Se a revisão e confirmação for pedida apenas relativamente à parte civil da sentença penal, é competente para ela a relação do distrito judicial onde os respectivos efeitos devam valer.

Artigo 236.º

Legitimidade

Têm legitimidade para pedir a revisão e confirmação de sentença penal estrangeira o Ministério Público, o arguido, o assistente e as partes civis.

Artigo 237.º

Requisitos da confirmação

1 - Para confirmação de sentença penal estrangeira é necessário que se verifiquem as condições seguintes:

- a) Que, por lei, tratado ou convenção, a sentença possa ter força executiva em território português;
- b) Que o facto que motivou a condenação seja também punível pela lei portuguesa;
- c) Que a sentença não tenha aplicado pena ou medida de segurança proibida pela lei portuguesa;
- d) Que o arguido tenha sido assistido por defensor e, quando ignorasse a língua usada no processo, por intérprete;
- e) Que, salvo tratado ou convenção em contrário, a sentença não respeite a crime qualificável, segundo a lei portuguesa ou a do país em que foi proferida a sentença, de crime contra a segurança do Estado.

2 - Valem correspondentemente para confirmação de sentença penal estrangeira, na parte aplicável, os requisitos de que a lei do processo civil faz depender a confirmação de sentença civil estrangeira.

3 - Se a sentença penal estrangeira tiver aplicado pena que a lei portuguesa não prevê ou pena que a lei portuguesa prevê, mas em medida superior ao máximo legal admissível, a sentença é confirmada, mas a pena aplicada converte-se naquela que ao caso coubesse segundo a lei portuguesa ou reduz-se até ao limite adequado. Não obsta, porém, à confirmação a aplicação pela sentença estrangeira de pena em limite inferior ao mínimo admissível pela lei portuguesa.

Artigo 238.º

Exclusão da exequibilidade

Verificando-se todos os requisitos necessários para a confirmação, mas encontrando-se extintos, segundo a lei portuguesa, o procedimento criminal ou a pena, por prescrição, amnistia ou qualquer outra causa, a confirmação é concedida, mas a força executiva das penas ou medidas de segurança aplicadas é denegada.

Artigo 239.º

Início da execução

A execução de sentença penal estrangeira confirmada não se inicia enquanto o condenado não cumprir as penas ou medidas de segurança da mesma natureza em que tiver sido condenado pelos tribunais portugueses.

Artigo 240.º

Procedimento

No procedimento de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira seguem-se os trâmites da lei do processo civil em tudo quanto se não prevê na lei especial, bem como nos artigos anteriores e ainda nas alíneas seguintes:

- a) Da decisão da relação cabe recurso, interposto e processado como os recursos penais, para a secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça;
- b) O Ministério Público tem sempre legitimidade para recorrer.

PARTE II

LIVRO VI

Das fases preliminares

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Da notícia do crime

Artigo 241.º

Aquisição da notícia do crime

O Ministério Público adquire notícia do crime por conhecimento próprio, por intermédio dos órgãos de polícia criminal ou mediante denúncia, nos termos dos artigos seguintes.

- ▶ [Extensão dos efeitos da queixa – Art. 114º CP](#)
- ▶ [Extinção do direito de queixa – Art. 115º CP](#)

▶ Renúncia e desistência da queixa – Art. 116º CP e 51º do CPP

Artigo 114º **Extensão dos efeitos da queixa**

A apresentação da queixa contra um dos participantes no crime torna o procedimento criminal extensivo aos restantes.

Artigo 115º **Extinção do direito de queixa**

1 - O direito de queixa extingue-se no prazo de 6 meses a contar da data em que o titular tiver tido conhecimento do facto e dos seus autores, ou a partir da morte do ofendido, ou da data em que ele se tiver tornado incapaz.

2 - O não exercício tempestivo do direito de queixa relativamente a um dos participantes no crime aproveita aos restantes, nos casos em que também estes não puderem ser perseguidos sem queixa.

3 - Sendo vários os titulares do direito de queixa, o prazo conta-se autonomamente para cada um deles.

Artigo 116º **Renúncia e desistência da queixa**

1 - O direito de queixa não pode ser exercido se o titular a ele expressamente tiver renunciado ou tiver praticado factos donde a renúncia necessariamente se deduza.

2 - O queixoso pode desistir da queixa, desde que não haja oposição do arguido, até à publicação da sentença da 1ª instância. A desistência impede que a queixa seja renovada.

3 - A desistência da queixa relativamente a um dos participantes no crime aproveita aos restantes, salvo oposição destes, nos casos em que também estes não puderem ser perseguidos

▶ **Arguido: GNR, PSP, DGSP**

Na eventualidade do arguido pertencer aos quadros de alguma das entidades supra referidas, deverá proceder-se conforme dispõe a Circular n.º 4/98 da PGR de 4/5/98.

▶ **Autuação**

Para facilitar a consulta no desenrolar do inquérito, devem constar da capa os seguintes elementos:

- Classificação da infracção – Tabela de Crimes Registrados Deliberação n.º. 40/98 do Conselho Superior de Estatística de 28-01-1998 – DR II Série.
- data dos factos,
- data da constituição de arguido – art. 58º;
- data da detenção (anotando-se o estabelecimento prisional de reclusão);
- data do reexame dos pressupostos da prisão preventiva – art. 213º;
- indicação da manifestação por parte do lesado do desejo de deduzir pedido civil – art. 77º, n.º 2.
- Indicação da constituição de assistente – art. 68º;
- Indicação dos defensores e mandatários
- Objectos apreendidos

Arguido: Advogado

Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março - Estatuto da Ordem dos Advogados

Alterado pela Lei n.º 6/86, de 23 de Março, pelos Decretos-Leis n.os 119/86, de 28 de Maio, e 325/88, de 23 de Setembro, e pelas Leis n.os 33/94, de 6 de Setembro, 30-E/2000, de 20 de Dezembro, e 80/2001, de 20 de Julho.

Denúncias, Participações ou queixas contra Advogados

O M.º P.º. ou qualquer órgão de polícia criminal, deve remeter à Ordem dos Advogados certidão das denúncias, participações ou queixas apresentadas contra advogados – ver artigo 95º.

Data da Audiência – Arguido Advogado

Logo que seja designada a data da audiência de discussão e julgamento o juiz do processo deverá ordenar a remessa à Ordem dos Advogados de cópias da, da decisão instrutória e da contestação, quando existam, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo presidente do conselho competente – ver artigo 95º.

Estatuto da Ordem dos Advogados Decreto-Lei nº 84/84, de 16.03

“ARTIGO 92º

Responsabilidade simultaneamente disciplinar e criminal

A responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade criminal ou civil.

2. Estando pendente processo criminal relativo aos mesmos factos, poderá ser ordenada a suspensão do processo disciplinar enquanto aquele estiver em segredo de justiça, devendo o tribunal enviar à Ordem dos Advogados cópia do despacho de acusação ou de pronúncia.

3. Sempre que, em sede de processo criminal contra advogado, seja designado dia para julgamento, o juiz do processo deverá ordenar a remessa à Ordem dos Advogados de cópias da acusação, da decisão instrutória e da contestação, quando existam, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo presidente do conselho competente. “

“ARTIGO 95º

Participação pelos tribunais e outras entidades

1. Os tribunais e quaisquer autoridades devem dar conhecimento à Ordem dos Advogados da prática por advogados de factos susceptíveis de constituírem infracção disciplinar.

2. O Ministério Público, a Polícia Judiciária e as demais entidades com poderes de investigação criminal ou policial devem remeter à Ordem dos Advogados certidão das denúncias, participações ou queixas apresentadas contra advogados. “

Artigo 242.º

Denúncia obrigatória

1 - A denúncia é obrigatória, ainda que os agentes do crime não sejam conhecidos:

a) Para as entidades policiais, quanto a todos os crimes de que tomarem conhecimento;

b) Para os funcionários, na aceção do artigo 386.º do Código Penal, quanto a crimes de que tomarem conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas.

2 - Quando várias pessoas forem obrigadas à denúncia do mesmo crime, a sua apresentação por uma delas dispensa as restantes.

3 - O disposto nos números anteriores não prejudica o regime dos crimes cujo procedimento depende de queixa ou de acusação particular.

Nº. 3 – Tipos de Crime – cfr. anotações ao artigo 50º

Conceito de funcionário - Artigo 386.º do C. Penal

Artigo 243.º

Auto de notícia

1 - Sempre que uma autoridade judiciária, um órgão de polícia criminal ou outra entidade policial presenciarem qualquer crime de denúncia obrigatória, levantam ou mandam levantar auto de notícia, onde se mencionem:

- a) Os factos que constituem o crime;
- b) O dia, a hora, o local e as circunstâncias em que o crime foi cometido;

e

c) Tudo o que puderem averiguar acerca da identificação dos agentes e dos ofendidos, bem como os meios de prova conhecidos, nomeadamente as testemunhas que puderem depor sobre os factos.

2 - O auto de notícia é assinado pela entidade que o levantou e pela que o mandou levantar.

3 - O auto de notícia é obrigatoriamente remetido ao Ministério Público no mais curto prazo e vale como denúncia.

4 - Nos casos de conexão, nos termos dos artigos 24.º e seguintes, pode levantar-se um único auto de notícia.

▶ **Nº. 3 – Artigo 248º - Comunicação da notícia do crime**

▶ **Órgãos de polícia criminal**

Logo que tiverem notícia de um crime, por conhecimento próprio ou mediante denúncia, os órgãos de polícia criminal, devem, no mais curto prazo, comunicar ao Ministério Público – **Artigo 1º, al. c) e Mapa I, al. I), j) e l) do DL 343/99 de 26 de Agosto (Estatuto dos Funcionários de Justiça).**

▶ **Ministério Público**

A posição e atribuições do Ministério Público no processo encontram-se enunciados no art. 53º.

▶ **Lei 21/2000 - Organização da Investigação Criminal**

Artigo 244.º

Denúncia facultativa

Qualquer pessoa que tiver notícia de um crime pode denunciá-lo ao Ministério Público, a outra autoridade judiciária ou aos órgãos de polícia criminal, salvo se o procedimento respectivo depender de queixa ou de acusação particular.

Artigo 245.º

Denúncia a entidade incompetente para o procedimento

A denúncia feita a entidade diversa do Ministério Público é transmitida a este no mais curto prazo.

Artigo 246.º

Forma e conteúdo da denúncia

1 - A denúncia pode ser feita verbalmente ou por escrito e não está sujeita a formalidades especiais.

2 - A denúncia verbal é reduzida a escrito e assinada pela entidade que a receber e pelo denunciante, devidamente identificado. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 95.º, n.º 3.

3 - A denúncia contém, na medida possível, a indicação dos elementos referidos nas alíneas do n.º 1 do artigo 243.º

4 - O denunciante pode declarar, na denúncia, que deseja constituir-se assistente. Tratando-se de crime cujo procedimento depende de acusação particular, a declaração é obrigatória, devendo, neste caso, a autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal a quem a denúncia for feita verbalmente advertir o denunciante da obrigatoriedade de constituição de assistente e dos procedimentos a observar.

N.º 2 – Recusa em assinar – Artº. 95º nº. 3

N.º 4 – Assistente

art. 68º, n.º 2

Quanto aos Tipos de Crime ver anotação ao Artº. 50º

Ver Portaria 1123-A/91 – define as regras aplicáveis à identificação do Processo-crime.

Tramitação obrigatória - aplicação informática Habillus – Circular nº. 14 da DGAJ, de 24/6/2002.

Artigo 247.º

Registo e certificado da denúncia

1 - O Ministério Público procede ou manda proceder ao registo de todas as denúncias que lhe forem transmitidas.

2 - O denunciante pode, a todo o tempo, requerer ao Ministério Público certificado do registo da denúncia.

▶ **Gratuidade**

São gratuitos os certificados de registo de denúncia mencionados no n.º 2 do presente artigo. Ofício-Circular n.º 13 do CFOJ, de 23/10/95.

Quanto ao registo de processos - portaria 1123-A/91, que definiu as regras aplicáveis à identificação de processo-crime.

Ver ainda circular 14 da DGAJ de 24/6/2002 – tramitação de processos na aplicação informática Habillus.

Deverá ser dado cumprimento à **circular n.º 4/98 da PGR** que determina a comunicação à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e à Inspeção-Geral da Administração Interna a instauração de qualquer processo em que sejam arguidos funcionário ou agente daquela Direcção-Geral ou agente da PSP ou GNR, bem como deverá ser remetida informação sobre o teor e fundamentos do despacho ou da decisão que ponha termo ao processo.

CAPÍTULO II

Das medidas cautelares e de polícia

Artigo 248.º

Comunicação da notícia do crime

1 - Os órgãos de polícia criminal que tiverem notícia de um crime, por conhecimento próprio ou mediante denúncia, transmitem-na ao Ministério Público no mais curto prazo.

2 - Em caso de urgência, a transmissão a que se refere o número anterior pode ser feita por qualquer meio de comunicação para o efeito disponível. A comunicação oral deve, porém, ser seguida de comunicação escrita.

▶ **N.º 1 – Remessa do Auto de Notícia – Art.º 243º n.º 3**

Artigo 249.º

Providências cautelares quanto aos meios de prova

1 - Compete aos órgãos de polícia criminal, mesmo antes de receberem ordem da autoridade judiciária competente para procederem a investigações, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

2 - Compete-lhes, nomeadamente, nos termos do número anterior:

a) Proceder a exames dos vestígios do crime, em especial às diligências

previstas no artigo 171.º, n.º 2, e no artigo 173.º, assegurando a manutenção do estado das coisas e dos lugares;

b) Colher informações das pessoas que facilitem a descoberta dos agentes do crime e a sua reconstituição;

c) Proceder a apreensões no decurso de revistas ou buscas ou em caso de urgência ou perigo na demora, bem como adoptar as medidas cautelares necessárias à conservação ou manutenção dos objectos apreendidos.

3 - Mesmo após a intervenção da autoridade judiciária, cabe aos órgãos de polícia criminal assegurar novos meios de prova de que tiverem conhecimento, sem prejuízo de deverem dar deles notícia imediata àquela autoridade.

Artigo 250.º

Identificação de suspeito e pedido de informações

1 - Os órgãos de polícia criminal podem proceder à identificação de qualquer pessoa encontrada em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, sempre que sobre ela recaiam fundadas suspeitas da prática de crimes, da pendência de processo de extradição ou de expulsão, de que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou de haver contra si mandado de detenção.

2 - Antes de procederem à identificação, os órgãos de polícia criminal devem provar a sua qualidade, comunicar ao suspeito as circunstâncias que fundamentam a obrigação de identificação e indicar os meios por que este se pode identificar.

3 - O suspeito pode identificar-se mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

a) Bilhete de identidade ou passaporte, no caso de ser cidadão português;

b) Título de residência, bilhete de identidade, passaporte ou documento que substitua o passaporte, no caso de ser cidadão estrangeiro.

4 - Na impossibilidade de apresentação de um dos documentos referidos no número anterior, o suspeito pode identificar-se mediante a apresentação de documento original, ou cópia autenticada, que contenha o seu nome completo, a sua assinatura e a sua fotografia.

5 - Se não for portador de nenhum documento de identificação, o suspeito pode identificar-se por um dos seguintes meios:

a) Comunicação com uma pessoa que apresente os seus documentos de identificação;

b) Deslocação, acompanhado pelos órgãos de polícia criminal, ao lugar onde se encontram os seus documentos de identificação;

c) Reconhecimento da sua identidade por uma pessoa identificada nos termos do n.º 3 ou do n.º 4 que garanta a veracidade dos dados pessoais indicados pelo identificando.

6 - Na impossibilidade de identificação nos termos dos n.os 3, 4 e 5, os órgãos de polícia criminal podem conduzir o suspeito ao posto policial mais próximo e compeli-lo a permanecer ali pelo tempo estritamente indispensável à identificação, em caso algum superior a seis horas, realizando, em caso de necessidade, provas dactiloscópicas, fotográficas ou de natureza análoga e convidando o identificando a indicar residência onde possa ser encontrado e receber comunicações.

7 - Os actos de identificação levados a cabo nos termos do número anterior são sempre reduzidos a auto e as provas de identificação dele constantes são destruídas na presença do identificando, a seu pedido, se a suspeita não se confirmar.

8 - Os órgãos de polícia criminal podem pedir ao suspeito, bem como a quaisquer pessoas susceptíveis de fornecerem informações úteis, e deles receber, sem prejuízo, quanto ao suspeito, do disposto no artigo 59.º, informações relativas a um crime e, nomeadamente, à descoberta e à conservação de meios de prova que poderiam perder-se antes da intervenção da autoridade judiciária.

9 - Será sempre facultada ao identificando a possibilidade de contactar com pessoa da sua confiança.

[Outros casos de constituição de arguido - Artigo 59º](#)

[Ver artigo 27º nº 3 alínea g\) da CRP "...Detenção de suspeitos, para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários".](#)

Artigo 251.º

Revistas e buscas

1 - Para além dos casos previstos no artigo 174.º, n.º 4, os órgãos de polícia criminal podem proceder, sem prévia autorização da autoridade judiciária:

a) À revista de suspeitos em caso de fuga iminente ou de detenção e a buscas no lugar em que se encontrarem, salvo tratando-se de busca domiciliária, sempre que tiverem fundada razão para crer que neles se ocultam objectos relacionados com o crime, susceptíveis de servirem a prova e que de outra forma poderiam perder-se;

b) À revista de pessoas que tenham de participar ou pretendam assistir a qualquer acto processual, sempre que houver razões para crer que ocultam armas ou outros objectos com os quais possam praticar actos de violência.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 174.º, n.º 5.

[art. 174º nº. 5 – Validação pelo Juiz.](#)

Artigo 252.º

Apreensão de correspondência

1 - Nos casos em que deva proceder-se à apreensão de correspondência, os órgãos de polícia criminal transmitem-na intacta ao juiz que tiver autorizado ou ordenado a diligência.

2 - Tratando-se de encomendas ou valores fechados susceptíveis de serem apreendidos, sempre que tiverem fundadas razões para crer que eles podem conter informações úteis à investigação de um crime ou conduzir à sua descoberta, e que podem perder-se em caso de demora, os órgãos de polícia criminal informam do facto, pelo meio mais rápido, o juiz, o qual pode autorizar a sua abertura imediata.

3 - Verificadas as razões referidas no número anterior, os órgãos de polícia criminal podem ordenar a suspensão da remessa de qualquer correspondência nas estações de correios e de telecomunicações. Se, no prazo de quarenta e oito horas, a ordem não for convalidada por despacho fundamentado do juiz, a correspondência é remetida ao destinatário.

[▶ Apreensão de correspondência](#)

[Sobre esta matéria ver art. 179º](#)

Artigo 253.º

Relatório

1 - Os órgãos de polícia criminal que procederem a diligências referidas nos artigos anteriores elaboram um relatório onde mencionam, de forma resumida, as investigações levadas a cabo, os resultados das mesmas, a descrição dos factos apurados e as provas recolhidas.

2 - O relatório é remetido ao Ministério Público ou ao juiz de instrução, conforme os casos.

CAPÍTULO III

Da detenção

Artigo 254.º

Finalidades

1 - A detenção a que se referem os artigos seguintes é efectuada:

a) Para, no prazo máximo de quarenta e oito horas, o detido ser apresentado a julgamento sob forma sumária ou ser presente ao juiz competente para primeiro interrogatório judicial ou para aplicação ou execução de uma medida de coacção; ou

b) Para assegurar a presença imediata ou, não sendo possível, no mais curto prazo, mas sem nunca exceder vinte e quatro horas, do detido perante a autoridade judiciária em acto processual.

2 - O arguido detido fora de flagrante delito para aplicação ou execução da medida de prisão preventiva é sempre apresentado ao juiz, sendo correspondentemente aplicável o disposto no artigo 141.º.

▶ **Circular n.º 12/90 da PGR - Obrigatoriedade da realização do 1º interrogatório Judicial de Arguido Detido – artº . 141º**

Quanto à obrigatoriedade da realização do 1º interrogatório judicial de arguido detido, nos casos de detenção realizada por iniciativa do Ministério Público ou de órgãos de polícia criminal

▶ **Juiz de Instrução competente**

art. 142º, n.º 1

▶ **Livro de Registo de Detenções**

Circular 1082 da PGD de Coimbra.

▶ **Identificação do suspeito**

Artigo 250º - Identificação de suspeito e pedido de informações

▶ **Detenção** - Artigo 259º - Dever de Comunicação

Fora de flagrante delito, ainda que após emissão de mandados deverá ser sempre dado cumprimento ao art. 141º do CPP.

Artigo 28º da CRP

"A detenção será submetida , no prazo máximo de quarenta e oito horas, a apreciação judicial, para restituição à liberdade ou imposição de medida de coacção adequada, devendo o juiz conhecer das causas que a determinaram e comunicá-las ao detido, interrogá-lo e dar-lhe oportunidade de defesa."

► **Estrangeiros – Detenção de Cidadão Ilegal – D/L 244/98 de 08.08, na redacção dada pelo D/L 34/2003, de 25.02.2003**

Artigo 117.º

Detenção de cidadão ilegal

1 - O estrangeiro que entre ou permaneça ilegalmente em território nacional é detido por autoridade policial e, sempre que possível, entregue ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras acompanhado do respectivo auto, devendo o mesmo ser presente, no prazo máximo de quarenta e oito horas após a detenção, ao juiz competente para a sua validação e a aplicação de medidas de coacção.

2– (...)

3– (...)

4– (...)

5– (...)

6– (...)

7– (...)

8– (...)

Circular 03/2003 da PGR - Apresentação de cidadãos estrangeiros detidos por entrada ou permanência irregular em território nacional, para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto. - Ver anotação ao artº . 141º

Mandado de Detenção Europeu – Lei 65/2003 de 25.08

Circular 4/2004 da PGR – Mandado de Detenção Europeu

Circular 1/1988 da PGR – Instrução do pedido de Extradução

Circular 5/2004 da PGR – Medidas Específicas de Cooperação judiciária na luta contra o terrorismo

Circular 6/2004 da PGR – Cumprimento de cartas rogatórias. Competência territorial. Sugestão de alteração legislativa a apresentar à Senhora Ministra da Justiça.

Artigo 255.º

Detenção em flagrante delito

1 - Em caso de flagrante delito, por crime punível com pena de prisão:
a) Qualquer autoridade judiciária ou entidade policial procede à detenção;
b) Qualquer pessoa pode proceder à detenção, se uma das entidades referidas na alínea anterior não estiver presente nem puder ser chamada em tempo útil.

2 - No caso previsto na alínea b) do número anterior, a pessoa que tiver procedido à detenção entrega imediatamente o detido a uma das entidades referidas na alínea a), a qual redige auto sumário da entrega e procede de acordo com o estabelecido no artigo 259.º

3 - Tratando-se de crime cujo procedimento dependa de queixa, a detenção só se mantém quando, em acto a ela seguido, o titular do direito respectivo o exercer. Neste caso, a autoridade judiciária ou a entidade policial levantam ou mandam levantar auto em que a queixa fique registada.

4 - Tratando-se de crime cujo procedimento dependa de acusação particular, não há lugar a detenção em flagrante delito, mas apenas à identificação do infractor.

Artigo 256.º

Flagrante delito

1 - É flagrante delito todo o crime que se está cometendo ou se acabou de cometer.

2 - Reputa-se também flagrante delito o caso em que o agente for, logo após o crime, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado com objectos ou sinais que mostrem claramente que acabou de o cometer ou nele participar.

3 - Em caso de crime permanente, o estado de flagrante delito só persiste enquanto se mantiverem sinais que mostrem claramente que o crime está a ser cometido e o agente está nele a participar.

Artigo 257.º

Detenção fora de flagrante delito

1 - Fora de flagrante delito, a detenção só pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do Ministério Público.

2 - As autoridades de polícia criminal podem também ordenar a detenção fora de flagrante delito, por iniciativa própria, quando:

- a) Se tratar de caso em que é admissível a prisão preventiva;
- b) Existirem elementos que tornem fundado o receio de fuga; e
- c) Não for possível, dada a situação de urgência e de perigo na demora, esperar pela intervenção da autoridade judiciária.

[Ver circular nº.2/91,da PGR](#)

[Nº. 2 – Autoridades de Polícia Criminal – Cfr. anotação ao artº. 1](#)

Artigo 258.º

Mandados de detenção

1 - Os mandados de detenção são passados em triplicado e contêm, sob pena de nulidade:

- a) A assinatura da autoridade judiciária ou de polícia criminal competentes;
- b) A identificação da pessoa a deter; e
- c) A indicação do facto que motivou a detenção e das circunstâncias que legalmente a fundamentam.

2 - Em caso de urgência e de perigo na demora é admissível a requisição da detenção por qualquer meio de telecomunicação, seguindo-se-lhe imediatamente confirmação por mandado, nos termos do número anterior.

3 - Ao detido é exibido o mandado de detenção e entregue uma das cópias. No caso do número anterior, é-lhe exibida a ordem de detenção donde conste a requisição, a indicação da autoridade judiciária ou de polícia criminal que a fez e os demais requisitos referidos no n.º 1 e entregue a respectiva cópia.

Mandado de Detenção Europeu – Lei 65/2003 de 25.08

Circular 1/1988 da PGR – Instrução do pedido de Extradução

Artigo 259.º

Dever de comunicação

Sempre que qualquer entidade policial proceder a uma detenção, comunica-a de imediato:

- a) Ao juiz do qual dimanar o mandado de detenção, se esta tiver a finalidade referida na alínea b) do artigo 254.º;
- b) Ao Ministério Público, nos casos restantes.

Artigo 260.º

Condições gerais de efectivação

É correspondentemente aplicável à detenção o disposto:

- a) No artigo 192.º, n.º 2;
- b) No artigo 194.º, n.º 3, segunda parte, e n.º 4.

Artigo 192.º - Condições gerais de aplicação.

Artigo 194.º - Despacho de aplicação e sua notificação.

Artigo 192º. Nº. 2 – Nenhuma medida de coacção pode ser aplicada quando houver fundados motivos para crer na existência de causas de isenção da responsabilidade ou de extinção do procedimento criminal

Artigo 194º. Nº. 3, segunda parte – Em caso de prisão preventiva , o despacho e, com o consentimento do arguido , de imediato comunicado a parente, a pessoa da sua confiança ou ao defensor indicado pelo arguido. Dispõe o nº 4 do citado artigo “O consentimento referido na segunda parte do numero anterior não é exigido quando o arguido for menor de 18 anos.

Artigo 261.º

Libertação imediata do detido

1 - Qualquer entidade que tiver ordenado a detenção ou a quem o detido for presente, nos termos do presente capítulo, procede à sua imediata libertação logo que se tornar manifesto que a detenção foi efectuada por erro sobre a pessoa ou fora dos casos em que era legalmente admissível ou que a medida se tornou desnecessária.

2 - Tratando-se de entidade que não seja autoridade judiciária, faz relatório sumário da ocorrência e transmite-o de imediato ao Ministério Público; se for autoridade judiciária, a libertação é precedida de despacho.

TÍTULO II

Do inquérito

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 262.º

Finalidade e âmbito do inquérito

1 - O inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação.

2 - Ressalvadas as excepções previstas neste Código, a notícia de um crime dá sempre lugar à abertura de inquérito.

Crime – Definição – cfr. artº. 1º - alª . a)

Aquisição da Notícia do Crime – cfr. artº. 241º

Autos de Inquérito – cfr. artº. 275º

Autos de Inquérito – cfr. artº. 275º

**NUIPC – Número único Identificador de Processo Crime -
Portaria nº. 1223-A/91 de 30.12 e Portaria nº. 205/93 de 19.02**

Lei 21/2000, de 10/08 - **Organização da Investigação Criminal**

Lei 275-A/2000, de 09.11 – Lei Orgânica da **Polícia Judiciária**

www.pj.pt

Decreto-Lei 298/94, de 24.11 - **Lei Orgânica da G.N.R.**

www.gnr.pt

Decreto-Lei 265/93, de 31.07 – **Estatuto dos Militares da G.N.R.**

Lei 5/99, de 27.01 – **Lei de Organização e Funcionamento da P.S.P. -**

www.psp.pt

Decreto-Lei 511/99, de 24.11 – **Estatuto do Pessoal da P.S.P.**

Decreto-Lei 252/2000, de 16.10 – **Lei Orgânica do S.E.F.**

www.sef.pt

Decreto-Lei nº 269-A/95, de 19.10 – **Lei Orgânica da Inspeção-Geral das Actividades Económicas - I.G.A.E.**

www.igae.pt

Artigo 263.º

Direcção do inquérito

1 - A direcção do inquérito cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal.

2 - Para efeito do disposto no número anterior, os órgãos de polícia criminal actuam sob a directa orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional.

Nº. 2 – Órgãos de Polícia Criminal – Cfr. Artº. 1 alª . c) e suas anotações

Ver artigos 9º e 55º do CPP e 202º da CRP.

Artigo 264.º

Competência

1 - É competente para a realização do inquérito o Ministério Público que exercer funções no local em que o crime tiver sido cometido.

2 - Enquanto não for conhecido o local em que o crime foi cometido, a competência pertence ao Ministério Público que exercer funções no local em que primeiro tiver havido notícia do crime.

3 - Se o crime for cometido no estrangeiro, é competente o Ministério Público que exercer funções junto do tribunal competente para o julgamento.

4 - Independentemente do disposto nos números anteriores, qualquer magistrado ou agente do Ministério Público procede, em caso de urgência ou de perigo na demora, a actos de inquérito, nomeadamente de detenção, de interrogatório e, em geral, de aquisição e conservação de meios de prova.

5 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 24.º a 30.º

Artigo 265.º

Inquérito contra magistrados

1 - Se for objecto da notícia do crime magistrado judicial ou do Ministério Público, é designado para a realização do inquérito magistrado de categoria igual ou superior à do visado.

2 - Se for objecto da notícia do crime o Procurador-Geral da República, a competência para o inquérito pertence a um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, designado por sorteio, que fica impedido de intervir nos subseqüentes actos do processo.

Artigo 266.º

Transmissão dos autos

1 - Se, no decurso do inquérito, se apurar que a competência pertence a diferente magistrado ou agente do Ministério Público, os autos são transmitidos ao magistrado ou agente do Ministério Público competente.

2 - Os actos de inquérito realizados antes da transmissão só são repetidos se não puderem ser aproveitados.

3 - Em caso de conflito sobre a competência, decide o superior hierárquico que imediatamente superintende nos magistrados ou agentes em conflito.

► N.º 3 – Conflitos

[Ver artigo 36º - Resolução de conflitos](#)

CAPÍTULO II

Dos actos de inquérito

Artigo 267.º

Actos do Ministério Público

O Ministério Público pratica os actos e assegura os meios de prova necessários à realização das finalidades referidas no artigo 262.º, n.º 1, nos termos e com as restrições constantes dos artigos seguintes.

Artigo 268.º

Actos a praticar pelo juiz de instrução

- 1 - Durante o inquérito compete exclusivamente ao juiz de instrução:
- Proceder ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido;
 - Proceder à aplicação de uma medida de coacção ou de garantia patrimonial, à excepção da prevista no artigo 196.º, a qual pode ser aplicada pelo Ministério Público;
 - Proceder a buscas e apreensões em escritório de advogado, consultório médico ou estabelecimento bancário, nos termos dos artigos 177.º, n.º 3, 180.º, n.º 1, e 181.º;
 - Tomar conhecimento, em primeiro lugar, do conteúdo da

correspondência apreendida, nos termos do artigo 179.º, n.º 3;

e) Declarar a perda, a favor do Estado, de bens apreendidos, quando o Ministério Público proceder ao arquivamento do inquérito nos termos dos artigos 277.º, 280.º e 282.º;

f) Praticar quaisquer outros actos que a lei expressamente reservar ao juiz de instrução.

2 - O juiz pratica os actos referidos no número anterior a requerimento do Ministério Público, da autoridade de polícia criminal em caso de urgência ou de perigo na demora, do arguido ou do assistente.

3 - O requerimento, quando proveniente do Ministério Público ou de autoridade de polícia criminal, não está sujeito a quaisquer formalidades.

4 - Nos casos referidos nos números anteriores, o juiz decide, no prazo máximo de vinte e quatro horas, com base na informação que, conjuntamente com o requerimento, lhe for prestada, dispensando a apresentação dos autos sempre que a não considerar imprescindível.

Outros casos – exemplos: Artigo 68º, Artigo 215º. nº. 3, Artigo 271º;

Competências do JIC – artigo 17º

Nº. 1 alª e)

DESTINO DOS OBJECTOS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO

Cfr. Anotação ao artº. 178º

PORTARIA 10.725 de 12.08.1944 e D/L 12.487, de 14.10.1926

Quanto ao destino de objectos declarados perdidos a favor do Estado e respectivo processo de venda ver:

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do STJ de 29/4/2003

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 16.12.2003 – 1ª

Secção Cível - Processo nº. 2772/03 – Relator – Drº. Coelho de Matos

“ I – Não Têm natureza jurisdicional os actos de venda de objectos declarados perdidos a favor do Estado, nos termos da Portaria 10.725, de 12.08.1944 e D/L 12.487, de 14.10.1926.

II – Por isso é de indeferir in limine a acção proposta pelo Ministério Público com vista à venda ou destruição de objectos declarados perdidos a favor do Estado, em decisões proferidas em processos, designadamente de natureza penal “.

Artigo 177.º - Busca domiciliária

Artigo 179.º - Apreensão de correspondência

Artigo 180.º - Apreensão em escritório de advogado ou em consultório médico

Artigo 181.º - Apreensão em estabelecimento bancário

[Artigo 196.º - Termo de identidade e residência](#)

[Artigo 277.º - Arquivamento do inquérito](#)

[Artigo 280.º - Arquivamento em caso de dispensa da pena](#)

[Artigo 282.º - Duração e efeitos da suspensão](#)

Artigo 269.º

Actos a ordenar ou autorizar pelo juiz de instrução

1 - Durante o inquérito compete exclusivamente ao juiz de instrução ordenar ou autorizar:

- a) Buscas domiciliárias, nos termos e com os limites do artigo 177.º;
- b) Apreensões de correspondência, nos termos do artigo 179.º, n.º 1;
- c) Intercepção, gravação ou registo de conversações ou comunicações, nos termos dos artigos 187.º e 190.º;
- d) A prática de quaisquer outros actos que a lei expressamente fizer depender de ordem ou autorização do juiz de instrução.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.s 2, 3 e 4 do artigo anterior.

Competências do JIC ver artigo 17º

[Artigo 177.º - Busca domiciliária](#)

[Artigo 179.º - Apreensão de correspondência](#)

[Artigo 187.º - Admissibilidade](#)

[Artigo 190.º - Extensão](#)

[Artigo 268.º - Actos a praticar pelo juiz de instrução](#)

Artigo 270.º

Actos que podem ser delegados pelo Ministério Público nos órgãos de polícia criminal

1 - O Ministério Público pode conferir a órgãos de polícia criminal o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior, além dos actos que são da competência exclusiva do juiz de instrução, nos termos dos artigos 268.º e 269.º, os actos seguintes:

- a) Receber depoimentos ajuramentados, nos termos do artigo 138.º, n.º 3, segunda parte;
- b) Ordenar a efectivação de perícia, nos termos do artigo 154.º;
- c) Assistir a exame susceptível de ofender o pudor da pessoa, nos termos do artigo 172.º, n.º 2, segunda parte;
- d) Ordenar ou autorizar revistas e buscas, nos termos e limites do artigo 174.º, n.os 3 e 4;
- e) Quaisquer outros actos que a lei expressamente determinar que sejam presididos ou praticados pelo Ministério Público.

3 - O Ministério Público pode, porém, delegar em autoridades de polícia criminal a faculdade de ordenar a efectivação da perícia relativamente a determinados tipos de crime, em caso de urgência ou de perigo na demora, nomeadamente quando a perícia deva ser realizada conjuntamente com o exame de vestígios. Exceptuam-se a perícia que envolva a realização de autópsia médico-legal bem como a prestação de esclarecimentos complementares e a realização de nova perícia nos termos do artigo 158.º

4 - A delegação a que se refere o n.º 1 pode ser efectuada por despacho de natureza genérica que indique os tipos de crime ou os limites das penas aplicáveis aos crimes em investigação.

▶ **Órgãos de policia criminal**

Ver art. 1º, al. c) e o Mapa I, al. I), j) e l) do D/L 343/99 de 26 de Agosto - Estatuto dos Funcionários de Justiça.

▶ **Forma escrita dos actos**

art. 94º

Artigo 138.º - **Regras da inquirição**

Artigo 154.º - **Despacho que ordena a perícia**

Artigo 158.º - **Esclarecimentos e nova perícia**

Artigo 172.º - **Sujeição a exame**

Artigo 174.º - **Pressupostos**

Artigo 268.º - **Actos a praticar pelo juiz de instrução**

Artigo 269.º - **Actos a ordenar ou autorizar pelo juiz de instrução**

Artigo 271.º

Declarações para memória futura

1 - Em caso de doença grave ou de deslocação para o estrangeiro de uma testemunha, que previsivelmente a impeça de ser ouvida em julgamento, bem como nos casos de vítimas de crimes sexuais, o juiz de instrução, a requerimento do Ministério Público, do arguido, do assistente ou das partes civis, pode proceder à sua inquirição no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta no julgamento.

2 - Ao Ministério Público, ao arguido, ao defensor e aos advogados do assistente e das partes civis são comunicados o dia, a hora e o local da prestação do depoimento, para que possam estar presentes se o desejarem.

3 - A inquirição é feita pelo juiz, podendo em seguida as pessoas referidas no número anterior solicitar ao juiz a formulação de perguntas adicionais e podendo ele autorizar que sejam aquelas mesmas a fazê-las.

4 - O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a declarações do assistente e das partes civis, de peritos e de consultores técnicos e a acareações.

5 - O conteúdo das declarações é reduzido a auto, sendo aquelas reproduzidas integralmente ou por súmula, conforme o juiz determinar, tendo em atenção os meios disponíveis de registo e transcrição, nos termos do artigo 101.º.

► **Assistência obrigatória de defensor**

Ver art. 64º, n.º 1, al. e)

► **Na fase de Instrução – art. 294º (Declarações para memória futura)**

Durante a Instrução, o Juiz, oficiosamente ou a requerimento, pode proceder à inquirição de testemunhas, à tomada de declarações do assistente, das partes civis, de peritos e de consultores técnicos e a acareações, nos termos deste artigo.

Em fase de instrução –art. 294º

Em fase de julgamento art. 320º

Artigo 101.º - **Registo e transcrição**

Artigo 272.º

Primeiro interrogatório e comunicações ao arguido

1 - Correndo inquérito contra pessoa determinada é obrigatório interrogá-la como arguido. Cessa a obrigatoriedade quando não for possível a notificação.

2 - O Ministério Público, quando proceder a interrogatório de um arguido ou a acareação ou reconhecimento em que aquele deva participar, comunica-lhe, pelo menos com vinte e quatro horas de antecedência, o dia, a hora e o local da diligência.

3 - O período de antecedência referido no número anterior:

a) É facultativo sempre que o arguido se encontrar preso;

b) Não tem lugar relativamente ao interrogatório previsto no artigo 143.º, ou, nos casos de extrema urgência, sempre que haja fundado motivo para reear que a demora possa prejudicar o asseguramento de meios de prova, ou ainda quando o arguido dele prescindir.

4 - Quando haja defensor, este é notificado para a diligência com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, salvo nos casos previstos na alínea b) do número anterior.

Artigo 143.º - Primeiro interrogatório não judicial de arguido detido.

Artigo 273.º

Mandado de comparência, notificação e detenção

1 - Sempre que for necessário assegurar a presença de qualquer pessoa em acto de inquérito, o Ministério Público ou a autoridade de polícia criminal em que tenha sido delegada a diligência emitem mandado de comparência, do qual conste a identificação da pessoa, a indicação do dia, do local e da hora a que deve apresentar-se e a menção das sanções em que incorre no caso de falta injustificada.

2 - O mandado de comparência é notificado ao interessado com pelo menos três dias de antecedência, salvo em caso de urgência devidamente fundamentado,

em que pode ser deixado ao notificando apenas o tempo necessário à comparência.
3 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 116.º, n.º 2.

▶ **Aplicação de sanção**

Para a aplicação da sanção prevista no art. 116º , n.º 1, o processo deverá ser presente ao Juiz de Instrução, podendo, em alternativa à remessa integral dos autos, enviar-se o expediente em separado. (art. 68º, n.º 5)

▶ **Procedimento em caso de condenação**

Ver a anotação ao art. 116º (Falta injustificada de comparecimento)

Artigo 274.º

Certidões e certificados de registo

São juntos aos autos as certidões e certificados de registo, nomeadamente o certificado do registo criminal do arguido, que se afigurem previsivelmente necessários ao inquérito ou à instrução ou ao julgamento que venham a ter lugar e à determinação da competência do tribunal.

Artigo 275.º

Autos de inquérito

1 - As diligências de prova realizadas no decurso do inquérito são reduzidas a auto, que pode ser redigido por súmula, salvo aquelas cuja documentação o Ministério Público entender desnecessário.

2 - É obrigatoriamente reduzida a auto a denúncia, quando feita oralmente, bem como os actos a que se referem os artigos 268.º, 269.º e 271.º

3 - Concluído o inquérito, o auto fica à guarda do Ministério Público ou é remetido ao tribunal competente para a instrução ou para o julgamento.

Artigo 268.º - Actos a praticar pelo juiz de instrução.

Artigo 269.º - Actos a ordenar ou autorizar pelo juiz de instrução.

Artigo 271.º - Declarações para memória futura.

CAPÍTULO III

Do encerramento do inquérito

Artigo 276.º

Prazos de duração máxima do inquérito

1 - O Ministério Público encerra o inquérito, arquivando-o ou deduzindo acusação, nos prazos máximos de 6 meses, se houver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação, ou de 8 meses, se os não houver.

2 - O prazo de 6 meses referido no número anterior é elevado:

a) Para 8 meses, quando o inquérito tiver por objecto um dos crimes

referidos no artigo 215.º, n.º 2;

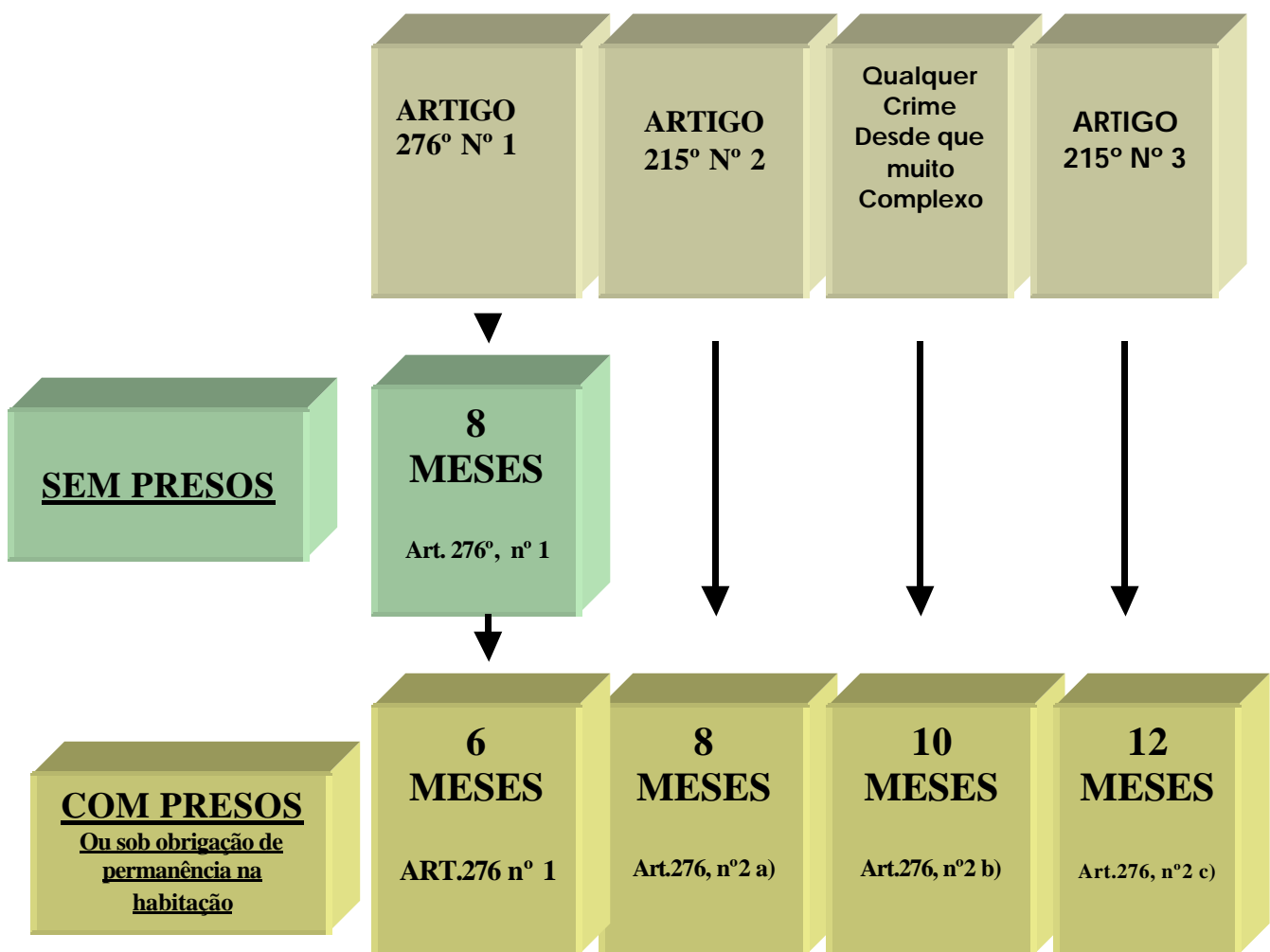
b) Para 10 meses, quando, independentemente do tipo de crime, o procedimento se revelar de excepcional complexidade, nos termos do artigo 215.º, n.º 3, parte final;

c) Para 12 meses, nos casos referidos no artigo 215.º, n.º 3.

3 - Para efeito do disposto nos números anteriores, o prazo conta-se a partir do momento em que o inquérito tiver passado a correr contra pessoa determinada ou em que se tiver verificado a constituição de arguido.

4 - Sempre que tiver conhecimento de que os prazos referidos no número anterior foram excedidos, o Procurador-Geral da República pode mandar avocar o inquérito e procede de acordo com o disposto no artigo 109.º.

ESQUEMA A QUE SE REFERE O ART.º 276º



Código de Processo Penal

Exemplo constante do Texto de Apoio do Inquérito

▶ **Contagem de prazos**

Ver anotações ao art. 104º

Quanto à contagem dos prazos referidos no presente artigo ver circular nº. 4/90 da PGR.

A elevação dos prazos referidos neste artigo é efectuada pelo JIC em sede de apreciação dos pressupostos que determinaram a aplicação da prisão preventiva – 213º nº2.

Artigo 109.º - **Tramitação do pedido de aceleração.**

Artigo 215.º - **Prazos de duração máxima da prisão preventiva**

Artigo 277.º

Arquivamento do inquérito

1 - O Ministério Público procede, por despacho, ao arquivamento do inquérito, logo que tiver recolhido prova bastante de se não ter verificado crime, de o arguido não o ter praticado a qualquer título ou de ser legalmente inadmissível o procedimento.

2 - O inquérito é igualmente arquivado se não tiver sido possível ao Ministério Público obter indícios suficientes da verificação de crime ou de quem foram os agentes.

3 - O despacho de arquivamento é comunicado ao arguido, ao assistente, ao denunciante com faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil nos termos do artigo 75.º, bem como ao respectivo defensor ou advogado.

4 - As comunicações a que se refere o número anterior efectuem-se:

a) Por notificação mediante contacto pessoal ou via postal registada ao assistente e ao arguido, excepto se estes tiverem indicado um local determinado para efeitos de notificação por via postal simples, nos termos dos artigos 145.º, n.ºs 5 e 6, e 196.º, n.ºs 2 e 3, alínea c), e não tenham entretanto indicado uma outra, através de requerimento entregue ou remetido por via postal registada à secretaria onde os autos se encontrarem a correr nesse momento;

b) Por editais, se o arguido não tiver defensor nomeado ou advogado constituído e não for possível a sua notificação mediante contacto pessoal, via postal registada ou simples, nos termos previstos na alínea anterior;

c) Por notificação mediante via postal simples ao denunciante com a faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil;

d) Por notificação mediante via postal simples sempre que o inquérito não correr contra pessoa determinada.

▶ NOTIFICAÇÕES

Arguido preso

A notificação aos arguidos que se encontrem presos será efectuada nos termos do disposto no art. 114º, n.º 1 - Casos especiais.

▶ Arguido: GNR, PSP, DGSP, IGAI

Na eventualidade do arguido pertencer aos quadros de alguma das entidades supra referidas, deverá proceder-se conforme dispõe a Circular n.º 4/98, 4/86 e 3/93 da PGR

Cfr. anotações ao artº .s 104º e 113º

▶ Link

www.pgr.pt

Artigo 278.º

Intervenção hierárquica

No prazo de 30 dias, contado da data do despacho de arquivamento ou da notificação deste ao assistente ou ao denunciante com a faculdade de se constituir assistente, se a ela houver lugar, o imediato superior hierárquico do Ministério Público, se não tiver sido requerida a abertura da instrução, pode determinar que seja formulada acusação ou que as investigações prossigam, indicando, neste caso, as diligências a efectuar e o prazo para o seu cumprimento.

Artigo 279.º

Reabertura do inquérito

1 - Esgotado o prazo a que se refere o artigo anterior, o inquérito só pode ser reaberto se surgirem novos elementos de prova que invalidem os fundamentos invocados pelo Ministério Público no despacho de arquivamento.

2 - Do despacho do Ministério Público que deferir ou recusar a reabertura do inquérito há reclamação para o superior hierárquico imediato.

Artigo 280.º

Arquivamento em caso de dispensa da pena

1 - Se o processo for por crime relativamente ao qual se encontre expressamente prevista na lei penal a possibilidade de dispensa da pena, o Ministério Público, com a concordância do juiz de instrução, pode decidir-se pelo arquivamento do processo, se se verificarem os pressupostos daquela dispensa.

2 - Se a acusação tiver sido já deduzida, pode o juiz de instrução, enquanto esta decorrer, arquivar o processo com a concordância do Ministério Público e do

arguido, se se verificarem os pressupostos da dispensa da pena.

3 - A decisão de arquivamento, em conformidade com o disposto nos números anteriores, não é susceptível de impugnação.

Nº. 1 – Dispensa de Pena – Artº. 74º do C. Penal

Artigo 74º Dispensa de pena

1 - Quando o crime for punível com pena de prisão não superior a 6 meses, ou só com multa não superior a 120 dias, pode o tribunal declarar o réu culpado mas não aplicar qualquer pena se:

- a) A ilicitude do facto e a culpa do agente forem diminutas;
- b) O dano tiver sido reparado; e
- c) À dispensa de pena se não opuserem razões de prevenção.

2 - Se o juiz tiver razões para crer que a reparação do dano está em vias de se verificar, pode adiar a sentença para reapreciação do caso dentro de 1 ano, em dia que logo marcará.

3 - Quando uma outra norma admitir, com carácter facultativo, a dispensa de pena, esta só tem lugar se no caso se verificarem os requisitos contidos nas alíneas do nº 1.

TAXA DE JUSTIÇA

Não é devida taxa de justiça – artigo 516º

Artigo 281.º

Suspensão provisória do processo

1 - Se o crime for punível com pena de prisão não superior a cinco anos ou com sanção diferente da prisão, pode o Ministério Público decidir-se, com a concordância do juiz de instrução, pela suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta, se se verificarem os seguintes pressupostos:

- a) Concordância do arguido e do assistente;
- b) Ausência de antecedentes criminais do arguido;
- c) Não haver lugar a medida de segurança de internamento;
- d) Carácter diminuto da culpa; e
- e) Ser de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir.

2 - São oponíveis ao arguido as seguintes injunções e regras de conduta:

- a) Indemnizar o lesado;
- b) Dar ao lesado satisfação moral adequada;
- c) Entregar ao Estado ou a instituições privadas de solidariedade social certa quantia;
- d) Não exercer determinadas profissões;
- e) Não frequentar certos meios ou lugares;
- f) Não residir em certos lugares ou regiões;
- g) Não acompanhar, alojar ou receber certas pessoas;
- h) Não ter em seu poder determinados objectos capazes de facilitar a prática de outro crime;
- i) Qualquer outro comportamento especialmente exigido pelo caso.

3 - Não são oponíveis injunções e regras de conduta que possam ofender a

dignidade do arguido.

4 - Para apoio e vigilância do cumprimento das injunções e regras de conduta podem o juiz de instrução e o Ministério Público, consoante os casos, recorrer aos serviços de reinserção social, a órgãos de polícia criminal e às autoridades administrativas.

5 - A decisão de suspensão, em conformidade com o n.º 1, não é susceptível de impugnação.

6 - Em processos por crime de maus tratos entre cônjuges, entre quem conviva em condições análogas ou seja progenitor de descendente comum em 1.º grau, pode ainda decidir-se, sem prejuízo do disposto no n.º 1, pela suspensão provisória do processo a livre requerimento da vítima, tendo em especial consideração a sua situação e desde que ao arguido não haja sido aplicada medida similar por infracção da mesma natureza.

COMUNICAÇÕES HIERÁRQUICAS

Directiva 1/2002 (publicada no Diário da República n.º. 79 – II Série de 04.04.2002, quanto à criação do sistema de registo que possibilita o acompanhamento das situações em que se fez uso deste normativo.

Circular 6/2002 da PGR quanto a essas mesmas comunicações hierárquicas (ex. acusações nos termos do artigo art. 16º nº 3, Suspensão Provisória do Processo- Artº. 281º., etc...).

Em **Processo Sumário** - cfr. Artigo 384º.

Artigo 282.º

Duração e efeitos da suspensão

1 - A suspensão do processo pode ir até dois anos, com excepção do disposto no n.º 4.

2 - A prescrição não corre no decurso do prazo de suspensão do processo.

3 - Se o arguido cumprir as injunções e regras de conduta, o Ministério Público arquiva o processo, não podendo ser reaberto. Se as não cumprir, o processo prossegue e as prestações feitas não podem ser repetidas.

4 - Nos casos previstos no n.º 6 do artigo anterior, a duração da suspensão pode ir até ao limite máximo da respectiva moldura penal.

Artigo 283.º

Acusação pelo Ministério Público

1 - Se durante o inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado crime e de quem foi o seu agente, o Ministério Público, no prazo de 10 dias, deduz acusação contra aquele.

2 - Consideram-se suficientes os indícios sempre que deles resultar uma possibilidade razoável de ao arguido vir a ser aplicada, por força deles, em julgamento, uma pena ou uma medida de segurança.

3 - A acusação contém, sob pena de nulidade:

a) As indicações tendentes à identificação do arguido;

b) A narração, ainda que sintética, dos factos que fundamentam a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança, incluindo, se possível, o lugar, o tempo e a motivação da sua prática, o grau de participação que o agente neles teve e quaisquer circunstâncias relevantes para a determinação da sanção que lhe deve ser aplicada;

c) A indicação das disposições legais aplicáveis;

d) O rol com o máximo de 20 testemunhas, com a respectiva identificação, discriminando-se as que só devam depor sobre os aspectos referidos no artigo 128.º, n.º 2, as quais não podem exceder o número de cinco;

e) A indicação dos peritos e consultores técnicos a serem ouvidos em julgamento, com a respectiva identificação;

f) A indicação de outras provas a produzir ou a requerer;

g) A data e assinatura.

4 - Em caso de conexão de processos, é deduzida uma só acusação.

5 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 277.º, n.º 3, prosseguindo o processo quando os procedimentos de notificação se tenham revelado ineficazes.

6 — As comunicações a que se refere o número anterior efectuam-se mediante contacto pessoal ou por via postal registada, excepto se o arguido e o assistente tiverem indicado a sua residência ou domicílio profissional à autoridade policial ou judiciária que elaborar o auto de notícia ou que os ouvir no inquérito ou na instrução, caso em que são notificados mediante via postal simples, nos termos do artigo 113.º, n.º 1, alínea c).

7 — O limite do número de testemunhas previsto na alínea d) do n.º 3 pode ser ultrapassado desde que tal se afigure necessário para a descoberta da verdade material, designadamente quando tiver sido praticado algum dos crimes referidos no n.º 2 do artigo 215.º ou se o processo se revelar de excepcional complexidade, devido ao número de arguidos ou ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime.

▶ **Despacho de acusação / notificação**

Para além do defensor do arguido e do mandatário do assistente, este despacho é **obrigatoriamente** notificado ao próprio arguido e assistente (art. 113º, n.º 9).

▶ **Vários arguidos e/ou assistentes – Termo do prazo**

Ver art. 113º, n.º 12

▶ **Arguido preso**

A notificação aos arguidos que se encontrem presos será efectuada nos termos do disposto no art. 114º, n.º 1(Casos especiais).

▶ **Arguido: GNR, PSP, DGSP, IGAI**

Na eventualidade do arguido pertencer aos quadros de alguma das entidades supra referidas, deverá proceder-se conforme dispõe a Circular n.º 4/98 da PGR de 4/5/98.

COMUNICAÇÕES HIERÁRQUICAS

Directiva 1/2002 (publicada no Diário da República n.º. 79 – II Série de 04.04.2002, quanto à criação do sistema de registo que possibilita o acompanhamento das situações em que se fez uso deste normativo.

Circular 6/2002 da PGR quanto a essas mesmas comunicações hierárquicas (ex. acusações nos termos do artigo art. 16º nº 3, Suspensão Provisória do Processo- Art. 281º., etc...).

▶ **Arguido: GNR, PSP, DGSP, IGAI**

Na eventualidade do arguido pertencer aos quadros de alguma das entidades supra referidas, deverá proceder-se conforme dispõe a Circular n.º 4/98, 4/86 e 3/93 da PGR

Cfr. anotações ao artº .s 104º e 113º

▶ **Dividas pelas instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde**

Aquelas instituições e serviços podem formular o pedido de pagamento das despesas originárias na prestação de cuidados de saúde, em processo penal. Para esse efeito, deve o despacho de acusação ou, não o havendo, o de pronúncia, oficiosamente, ser-lhe notificado (art. 6º do D.L. 218/99 de 15/6).

Artigo 6.º

Formulação de pedido em processo penal

1 – As instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde podem constituir-se partes civis em processo penal relativo a facto que tenha dado origem à prestação de cuidados de saúde, para dedução de pedido de pagamento das respectivas despesas.

2 – Para os efeitos previstos no número anterior, o despacho de acusação ou, não o havendo, o despacho de pronúncia é oficiosamente notificado às instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde, para, querendo, deduzirem o pedido, em requerimento articulado, no prazo de 20 dias.

REEMBOLSO DE PRESTAÇÕES - Segurança Social – D/L 59/89 de 22.02.

Durante o inquérito deve ser obtido o número de beneficiário do centro nacional de pensões do ofendido/lesado, no sentido de ser dado cumprimento ao artº. 2º – DL 59/89 de 22.02.

Arguido: Advogado

Decreto-Lei n° 84/84, de 16 de Março - Estatuto da Ordem dos Advogados

Denúncias, Participações ou queixas contra Advogados

O M°. P°. ou qualquer órgão de polícia criminal, deve remeter à Ordem dos Advogados certidão das denúncias, participações ou queixas apresentadas contra advogados – **ver artigo 92°**.

Data da Audiência – Arguido Advogado

Logo que seja designada a data da audiência de discussão e julgamento o juiz do processo deverá ordenar a remessa à Ordem dos Advogados de cópias da acusação, da decisão instrutória e da contestação, quando existam, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo presidente do conselho competente – **ver artigo 95°**.

“ARTIGO 92°

Responsabilidade simultaneamente disciplinar e criminal

A responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade criminal ou civil.

2. Estando pendente processo criminal relativo aos mesmos factos, poderá ser ordenada a suspensão do processo disciplinar enquanto aquele estiver em segredo de justiça, devendo o tribunal enviar à Ordem dos Advogados cópia do despacho de acusação ou de pronúncia.

3. **Sempre que, em sede de processo criminal contra advogado, seja designado dia para julgamento, o juiz do processo deverá ordenar a remessa à Ordem dos Advogados de cópias da acusação, da decisão instrutória e da contestação, quando existam, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo presidente do conselho competente. “**

“ARTIGO 95°

Participação pelos tribunais e outras entidades

1. Os tribunais e quaisquer autoridades devem dar conhecimento à Ordem dos Advogados da prática por advogados de factos susceptíveis de constituírem infracção disciplinar.

2. **O Ministério Público, a Polícia Judiciária e as demais entidades com poderes de investigação criminal ou policial devem remeter à Ordem dos Advogados certidão das denúncias, participações ou queixas apresentadas contra advogados. “**

Artigo 284.º

Acusação pelo assistente

1 - Até 10 dias após a notificação da acusação do Ministério Público, o assistente pode também deduzir acusação pelos factos acusados pelo Ministério Público, por parte deles ou por outros que não importem alteração substancial daqueles.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 7 do artigo anterior, com as seguintes modificações:

a) A acusação do assistente pode limitar-se a mera adesão à acusação do Ministério Público;

b) Só são indicadas provas a produzir ou a requerer que não constem da acusação do Ministério Público.

► Pedido Cível

Quanto à oportunidade do Pedido Cível

Artigo 77º - Formulação do Pedido

Artigo 285.º

Acusação particular

1 - Findo o inquérito, quando o procedimento depender de acusação particular, o Ministério Público notifica o assistente para que este deduza em 10 dias, querendo, acusação particular.

2 - É correspondentemente aplicável à acusação particular o disposto no artigo 283.º, n.ºs 3 e 7.

3 - O Ministério Público pode, nos cinco dias posteriores à apresentação da acusação particular, acusar pelos mesmos factos, por parte deles ou por outros que não importem uma alteração substancial daqueles.

► Pedido Cível

Quanto à oportunidade do Pedido Cível

Artigo 77º - Formulação do Pedido

Nº .1 - Notifica-se o Assistente e seu Advogado

A notificação referente ao presente artigo **deve ser efectuada ao advogado e do assistente**, nos termos do art. 113º. nº. 9, embora não se trate de notificação da acusação, mas para a dedução de acusação, teremos sempre um imperativo legal respeitante à dedução do pedido de indemnização civil, sendo esta a razão, para que a notificação seja efectuada ao assistente e seu advogado.

Notificações - Cfr. anotações ao artº .s 104º e 113º

► Titulares do direito de queixa

Art. 113º do CP – ver anotações ao artº . 49º

▶ **Extinção, renúncia e desistência de queixa**

Art.s 115º a 117º do CP - ver anotações ao artº. 49º

▶ **CRIMES PÚBLICOS – SEMI-PÚBLICOS - PARTICULARES**

1. DOS CRIMES PÚBLICOS:

O procedimento criminal **não depende de denúncia ou participação**, bastando o conhecimento da sua prática pelas autoridades.

Exemplos: arts. 131.º -homicídio, 210.º -roubo do CP.

2. DOS CRIMES SEMI-PÚBLICOS:

O procedimento criminal **depende de queixa**.

- Dos titulares do direito de queixa (*cfr. art.º 113.º do Código Penal*);
- Da legitimidade (*cfr. art.º 49.º CPP*).

Exemplos: arts. 143.º, 153.º, 203.º e outros do CP.

3. DOS CRIMES PARTICULARES

O procedimento criminal **depende de queixa e de formalização de acusação particular** (o ofendido ou outras pessoas com legitimidade têm de se queixar, de se constituir assistentes e de deduzir acusação particular – arts. 117.º do CP e 50.º CPP).

Exemplos: arts. 180.º (*difamação*) e 181.º (*injúria*) CP.

Outros casos dependentes de acusação particular - art.º 207.º do CP.

▶ **Cfr. Anotação ao Artº. 50º**

TÍTULO III

Da instrução

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 286.º

Finalidade e âmbito da instrução

- 1 - A instrução visa a comprovação judicial da decisão de deduzir acusação ou de arquivar o inquérito em ordem a submeter ou não a causa a julgamento.
- 2 - A instrução tem carácter facultativo.
- 3 - Não há lugar a instrução nas formas de processo especiais, sem prejuízo do disposto no artigo 391.º-C.

Artigo 287.º

Requerimento para abertura da instrução

- 1 - A abertura da instrução pode ser requerida, no prazo de 20 dias a contar da notificação da acusação ou do arquivamento:
 - a) Pelo arguido, relativamente a factos pelos quais o Ministério Público ou o assistente, em caso de procedimento dependente de acusação particular, tiverem deduzido acusação; ou
 - b) Pelo assistente, se o procedimento não depender de acusação particular, relativamente a factos pelos quais o Ministério Público não tiver deduzido acusação.
- 2 - O requerimento não está sujeito a formalidades especiais, mas deve conter, em súmula, as razões de facto e de direito de discordância relativamente à acusação ou não acusação, bem como, sempre que disso for caso, a indicação dos actos de instrução que o requerente pretende que o juiz leve a cabo, dos meios de prova que não tenham sido considerados no inquérito e dos factos que, através de uns e de outros, se espera provar, sendo ainda aplicável ao requerimento do assistente o disposto no artigo 283.º, n.º 3, alíneas b) e c). Não podem ser indicadas mais de 20 testemunhas.
- 3 - O requerimento só pode ser rejeitado por extemporâneo, por incompetência do juiz ou por inadmissibilidade legal da instrução.
- 4 - No despacho de abertura de instrução o juiz nomeia defensor ao arguido que não tenha advogado constituído nem defensor nomeado.
- 5 - O despacho de abertura de instrução é notificado ao Ministério Público, ao assistente, ao arguido e ao seu defensor.
- 6 - É aplicável o disposto no artigo 113.º, n.º 10.

► **Apresentação do requerimento de abertura de instrução fora de prazo**

Ver anotação ao art. 107º

▶ **Prorrogação do prazo**

Os prazos referidos no presente artigo podem, em casos de excepcional complexidade, por despacho do Juiz e a requerimento do arguido, do assistente ou das partes civis ser prorrogados – art. 107º, n.º 6.

▶ **Nomeação de defensor**

Ver art. 42º da Lei 30-E/2000 (Acesso ao Direito e aos Tribunais).

▶ **Arguido preso**

Neste caso, não há lugar a isenção da Taxa de Justiça, o artº . 522º, n.º 2 apenas prevê a isenção nos incidentes e recursos.

▶ **Vários arguidos e/ou assistentes – Termo do prazo**

Ver art. 113º, n.º 12

TESTEMUNHAS

Não podem ser indicadas testemunhas que deponham sobre o carácter e personalidade do arguido – art. 291º

Taxa de Justiça

A **taxa de justiça devida** pela abertura de instrução é autoliquidada nos termos do art. 80º. do CCJ e o documento comprovativo do seu pagamento entregue na secretaria com o requerimento ou no prazo de 10 dias a contar da sua formulação no processo.

Requerida a abertura de instrução, deverá ser junto ao requerimento documento comprovativo do pagamento a taxa de justiça. O documento será apresentado juntamente com o requerimento ou no prazo de dez dias a contar da sua formulação no processo – montante €2 UC – artigo 80º nº 1 e 83º CCJ.

Se o comprovativo de pagamento (autoliquidação) não for junto com o requerimento a secretaria notifica o interessado para o apresentar no prazo de cinco dias, sendo a notificação acompanhada de guia para pagamento do “acréscimo de igual montante” referido no **nº 2 do artigo 80º do CCJ e Portaria nº. 42/2004 de 14.01**

MONTANTE DA TAXA DE JUSTIÇA - artigo 83º CCJ – 2 UC

Artigo 288.º

Direcção e natureza da instrução

1 - A direcção da instrução compete a um juiz de instrução, assistido pelos órgãos de polícia criminal.

2 - As regras de competência relativas ao tribunal são correspondentemente aplicáveis ao juiz de instrução.

3 - Quando a competência para a instrução pertencer ao Supremo Tribunal de Justiça ou à relação, o instrutor é designado, por sorteio, de entre os juizes da secção e fica impedido de intervir nos subsequentes actos do processo.

4 - O juiz investiga autonomamente o caso submetido a instrução, tendo em conta a indicação, constante do requerimento da abertura de instrução, a que se refere o n.º 2 do artigo anterior.

AUTO

Artigo. 296º.

NULIDADE INSANÁVEL

Artigo 119º nº 1 d)

NULIDADE DEPENDENTE DE ARGUIÇÃO

Artigo 120º nº2, alínea d).

Artigo 289.º

Conteúdo da instrução

1 - A instrução é formada pelo conjunto dos actos de instrução que o juiz entenda dever levar a cabo e, obrigatoriamente, por um debate instrutório, oral e contraditório, no qual podem participar o Ministério Público, o arguido, o defensor, o assistente e o seu advogado, mas não as partes civis.

2 - Fora do caso previsto no número anterior, o Ministério Público, o arguido, o defensor, o assistente e o seu advogado apenas podem participar nos actos em que tenham o direito de intervir, nos termos expressamente previstos neste Código.

CAPÍTULO II

Dos actos de instrução

Artigo 290.º

Actos do juiz de instrução e actos delegáveis

1 - O juiz pratica todos os actos necessários à realização das finalidades referidas no artigo 286.º, n.º 1.

2 - O juiz pode, todavia, conferir a órgãos de polícia criminal o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas à instrução, salvo tratando-se do interrogatório do arguido, da inquirição de testemunhas, de actos que por lei sejam cometidos em exclusivo à competência do juiz e, nomeadamente, os referidos no artigo 268.º, n.º 1, e no artigo 270.º, n.º 2.

Artigo 291.º

Ordem dos actos e repetição

1 - Os actos de instrução efectuam-se pela ordem que o juiz reputar mais conveniente para o apuramento da verdade. O juiz indefere, por despacho irrecorrível, os actos requeridos que não interessarem à instrução ou servirem apenas para protelar o andamento do processo e pratica ou ordena oficiosamente aqueles que considerar úteis, sem prejuízo da possibilidade de reclamação.

2 - Os actos e diligências de prova praticados no inquérito só são repetidos no caso de não terem sido observadas as formalidades legais ou quando a repetição se revelar indispensável à realização das finalidades da instrução.

3 - Não são inquiridas testemunhas que devam depor sobre os aspectos referidos no artigo 128.º, n.º 2.

Artigo 292.º

Provas admissíveis

1 - São admissíveis na instrução todas as provas que não forem proibidas por lei.

2 - O juiz de instrução interroga o arguido quando o julgar necessário e sempre que este o solicitar.

Métodos proibidos de prova – art. 126º

Artigo 293.º

Mandado de comparência e notificação

1 - Sempre que for necessário assegurar a presença de qualquer pessoa em acto de instrução, o juiz emite mandado de comparência do qual constem a identificação da pessoa, a indicação do dia, do local e da hora a que deve apresentar-se e a menção das sanções em que incorre no caso de falta injustificada.

2 - O mandado de comparência é notificado ao interessado com pelo menos

três dias de antecedência, salvo em caso de urgência devidamente fundamentada, em que o juiz pode deixar ao notificando apenas o tempo necessário à comparência.

Artigo 294.º

Declarações para memória futura

Oficiosamente ou a requerimento, o juiz pode proceder, durante a instrução, à inquirição de testemunhas, à tomada de declarações do assistente, das partes civis, de peritos e de consultores técnicos e a acareações, nos termos e com as finalidades referidas no artigo 271.º.

▶ Assistência obrigatória de defensor

Artigo 64º, n.º 1, al. e).

Em fase de julgamento – art. 320º

Artigo 271º **Declarações para memória futura**

Artigo 295.º

Certidões e certificados de registo

São juntas aos autos as certidões e certificados de registo, nomeadamente o certificado do registo criminal do arguido, que ainda não constarem dos autos e se afigurarem previsivelmente necessários à instrução ou ao julgamento que venha a ter lugar e à determinação da competência do tribunal.

Artigo 296.º

Auto de instrução

As diligências de prova realizadas em acto de instrução são reduzidas a auto, ao qual são juntos os requerimentos apresentados pela acusação e pela defesa nesta fase, bem como quaisquer documentos relevantes para apreciação da causa.

Autos de Inquérito - art. 275º

CAPÍTULO III

Do debate instrutório

Artigo 297.º

Designação da data para o debate

1 - Quando considerar que não há lugar à prática de actos de instrução, nomeadamente nos casos em que estes não tiverem sido requeridos, ou em cinco dias a partir da prática do último acto, o juiz designa dia, hora e local para o debate instrutório. Este é fixado para a data mais próxima possível, de modo que o prazo máximo de duração da instrução possa em qualquer caso ser respeitado.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 312.º, n.º 3.

3 - A designação de data para o debate instrutório é notificada ao Ministério Público, ao arguido e ao assistente pelo menos cinco dias antes de aquele ter lugar. Em caso de conexão de processos nos termos do artigo 24.º, n.º 1, alíneas c), d) e e), a designação da data para o debate instrutório é notificada aos arguidos que não tenham requerido a instrução.

4 - A designação de data para o debate é igualmente notificada, pelo menos três dias antes de aquele ter lugar, a quaisquer testemunhas, peritos e consultores técnicos cuja presença no debate o juiz considerar indispensável.

5 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 116.º, n.os 1 e 2, 254.º e 293.º

[Artigo 24.º - Casos de conexão](#)

[Artigo 116.º - Falta injustificada de comparecimento](#)

[Artigo 254.º - Finalidades](#)

[Artigo 293.º - Mandado de comparência e notificação](#)

[Artigo 312.º - Data da audiência](#)

Artigo 298.º

Finalidade do debate

O debate instrutório visa permitir uma discussão perante o juiz, por forma oral e contraditória, sobre se, do decurso do inquérito e da instrução, resultam indícios de facto e elementos de direito suficientes para justificar a submissão do arguido a julgamento.

Artigo 299.º

Actos supervenientes

1 - A designação de data para o debate não prejudica o dever do juiz de levar a cabo, antes do debate ou durante ele, os actos de instrução cujo interesse para a descoberta da verdade se tenha entretanto revelado.

2 - A realização dos actos referidos no número anterior processa-se com observância das formalidades estabelecidas no capítulo anterior.

Artigo 300.º

Adiamento do debate

1 - O debate só pode ser adiado por absoluta impossibilidade de ter lugar, nomeadamente por grave e legítimo impedimento de o arguido estar presente.

2 - Em caso de adiamento, o juiz designa imediatamente nova data, a qual não pode exceder em 10 dias a anteriormente fixada. A nova data é comunicada aos presentes, mandando o juiz proceder à notificação dos ausentes cuja presença seja necessária.

3 - Se o arguido renunciar ao direito de estar presente, o debate não é adiado com fundamento na sua falta, sendo ele representado pelo defensor constituído ou nomeado.

4 - O debate só pode ser adiado uma vez. Se o arguido faltar na segunda data marcada, é representado pelo defensor constituído ou nomeado.

Artigo 301.º

Disciplina, direcção e organização do debate

1 - A disciplina do debate, a sua direcção e organização competem ao juiz, detendo este, no necessário, poderes correspondentes aos conferidos por este Código ao presidente, na audiência.

2 - O debate decorre sem sujeição a formalidades especiais. O juiz assegura, todavia, a contraditoriedade na produção da prova e a possibilidade de o arguido ou o seu defensor se pronunciarem sobre ela em último lugar.

3 - O juiz recusa qualquer requerimento ou diligência de prova que ultrapasse a natureza indiciária para aquela exigida nesta fase.

Artigo 302.º

Decurso do debate

1 - O juiz abre o debate com uma exposição sumária sobre os actos de instrução a que tiver procedido e sobre as questões de prova relevantes para a decisão instrutória e que, em sua opinião, apresentem carácter controverso.

2 - Em seguida concede a palavra ao Ministério Público, ao advogado do assistente e ao defensor para que estes, querendo, requeiram a produção de provas indiciárias suplementares que se proponham apresentar, durante o debate, sobre questões concretas controversas.

3 - Segue-se a produção da prova sob a directa orientação do juiz, o qual decide, sem formalidades, quaisquer questões que a propósito se suscitarem. O juiz pode dirigir-se directamente aos presentes, formulando-lhes as perguntas que entender necessárias à realização das finalidades do debate.

4 - Antes de encerrar o debate, o juiz concede de novo a palavra ao Ministério Público, ao advogado do assistente e ao defensor para que estes, querendo, formulem em síntese as suas conclusões sobre a suficiência ou insuficiência dos indícios recolhidos e sobre questões de direito de que dependa o sentido da decisão instrutória.

Artigo 303.º

Alteração dos factos descritos na acusação ou no requerimento para abertura da instrução

1 - Se dos actos de instrução ou do debate instrutório resultar alteração dos factos descritos na acusação do Ministério Público ou do assistente, ou no requerimento para abertura da instrução, o juiz, oficiosamente ou a requerimento, comunica a alteração ao defensor, interroga o arguido sobre ela sempre que possível e concede-lhe, a requerimento, um prazo para preparação da defesa não superior a oito dias, com o conseqüente adiamento do debate, se necessário.

2 - Não tem aplicação o disposto no número anterior se a alteração verificada determinar a incompetência do juiz de instrução.

3 - Se dos actos de instrução ou do debate instrutório resultar fundada suspeita da verificação de factos que representem uma alteração substancial da acusação ou do requerimento para abertura da instrução, o Ministério Público abre obrigatoriamente inquérito quanto a eles.

Artigo 304.º

Continuidade do debate

1 - Ao debate instrutório é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 328.º, n.os 1 e 2.

2 - O juiz interrompe o debate sempre que, no decurso dele, se aperceber de que é indispensável a prática de novos actos de instrução que não possam ser levados a cabo no próprio debate.

[Artigo 328.º - Continuidade da audiência](#)

Artigo 305.º

Acta

1 - Do debate instrutório é lavrada acta, a qual, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º, n.º 3, é redigida por súmula em tudo o que se referir a declarações orais, nos termos do artigo 100.º, n.º 2.

2 - A acta é assinada pelo juiz e pelo funcionário de justiça que a lavrar.

[Artigo 99.º - Auto](#)

[Artigo 100.º - Redacção do auto](#)

CAPÍTULO IV

Do encerramento da instrução

Artigo 306.º

Prazos de duração máxima da instrução

1 - O juiz encerra a instrução nos prazos máximos de dois meses, se houver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação, ou de quatro meses, se os não houver.

2 - O prazo de dois meses referido no número anterior é elevado para três meses quando a instrução tiver por objecto um dos crimes referidos no artigo 215.º, n.º 2.

3 - Para efeito do disposto nos números anteriores, o prazo conta-se a partir da data de recebimento do requerimento para abertura da instrução.

[Artigo 276º - Prazos de duração máxima do inquérito](#)

[Artigo 215.º - Prazos de duração máxima da prisão preventiva](#)

Artigo 307.º

Decisão instrutória

1 - Encerrado o debate instrutório, o juiz profere despacho de pronúncia ou de não pronúncia, que é logo ditado para acta, considerando-se notificado aos presentes, podendo fundamentar por remissão para as razões de facto e de direito enunciadas na acusação ou no requerimento de abertura da instrução.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 281.º, obtida a concordância do Ministério Público.

3 - Quando a complexidade da causa em instrução o aconselhar, o juiz, no acto de encerramento do debate instrutório, ordena que os autos lhe sejam feitos conclusos a fim de proferir, no prazo máximo de 10 dias, o despacho de pronúncia ou de não pronúncia. Neste caso, o juiz comunica de imediato aos presentes a data em que o despacho será lido, sendo correspondentemente aplicável o disposto na segunda parte do n.º 1.

4 - A circunstância de ter sido requerida apenas por um dos arguidos não prejudica o dever de o juiz retirar da instrução as consequências legalmente impostas a todos os arguidos.

5 - À notificação do lesado que tiver manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil, quando não for assistente, bem como, no caso previsto no n.º 4, à notificação de pessoas não presentes é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 283.º, n.º 5.

[Artigo 281.º - Suspensão provisória do processo](#)

[Artigo 283.º - Acusação pelo Ministério Público](#)

Artigo 308.º

Despacho de pronúncia ou de não pronúncia

1 - Se, até ao encerramento da instrução, tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança, o juiz, por despacho, pronuncia o arguido pelos factos respectivos; caso contrário, profere despacho de não pronúncia.

2 - É correspondentemente aplicável ao despacho referido no número anterior o disposto no artigo 283.º, n.os 2, 3 e 4, sem prejuízo do disposto na segunda parte do n.º 1 do artigo anterior.

3 - No despacho referido no n.º 1 o juiz começa por decidir das nulidades e outras questões prévias ou incidentais de que possa conhecer.

[Artigo 307.º - Decisão instrutória](#)

[Artigo 283.º - Acusação pelo Ministério Público](#)

Artigo 309.º

Nulidade da decisão instrutória

1 - A decisão instrutória é nula na parte em que pronunciar o arguido por factos que constituam alteração substancial dos descritos na acusação do Ministério Público ou do assistente ou no requerimento para abertura da instrução.

2 - A nulidade é arguida no prazo de oito dias contados da data da notificação da decisão.

Artigo 310.º

Recursos

1 - A decisão instrutória que pronunciar o arguido pelos factos constantes da acusação do Ministério Público é irrecorrível e determina a remessa imediata dos autos ao tribunal competente para o julgamento.

2 - É recorrível o despacho que indeferir a arguição da nulidade cominada no artigo anterior.

LIVRO VII

Do julgamento

TÍTULO I

Dos actos preliminares

Artigo 311.º

Saneamento do processo

1 - Recebidos os autos no tribunal, o presidente pronuncia-se sobre as nulidades e outras questões prévias ou incidentais que obstem à apreciação do mérito da causa, de que possa desde logo conhecer.

2 - Se o processo tiver sido remetido para julgamento sem ter havido instrução, o presidente despacha no sentido:

- a) De rejeitar a acusação, se a considerar manifestamente infundada;
- b) De não aceitar a acusação do assistente ou do Ministério Público na parte em que ela representa uma alteração substancial dos factos, nos termos dos artigos 284.º, n.º 1, e 285.º, n.º 3, respectivamente.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, a acusação considera-se manifestamente infundada:

- a) Quando não contenha a identificação do arguido;
- b) Quando não contenha a narração dos factos;
- c) Se não indicar as disposições legais aplicáveis ou as provas que a fundamentam; ou
- d) Se os factos não constituírem crime.

[Artigo 284.º - Acusação pelo assistente](#)

[Artigo 285.º - Acusação particular](#)

Artigo 312.º

Data da audiência

1 - Resolvidas as questões referidas no artigo anterior, o presidente despacha designando dia, hora e local para a audiência. Esta é fixada para a data mais próxima possível, de modo que entre ela e o dia em que os autos foram recebidos não decorram mais de dois meses.

2 — No despacho a que se refere o número anterior é, desde logo, igualmente designada data para a realização da audiência em caso de adiamento nos termos do artigo 333.º, n.º 1, ou para audição do arguido a requerimento do seu advogado

ou defensor nomeado ao abrigo do artigo 333.º, n.º 3.

3 - Sempre que o arguido se encontrar em prisão preventiva ou com obrigação de permanência na habitação, a data da audiência é fixada com precedência sobre qualquer outro julgamento.

4 — Se no processo existir advogado constituído, o tribunal deve diligenciar pela concertação da data para audiência, de modo a evitar o conflito com a marcação de audiência, por acordo feito ao abrigo do artigo 155.º do Código de Processo Civil.

▶ **Comunicações**

Nos casos previstos no DL 59/89, de 22 de Fevereiro, nos processos por actos que tenham determinado incapacidade para o exercício da actividade profissional ou morte e o Ministério Público tenha indicado a qualidade de beneficiário da Segurança Social do ofendido e identificado a instituição ou instituições que o abrangem, o presidente deve ordenar a informação à instituição ou instituições que abrangem o beneficiário da possibilidade de deduzir o pedido de reembolso dos valores que tenha pago ao ofendido e das formalidades a observar – art. 2º, n.º 3 daquele diploma; nos casos de morte ou se a incapacidade para o trabalho revestir a forma de invalidez é ainda informado o Centro Nacional de Pensões – art. 3º do mesmo diploma.

▶ **Audiência de julgamento**

O arguido é notificado das duas datas designadas para a audiência.

ARTIGO 155.º CPC

(Marcação e adiamento de diligências)

1. A fim de prevenir o risco de sobreposição de datas de diligências a que devam comparecer os mandatários judiciais, deve o juiz providenciar pela marcação do dia e hora da sua realização mediante prévio acordo com aqueles, podendo encarregar a secretaria de realizar, por forma expedita, os contactos prévios necessários.
2. Quando a marcação não possa ser feita nos termos do número anterior, devem os mandatários impedidos em consequência de outro serviço judicial já marcado comunicar o facto ao tribunal, no prazo de cinco dias, propondo datas alternativas, após contacto com os restantes mandatários interessados.
3. O juiz, ponderadas as razões aduzidas, poderá alterar a data inicialmente fixada, apenas se procedendo à notificação dos

demais intervenientes no acto após o decurso do prazo a que alude o número anterior.

4. Logo que se verifique que a diligência, por motivo imprevisto, não pode realizar-se no dia e hora designados, deve o tribunal dar imediato conhecimento do facto aos intervenientes processuais, providenciando por que as pessoas convocadas sejam prontamente notificadas do adiamento.

5. Os mandatários judiciais devem comunicar prontamente ao tribunal quaisquer circunstâncias impeditivas da sua presença e que determinem o adiamento de diligência marcada.

Artigo 313.º

Despacho que designa dia para a audiência

1 - O despacho que designa dia para a audiência contém, sob pena de nulidade:

- a) A indicação dos factos e disposições legais aplicáveis, o que pode ser feito por remissão para a acusação ou para a pronúncia, se a houver;
- b) A indicação do lugar, do dia e da hora da comparência;
- c) A nomeação de defensor do arguido, se ainda não estiver constituído no processo; e
- d) A data e a assinatura do presidente.

2 - O despacho, acompanhado da cópia da acusação ou da pronúncia, é notificado ao Ministério Público, bem como ao arguido e seu defensor, ao assistente, às partes civis e aos seus representantes, pelo menos, 30 dias antes da data fixada para a audiência.

3 - A notificação do arguido e do assistente ao abrigo do número anterior tem lugar nos termos do artigo 113.º, n.º 1, alíneas a) e b), excepto quando aqueles tiverem indicado a sua residência ou domicílio profissional à autoridade policial ou judiciária que elaborar o auto de notícia ou que os ouvir no inquérito ou na instrução e nunca tiverem comunicado a alteração da mesma através de carta registada, caso em que a notificação é feita mediante via postal simples, nos termos do artigo 113.º, n.º 1, alínea c).

4 - Do despacho que designa dia para a audiência não há recurso.

▶ Defensor

[Artigo 62º Defensor](#)

[Artigo 64º Obrigatoriedade de assistência](#)

[Lei 30/ E 2000, de 20/12 \(Acesso ao Direito e aos Tribunais\).](#)

▶ NOTIFICAÇÕES

[Cfr. anotações ao Artigo 113.º - Regras gerais sobre notificações](#)

Artigo 314.º

Comunicação aos restantes juízes

1 - O despacho que designa dia para a audiência é imediatamente comunicado, por cópia, aos juízes que fazem parte do tribunal.

2 - Conjuntamente, ou logo que possível, são-lhes remetidas cópias da acusação ou arquivamento, da acusação do assistente, da decisão instrutória, da contestação do arguido, dos articulados das partes civis e de qualquer despacho relativo a medidas de coacção ou de garantia patrimonial.

3 - Sempre que se mostrar necessário, nomeadamente em razão da especial complexidade da causa ou de qualquer questão prévia ou incidental que nele se suscite, o presidente pode, oficiosamente ou a solicitação de qualquer dos restantes juízes, ordenar que o processo lhes vá com vista por prazo não superior a oito dias. Nesse caso, não é feita remessa dos documentos referidos no número anterior.

Artigo 315.º

Contestação e rol de testemunhas

1 - O arguido, em 20 dias a contar da notificação do despacho que designa dia para a audiência, apresenta, querendo, a contestação, acompanhada do rol de testemunhas. É aplicável o disposto no artigo 113.º, n.º 10.

2 - A contestação não está sujeita a formalidades especiais.

3 - Juntamente com o rol de testemunhas, o arguido indica os peritos e consultores técnicos que devem ser notificados para a audiência.

4 - Ao rol de testemunhas é aplicável o disposto no artigo 283.º, n.º 3, alínea d), e n.º 7.

► Prorrogação do prazo

Os prazos referidos no presente artigo podem, em casos de excepcional complexidade, por despacho do Juiz e a requerimento do arguido, do assistente ou das partes civis ser prorrogado – art. 107º, n.º 6.

Artigo 316.º

Adicionamento ou alteração do rol de testemunhas

1 - O Ministério Público, o assistente, o arguido ou as partes civis podem alterar o rol de testemunhas, inclusivamente requerendo a inquirição para além do limite legal, nos casos previstos no n.º 7 do artigo 283.º, contanto que o adicionamento ou a alteração requeridos possam ser comunicados aos outros até três dias antes da data fixada para a audiência.

2 - Depois de apresentado o rol não podem oferecer-se novas testemunhas de fora da comarca, salvo se quem as oferecer se prontificar a apresentá-las na audiência.

3 - O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável à indicação de peritos e consultores técnicos.

Artigo 317.º

Notificação e compensação de testemunhas, peritos e consultores técnicos

1 — As testemunhas, os peritos e os consultores técnicos indicados por quem se não tiver comprometido a apresentá-los na audiência são notificados para comparência, excepto os peritos dos estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais apropriados, os quais são ouvidos por teleconferência a partir do seu local de trabalho, sempre que tal seja tecnicamente possível, sendo tão-só necessária a notificação do dia e da hora a que se procederá à sua audição.

2 - Quando as pessoas referidas no número anterior tiverem a qualidade de órgão de polícia criminal ou de trabalhador da Administração Pública e forem convocadas em razão do exercício das suas funções, o juiz arbitra, sem dependência de requerimento, uma quantia correspondente à dos montantes das ajudas de custo e dos subsídios de viagem e de marcha que no caso forem devidos, que reverte, como receita própria, para o serviço onde aquelas prestam serviço.

3 - Para os efeitos do disposto no número anterior, os serviços em causa devem remeter ao tribunal informações necessárias, até cinco dias após a realização da audiência.

4 - Quando não houver lugar à aplicação do disposto no n.º 2, o juiz pode, a requerimento dos convocados que se apresentarem à audiência, arbitrar-lhes uma quantia, calculada em função de tabelas aprovadas pelo Ministério da Justiça, a título de compensação das despesas realizadas.

5 - Da decisão sobre o arbitramento das quantias referidas nos números anteriores e sobre o seu montante não há recurso.

6 - As quantias arbitradas valem como custas do processo.

7 - A secretaria, oficiosamente ou sob a direcção do presidente, procede a todas as diligências necessárias à localização e notificação das pessoas referidas no n.º 1, podendo, sempre que for indispensável, solicitar a colaboração de outras entidades.

▶ Testemunhas e Peritos

Dever-se-á ter em atenção o disposto nos art.ºs 91º a 94º, conjugados com os art.ºs 37º e 43º, n.º 3, todos do CCJ, bem como a Portaria 1178-C/2000 e 1178-D/2000 de 15/12.

▶ Liquidação final

N.º 6 - As quantias referidas no n.º 6 devem ser consideradas na liquidação final.

Artigo 318.º

Residentes fora da comarca

1- Excepcionalmente, a tomada de declarações ao assistente, às partes civis, às testemunhas, a peritos ou a consultores técnicos pode, oficiosamente ou a requerimento, não ser prestada presencialmente, podendo ser solicitada pelo presidente ao juiz de outra comarca, por meio adequado de comunicação, nos termos do artigo 111.º, se:

- a) Aquelas pessoas residirem fora do círculo judicial;
- b) Não houver razões para crer que a sua presença na audiência é

essencial à descoberta da verdade; e

c) Forem previsíveis graves dificuldades ou inconvenientes, funcionais ou pessoais, na sua deslocação.

2 - A solicitação é de imediato comunicada ao Ministério Público, bem como aos representantes do arguido, do assistente e das partes civis.

3 - Quem tiver requerido a tomada de declarações informa, no mesmo acto, quais os factos ou as circunstâncias sobre que aquelas devem versar.

4 - A tomada de declarações processa-se com observância das formalidades estabelecidas para a audiência.

5 - A tomada de declarações realiza-se em simultâneo com a audiência de julgamento, com recurso a meios de telecomunicação em tempo real.

6 - No caso previsto no número anterior, observam-se as disposições aplicáveis à tomada de declarações em audiência de julgamento. Compete, porém, ao juiz da comarca a quem a diligência foi solicitada praticar os actos referidos nos artigos 323.º, alíneas b), primeira parte, d) e e), e 348.º, n.º 3.

7 - Fora dos casos previstos no n.º 5, o conteúdo das declarações é reduzido a auto, sendo aquelas reproduzidas integralmente ou por súmula, conforme o juiz determinar, tendo em atenção os meios disponíveis de registo e transcrição, nos termos do artigo 101.º.

▶ **Videoconferência / Procedimentos**

Os procedimentos a observar na utilização do equipamento de videoconferência vêm expostos no Ofício-Circular n.º 38 – DIT – DGSJ, de 28.12.2000.

Artigo 319.º

Tomada de declarações no domicílio

1 - Se, por fundadas razões, o assistente, uma parte civil, uma testemunha, um perito ou um consultor técnico se encontrarem impossibilitados de comparecer na audiência, pode o presidente ordenar, oficiosamente ou a requerimento, que lhes sejam tomadas declarações no lugar em que se encontrarem, em dia e hora que lhes comunicará.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 2, 3 e 7 do artigo anterior.

3 - A tomada de declarações processa-se com observância das formalidades estabelecidas para a audiência, salvo no que respeita à publicidade.

Artigo 320.º

Realização de actos urgentes

1 - O presidente, oficiosamente ou a requerimento, procede à realização dos actos urgentes ou cuja demora possa acarretar perigo para a aquisição ou a conservação da prova, ou para a descoberta da verdade, nomeadamente à tomada de declarações nos casos e às pessoas referidas nos artigos 271.º e 294.º

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 318.º, n.os 2, 3, 4 e 7.

[Artigo 271.º - Declarações para memória futura](#)

[Artigo 294.º - Declarações para memória futura](#)

TÍTULO II

Da audiência

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 321.º

Publicidade da audiência

1 - A audiência de julgamento é pública, sob pena de nulidade insanável, salvo nos casos em que o presidente decidir a exclusão ou a restrição da publicidade.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 87.º

3 - A decisão de exclusão ou de restrição da publicidade é, sempre que possível, precedida de audição contraditória dos sujeitos processuais interessados.

Publicidade da audiência

[Artigo 87º - Assistência do público a actos processuais](#)

[Artigo 88º - Meios de comunicação social](#)

Acta

[Da acta da audiência deve constar expressamente a decisão da exclusão ou restrição da publicidade – art. 362º, n.º 1, al. e\).](#)

Manutenção da Ordem nos Actos Processuais - Artº.85º

Artigo 322.º

Disciplina da audiência e direcção dos trabalhos

1 - A disciplina da audiência e a direcção dos trabalhos competem ao presidente. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 85.º

2 - As decisões relativas à disciplina da audiência e à direcção dos trabalhos são tomadas sem formalidades, podem ser ditadas para a acta e precedidas de audição contraditória, se o presidente entender que isso não põe em causa a tempestividade e a eficácia das medidas a tomar.

Artigo 85º - Manutenção da Ordem nos Actos Processuais

Artigo 323.º

Poderes de disciplina e de direcção

Para disciplina e direcção dos trabalhos cabe ao presidente, sem prejuízo de outros poderes e deveres que por lei lhe forem atribuídos:

- a) Proceder a interrogatórios, inquirições, exames e quaisquer outros actos de produção da prova, mesmo que com prejuízo da ordem legalmente fixada para eles, sempre que o entender necessário à descoberta da verdade;
- b) Ordenar, pelos meios adequados, a comparência de quaisquer pessoas e a reprodução de quaisquer declarações legalmente admissíveis, sempre que o entender necessário à descoberta da verdade;
- c) Ordenar a leitura de documentos, ou de autos de inquérito ou de instrução, nos casos em que aquela leitura seja legalmente admissível;
- d) Receber os juramentos e os compromissos;
- e) Tomar todas as medidas preventivas, disciplinares e coactivas, legalmente admissíveis, que se mostrarem necessárias ou adequadas a fazer cessar os actos de perturbação da audiência e a garantir a segurança de todos os participantes processuais;
- f) Garantir o contraditório e impedir a formulação de perguntas legalmente inadmissíveis;
- g) Dirigir e moderar a discussão, proibindo, em especial, todos os expedientes manifestamente impertinentes ou dilatatórios.

Artigo 324.º

Deveres de conduta das pessoas que assistem à audiência

1 - As pessoas que assistem à audiência devem comportar-se de modo a não prejudicar a ordem e a regularidade dos trabalhos, a independência de critério e a liberdade de acção dos participantes processuais e a respeitar a dignidade do lugar.

2 - Cabe, em especial, às pessoas referidas no número anterior:

- a) Acatar as determinações relativas à disciplina da audiência;
- b) Comportar-se com compostura, mantendo-se em silêncio, de cabeça descoberta e sentados;
- c) Não transportar objectos perturbadores ou perigosos, nomeadamente armas, salvo, quanto a estas, tratando-se de entidades encarregadas da segurança do tribunal;
- d) Não manifestar sentimentos ou opiniões, nomeadamente de aprovação ou de reprovação, a propósito do decurso da audiência.

Artigo 325.º

Situação e deveres de conduta do arguido

1 - O arguido, ainda que se encontre detido ou preso, assiste à audiência livre na sua pessoa, salvo se forem necessárias cautelas para prevenir o perigo de fuga ou actos de violência.

2 - O arguido detido ou preso é, sempre que possível, o último a entrar na sala de audiência e o primeiro a ser dela retirado.

3 - O arguido está obrigado aos mesmos deveres de conduta que, nos termos do artigo anterior, impendem sobre as pessoas que assistem à audiência.

4 - Se, no decurso da audiência, o arguido faltar ao respeito devido ao tribunal, é advertido e, se persistir no comportamento, é mandado recolher a qualquer dependência do tribunal, sem prejuízo da faculdade de comparecer ao último interrogatório e à leitura da sentença e do dever de regressar à sala sempre que o tribunal reputar a sua presença necessária.

5 - O arguido afastado da sala de audiência, nos termos do número anterior, considera-se presente e é representado pelo defensor.

6 - O afastamento do arguido vale só para a sessão durante a qual ele tiver sido ordenado.

7 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 85.º, n.º 3.

Artigo 85º - Manutenção da Ordem nos Actos Processuais

Artigo 326.º

Conduta dos advogados e defensores

Se os advogados ou defensores, nas suas alegações ou requerimentos:

- a) Se afastarem do respeito devido ao tribunal;
- b) Procurarem, manifesta e abusivamente, protelar ou embaraçar o decurso normal dos trabalhos;
- c) Usarem de expressões injuriosas ou difamatórias ou desnecessariamente violentas ou agressivas; ou
- d) Fizerem, ou incitarem a que sejam feitos, comentários ou explanações sobre assuntos alheios ao processo e que de modo algum sirvam para esclarecê-lo; são advertidos com urbanidade pelo presidente do tribunal; e se, depois de advertidos, continuarem, pode aquele retirar-lhes a palavra e, no caso do defensor, confiar a defesa a outro advogado ou pessoa idónea, sem prejuízo do procedimento criminal e disciplinar a que haja lugar.

Artigo 327.º

Contraditoriedade

1 - As questões incidentais sobrevindas no decurso da audiência são decididas pelo tribunal, ouvidos os sujeitos processuais que nelas forem interessados.

2 - Os meios de prova apresentados no decurso da audiência são submetidos ao princípio do contraditório, mesmo que tenham sido oficiosamente produzidos pelo tribunal.

Artigo 328.º

Continuidade da audiência

1 - A audiência é contínua, decorrendo sem qualquer interrupção ou adiamento até ao seu encerramento.

2 - São admissíveis, na mesma audiência, as interrupções estritamente necessárias, em especial para alimentação e repouso dos participantes. Se a audiência não puder ser concluída no dia em que se tiver iniciado, é interrompida, para continuar no dia útil imediatamente posterior.

3 - O adiamento da audiência só é admissível, sem prejuízo dos demais casos previstos neste Código, quando, não sendo a simples interrupção bastante para remover o obstáculo:

a) Faltar ou ficar impossibilitada de participar pessoa que não possa ser de imediato substituída e cuja presença seja indispensável por força da lei ou de despacho do tribunal, excepto se estiverem presentes outras pessoas, caso em que se procederá à sua inquirição ou audição, mesmo que tal implique a alteração da ordem de produção de prova referida no artigo 341.º, sendo as suas declarações documentadas;

b) For absolutamente necessário proceder à produção de qualquer meio de prova superveniente e indisponível no momento em que a audiência estiver a decorrer;

c) Surgir qualquer questão prejudicial, prévia ou incidental, cuja resolução seja essencial para a boa decisão da causa e que torne altamente inconveniente a continuação da audiência; ou

d) For necessário proceder à elaboração de relatório social ou de informação dos serviços de reinserção social, nos termos do artigo 370.º, n.º 1.

4 - Em caso de interrupção da audiência ou do seu adiamento por período não superior a oito dias, a audiência retoma-se a partir do último acto processual praticado na audiência interrompida ou adiada.

5 - O adiamento por tempo superior ao referido no número anterior é sempre precedido de despacho do presidente. Retomada a audiência, o tribunal, oficiosamente ou a requerimento, decide de imediato se alguns dos actos já realizados devem ser repetidos.

6 - O adiamento não pode exceder 30 dias. Se não for possível retomar a audiência neste prazo, perde eficácia a produção de prova já realizada.

7 - O anúncio público em audiência do dia e da hora para continuação ou recomeço daquela vale como notificação das pessoas que devam considerar-se presentes.

[Artigo 341.º - Ordem de produção da prova](#)

[Artigo 370.º - Relatório social](#)

CAPÍTULO II

Dos actos introdutórios

Artigo 329.º

Chamada e abertura da audiência

1 - Na hora a que deva realizar-se a audiência, o funcionário de justiça, de viva voz e publicamente, começa por identificar o processo e chama, em seguida, as pessoas que nele devam intervir.

2 - Se faltar alguma das pessoas que devam intervir na audiência, o funcionário de justiça faz nova chamada, após o que comunica verbalmente ao presidente o rol dos presentes e dos faltosos.

3 - Seguidamente, o tribunal entra na sala e o presidente declara aberta a audiência.

Nº. 2 - Duas chamadas

Artigo 330.º

Falta do Ministério Público, do defensor e do representante do assistente ou das partes civis

1 - Se, no início da audiência, não estiver presente o Ministério Público ou o defensor, o presidente procede, sob pena de nulidade insanável, à substituição do Ministério Público pelo substituto legal e do defensor por outro advogado ou advogado estagiário, aos quais pode conceder, se assim o requererem, algum tempo para examinarem o processo e prepararem a intervenção.

2 - Em caso de falta do representante do assistente ou das partes civis a audiência prossegue, sendo o faltoso admitido a intervir logo que comparecer. Tratando-se da falta de representante do assistente em procedimento dependente de acusação particular, a audiência é adiada por uma só vez; a falta não justificada ou a segunda falta valem como desistência da acusação, salvo se houver oposição do arguido.

Artigo 331.º

Falta do assistente, de testemunhas, peritos, consultores técnicos ou das partes civis

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 116.º, a falta do assistente, de testemunhas, peritos ou consultores técnicos ou das partes civis não dá lugar ao adiamento da audiência. O assistente e as partes civis são, nesse caso, representados para todos os efeitos legais pelos respectivos advogados constituídos.

2 - Se o presidente, oficiosamente ou a requerimento, decidir, por despacho, que a presença de alguma das pessoas mencionadas no número anterior é indispensável à boa decisão da causa e não for previsível a obtenção do seu comparecimento com a simples interrupção da audiência, são inquiridas as testemunhas e ouvidos o assistente, os peritos ou consultores técnicos ou as partes civis presentes, mesmo que tal implique a alteração da ordem de produção de

prova referida no artigo 341.º, sendo documentados os depoimentos ou esclarecimentos prestados.

3 - Por falta das pessoas mencionadas no n.º 1 não pode haver mais que um adiamento.

► **Aplicação de sanção**

A aplicação da sanção prevista no artigo 116º , n.º 1, será efectuada pelo Juiz, podendo, em alternativa à remessa integral dos autos, enviar-se o expediente em separado - Artigo 68º, n.º 5

► **Procedimento em caso de condenação**

Ver anotação ao art. 116º - **Falta injustificada de comparecimento**

Artigo 332.º

Presença do arguido

1 - É obrigatória a presença do arguido na audiência, sem prejuízo do disposto nos artigos 333.º, n.ºs 1 e 2, e 334.º, n.ºs 1 e 2.

2 - O arguido que deva responder perante determinado tribunal, segundo as normas gerais da competência, e estiver preso em comarca diferente pela prática de outro crime, é requisitado à entidade que o tiver à sua ordem.

3 - A requerimento fundamentado do arguido, cabe ao tribunal proporcionar àquele as condições para a sua deslocação.

4 - O arguido que tiver comparecido à audiência não pode afastar-se dela até ao seu termo. O presidente toma as medidas necessárias e adequadas para evitar o afastamento, incluída a detenção durante as interrupções da audiência, se isso parecer indispensável.

5 - Se, não obstante o disposto no número anterior, o arguido se afastar da sala de audiência, pode esta prosseguir até final se o arguido já tiver sido interrogado e o tribunal não considerar indispensável a sua presença, sendo para todos os efeitos representado pelo defensor.

6 - O disposto no número anterior vale correspondentemente para o caso em que o arguido, por dolo ou negligência, se tiver colocado numa situação de incapacidade para continuar a participar na audiência.

7 - Nos casos previstos nos n.os 5 e 6 deste artigo, bem como no do artigo 325.º, n.º 4, voltando o arguido à sala de audiência é, sob pena de nulidade, resumidamente instruído pelo presidente do que se tiver passado na sua ausência.

8 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 116.º, n.os 1 e 2, e 254.º

[Artigo 116.º - Falta injustificada de comparecimento](#)

[Artigo 254.º - Finalidades](#)

[Artigo 325.º - Situação e deveres de conduta do arguido](#)

[Artigo 333.º - Falta e julgamento na ausência do arguido notificado para a audiência](#)

[Artigo 334.º - Audiência na ausência do arguido em casos especiais e de notificação edital](#)

Artigo 333.º

Falta e julgamento na ausência do arguido notificado para a audiência

1 - Se o arguido regularmente notificado não estiver presente na hora designada para o início da audiência, o presidente toma as medidas necessárias e legalmente admissíveis para obter a sua comparência, e a audiência só é adiada se o tribunal considerar que é absolutamente indispensável para a descoberta da verdade material a sua presença desde o início da audiência.

2 - Se o tribunal considerar que a audiência pode começar sem a presença do arguido, ou se a falta de arguido tiver como causa os impedimentos enunciados nos n.ºs 2 a 4 do artigo 117.º, a audiência não é adiada, sendo inquiridas ou ouvidas as pessoas presentes pela ordem referida nas alíneas b) e c) do artigo 341.º, sem prejuízo da alteração que seja necessária efectuar no rol apresentado, e as suas declarações documentadas, aplicando-se sempre que necessário o disposto no n.º 6 do artigo 117.º

3 - No caso referido no número anterior, o arguido mantém o direito de prestar declarações até ao encerramento da audiência, e se ocorrer na primeira data marcada, o advogado constituído ou o defensor nomeado ao arguido pode requerer que este seja ouvido na segunda data designada pelo juiz ao abrigo do artigo 312.º, n.º 2.

4 - O disposto nos números anteriores não prejudica que a audiência tenha lugar na ausência do arguido com o seu consentimento, nos termos do artigo 334.º, n.º 2.

5 - No caso previsto nos n.ºs 2 e 3, havendo lugar a audiência na ausência do arguido, a sentença é notificada ao arguido logo que seja detido ou se apresente voluntariamente. O prazo para a interposição de recurso pelo arguido conta-se a partir da notificação da sentença.

6 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 116.º, n.ºs 1 e 2, e 254.º e nos n.ºs 4 e 5 do artigo seguinte.

Recurso

Regra geral, o prazo para interposição do recurso, tratando-se de sentença, conta-se a partir do respectivo depósito na secretaria – art. 411º, n.º 1, do CPP.

Artigo 334.º

Audiência na ausência do arguido em casos especiais e de notificação edital

1 - Se ao caso couber processo sumaríssimo mas o procedimento tiver sido reenviado para a forma comum e se o arguido não puder ser notificado do despacho que designa dia para a audiência ou faltar a esta injustificadamente, o tribunal pode determinar que a audiência tenha lugar na ausência do arguido.

2 - Sempre que o arguido se encontrar praticamente impossibilitado de comparecer à audiência, nomeadamente por idade, doença grave ou residência no estrangeiro, pode requerer ou consentir que a audiência tenha lugar na sua ausência.

3 - Nos casos previstos nos n.os 1 e 2, se o tribunal vier a considerar absolutamente indispensável a presença do arguido, ordena-a, interrompendo ou adiando a audiência, se isso for necessário.

4 - Sempre que a audiência tiver lugar na ausência do arguido, este é representado, para todos os efeitos possíveis, pelo defensor.

5 - Em caso de conexão de processos, os arguidos presentes e ausentes são julgados conjuntamente, salvo se o tribunal tiver como mais conveniente a separação de processos.

6 - Fora dos casos previstos nos n.ºs 1 e 2, a sentença é notificada ao arguido que foi julgado como ausente logo que seja detido ou se apresente voluntariamente.

7 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 116.º, n.os 1 e 2, e 254.º.

▶ Procedimento em caso de condenação

Ver anotação ao art. 116º - **Falta injustificada de comparecimento**

▶ SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS

Havendo declaração de contumácia poderá haver lugar à separação de processos – art. 30º. n.º. 1 d)

Artigo 335.º

Declaração de contumácia

1 - Fora dos casos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior, se, depois de realizadas as diligências necessárias à notificação a que se refere o artigo 313.º, n.º 2 e primeira parte do n.º 3, não for possível notificar o arguido do despacho que designa o dia para a audiência, ou executar a detenção ou a prisão preventiva referidas nos artigos 116.º, n.º 2, e 254.º, ou consequentes a uma evasão, o arguido é notificado por editais para se apresentar em juízo, num prazo até 30 dias, sob pena de ser declarado contumaz.

2 - Os editais contêm as indicações tendentes à identificação do arguido, do crime que lhe é imputado e das disposições legais que o punem e a comunicação de que, não se apresentando no prazo assinado, será declarado contumaz.

3 - A declaração de contumácia é da competência do presidente e implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou à detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º

4 - Em caso de conexão de processos, a declaração de contumácia implica a separação daqueles em que tiver sido proferida.

▶ **Termo de Identidade e Residência – art. 196º**

A declaração de contumácia tem lugar apenas nos casos em que o arguido não tenha prestado Termo de Identidade e Residência, na redacção dada pelo D/L 320-C/2000 de 15.12.

▶ **Editais**

Locais onde devem ser afixados os Editais – artº. 113º, n.º 11

Artigo 336.º

Caducidade da declaração de contumácia

1 - A declaração de contumácia caduca logo que o arguido se apresentar ou for detido, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo anterior.

2 - Logo que se apresente ou for detido, o arguido é sujeito a termo de identidade e residência, sem prejuízo de outras medidas de coacção, observando-se o disposto no artigo 58.º, n.os 2, 3 e 4.

3 - Se o processo tiver prosseguido nos termos do artigo 283.º, n.º 5, parte final, o arguido é notificado da acusação, podendo requerer abertura de instrução no prazo a que se refere o artigo 287.º, seguindo-se os demais termos previstos para o processo comum.

Artigo 337.º

Efeitos e notificação da contumácia

1 - A declaração de contumácia implica para o arguido a passagem imediata de mandado de detenção para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo anterior ou para aplicação da medida de prisão preventiva, se for caso disso, e a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração.

2 - A anulabilidade é deduzida perante o tribunal competente pelo Ministério Público até à cessação da contumácia.

3 - Quando a medida se mostrar necessária para desmotivar a situação de contumácia, o tribunal pode decretar a proibição de obter determinados documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, bem como o arresto, na totalidade ou em parte, dos bens do arguido.

4 - Ao arresto é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 228.º, n.os 2, 3, 4 e 5.

5 - O despacho que declarar a contumácia é anunciado nos termos do artigo 113.º, n.º 9, parte final, e notificado, com indicação dos efeitos previstos no n.º 1, ao defensor e a parente ou a pessoa da confiança do arguido.

6 - O despacho que declarar a contumácia, com especificação dos respectivos efeitos, e aquele que declarar a sua cessação são publicados no Diário da República.

▶ **Verbete**

Declarada a contumácia deverá ser extraído e remetido à D.S.I.C. o verbete estatístico. (o art. 20º do D.L. 381/98, de 27/11).

▶ **Arresto**

Artigo 228.º - Arresto preventivo

Artigo 113.º - Regras gerais sobre notificações

Artigo 336.º - Caducidade da declaração de contumácia

Cfr. Anotação ao art. 186º

Artigo 338.º

Questões prévias ou incidentais

1 - O tribunal conhece e decide das nulidades e de quaisquer outras questões prévias ou incidentais susceptíveis de obstar à apreciação do mérito da causa acerca das quais não tenha ainda havido decisão e que possa desde logo apreciar.

2 - A discussão das questões referidas no número anterior deve conter-se nos limites de tempo estritamente necessários, não ultrapassando, em regra, uma hora. A decisão pode ser proferida oralmente, com transcrição na acta.

Artigo 339.º

Exposições introdutórias

1 - Realizados os actos introdutórios referidos nos artigos anteriores, o presidente ordena a retirada da sala das pessoas que devam testemunhar, podendo proceder de igual modo relativamente a outras pessoas que devam ser ouvidas, e faz uma exposição sucinta sobre o objecto do processo.

2 - Em seguida o presidente dá a palavra, pela ordem indicada, ao Ministério Público, aos advogados do assistente, do lesado e do responsável civil e ao defensor, para que cada um deles indique, se assim o desejar, sumariamente e no prazo de dez minutos, os factos que se propõe provar.

3 - O presidente regula activamente as exposições referidas no número anterior, com vista a evitar divagações, repetições ou interrupções, bem como a que elas se transformem em alegações preliminares.

4 - Sem prejuízo do regime aplicável à alteração dos factos, a discussão da causa tem por objecto os factos alegados pela acusação e pela defesa e os que resultarem da prova produzida em audiência, bem como todas as soluções jurídicas pertinentes, independentemente da qualificação jurídica dos factos resultante da acusação ou da pronúncia, tendo em vista as finalidades a que se referem os artigos 368.º e 369.º

Artigo 368.º - Questão da culpabilidade

Artigo 369.º - Questão da determinação da sanção

CAPÍTULO III

Da produção da prova

Artigo 340.º

Princípios gerais

1 - O tribunal ordena, oficiosamente ou a requerimento, a produção de todos os meios de prova cujo conhecimento se lhe afigure necessário à descoberta da verdade e à boa decisão da causa.

2 - Se o tribunal considerar necessária a produção de meios de prova não constantes da acusação, da pronúncia ou da contestação, dá disso conhecimento, com a antecedência possível, aos sujeitos processuais e fá-lo constar da acta.

3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 328.º, n.º 3, os requerimentos de prova são indeferidos por despacho quando a prova ou o respectivo meio forem legalmente inadmissíveis.

4 - Os requerimentos de prova são ainda indeferidos se for notório que:

- a) As provas requeridas são irrelevantes ou supérfluas;
- b) O meio de prova é inadequado, de obtenção impossível ou muito duvidosa; ou
- c) O requerimento tem finalidade meramente dilatória.

Artigo 341.º

Ordem de produção da prova

A produção da prova deve respeitar a ordem seguinte:

- a) Declarações do arguido;
- b) Apresentação dos meios de prova indicados pelo Ministério Público, pelo assistente e pelo lesado;
- c) Apresentação dos meios de prova indicados pelo arguido e pelo responsável civil.

▶ Menores de 16 anos

Artigo 349º - Testemunhas menores de 16 anos

▶ Peritos e Consultores

Artigo 350º - Declarações de peritos e consultores técnicos.

Artigo 342.º

Identificação do arguido

1 - O presidente começa por perguntar ao arguido pelo seu nome, filiação, freguesia e concelho de naturalidade, data de nascimento, estado civil, profissão, local de trabalho e residência e, se necessário, pede-lhe a exibição de documento oficial bastante de identificação.

2 - O presidente adverte o arguido de que a falta de resposta às perguntas feitas ou a falsidade da mesma o pode fazer incorrer em responsabilidade penal.

Artigo 343.º

Declarações do arguido

1 - O presidente informa o arguido de que tem direito a prestar declarações em qualquer momento da audiência, desde que elas se refiram ao objecto do processo, sem que no entanto a tal seja obrigado e sem que o seu silêncio possa desfavorecê-lo.

2 - Se o arguido se dispuser a prestar declarações, o tribunal ouve-o em tudo quanto disser, nos limites assinalados no número anterior, sem manifestar qualquer opinião ou tecer quaisquer comentários donde possa inferir-se um juízo sobre a culpabilidade.

3 - Se, no decurso das declarações, o arguido se afastar do objecto do processo, reportando-se a matéria irrelevante para a boa decisão da causa, o presidente adverte-o e, se aquele persistir, retira-lhe a palavra.

4 - Respondendo vários co-arguidos, o presidente determina se devem ser ouvidos na presença uns dos outros; em caso de audição separada, o presidente, uma vez todos os arguidos ouvidos e regressados à audiência, dá-lhes resumidamente conhecimento, sob pena de nulidade, do que se tiver passado na sua ausência.

5 - Ao Ministério Público, ao defensor, aos representantes do assistente e das partes civis não são permitidas interferências nas declarações do arguido, nomeadamente sugestões quanto ao modo de declarar. Ressalva-se, todavia, relativamente ao defensor, o disposto no artigo 345.º, n.º 1, segunda parte.

Artigo 344.º

Confissão

1 - No caso de o arguido declarar que pretende confessar os factos que lhe são imputados, o presidente, sob pena de nulidade, pergunta-lhe se o faz de livre vontade e fora de qualquer coacção, bem como se se propõe fazer uma confissão integral e sem reservas.

2 - A confissão integral e sem reservas implica:

- a) Renúncia à produção da prova relativa aos factos imputados e consequente consideração destes como provados;
- b) Passagem de imediato às alegações orais e, se o arguido não dever ser absolvido por outros motivos, à determinação da sanção aplicável; e
- c) Redução da taxa de justiça em metade.

3 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos em que:

- a) Houver co-arguidos e não se verificar a confissão integral, sem reservas e coerente de todos eles;
- b) O tribunal, em sua convicção, suspeitar do carácter livre da confissão, nomeadamente por dúvidas sobre a imputabilidade plena do arguido ou da veracidade dos factos confessados; ou
- c) O crime for punível com pena de prisão superior a cinco anos.

4 - Verificando-se a confissão integral e sem reservas nos casos do número anterior ou a confissão parcial ou com reservas, o tribunal decide, em sua livre convicção, se deve ter lugar e em que medida, quanto aos factos confessados, a produção da prova.

► Nº. 2 al^a. c) – Taxa de Justiça - Artigo 85º do C.C.J.

Cfr. Tabela a fls. 284.

Artigo 345.º

Perguntas sobre os factos

1 - Se o arguido se dispuser a prestar declarações, cada um dos juízes e dos jurados pode fazer-lhe perguntas sobre os factos que lhe sejam imputados e solicitar-lhe esclarecimentos sobre as declarações prestadas. O arguido pode, espontaneamente ou a recomendação do defensor, recusar a resposta a algumas ou a todas as perguntas, sem que isso o possa desfavorecer.

2 - O Ministério Público, o advogado do assistente e o defensor podem solicitar ao presidente que formule ao arguido perguntas, nos termos do número anterior.

3 - Podem ser mostrados ao arguido quaisquer pessoas, documentos ou objectos relacionados com o tema da prova, bem como peças anteriores do processo, sem prejuízo do disposto nos artigos 356.º e 357.º

[Artigo 356.º - Leitura permitida de autos e declarações](#)

[Artigo 357.º - Leitura permitida de declarações do arguido](#)

Artigo 346.º

Declarações do assistente

1 - Podem ser tomadas declarações ao assistente, mediante perguntas formuladas por qualquer dos juízes e dos jurados ou pelo presidente, a solicitação do Ministério Público, do defensor ou dos advogados das partes civis ou do assistente.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 145.º, n.os 2 e 4, e no n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 347.º

Declarações das partes civis

1 - Ao responsável civil e ao lesado podem ser tomadas declarações, mediante perguntas formuladas por qualquer dos juízes ou dos jurados ou pelo presidente, a solicitação do Ministério Público, do defensor ou dos advogados do assistente ou das partes civis.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 145.º, n.os 2 e 4, e no artigo 345.º, n.º 3.

[Artigo 145.º - Declarações do assistente e das partes civis](#)

[Artigo 345.º - Perguntas sobre os factos](#)

Artigo 348.º

Inquirição das testemunhas

1 - À produção da prova testemunhal na audiência são correspondentemente aplicáveis as disposições gerais sobre aquele meio de prova, em tudo o que não for contrariado pelo disposto neste capítulo.

2 - As testemunhas são inquiridas, uma após outra, pela ordem por que foram indicadas, salvo se o presidente, por fundado motivo, dispuser de outra maneira.

3 - O presidente pergunta à testemunha pela sua identificação, pelas suas relações pessoais, familiares e profissionais com os participantes e pelo seu interesse na causa, de tudo se fazendo menção na acta.

4 - Seguidamente a testemunha é inquirida por quem a indicou, sendo depois sujeita a contra-interrogatório. Quando neste forem suscitadas questões não levantadas no interrogatório directo, quem tiver indicado a testemunha pode reinquiri-la sobre aquelas questões, podendo seguir-se novo contra-interrogatório com o mesmo âmbito.

5 - Os juízes e os jurados podem, a qualquer momento, formular à testemunha as perguntas que entenderem necessárias para esclarecimento do depoimento prestado e para boa decisão da causa.

6 - Mediante autorização do presidente, podem as testemunhas indicadas por um co-arguido ser inquiridas pelo defensor de outro co-arguido.

7 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 345.º, n.º 3.

▶ Juramento

Artigo 91º - Juramento e compromisso

▶ Regras

Artigo 138º - Regras da inquirição

▶ Artigo 139º - Imunidades, Prerrogativas e medidas especiais de protecção

Artigo 349.º

Testemunhas menores de 16 anos

A inquirição de testemunhas menores de 16 anos é levada a cabo apenas pelo presidente. Finda ela, os outros juízes, os jurados, o Ministério Público, o defensor e os advogados do assistente e das partes civis podem pedir ao presidente que formule à testemunha perguntas adicionais.

Artigo 350.º

Declarações de peritos e consultores técnicos

1 - As declarações de peritos e consultores técnicos são tomadas pelo presidente, a quem os outros juízes, os jurados, o Ministério Público, o defensor e os advogados do assistente e das partes civis podem sugerir quaisquer pedidos de esclarecimento ou perguntas úteis para a boa decisão da causa.

2 - Durante a prestação de declarações, os peritos e consultores podem, com autorização do presidente, consultar notas, documentos ou elementos

bibliográficos, bem como servir-se dos instrumentos técnicos de que careçam, sendo-lhes ainda correspondentemente aplicável o disposto no artigo 345.º, n.º 3.

3 - Os peritos dos estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais são ouvidos por teleconferência a partir do seu local de trabalho, sempre que tal seja tecnicamente possível, sendo tão-só necessária a notificação do dia e da hora a que se procederá à sua audição.

Artigo 351.º

Perícia sobre o estado psíquico do arguido

1 - Quando na audiência se suscitar fundadamente a questão da inimputabilidade do arguido, o presidente, oficiosamente ou a requerimento, ordena a comparência de um perito para se pronunciar sobre o estado psíquico daquele.

2 - O tribunal pode também ordenar a comparência do perito quando na audiência se suscitar fundadamente a questão da imputabilidade diminuída do arguido.

3 - Em casos justificados, pode o tribunal requisitar a perícia a estabelecimento especializado.

4 - Se o perito não tiver ainda examinado o arguido ou a perícia for requisitada a estabelecimento especializado, o tribunal, para o efeito, interrompe a audiência ou, se for absolutamente indispensável, adia-a.

► Perícias – Artigos 159º, 160º e 160º A

Artigo 352.º

Afastamento do arguido durante a prestação de declarações

1 - O tribunal ordena o afastamento do arguido da sala de audiência, durante a prestação de declarações, se:

- a) Houver razões para crer que a presença do arguido inibiria o declarante de dizer a verdade;
- b) O declarante for menor de 16 anos e houver razões para crer que a sua audição na presença do arguido poderia prejudicá-lo gravemente; ou
- c) Dever ser ouvido um perito e houver razão para crer que a sua audição na presença do arguido poderia prejudicar gravemente a integridade física ou psíquica deste.

2 - Salvo na hipótese da alínea c) do número anterior, é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 332.º, n.º 7.

Artigo 353.º

Dispensa de testemunhas e outros declarantes

1 - As testemunhas, os peritos, o assistente e as partes civis só podem abandonar o local da audiência por ordem ou com autorização do presidente.

2 - A autorização é denegada sempre que houver razões para crer que a presença pode ser útil à descoberta da verdade.

3 - O Ministério Público, o defensor e os advogados do assistente e das partes civis são ouvidas sobre a ordem ou a autorização.

Artigo 354.º

Exame no local

O tribunal pode, quando o considerar necessário à boa decisão da causa, deslocar-se ao local onde tiver ocorrido qualquer facto cuja prova se mostre essencial e convocar para o efeito os participantes processuais cuja presença entender conveniente.

Artigo 355.º

Proibição de valoração de provas

1 - Não valem em julgamento, nomeadamente para o efeito de formação da convicção do tribunal, quaisquer provas que não tiverem sido produzidas ou examinadas em audiência.

2 - Ressalvam-se do disposto no número anterior as provas contidas em actos processuais cuja leitura em audiência seja permitida, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 356.º

Leitura permitida de autos e declarações

1 - Só é permitida a leitura em audiência de autos:

- a) Relativos a actos processuais levados a cabo nos termos dos artigos 318.º, 319.º e 320.º; ou
- b) De instrução ou de inquérito que não contenham declarações do arguido, do assistente, das partes civis ou de testemunhas.

2 - A leitura de declarações do assistente, das partes civis e de testemunhas só é permitida tendo sido prestadas perante o juiz nos casos seguintes:

- a) Se as declarações tiverem sido tomadas nos termos dos artigos 271.º e 294.º;
- b) Se o Ministério Público, o arguido e o assistente estiverem de acordo na sua leitura;
- c) Tratando-se de declarações obtidas mediante precatórias legalmente permitidas.

3 - É também permitida a leitura de declarações anteriormente prestadas perante o juiz:

- a) Na parte necessária ao avivamento da memória de quem declarar na audiência que já não recorda certos factos; ou
- b) Quando houver, entre elas e as feitas em audiência, contradições ou discrepâncias sensíveis que não possam ser esclarecidas de outro modo.

4 - É permitida a leitura de declarações prestadas perante o juiz ou o Ministério Público se os declarantes não tiverem podido comparecer por falecimento, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade duradoira.

5 - Verificando-se o disposto no n.º 2, alínea b), a leitura pode ter lugar mesmo que se trate de declarações prestadas perante o Ministério Público ou

perante órgãos de polícia criminal.

6 - É proibida, em qualquer caso, a leitura do depoimento prestado em inquérito ou instrução por testemunha que, em audiência, se tenha validamente recusado a depor.

7 - Os órgãos de polícia criminal que tiverem recebido declarações cuja leitura não for permitida, bem como quaisquer pessoas que, a qualquer título, tiverem participado na sua recolha, não podem ser inquiridas como testemunhas sobre o conteúdo daquelas.

8 - A permissão de uma leitura e a sua justificação legal ficam a constar da acta, sob pena de nulidade.

Nº. 1 al^a. a) - Permitida a leitura

Artigo 318.º - Residentes fora da comarca.

Artigo 319.º - Tomada de declarações no domicílio.

Artigo 320.º - Realização de actos urgentes.

▶ **Nº. 2 al^a. a) Assistente, partes civis e testemunhas**

Permitida a leitura

Artigo 271.º - Declarações para memória futura em sede de inquérito.

Artigo 294.º - Declarações para memória futura em sede de instrução.

Artigo 357.º

Leitura permitida de declarações do arguido

1 - A leitura de declarações anteriormente feitas pelo arguido só é permitida:

a) A sua própria solicitação e, neste caso, seja qual for a entidade perante a qual tiverem sido prestadas; ou

b) Quando, tendo sido feitas perante o juiz, houver contradições ou discrepâncias sensíveis entre elas e as feitas em audiência que não possam ser esclarecidas de outro modo.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 7 e 8 do artigo anterior.

Artigo 358.º

Alteração não substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia

1 - Se no decurso da audiência se verificar uma alteração não substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia, se a houver, com relevo para a decisão da causa, o presidente, oficiosamente ou a requerimento, comunica a alteração ao arguido e concede-lhe, se ele o requerer, o tempo estritamente necessário para a preparação da defesa.

2 - Ressalva-se do disposto no número anterior o caso de a alteração ter

derivado de factos alegados pela defesa.

3 - O disposto no n.º 1 é correspondentemente aplicável quando o tribunal alterar a qualificação jurídica dos factos descritos na acusação ou na pronúncia.

Artigo 359.º

Alteração substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia

1 - Uma alteração substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia, se a houver, não pode ser tomada em conta pelo tribunal para o efeito de condenação no processo em curso; mas a comunicação da alteração ao Ministério Público vale como denúncia para que ele proceda pelos novos factos.

2 - Ressalvam-se do disposto no número anterior os casos em que o Ministério Público, o arguido e o assistente estiverem de acordo com a continuação do julgamento pelos novos factos, se estes não determinarem a incompetência do tribunal.

3 - Nos casos referidos no número anterior, o presidente concede ao arguido, a requerimento deste, prazo para preparação da defesa não superior a 10 dias, com o conseqüente adiamento da audiência, se necessário.

Artigo 360.º

Alegações orais

1 - Finda a produção da prova, o presidente concede a palavra, sucessivamente, ao Ministério Público, aos advogados do assistente e das partes civis e ao defensor, para alegações orais nas quais exponham as conclusões, de facto e de direito, que hajam extraído da prova produzida.

2 - É admissível réplica, a exercer uma só vez, sendo, porém, sempre o defensor, se pedir a palavra, o último a falar, sob pena de nulidade. A réplica deve conter-se dentro dos limites estritamente necessários para a refutação dos argumentos contrários que não tenham sido anteriormente discutidos.

3 - As alegações orais não podem exceder, para cada um dos intervenientes, uma hora e as réplicas vinte minutos; o presidente pode, porém, permitir que continue no uso da palavra aquele que, esgotado o máximo do tempo legalmente consentido, assim fundadamente o requerer com base na complexidade da causa.

4 - Em casos excepcionais, o tribunal pode ordenar ou autorizar, por despacho, a suspensão das alegações para produção de meios de prova supervenientes quando tal se revelar indispensável para a boa decisão da causa; o despacho fixa o tempo concedido para aquele efeito.

Artigo 361.º

Últimas declarações do arguido e encerramento da discussão

1 - Findas as alegações, o presidente pergunta ao arguido se tem mais alguma coisa a alegar em sua defesa, ouvindo-o em tudo o que declarar a bem dela.

2 - Em seguida o presidente declara encerrada a discussão, sem prejuízo do disposto no artigo 371.º, e o tribunal retira-se para deliberar.

CAPÍTULO IV

Da documentação da audiência

Artigo 362.º Acta

1 - A acta da audiência contém:

- a) O lugar, a data e a hora de abertura e de encerramento da audiência e das sessões que a compuseram;
- b) O nome dos juízes, dos jurados e do representante do Ministério Público;
- c) A identificação do arguido, do defensor, do assistente, das partes civis e dos respectivos advogados;
- d) A identificação das testemunhas, dos peritos, dos consultores técnicos e dos intérpretes e a indicação de todas as provas produzidas ou examinadas em audiência;
- e) A decisão de exclusão ou restrição da publicidade, nos termos do artigo 321.º;
- f) Os requerimentos, decisões e quaisquer outras indicações que, por força da lei, dela devam constar;
- g) A assinatura do presidente e do funcionário de justiça que a lavrar.

2 - O presidente pode ordenar que a transcrição dos requerimentos e protestos verbais seja feita somente depois da sentença, se os considerar dilatatórios.

PROCESSADOR DE TEXTO

Se utilizado processador de texto deverá ser dado cumprimento ao disposto no artº .94º nº. 2.

ASSINATURA

Quanto à rubrica das folhas que não contiverem a assinatura - art. 95º. nº. 1.

Artigo 363.º

Documentação de declarações orais - Princípio geral

As declarações prestadas oralmente na audiência são documentadas na acta quando o tribunal puder dispor de meios estenotípicos, ou estenográficos, ou de outros meios técnicos idóneos a assegurar a reprodução integral daquelas, bem como nos casos em que a lei expressamente o impuser.

▶ **Artigo 101º do CPP e 89º n.º 2 do CCJ – Preparo para Despesas**

Nos casos em que haja lugar à transcrição das provas produzidas oralmente, os custos com a mesma são suportados pelo recorrente, mediante o pagamento de **preparo para despesas**, aplicando-se com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 43º a 46º.

▶ **Gravação da audiência**

Cabe ao funcionário de justiça assegurar o processo de registo por sistema sonoro, devendo, para tal, observar algumas regras que vêm expressas no D.L. 39/95, de 15/2 das quais se salientam:

1. A gravação deverá ser efectuada de modo a que se identifiquem o autor do depoimento, bem como de outros intervenientes e, também, o número do processo, a data e hora do início e do fim da gravação da sessão, localizando a intervenção de cada interveniente no registo da sessão, através do contador de rotações do gravador;
2. Todos estes elementos deverão contar da acta e são obrigatoriamente inscritos no suporte da fita e no invólucro do mesmo (caixa);
3. Por questões de segurança, prevê-se a possibilidade de gravação de duas fitas em simultâneo, devendo, estas, no final ser protegidas contra outras gravações, ficando uma apensa ao processo, devendo a outra ser guardada em cofre. Nos termos do artigo 89º, n.º 3 do CPP esta cópia poderá ser consultada pelos sujeitos processuais, desde que requerida e depois de autorizada por despacho;
4. Mesmo após o trânsito, e para salvaguardar o possível recurso de revisão, deverá ser guardado um exemplar da fita no cofre do Tribunal;
5. É importante experimentar o sistema antes do início da audiência a fim de detectar eventuais avarias.

▶ **RECURSO – Cfr. Artº. 412º n.º. 4**

Artigo 364.º

Audiência perante tribunal singular ou na ausência do arguido

1 - As declarações prestadas oralmente em audiência que decorrer perante tribunal singular são documentadas na acta, salvo se, até ao início das declarações do arguido previstas no artigo 343.º, o Ministério Público, o defensor ou o advogado do assistente declararem unanimemente para a acta que prescindem da documentação.

2 - O disposto no número anterior é correspondentemente aplicável às partes civis, no tocante ao pedido de indemnização civil.

3 - Quando a audiência se realizar na ausência do arguido, nos termos do artigo 333.º, n.ºs 1 ou 4, as declarações prestadas oralmente são sempre documentadas.

4 - Se não estiverem à disposição do tribunal meios técnicos idóneos à reprodução integral das declarações, o juiz dita para a acta o que resultar das declarações prestadas. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 100.º, n.os 2 e 3.

Ausência do arguido

No caso de audiência realizada na ausência do arguido (nos termos do art. 333, nº. 1) e sempre que este tenha sido notificado edital mente, as declarações serão sempre documentadas.

Ver artigo 428º – A declaração referida na art. 364º nº.s 1 e 2 , ou a falta do requerimento previsto no artigo 389º Nº. 2 (Processo Sumário) ou 391-E (Processo Abreviado) vale como renuncia ao recurso quanto à matéria de facto.

TÍTULO III

Da sentença

Artigo 365.º

Deliberação e votação

1 - Salvo em caso de absoluta impossibilidade, declarada em despacho, a deliberação segue-se ao encerramento da discussão.

2 - Na deliberação participam todos os juízes e jurados que constituem o tribunal, sob a direcção do presidente.

3 - Cada juiz e cada jurado enunciam as razões da sua opinião, indicando, sempre que possível, os meios de prova que serviram para formar a sua convicção, e votam sobre cada uma das questões, independentemente do sentido do voto que tenham expresso sobre outras. Não é admissível a abstenção.

4 - O presidente recolhe os votos, começando pelo juiz com menor antiguidade de serviço, e vota em último lugar. No tribunal do júri votam primeiro os jurados, por ordem crescente de idade.

5 - As deliberações são tomadas por maioria simples de votos.

Artigo 366.º

Secretário

1 - À deliberação e votação pode assistir o secretário ou o funcionário de justiça que o presidente designar.

2 - O secretário presta ao tribunal todo o auxílio e colaboração de que este necessitar durante o processo de deliberação e votação, nomeadamente, tomando nota, sempre que o presidente o entender, das razões e dos meios de prova indicados por cada membro do tribunal e do resultado da votação de cada uma das questões a considerar.

3 - As notas tomadas pelo secretário são destruídas logo que a sentença for elaborada.

Artigo 367.º

Segredo da deliberação e votação

1 - Os participantes no acto de deliberação e votação referido nos artigos anteriores não podem revelar nada do que durante ela se tiver passado e se relacionar com a causa, nem exprimir a sua opinião sobre a deliberação tomada.

2 - A violação do disposto no número anterior é punível com a sanção prevista no artigo 371.º do Código Penal, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar a que possa dar lugar.

Artigo 368.º

Questão da culpabilidade

1 - O tribunal começa por decidir separadamente as questões prévias ou incidentais sobre as quais ainda não tiver recaído decisão.

2 - Em seguida, se a apreciação do mérito não tiver ficado prejudicada, o presidente enumera discriminada e especificamente e submete a deliberação e votação os factos alegados pela acusação e pela defesa, e bem assim os que resultarem da discussão da causa, relevantes para as questões de saber:

- a) Se se verificaram os elementos constitutivos do tipo de crime;
- b) Se o arguido praticou o crime ou nele participou;
- c) Se o arguido actuou com culpa;
- d) Se se verificou alguma causa que exclua a ilicitude ou a culpa;
- e) Se se verificaram quaisquer outros pressupostos de que a lei faça

depende a punibilidade do agente ou a aplicação a este de uma medida de segurança;

f) Se se verificaram os pressupostos de que depende o arbitramento da indemnização civil.

3 - Em seguida, o presidente enumera discriminadamente e submete a deliberação e votação todas as questões de direito suscitadas pelos factos referidos no número anterior.

Artigo 369.º

Questão da determinação da sanção

1 - Se, das deliberações e votações realizadas nos termos do artigo anterior, resultar que ao arguido deve ser aplicada uma pena ou uma medida de segurança, o presidente lê ou manda ler toda a documentação existente nos autos relativa aos antecedentes criminais do arguido, à perícia sobre a sua personalidade e ao relatório social.

2 - Em seguida, o presidente pergunta se o tribunal considera necessária produção de prova suplementar para determinação da espécie e da medida da sanção a aplicar. Se a resposta for negativa, ou após a produção da prova nos termos do artigo 371.º, o tribunal delibera e vota sobre a espécie e a medida da sanção a aplicar.

3 - Se, na deliberação e votação a que se refere a parte final do número anterior, se manifestarem mais de duas opiniões, os votos favoráveis à sanção de maior gravidade somam-se aos favoráveis à sanção de gravidade imediatamente inferior, até se obter maioria.

Artigo 370.º

Relatório social

1 - O tribunal pode em qualquer altura do julgamento, logo que, em função da prova para o efeito produzida em audiência, o considerar necessário à correcta determinação da sanção que eventualmente possa vir a ser aplicada, solicitar a elaboração de relatório social ou de informação dos serviços de reinserção social, ou a respectiva actualização quando aqueles já constarem do processo.

2 - Independentemente de solicitação, os serviços oficiais de reinserção social podem enviar ao tribunal, quando o acompanhamento do arguido preso preventivamente o aconselhar, o relatório social ou a respectiva actualização.

3 - A leitura em audiência do relatório social ou da informação dos serviços de reinserção social só é permitida a requerimento, nos termos e para os efeitos previstos no artigo seguinte.

4 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 355.º

Artigo 371.º

Reabertura da audiência para a determinação da sanção

1 - Tornando-o se necessária produção de prova suplementar, nos termos do artigo 369.º, n.º 2, o tribunal volta à sala de audiência e declara esta reaberta.

2 - Em seguida procede-se à produção da prova necessária, ouvindo sempre que possível o perito criminológico, o técnico de reinserção social e quaisquer pessoas que possam depor com relevo sobre a personalidade e as condições de vida do arguido.

3 - Os interrogatórios são feitos sempre pelo presidente, podendo, findos eles, os outros juízes, os jurados, o Ministério Público, o defensor e o advogado do assistente sugerir quaisquer pedidos de esclarecimento ou perguntas úteis à decisão.

4 - Finda a produção da prova suplementar, o Ministério Público, o advogado do assistente e o defensor podem alegar conclusivamente até um máximo de vinte minutos cada um.

5 - A produção de prova suplementar decorre com exclusão da publicidade, salvo se o presidente, por despacho, entender que da publicidade não pode resultar ofensa à dignidade do arguido.

Artigo 372.º

Elaboração e assinatura da sentença

1 - Concluída a deliberação e votação, o presidente, ou, se este ficar vencido, o juiz mais antigo dos que fizerem vencimento, elaboram a sentença de acordo com as posições que tiverem feito vencimento.

2 - Em seguida, a sentença é assinada por todos os juízes e pelos jurados e se algum dos juízes assinar vencido, declara com precisão os motivos do seu voto quanto à matéria de direito.

3 - Regressado o tribunal à sala de audiência, a sentença é lida publicamente pelo presidente ou por outro dos juízes. A leitura do relatório pode ser omitida. A leitura da fundamentação ou, se esta for muito extensa, de uma sua súmula, bem como do dispositivo, é obrigatória, sob pena de nulidade.

4 - A leitura da sentença equivale à sua notificação aos sujeitos processuais que deverem considerar-se presentes na audiência.

5 - Logo após a leitura da sentença, o presidente procede ao seu depósito na secretaria. O secretário põe a data, subscreve a declaração de depósito e entrega cópia aos sujeitos processuais que o solicitem.

▶ Recurso

Dever-se-á ter em atenção de que é a partir da data do depósito da sentença que se contará o prazo para a interposição do recurso - Artigos 372º, nº. 5 e 411º, nº. 1, do CPP).

▶ Casos especiais.

① Audiência de julgamento na ausência do arguido estando este regularmente notificado.

Nos termos do art. 333º, nº. 5, o prazo para interposição de recurso conta-se a partir da notificação da sentença ao arguido logo que seja detido ou se apresente voluntariamente.

② Falta do arguido à leitura da sentença.

O arguido considera-se notificado na pessoa do seu defensor nomeado ou constituído, depois da sentença ter sido proferida perante este (defensor); nesta situação, o prazo conta-se a partir do depósito na secretaria – artigos 373º, nº. 2 e 411º, nº. 1.

③ Audiência de julgamento nos termos dos artigos 334º, nºs. 1 e 2 (reenvio do processo para a forma comum e impossibilidade de comparência do arguido).

A sentença considera-se notificada na pessoa do defensor, interpretando-se o artigo 334º, n.º 6 “a contrario”, pelo que o prazo para a interposição de recurso conta-se a partir do depósito da sentença – artigos 372º, n.º 5 e 411, n.º 1.

▶ **N.º 5 – Cópias**

Estas cópias são fornecidas gratuitamente - Ofício Circular n.º 10/GATJ de 7/5/2000 da DSSJ.

▶ **Lei da Droga.**

Das decisões proferidas em processos-crime por infracções ao DL 15/93, de 22/11 (Lei da Droga), o Tribunal enviará cópia ao Gabinete de Combate à Droga do Ministério da Justiça – artigo 64º, n.º 2 – D/L 15/93, de 22.01.

Deverá ser enviada cópia da sentença ao Instituto da Droga e da Toxicodpendência – Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 87 – 3º – 1070-062 Lisboa (Telefone 217235600), nos termos do artigo 64º. Do Decreto-lei 15/93 – lei da Droga.

BENS APREENDIDOS – DESTINO

Ver anotação ao artigo 178º

Artigo 373.º

Leitura da sentença

1 - Quando, atenta a especial complexidade da causa, não for possível proceder imediatamente à elaboração da sentença, o presidente fixa publicamente a data dentro dos 10 dias seguintes para a leitura da sentença.

2 - Na data fixada procede-se publicamente à leitura da sentença e ao seu depósito na secretaria, nos termos do artigo anterior.

3 - O arguido que não estiver presente considera-se notificado da sentença depois de esta ter sido lida perante o defensor nomeado ou constituído.

Artigo 374.º

Requisitos da sentença

1 - A sentença começa por um relatório, que contém:

- a) As indicações tendentes à identificação do arguido;
- b) As indicações tendentes à identificação do assistente e das partes civis;
- c) A indicação do crime ou dos crimes imputados ao arguido, segundo a acusação, ou pronúncia, se a tiver havido;
- d) A indicação sumária das conclusões contidas na contestação, se tiver sido apresentada.

2 - Ao relatório segue-se a fundamentação, que consta da enumeração dos

factos provados e não provados, bem como de uma exposição tanto quanto possível completa, ainda que concisa, dos motivos, de facto e de direito, que fundamentam a decisão, com indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal.

3 - A sentença termina pelo dispositivo que contém:

- a) As disposições legais aplicáveis;
- b) A decisão condenatória ou absolutória;
- c) A indicação do destino a dar a coisas ou objectos relacionados com o crime;
- d) A ordem de remessa de boletins ao registo criminal;
- e) A data e as assinaturas dos membros do tribunal.

4 - A sentença observa o disposto neste Código e no Código das Custas Judiciais em matéria de custas.

Artigo 375.º

Sentença condenatória

1 - A sentença condenatória especifica os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da sanção aplicada, indicando, nomeadamente, se for caso disso, o início e o regime do seu cumprimento, outros deveres que ao condenado sejam impostos e a sua duração, bem como o plano individual de readaptação social.

2 - Após a leitura da sentença condenatória, o presidente, quando o julgar conveniente, dirige ao arguido breve alocução, exortando-o a corrigir-se.

3 - Para efeito do disposto neste Código, considera-se também sentença condenatória a que tiver decretado dispensa da pena.

4 - Sempre que necessário, o tribunal procede ao reexame da situação do arguido, sujeitando-o às medidas de coacção admissíveis e adequadas às exigências cautelares que o caso requerer.

Artigo 376.º

Sentença absolutória

1 - A sentença absolutória declara a extinção de qualquer medida de coacção e ordena a imediata libertação do arguido preso preventivamente, salvo se ele dever continuar preso por outro motivo ou sofrer medida de segurança de internamento.

2 - A sentença absolutória condena o assistente em custas, nos termos previstos neste Código e no Código das Custas Judiciais.

3 - Se o crime tiver sido cometido por inimputável, a sentença é absolutória; mas se nela for aplicada medida de segurança, vale como sentença condenatória para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo anterior e de recurso do arguido.

[Responsabilidade do assistente por custas – artigo 515º, 518º e 519º](#)

[Artigo 378º nº. 2](#)

Artigo 377.º

Decisão sobre o pedido de indemnização civil

1 - A sentença, ainda que absolutória, condena o arguido em indemnização civil sempre que o pedido respectivo vier a revelar-se fundado, sem prejuízo do disposto no artigo 82.º, n.º 3.

2 - Se o responsável civil tiver intervindo no processo penal, a condenação em indemnização civil é proferida contra ele ou contra ele e o arguido solidariamente, sempre que a sua responsabilidade vier a ser reconhecida.

Artigo 378.º

Publicação de sentença absolutória

1 - Quando o considerar justificado, o tribunal ordena no dispositivo a publicação integral ou por extracto da sentença absolutória em jornal indicado pelo arguido, desde que este o requeira até ao encerramento da audiência e haja assistente constituído no processo.

2 - As despesas correm a cargo do assistente e valem como custas.

[Responsabilidade do assistente por custas – artigo 515º, 518º e 519º](#)

Artigo 379.º

Nulidade da sentença

1 - É nula a sentença:

- a) Que não contiver as menções referidas no artigo 374.º, n.os 2 e 3, alínea b);
- b) Que condenar por factos diversos dos descritos na acusação ou na pronúncia, se a houver, fora dos casos e das condições previstos nos artigos 358.º e 359.º;
- c) Quando o tribunal deixe de pronunciar-se sobre questões que devesse apreciar ou conheça de questões de que não podia tomar conhecimento.

2 - As nulidades da sentença devem ser arguidas ou conhecidas em recurso, sendo lícito ao tribunal supri-las, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 414.º, n.º 4.

[Artigo 374.º - Requisitos da sentença](#)

[Artigo 358.º - Alteração não substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia](#)

[Artigo 359.º - Alteração substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia](#)

[Artigo 414.º - Admissão do recurso](#)

Artigo 380.º

Correcção da sentença

1 - O tribunal procede, oficiosamente ou a requerimento, à correcção da sentença quando:

a) Fora dos casos previstos no artigo anterior, não tiver sido observado ou não tiver sido integralmente observado o disposto no artigo 374.º;

b) A sentença contiver erro, lapso, obscuridade ou ambiguidade cuja eliminação não importe modificação essencial.

2 - Se já tiver subido recurso da sentença, a correcção é feita, quando possível, pelo tribunal competente para conhecer do recurso.

3 - O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a despachos judiciais.

Artigo 380.º-A

Recurso e novo julgamento em caso de julgamento na ausência

[Revogado pelo Decreto-Lei nº 320-C/2000 de 15-12-2000,](#)

[Artigo 3.º - Norma revogatória](#)

LIVRO VIII

Dos processos especiais

TÍTULO I

Do processo sumário

Artigo 381.º

Quando tem lugar

1 - São julgados em processo sumário os detidos em flagrante delito por crime punível com pena de prisão cujo limite máximo não seja superior a três anos, quando à detenção tiver procedido qualquer autoridade judiciária ou entidade policial e a audiência se iniciar no máximo de quarenta e oito horas após a detenção, sem prejuízo do disposto no artigo 386.º

2 - São ainda julgados em processo sumário, nos termos do número anterior, os detidos em flagrante delito por crime punível com pena de prisão de limite máximo superior a três anos, mesmo em caso de concurso de infracções, quando o Ministério Público, na acusação, entender que não deve ser aplicada, em concreto, pena de prisão superior a três anos.

Ver artigo 500º (Proibição de condução)

- [Comunicação à DGV.](#)
- [Entrega da Licença de Condução.](#)

COMUNICAÇÕES HIERÁRQUICAS

Directiva 1/2002 (publicada no Diário da República n.º 79 – II Série de 04.04.2002, quanto à criação do sistema de registo que possibilita o acompanhamento das situações em que se fez uso deste normativo.

Circular 6/2002 da PGR quanto a essas mesmas comunicações hierárquicas (ex. acusações nos termos do artigo art. 16º n.º 3, Suspensão Provisória do Processo- Art. 281º., etc...).

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão n.º 2/2004 do STJ

publicado no D.R. n.º 111- I Série –A de 12.05.2004

Fixa jurisprudência nos seguintes termos:

«Quando tenha havido libertação do arguido - detido em flagrante delito para ser presente a julgamento em processo sumário - por virtude de a detenção ter ocorrido fora do horário de funcionamento normal dos tribunais (artigo 387.º, n.º 2, do Código de Processo Penal), o início da audiência deverá ocorrer no 1.º dia útil seguinte àquele em que foi detido, ainda que para além das quarenta e oito horas, mantendo-se, pois, a forma de processo sumário.»

Artigo 382.º

Apresentação ao Ministério Público e a julgamento

1 - A autoridade judiciária, se não for o Ministério Público, ou a entidade policial que tiverem procedido à detenção apresentam o detido, imediatamente ou no mais curto prazo possível, ao Ministério Público junto do tribunal competente para o julgamento.

2 - O Ministério Público, depois de interrogar sumariamente o arguido, se o julgar conveniente, apresenta-o imediatamente, ou no mais curto prazo possível, ao tribunal competente para o julgamento.

3 - Se o Ministério Público tiver razões para crer que os prazos de julgamento em processo sumário não poderão ser respeitados, determina a tramitação sob outra forma processual.

4 - No caso referido no número anterior, o Ministério Público liberta imediatamente o arguido, sujeitando-o, se disso for caso, a termo de identidade e residência, ou apresenta-o ao juiz para efeitos de aplicação de medida de coacção ou de garantia patrimonial.

Comunicação da detenção – artigo 259º

Artigo 383.º

Notificações

1 - A autoridade judiciária ou a entidade policial que tiverem procedido à detenção notificam verbalmente, no próprio acto, as testemunhas da ocorrência, em número não superior a cinco, e o ofendido, se a sua presença for útil, para comparecerem na audiência.

2 - No mesmo acto o arguido é informado de que pode apresentar na audiência até cinco testemunhas de defesa, sendo estas, se presentes, verbalmente notificadas.

Artigo 384.º

Arquivamento ou suspensão do processo

É correspondentemente aplicável em processo sumário o disposto nos artigos 280.º, 281.º e 282.º.

[Ver anotação ao art. 281º.](#)

COMUNICAÇÕES HIERÁRQUICAS

Directiva 1/2002 (publicada no Diário da República nº. 79 – II Série de 04.04.2002, quanto à criação do sistema de registo que possibilita o acompanhamento das situações em que se fez uso deste normativo.

Circular 6/2002 da PGR quanto a essas mesmas comunicações hierárquicas (ex. acusações nos termos do artigo art. 16º nº 3, Suspensão Provisória do Processo- Art. 281º., etc...).

Artigo 385.º

Princípios gerais do julgamento

1 - O julgamento em processo sumário regula-se pelas disposições deste Código relativas ao julgamento por tribunal singular, com as modificações constantes deste artigo e dos artigos seguintes.

2 - Os actos e termos do julgamento são reduzidos ao mínimo indispensável ao conhecimento e boa decisão da causa.

[Quanto à documentação dos actos da audiência – artigo 389º](#)

Artigo 386.º

Adiamento da audiência

1 - Sem prejuízo da manutenção da forma sumária, a audiência pode ser adiada até ao limite do 30.º dia posterior à detenção:

a) Se o arguido solicitar esse prazo para preparação da sua defesa;

b) Se o tribunal, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, considerar necessário que se proceda a quaisquer diligências de prova essenciais à descoberta da verdade e que possam previsivelmente realizar-se dentro daquele prazo.

2 - Se a audiência for adiada, o juiz adverte o arguido de que esta prosseguirá na data designada, mesmo que não compareça, sendo representado por defensor.

3 - Se faltarem testemunhas de que o Ministério Público, o assistente ou o arguido não prescindam, a audiência não é adiada, sendo inquiridas as testemunhas presentes pela ordem indicada nas alíneas b) e c) do artigo 341.º, sem prejuízo da alteração que seja necessária efectuar no rol apresentado, e as declarações documentadas.

Artigo 387.º

Impossibilidade de audiência imediata

1 - Se a audiência não tiver lugar em acto seguido à detenção e apresentação ao Ministério Público, mas o processo puder ainda manter a forma sumária:

a) O arguido pode ser libertado, sendo correspondentemente aplicável o disposto no artigo 382.º, n.º 4, e sê-lo-á obrigatoriamente se a audiência não puder ter lugar nas quarenta e oito horas posteriores à detenção; e

b) O arguido, quando deva ser libertado, as testemunhas e o ofendido são notificados para se apresentarem à audiência no dia e na hora que lhes forem designados.

2 - Se a detenção ocorrer fora do horário de funcionamento normal da secretaria judicial, a entidade policial que tiver procedido à detenção sujeita o arguido a termo de identidade e residência, liberta-o e notifica-o para comparecer perante o Ministério Público no 1.º dia útil seguinte, à hora que lhe for designada, sob pena de, faltando, incorrer no crime de desobediência. As testemunhas são igualmente notificadas para comparecer.

3 - No caso previsto no número anterior, o Ministério Público, se não proceder nos termos do artigo 382.º, n.º 3, requer ao juiz a detenção do arguido que não compareça, quando a audiência ainda puder ter lugar nas quarenta e oito horas posteriores à detenção.

4 - Se o arguido não comparecer, é lavrado auto de notícia, o qual será entregue ao Ministério Público e servirá de acusação pelo crime de desobediência, que será julgado conjuntamente com os outros crimes, se o processo mantiver a forma sumária.

► N.º 4 - Auto de Notícia

Só será legítimo levantar auto de notícia nos casos em que o arguido não cumpra o dever de comunicação da falta atempadamente, nos termos do art. 117º, n.ºs 1, 2 e 3.

O auto deverá ser efectuado pelos funcionários dos Serviços do Ministério Público e entregue ao MP.

Antes de efectuado o auto deverá ser efectuada chamada de pública e viva voz – artigo 329, n.º. 1 e 2 – **duas chamadas**.

Artigo 388.º

Assistente e partes civis

Em processo sumário, as pessoas com legitimidade para tal, podem constituir-se assistentes ou intervir como partes civis se assim o solicitarem, mesmo que só verbalmente, no início da audiência.

▶ Assistente

Ver anotação ao Artigo 68º (Assistente)

Montante de Taxa de Justiça devida – art. 80º. nº. 1 e 83º CCI - 2 UC's - a autoliquidar - Cfr. **Portaria nº. 42/2004 de 14.01**

Pedido De Indemnização Civil

Quanto às partes civis o artigo 72º alínea h), possibilita a dedução em separado do pedido de indemnização civil no Processo Sumário.

Artigo 389.º

Tramitação

1 - Se o Ministério Público não estiver presente no início da audiência e não puder comparecer de imediato, o tribunal procede à sua substituição pelo substituto legal.

2 - Logo que dê início à audiência, o tribunal avisa, sob pena de nulidade, quem tiver legitimidade para recorrer da sentença de que pode requerer a documentação dos actos de audiência, a efectuar por súmula.

3 - O Ministério Público pode substituir a apresentação da acusação pela leitura do auto de notícia da autoridade que tiver procedido à detenção.

4 - Se tiver sido requerida documentação dos actos de audiência, a acusação, a contestação, o pedido de indemnização e a sua contestação, quando verbalmente apresentados, são registados na acta.

5 - A apresentação da acusação e da contestação substituem as exposições introdutórias referidas no artigo 339.º

6 - Finda a produção da prova, a palavra é concedida, por uma só vez, ao Ministério Público, aos representantes do assistente e das partes civis e ao defensor, os quais podem usar dela por um máximo de trinta minutos, improrrogáveis.

7 - A sentença é logo proferida verbalmente e ditada para a acta.

Renúncia ao recurso quanto à matéria de facto

ver artigo 428º, quanto à documentação dos actos da audiência

Taxa de Justiça

Quanto à taxa de justiça no processo sumário ela varia de 2 a 20 U C – artigo 85º nº. 1 do Código das Custas Judiciais.

Artigo 390.º

Reenvio do processo para a forma comum

Sempre que se verificar:

- a) A inadmissibilidade, no caso, do processo sumário; ou
- b) A necessidade, para a descoberta da verdade, de diligências de prova que não possam previsivelmente realizar-se no prazo máximo de 30 dias após a detenção;

o tribunal, por despacho irrecorrível, remete os autos ao Ministério Público para tramitação sob outra forma processual.

Artigo 391.º

Recorribilidade

Em processo sumário só é admissível recurso da sentença ou de despacho que puser termo ao processo.

TÍTULO II

Do processo abreviado

Artigo 391.º-A

Quando tem lugar

1 - Em caso de crime punível com pena de multa ou com pena de prisão não superior a cinco anos, havendo provas simples e evidentes de que resultem indícios suficientes de se ter verificado o crime e de quem foi o seu agente, o Ministério Público, face ao auto de notícia ou realizado inquérito sumário, pode deduzir acusação para julgamento em processo abreviado, se não tiverem decorrido mais de 90 dias desde a data em que o crime foi cometido.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 16.º, n.º 3.

Nulidade Insanável

Artigo 119º alínea f)

COMUNICAÇÕES HIERÁRQUICAS

Directiva 1/2002 (publicada no Diário da República n.º. 79 – II Série de 04.04.2002, quanto à criação do sistema de registo que possibilita o acompanhamento das situações em que se fez uso deste normativo.

Circular 6/2002 da PGR quanto a essas mesmas comunicações hierárquicas (ex. acusações nos termos do artigo art. 16º nº 3, Suspensão Provisória do Processo- Art. 281º., etc...).

Artigo 391.º-B

Acusação

1 - A acusação do Ministério Público deve conter os elementos a que se refere o artigo 283.º, n.º 3. A identificação do arguido e a narração dos factos podem ser efectuadas, no todo ou em parte, por remissão para o auto de notícia ou para a denúncia.

2 - Se o procedimento depender de acusação particular, a acusação do Ministério Público tem lugar depois de deduzida acusação nos termos do artigo 285.º

Artigo 391.º-C

Debate instrutório

1 - No prazo de 10 dias a contar da notificação da acusação, o arguido pode requerer ao juiz de instrução a realização de debate instrutório, com as finalidades a que se refere o artigo 298.º

2 - O juiz de instrução encerra o debate instrutório no prazo máximo de 30 dias a contar do requerimento a que se refere o número anterior.

3 - O despacho de pronúncia pode ser efectuado por remissão para a acusação.

4 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 287.º, n.os 2 e 3, 297.º, 299.º, 300.º a 305.º, 307.º, n.os 1 e 2, e 308.º a 310.º, podendo o arguido requerer a prática dos actos que entender necessários.

[Artigo 287.º - Requerimento para abertura da instrução](#)

[Artigo 297.º - Designação da data para o debate](#)

[Artigo 298.º - Finalidade do debate](#)

[Artigo 299.º - Actos supervenientes](#)

[Artigo 300.º - Adiamento do debate](#)

[Artigo 301.º - Disciplina, direcção e organização do debate](#)

[Artigo 302.º - Decurso do debate](#)

[Artigo 303.º - Alteração dos factos descritos na acusação ou no requerimento para Abertura da instrução](#)

[Artigo 304.º - Continuidade do debate](#)

[Artigo 305.º - Acta](#)

[Artigo 307.º - Decisão instrutória](#)

[Artigo 308.º - Despacho de pronúncia ou de não pronúncia](#)

[Artigo 309.º - Nulidade da decisão instrutória](#)

[Artigo 310.º - Recursos](#)

Artigo 391.º-D

Saneamento do processo

1 - Recebidos os autos, o juiz, por despacho irrecorrível, conhece das questões a que se refere o artigo 311.º, n.º 1, e designa dia para audiência.

2 - Se o processo tiver sido remetido para julgamento sem ter havido debate instrutório, é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 311.º, n.os 2 e 3.

[Artigo 311.º - Saneamento do processo](#)

Artigo 391.º-E

Julgamento

1 - O julgamento regula-se pelas disposições relativas ao julgamento em processo comum, com as alterações previstas neste artigo.

2 - No início da audiência, o tribunal, sob pena de nulidade, avisa quem tiver legitimidade para recorrer da sentença de que pode requerer a documentação dos actos de audiência.

3 - Finda a produção da prova, é concedida a palavra ao Ministério Público, aos representantes do assistente e das partes civis e ao defensor, os quais podem usar dela por um máximo de trinta minutos, prorrogáveis se necessário e assim for requerido. É admitida réplica por um máximo de dez minutos.

4 - A sentença é logo proferida verbalmente e ditada para a acta.

Não sendo requerida a documentação dos actos da audiência –
[artigo 428º - Poderes de Cognição - renúncia ao recurso quanto à matéria de facto](#)

Taxa de Justiça a fixar – [artigo 85º - Cfr. Tabela a fls. 284](#)

TÍTULO III

Do processo sumaríssimo

Artigo 392.º

Quando tem lugar

1 - Em caso de crime punível com pena de prisão não superior a três anos ou só com pena de multa, o Ministério Público, quando entender que ao caso deve ser concretamente aplicada pena ou medida de segurança não privativas da liberdade, requer ao tribunal que a aplicação tenha lugar em processo sumaríssimo.

2 - Se o procedimento depender de acusação particular, o requerimento previsto no número anterior depende da concordância do assistente.

Nulidade Insanável

Artigo 119º alínea f).

COMUNICAÇÕES HIERÁRQUICAS

Directiva 1/2002 (publicada no Diário da República nº. 79 – II Série de 04.04.2002, quanto à criação do sistema de registo que possibilita o acompanhamento das situações em que se fez uso deste normativo.

Circular 6/2002 da PGR quanto a essas mesmas comunicações hierárquicas (ex. acusações nos termos do artigo art. 16º nº 3, Suspensão Provisória do Processo- Art. 281º., etc...).

Artigo 393.º

Partes civis

Não é permitida, em processo sumaríssimo, a intervenção de partes civis.

Artigo 394.º

Requerimento

1 - O requerimento do Ministério Público é escrito e contém as indicações tendentes à identificação do arguido, a descrição dos factos imputados e a menção das disposições legais violadas, a prova existente e o enunciado sumário das razões pelas quais entende que ao caso não deve concretamente ser aplicada pena de prisão.

2 - O requerimento termina com a indicação precisa das sanções cuja aplicação o Ministério Público concretamente propõe.

Artigo 395.º

Rejeição do requerimento

- 1 - O juiz rejeita o requerimento e reenvia o processo para a forma comum:
 - a) Quando for legalmente inadmissível o procedimento;
 - b) Quando o requerimento for manifestamente infundado, nos termos do disposto no artigo 311.º, n.º 3;
 - c) Quando discordar da sanção proposta, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 - No caso previsto na alínea c) do número anterior, o juiz pode fixar sanção diferente, na sua espécie ou medida, da proposta pelo Ministério Público, com a concordância deste.
- 3 - Se o juiz reenviar o processo para a forma comum, o requerimento do Ministério Público equivale à acusação.
- 4 - Do despacho a que se refere o n.º 1 não há recurso.

Artigo 396.º

Notificação e oposição do arguido

- 1 - O juiz, se não rejeitar o requerimento nos termos do artigo anterior:
 - a) Nomeia defensor ao arguido que não tenha advogado constituído ou defensor nomeado; e
 - b) Ordena a notificação ao arguido do requerimento do Ministério Público e, sendo caso disso, do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, para, querendo, se opor no prazo de 15 dias.
- 2 - A notificação a que se refere o número anterior é feita por contacto pessoal, nos termos do artigo 113.º, n.º 1, alínea a), e deve conter obrigatoriamente:
 - a) A informação do direito de o arguido se opor à sanção e da forma de o fazer;
 - b) A indicação do prazo para a oposição e do seu termo final;
 - c) O esclarecimento dos efeitos da oposição e da não oposição a que se refere o artigo seguinte.
- 3 - O requerimento é igualmente notificado ao defensor.
- 4 - A oposição pode ser deduzida por simples declaração.

Nº.2 – A notificação ao arguido é pessoal. **Não podem ser utilizados os outros meios de notificação, mais concretamente os previstos nas al.ª s b) e c) do artº. 113º - via postal registada – Prova de Recepção e via postal simples – Prova de Depósito.**

Artigo 397.º

Decisão

- 1 - Quando o arguido não se opuser ao requerimento, o juiz, por despacho, procede à aplicação da sanção, acrescentando condenação em custas, sendo a taxa de justiça reduzida a um terço.
- 2 - O despacho a que se refere o número anterior vale como sentença

condenatória e transita imediatamente em julgado.

3 - É nulo o despacho que aplique pena diferente da proposta ou fixada nos termos do disposto nos artigos 394.º, n.º 2, e 395.º, n.º 2.

► **Taxa de Justiça**

No caso do Juiz não fixar Taxa de Justiça, deve ter-se em atenção o disposto nos artigos 82º, n.º 3 e 83º, n.º 3, al. a), ambos do CCJ, aplicando-se 1/3 da Taxa de Justiça normal, a qual é igual ao dobro do seu limite mínimo que é de ¼da UC.

Notificação ao arguido - cfr. artigo 396º.

Artigo 398.º

Prosseguimento do processo

Se o arguido deduzir oposição, o juiz ordena o reenvio do processo para a forma comum, equivalendo à acusação o requerimento do Ministério Público formulado nos termos do artigo 394.º

LIVRO IX

Dos recursos

TÍTULO I

Dos recursos ordinários

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 399.º

Princípio geral

É permitido recorrer dos acórdãos, das sentenças e dos despachos cuja irrecorribilidade não estiver prevista na lei.

Art. 32, nº. 1 da C.R.P.

“O processo criminal assegura todas as garantias de defesa, incluindo o recurso.”

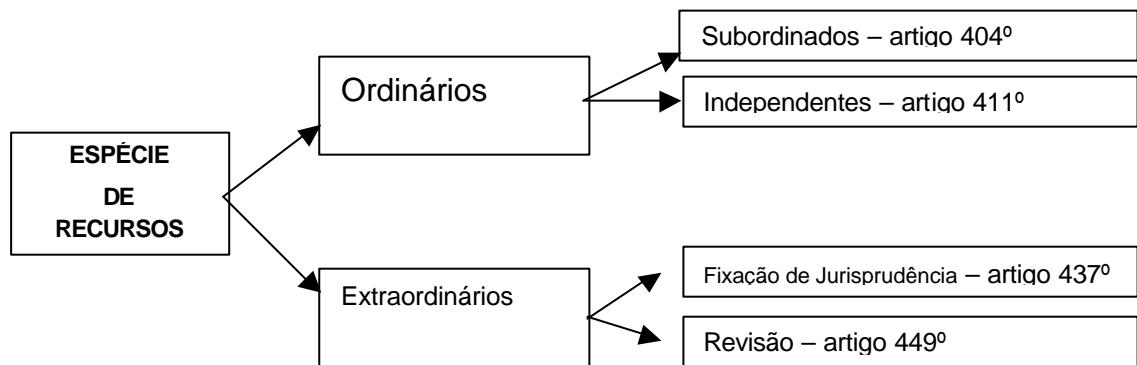
Artigo 400.º

Decisões que não admitem recurso

- 1 - Não é admissível recurso:
- a) De despachos de mero expediente;

- b) De decisões que ordenam actos dependentes da livre resolução do tribunal;
- c) De acórdãos proferidos, em recurso, pelas relações, que não ponham termo à causa;
- d) De acórdãos absolutórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de 1.ª instância;
- e) De acórdãos proferidos, em recurso, pelas relações, em processo por crime a que seja aplicável pena de multa ou pena de prisão não superior a cinco anos, mesmo em caso de concurso de infracções, ou em que o Ministério Público tenha usado da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3;
- f) De acórdãos condenatórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de 1.ª instância, em processo por crime a que seja aplicável pena de prisão não superior a oito anos, mesmo em caso de concurso de infracções;
- g) Nos demais casos previstos na lei.

2 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 427.º e 432.º, o recurso da parte da sentença relativa à indemnização civil só é admissível desde que o valor do pedido seja superior à alçada do tribunal recorrido e a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade desta alçada.



Outros casos que não admitem recurso – exemplo artigo 310.º. -

Pronuncia igual à acusação.

Recurso de parte da sentença proferida em primeira instância, relativa à indemnização civil – valor do pedido superior a 3.740,98 € e a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade desta alçada (mais de 1870,49 €).

Artigo 16.º - Competência do tribunal singular.

Artigo 427.º - Recurso para a relação.

Artigo 432.º - Recurso para o Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 401.º

Legitimidade e interesse em agir

- 1 - Têm legitimidade para recorrer:
 - a) O Ministério Público, de quaisquer decisões, ainda que no exclusivo interesse do arguido;
 - b) O arguido e o assistente, de decisões contra eles proferidas;
 - c) As partes civis, da parte das decisões contra cada uma proferidas;
 - d) Aqueles que tiverem sido condenados ao pagamento de quaisquer importâncias, nos termos deste Código, ou tiverem a defender um direito afectado pela decisão.
- 2 - Não pode recorrer quem não tiver interesse em agir.

Artigo 402.º

Âmbito do recurso

- 1 - Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, o recurso interposto de uma sentença abrange toda a decisão.
- 2 - Salvo se for fundado em motivos estritamente pessoais, o recurso interposto:
 - a) Por um dos arguidos, em caso de comparticipação, aproveita aos restantes;
 - b) Pelo arguido, aproveita ao responsável civil;
 - c) Pelo responsável civil, aproveita ao arguido, mesmo para efeitos penais.

Artigo 403.º

Limitação do recurso

- 1 - É admissível a limitação do recurso a uma parte da decisão quando a parte recorrida puder ser separada da parte não recorrida, por forma a tornar possível uma apreciação e uma decisão autónomas.
- 2 - Para efeito do disposto no número anterior, é nomeadamente autónoma a parte da decisão que se referir:
 - a) A matéria penal, relativamente àquela que se referir a matéria civil;
 - b) Em caso de concurso de crimes, a cada um dos crimes;
 - c) Em caso de unidade criminosa, à questão da culpabilidade, relativamente àquela que se referir à questão da determinação da sanção;
 - d) Em caso de comparticipação criminosa, a cada um dos arguidos, sem prejuízo do disposto no artigo 402.º, n.º 2, alíneas a) e c);
 - e) Dentro da questão da determinação da sanção, a cada uma das penas ou medidas de segurança.
- 3 - A limitação do recurso a uma parte da decisão não prejudica o dever de retirar da procedência daquele as consequências legalmente impostas relativamente a toda a decisão recorrida.

Artigo 404.º

Recurso subordinado

1 - Em caso de recurso interposto por uma das partes civis, a parte contrária pode interpor recurso subordinado.

2 - O recurso subordinado é interposto no prazo de 15 dias, contado a partir da notificação do despacho que tiver admitido o recurso da parte contrária.

3 - Se o primeiro recorrente desistir do recurso, este ficar sem efeito ou o tribunal não tomar conhecimento dele, o recurso subordinado fica sem efeito.

Artigo 405.º

Reclamação contra despacho que não admitir ou que retiver o recurso

1 - Do despacho que não admitir ou que retiver o recurso, o recorrente pode reclamar para o presidente do tribunal a que o recurso se dirige.

2 - A reclamação é apresentada na secretaria do tribunal recorrido no prazo de 10 dias contados da notificação do despacho que não tiver admitido o recurso ou da data em que o recorrente tiver tido conhecimento da retenção.

3 - No requerimento o reclamante expõe as razões que justificam a admissão ou a subida imediata do recurso e indica os elementos com que pretende instruir a reclamação.

4 - A decisão do presidente do tribunal superior é definitiva quando confirmar o despacho de indeferimento. No caso contrário, não vincula o tribunal de recurso.

► Procedimento

Apresentada a reclamação, o Juiz, no prazo geral (artº. 105º), informa-o respondendo, se assim o entender, às razões aduzidas pelo reclamante e envia-a ao tribunal superior. Como a autuação não é por apenso, convirá que o Juiz reclamado não só lavre a informação mas também junte todos os elementos necessários para que o Presidente do Tribunal Superior decida.

Artigo 406.º

Subida nos autos e em separado

1 - Sobem nos próprios autos os recursos interpostos de decisões que ponham termo à causa e os que com aqueles deverem subir.

2 - Sobem em separado os recursos não referidos no número anterior que deverem subir imediatamente.

Artigo 407.º

Momento da subida

1 - Sobem imediatamente os recursos interpostos:

- a) De decisões que ponham termo à causa;
- b) De decisões posteriores às referidas na alínea anterior;

- c) De decisões que apliquem ou mantenham medidas de coacção ou de garantia patrimonial, nos termos deste Código;
- d) De decisões que condenem no pagamento de quaisquer importâncias, nos termos deste Código;
- e) De despacho em que o juiz não reconhecer impedimento contra si deduzido;
- f) De despacho que recusar ao Ministério Público legitimidade para a prossecução do processo;
- g) De despacho que não admitir a constituição de assistente ou a intervenção de parte civil;
- h) De despacho que indeferir o requerimento para a abertura de instrução;
- i) Da decisão instrutória, sem prejuízo do disposto no artigo 310.º;
- j) De despacho que indeferir requerimento de submissão de arguido suspeito de anomalia mental à perícia respectiva.

2 - Sobem ainda imediatamente os recursos cuja retenção os tornaria absolutamente inúteis.

3 - Quando não deverem subir imediatamente, os recursos sobem e são instruídos e julgados conjuntamente com o recurso interposto da decisão que tiver posto termo à causa.

Artigo 408.º

Recurso com efeito suspensivo

1 - Têm efeito suspensivo do processo:

- a) Os recursos interpostos de decisões finais condenatórias, sem prejuízo do disposto no artigo 214.º;
- b) O recurso do despacho de pronúncia, sem prejuízo do disposto no artigo 310.º

2 - Suspendem os efeitos da decisão recorrida:

- a) Os recursos interpostos de decisões que condenarem ao pagamento de quaisquer importâncias, nos termos deste Código, se o recorrente depositar o seu valor;
- b) O recurso do despacho que julgar quebrada a caução;
- c) O recurso de despacho que ordene a execução da prisão, em caso de não cumprimento de pena não privativa da liberdade;
- d) O recurso de despacho que considere sem efeito, por falta de pagamento de taxa de justiça, o recurso da decisão final condenatória.

[Artigo 214.º - Extinção das medidas](#)

Artigo 409.º

Proibição de reformatio in pejus

1 - Interposto recurso de decisão final somente pelo arguido, pelo Ministério Público, no exclusivo interesse daquele, ou pelo arguido e pelo Ministério Público no exclusivo interesse do primeiro, o tribunal superior não pode modificar, na sua espécie ou medida, as sanções constantes da decisão recorrida, em prejuízo de

qualquer dos arguidos, ainda que não recorrentes.

2 - A proibição estabelecida no número anterior não se aplica à agravação da pena de multa, se a situação económica e financeira do arguido tiver entretanto melhorado de forma sensível.

reformatio in pejus – Reforma para pior;

– Agravação da pena em recurso penal

CAPÍTULO II

Da tramitação unitária

Artigo 410.º

Fundamentos do recurso

1 - Sempre que a lei não restringir a cognição do tribunal ou os respectivos poderes, o recurso pode ter como fundamento quaisquer questões de que pudesse conhecer a decisão recorrida.

2 - Mesmo nos casos em que a lei restrinja a cognição do tribunal de recurso a matéria de direito, o recurso pode ter como fundamentos, desde que o vício resulte do texto da decisão recorrida, por si só ou conjugada com as regras da experiência comum:

- a) A insuficiência para a decisão da matéria de facto provada;
- b) A contradição insanável da fundamentação ou entre a fundamentação e a decisão;
- c) Erro notório na apreciação da prova.

3 - O recurso pode ainda ter como fundamento, mesmo que a lei restrinja a cognição do tribunal de recurso a matéria de direito, a inobservância de requisito cominado sob pena de nulidade que não deva considerar-se sanada.

Artigo 411.º

Interposição e notificação do recurso

1 - O prazo para interposição do recurso é de 15 dias e conta-se a partir da notificação da decisão ou, tratando-se de sentença, do respectivo depósito na secretaria. No caso de decisão oral reproduzida em acta, o prazo conta-se a partir da data em que tiver sido proferida, se o interessado estiver ou dever considerar-se presente.

2 - O recurso de decisão proferida em audiência pode ser interposto por simples declaração na acta.

3 - O requerimento de interposição do recurso é sempre motivado, sob pena de não admissão do recurso. Se o recurso for interposto por declaração na acta, a motivação pode ser apresentada no prazo de 15 dias, contado da data da interposição.

4 - No requerimento de interposição de recurso restrito a matéria de direito, ou até ao exame a que se refere o artigo 417.º, o recorrente pode requerer que, havendo lugar a alegações, elas sejam produzidas por escrito.

5 - O requerimento de interposição ou a motivação são notificados aos

restantes sujeitos processuais afectados pelo recurso, após o despacho a que se refere o artigo 414.º, n.º 1, devendo ser entregue o número de cópias necessário.

6 - O requerimento de interposição de recurso que afecte o arguido julgado na ausência, ou a motivação, anteriores à notificação da sentença, são notificados àquele quando esta lhe for notificada, nos termos dos artigos 333.º, n.º 4, e 334.º, n.º 8.

▶ **Isenção – arguidos presos**

Os arguidos presos gozam de isenção de Taxa de Justiça pela interposição de recurso na primeira instância; gozam, ainda, de isenção nos incidentes que requererem ou a que fizerem oposição - artigo 522º, n.º 2.

▶ **Interposição de recurso que tenha por efeito manter a liberdade do arguido**

De referir que o recurso que tenha por efeito manter a liberdade do arguido é recebido independentemente do pagamento da Taxa de Justiça, sendo esta paga em momento posterior - artigo 80º, n.º 4 do CCJ.

▶ **Recurso interposto em processo com arguidos presos – urgência**

Correm em férias os recursos interpostos em processos onde haja arguidos presos, mesmo que o recorrente seja um arguido não preso – artigo 103º, n.º 2, al. a) e 104º, n.º 2.

▶ **JURISPRUDÊNCIA**

Ac. da RC de 22/5/91, CJ XVI, tomo 3, 104

“O artigo 523º do CPP (actual 522º) apenas concede ao arguido preso a isenção de Taxa de Justiça pela interposição de recurso e não de pagamento das custas, nomeadamente pela passagem de certidões que requeiram, com vista nomeadamente à instrução de recursos em separado”.

A taxa de justiça devida é autoliquidada nos termos do artigo 80º do CCJ e o documento comprovativo do seu pagamento entregue na secretaria com o requerimento ou no prazo de 10 dias a contar da sua formulação no processo. Na falta de apresentação dá-se cumprimento ao n.º 2 do artigo. 80º do CCJ.

Montantes de taxa a autoliquidar ver artigo 83º do CCJ - 2 UC:

CONTAGEM DO PRAZO

O artigo 411 n.º 1 dá-nos três momentos distintos, a partir do qual se conta o prazo para interpor recurso:

- ❶ Tal prazo se inicia-se a partir da notificação da decisão. (Exemplo – notificação de uma sanção aplicada nos termos do art.º 116.º; aplicação de medida de coacção, etc);
- ❷ Se se tratar de sentença ou acórdão, tal prazo se inicia-se com o depósito da mesma – art.º 372.º n.º 5;
- ❸ Tratando-se de decisão oral reproduzida em acta, o prazo para interposição de recurso conta-se a partir do momento em que foi proferida, se o arguido estiver ou dever considerar-se presente (exemplo decisões proferidas no decurso de audiências de julgamento e que obrigatoriamente constam da acta de audiência e julgamento – artigo 362.º Alínea f).

Artigo 333.º - Falta e julgamento na ausência do arguido notificado para a audiência

Artigo 334.º - Audiência na ausência do arguido em casos especiais de notificação edital

Artigo 414.º - Admissão do recurso

Artigo 417.º - Exame preliminar

Artigo 412.º

Motivação do recurso e conclusões

1 - A motivação enuncia especificamente os fundamentos do recurso e termina pela formulação de conclusões, deduzidas por artigos, em que o recorrente resume as razões do pedido.

2 - Versando matéria de direito, as conclusões indicam ainda, sob pena de rejeição:

- a) As normas jurídicas violadas;
- b) O sentido em que, no entendimento do recorrente, o tribunal recorrido interpretou cada norma ou com que a aplicou e o sentido em que ela devia ter sido interpretada ou com que devia ter sido aplicada; e
- c) Em caso de erro na determinação da norma aplicável, a norma jurídica que, no entendimento do recorrente, deve ser aplicada.

3 - Quando impugne a decisão proferida sobre matéria de facto, o recorrente deve especificar:

- a) Os pontos de facto que considera incorrectamente julgados;
- b) As provas que impõem decisão diversa da recorrida;
- c) As provas que devem ser renovadas.

4 - Quando as provas tenham sido gravadas, as especificações previstas nas alíneas b) e c) do número anterior fazem-se por referência aos suportes técnicos, havendo lugar a transcrição.

5 - Havendo recursos retidos, o recorrente especifica obrigatoriamente, nas conclusões, quais os que mantêm interesse.

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão n.º 320/2002 de 09-07-2002 do Tribunal Constitucional -
Processo n.º 754/01 – publicado no D.R. n.º.231 – I Série A de 07.10.2002

Inconstitucionalidade Parcial

Pelo exposto, o Tribunal declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade, por violação do artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, da norma constante do artigo 412.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, interpretada no sentido de que a falta de indicação, nas conclusões da motivação, de qualquer das menções contidas nas suas alíneas a), b) e c) tem como efeito a rejeição liminar do recurso do arguido, sem que ao mesmo seja facultada a oportunidade de suprir tal deficiência. Artigo 413.º

CAPÍTULO II - Da tramitação unitária

Artigo 413.º

Resposta

1 - Os sujeitos processuais afectados pela interposição do recurso podem responder no prazo de 15 dias, contados da data da notificação referida no artigo 411.º, n.os 5 e 6.

2 - A resposta é notificada aos sujeitos processuais por ela afectados, devendo ser entregue o número de cópias necessário.

3 - O requerimento do recorrente para alegações escritas, posterior à interposição do recurso, nos termos do artigo 411.º, n.º 4, é notificado aos sujeitos processuais referidos no n.º 1, para efeitos do disposto no artigo 417.º, n.º 5.

4 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 412.º, n.º 3.

Artigo 414.º

Admissão do recurso

1 - Interposto o recurso e junta a motivação ou expirado o prazo para o efeito, o juiz profere despacho e, em caso de admissão, fixa o seu efeito e regime de subida.

2 - O recurso não é admitido quando a decisão for irrecurável, quando for interposto fora de tempo, quando o recorrente não tiver as condições necessárias para recorrer ou quando faltar a motivação.

3 - A decisão que admita o recurso ou que determine o efeito que lhe cabe ou

o regime de subida não vincula o tribunal superior.

4 - Se o recurso não for interposto de decisão que conheça, a final, do objecto do processo, o tribunal pode, antes de ordenar a remessa do processo ao tribunal superior, sustentar ou reparar aquela decisão.

5 - Havendo arguidos presos, deve mencionar-se tal circunstância, com indicação da data da privação da liberdade e do estabelecimento prisional onde se encontrem.

6 - Subindo o recurso em separado, o juiz deve averiguar se o mesmo se mostra instruído com todos os elementos necessários à boa decisão da causa, determinando, se for caso disso, a extracção e junção de certidão das pertinentes peças processuais.

7 - Havendo vários recursos da mesma decisão, dos quais alguns versem sobre matéria de facto e outros exclusivamente sobre matéria de direito, são todos julgados conjuntamente.

Artigo 415.º

Desistência

1 - O Ministério Público, o arguido, o assistente e as partes civis podem desistir do recurso interposto, até ao momento de o processo ser concluso ao relator para exame preliminar.

2 - A desistência faz-se por requerimento ou por termo no processo e é julgada em conferência.

Artigo 416.º

Vista ao Ministério Público

Antes de ser apresentado ao relator, o processo vai com vista ao Ministério Público junto do tribunal de recurso.

Artigo 417.º

Exame preliminar

1 - Colhido o visto do Ministério Público o processo é concluso ao relator para exame preliminar.

2 - Se, na vista a que se refere o artigo anterior, o Ministério Público não se limitar a apor o seu visto, o arguido e os demais sujeitos processuais afectados pela interposição do recurso são notificados para, querendo, responder no prazo de 10 dias.

3 - No exame preliminar o relator verifica:

- a) Se alguma circunstância obsta ao conhecimento do recurso;
- b) Se deve manter-se o efeito que foi atribuído ao recurso;
- c) Se o recurso deve ser rejeitado;
- d) Se existe causa extintiva do procedimento ou da responsabilidade criminal que ponha termo ao processo ou seja o único motivo do recurso;

e) Se há provas a renovar e pessoas que devam ser convocadas.

4 - Depois de haver procedido a exame preliminar, o relator elabora, em 15 dias, projecto de acórdão sempre que:

a) Aquele exame tiver suscitado questão que deva e possa ser decidida em conferência; ou

b) O recurso dever ser julgado em conferência, nos termos do disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 4 do artigo 419.º

5 - Não sendo aplicável o disposto no número anterior ou devendo o processo prosseguir, se algum dos recorrentes tiver requerido alegações escritas e não houver oposição do recorrido, o relator fixa o prazo para alegações que não pode exceder 15 dias.

6 - No despacho a que se refere o número anterior, o relator enuncia as questões que merecem exame especial.

7 - Quando o recurso deva ser julgado em conferência nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 419.º, decorrido o prazo para alegações escritas, o relator elabora projecto de acórdão no prazo a que se refere o n.º 4.

Artigo 418.º

Vistos

1 - Concluído o exame preliminar ou decorrido o prazo para apresentação de alegações escritas, conforme os casos, e elaborado, se for caso disso, projecto de acórdão, o processo vai a visto dos restantes juízes-adjuntos, acompanhado de projecto de acórdão, havendo-o, e depois à conferência, na primeira sessão que tiver lugar.

2 - Sempre que a natureza do processo e a disponibilidade de meios técnicos o permitirem, são tiradas cópias para que os vistos sejam efectuados simultaneamente.

Artigo 419.º

Conferência

1 - Na conferência intervêm o presidente da secção, o relator e dois juízes-adjuntos.

2 - A discussão é dirigida pelo presidente, que, porém, só vota, para desempatar, quando não puder formar-se maioria com os votos do relator e dos juízes-adjuntos.

3 - São decididas em conferência as questões suscitadas em exame preliminar.

4 - O recurso é julgado em conferência quando:

a) Deva ser rejeitado;

b) Exista causa extintiva de procedimento ou da responsabilidade criminal que ponha termo ao processo ou seja o único motivo de recurso;

c) A decisão recorrida não constitua decisão final; ou

d) Não houver lugar a alegações orais e não seja necessário proceder à renovação da prova nos termos do artigo 430.º

Artigo 420.º

Rejeição do recurso

1 - O recurso é rejeitado sempre que for manifesta a sua improcedência ou que se verifique causa que devia ter determinado a sua não admissão nos termos do artigo 414.º, n.º 2.

2 - A deliberação de rejeição exige a unanimidade de votos.

3 - Em caso de rejeição do recurso, o acórdão limita-se a identificar o tribunal recorrido, o processo e os seus sujeitos e a especificar sumariamente os fundamentos da decisão.

4 - Se o recurso for rejeitado, o tribunal condena o recorrente, se não for o Ministério Público, ao pagamento de uma importância entre 3 UC e 10 UC.

Artigo 421.º

Prosseguimento do processo

1 - Se o processo houver de prosseguir, é aberta conclusão ao presidente da secção, o qual designa a audiência para um dos 20 dias seguintes, determina as pessoas a convocar e manda completar os vistos, se for caso disso.

2 - São sempre convocados para a audiência o Ministério Público, o defensor, os representantes do assistente e das partes civis.

3 - Exceptuado o caso do Ministério Público, as notificações são feitas por via postal.

4 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 418.º, n.º 2.

▶ Arguidos presos/urgência

Se o recurso for interposto num processo de arguidos presos, o prazo corre em férias, cfr. artigos 103º, n.º 2, al. a) e 104º, n.º 2, mesmo que o recorrente seja um arguido não preso.

Artigo 422.º

Adiamento da audiência

1 - A não comparência de pessoas convocadas só determina o adiamento da audiência quando o tribunal o considerar indispensável à realização da justiça.

2 - Se o defensor não comparecer e não houver lugar a adiamento, o tribunal nomeia novo defensor. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 67.º, n.º 2.

3 - Não é permitido mais de um adiamento da audiência.

[Artigo 67.º - Substituição de defensor](#)

Artigo 423.º

Audiência

1 - Após o presidente ter declarado aberta a audiência, o relator introduz os debates com uma exposição sumária sobre o objecto do recurso, na qual enuncia as questões que o tribunal entende merecerem exame especial.

2 - À exposição do relator segue-se a renovação da prova, quando a ela houver lugar.

3 - Seguidamente, o presidente dá a palavra, para alegações, ao Ministério Público e aos representantes dos recorrentes e dos recorridos, a cada um por período não superior a trinta minutos, prorrogável em caso de especial complexidade.

4 - Não há lugar a réplica, sem prejuízo da concessão da palavra ao defensor, antes do encerramento da audiência, por mais quinze minutos, se ele não tiver sido o último a intervir.

5 - São subsidiariamente aplicáveis as disposições relativas à audiência de julgamento em 1.ª instância.

Artigo 424.º

Deliberação

1 - Encerrada a audiência, o tribunal reúne para deliberar.

2 - São correspondentemente aplicáveis as disposições sobre deliberação e votação em julgamento, tendo em atenção a natureza das questões que constituem o objecto do recurso.

Artigo 425.º

Acórdão

1 - Concluída a deliberação e votação, é elaborado o acórdão pelo relator ou, se este tiver ficado vencido, pelo primeiro adjunto que tiver feito vencimento.

2 - É admissível declaração de voto quanto à matéria de direito, redigida pelo vencido, ou pelo primeiro dos vencidos, se a posição destes for concordante.

3 - Se não for possível lavrar imediatamente o acórdão, é publicada a decisão, depois de registada num livro de lembranças, que os juízes assinam.

4 - É correspondentemente aplicável aos acórdãos proferidos em recurso o disposto nos artigos 379.º e 380.º, sendo o acórdão ainda nulo quando for lavrado contra o vencido, ou sem o necessário vencimento.

5 - Os acórdãos absolutórios enunciados no artigo 400.º, n.º 1, alínea d), que confirmem decisão de 1.ª instância sem qualquer declaração de voto podem limitar-se a negar provimento ao recurso, remetendo para os fundamentos da decisão impugnada.

6 - O acórdão é notificado aos recorrentes, aos recorridos e ao Ministério Público.

[Artigo 379.º - Nulidade da sentença](#)

[Artigo 380.º - Correção da sentença](#)

[Artigo 400.º - Decisões que não admitem recurso](#)

Artigo 426.º

Reenvio do processo para novo julgamento

1 - Sempre que, por existirem os vícios referidos nas alíneas do n.º 2 do artigo 410.º, não for possível decidir da causa, o tribunal de recurso determina o reenvio do processo para novo julgamento relativamente à totalidade do objecto do processo ou a questões concretamente identificadas na decisão de reenvio.

2 - No caso de haver processos conexos, o tribunal superior faz cessar a conexão e ordena a separação de algum ou alguns deles para efeitos de novo julgamento quando o vício referido no número anterior recair apenas sobre eles.

Artigo 426.º-A

Competência para o novo julgamento

1 - Quando for decretado o reenvio do processo, o novo julgamento compete ao tribunal, de categoria e composição idênticas às do tribunal que proferiu a decisão recorrida, que se encontrar mais próximo.

2 - Quando na mesma comarca existirem mais de dois tribunais da mesma categoria e composição, o julgamento compete ao tribunal que resultar da distribuição.

CAPÍTULO III

Do recurso perante as relações

Artigo 427.º

Recurso para a relação

Exceptuados os casos em que há recurso directo para o Supremo Tribunal de Justiça, o recurso da decisão proferida por tribunal de 1.ª instância interpõe-se para a relação.

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão n.º 80/2001 de 21-02-2001 do Tribunal Constitucional – Publicado no **Diário da República n.º 64 Série I Parte A de 16/03/2001**

Inconstitucionalidade

Em face do exposto, este Tribunal declara inconstitucional, com força obrigatória geral, por violação do n.º 1 do artigo 32.º da Constituição, a norma que resulta das disposições conjugadas constantes dos artigos 33.º, n.º 1, 427.º, 428.º, n.º 2, e 432.º, alínea d), todos do Código de Processo Penal, quando interpretadas no sentido de que, em recurso interposto de acórdão final proferido pelo tribunal colectivo de 1.ª instância pelo arguido e para o

Supremo Tribunal de Justiça, muito embora nele também se intente reapreciar a matéria de facto, aquele tribunal de recurso não pode determinar a remessa do processo ao Tribunal da Relação. Artigo 428.º

Artigo 428.º

Poderes de cognição

- 1 - As relações conhecem de facto e de direito.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no artigo 410.º, n.os 2 e 3, a declaração referida no artigo 364.º, n.os 1 e 2, ou a falta do requerimento previsto no artigo 389.º, n.º 2, ou no artigo 391.º-E, n.º 2, vale como renúncia ao recurso em matéria de facto.

[Artigo 364.º - Audiência perante tribunal singular ou na ausência do arguido](#)

[Artigo 389.º - Tramitação](#)

[Artigo 391.º-E - Julgamento](#)

[Artigo 410.º - Fundamentos do recurso](#)

Artigo 429.º

Composição do tribunal em audiência

- 1 - Na audiência intervêm o presidente da secção, o relator e dois juízes-adjuntos.
- 2 - Sempre que possível, mantêm-se para a audiência juízes que tiverem intervindo na conferência.

Artigo 430.º

Renovação da prova

- 1 - Quando deva conhecer de facto e de direito, a relação admite a renovação da prova se se verificarem os vícios referidos nas alíneas do n.º 2 do artigo 410.º e houver razões para crer que aquela permitirá evitar o reenvio do processo.
- 2 - A decisão que admitir ou recusar a renovação da prova é definitiva e fixa os termos e a extensão com que a prova produzida em 1.ª instância pode ser renovada.
- 3 - A renovação da prova realiza-se em audiência.
- 4 - O arguido é sempre convocado para a audiência, mas, se tiver sido regularmente convocado, a sua falta não dá lugar a adiamento, salvo decisão do tribunal em contrário.
- 5 - É correspondentemente aplicável o preceituado quanto à discussão e julgamento em 1.ª instância.

Artigo 431.º

Modificabilidade da decisão recorrida

Sem prejuízo do disposto no artigo 410.º, a decisão do tribunal de 1.ª instância sobre matéria de facto pode ser modificada:

- a) Se do processo constarem todos os elementos de prova que lhe serviram de base;
- b) Se, havendo documentação da prova, esta tiver sido impugnada, nos termos do artigo 412.º, n.º 3; ou
- c) Se tiver havido renovação da prova.

CAPÍTULO IV

Do recurso perante o Supremo Tribunal de Justiça

Artigo 432.º

Recurso para o Supremo Tribunal de Justiça

Recorre-se para o Supremo Tribunal de Justiça:

- a) De decisões das relações proferidas em 1.ª instância;
- b) De decisões que não sejam irrecorríveis proferidas pelas relações, em recurso, nos termos do artigo 400.º;
- c) De acórdãos finais proferidos pelo tribunal do júri;
- d) De acórdãos finais proferidos pelo tribunal colectivo, visando exclusivamente o reexame de matéria de direito;
- e) De decisões interlocutórias que devam subir com os recursos referidos nas alíneas anteriores.

[Artigo 400.º - Decisões que não admitem recurso](#)

Artigo 433.º

Outros casos de recurso

Recorre-se ainda para o Supremo Tribunal de Justiça noutros casos que a lei especialmente preveja.

[Exemplo – Recurso de revisão – artigos 449º, 454º e 11º](#)

Artigo 434.º

Poderes de cognição

Sem prejuízo do disposto no artigo 410.º, n.os 2 e 3, o recurso interposto para o Supremo Tribunal de Justiça visa exclusivamente o reexame de matéria de direito.

[Artigo 410.º - Fundamentos do recurso](#)

Artigo 435.º - Audiência

Na audiência o tribunal é constituído pelo presidente da secção, pelo relator e por três juízes-adjuntos.

Artigo 436.º

Alteração da composição do tribunal

Não sendo possível a participação na audiência dos juízes que intervieram na conferência, são chamados outros juízes, designando-se novo relator ou completando-se os vistos.

TÍTULO II

Dos recursos extraordinários

CAPÍTULO I

Da fixação de jurisprudência

Artigo 437.º

Fundamento do recurso

1 - Quando, no domínio da mesma legislação, o Supremo Tribunal de Justiça proferir dois acórdãos que, relativamente à mesma questão de direito, assentem em soluções opostas, o Ministério Público, o arguido, o assistente ou as partes civis podem recorrer, para o pleno das secções criminais, do acórdão proferido em último lugar.

2 - É também admissível recurso, nos termos do número anterior, quando um tribunal de relação proferir acórdão que esteja em oposição com outro, da mesma ou de diferente relação, ou do Supremo Tribunal de Justiça, e dele não for admissível recurso ordinário, salvo se a orientação perfilhada naquele acórdão estiver de acordo com a jurisprudência já anteriormente fixada pelo Supremo Tribunal de Justiça.

3 - Os acórdãos consideram-se proferidos no domínio da mesma legislação quando, durante o intervalo da sua prolação, não tiver ocorrido modificação legislativa que interfira, directa ou indirectamente, na resolução da questão de direito controvertida.

4 - Como fundamento do recurso só pode invocar-se acórdão anterior transitado em julgado.

Artigo 438.º

Interposição e efeito

1 - O recurso para a fixação de jurisprudência é interposto no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado do acórdão proferido em último lugar.

2 - No requerimento de interposição do recurso o recorrente identifica o acórdão com o qual o acórdão recorrido se encontre em oposição e, se este estiver publicado, o lugar da publicação e justifica a oposição que origina o conflito de jurisprudência.

3 - O recurso para fixação de jurisprudência não tem efeito suspensivo.

O prazo para interposição de recurso é de trinta dias e o da resposta é de dez dias – artigos 438º n.º. 1 e 439º n.º. 1

Artigo 439.º

Actos de secretaria

1 - Interposto o recurso, a secretaria faculta o processo aos sujeitos processuais interessados para efeito de resposta no prazo de 10 dias e passa certidão do acórdão recorrido certificando narrativamente a data de apresentação do requerimento de interposição e da notificação ou do depósito do acórdão.

2 - O requerimento de interposição do recurso e a resposta são autuados com a certidão, e o processo assim formado é presente à distribuição ou, se o recurso tiver sido interposto de acórdão da relação, enviado para o Supremo Tribunal de Justiça.

3 - No processo donde foi interposto o recurso fica certidão do requerimento de interposição e do despacho que admitiu o recurso.

Artigo 440.º

Vista e exame preliminar

1 - Recebido no Supremo Tribunal de Justiça, o processo vai com vista ao Ministério Público, por 10 dias, e é depois concluso ao relator, por 10 dias, para exame preliminar.

2 - O relator pode determinar que o recorrente junte certidão do acórdão com o qual o recorrido se encontra em oposição.

3 - No exame preliminar o relator verifica a admissibilidade e o regime do recurso e a existência de oposição entre os julgados.

4 - Efectuado o exame, o processo é remetido, com projecto de acórdão, a vistos do presidente e dos juizes-adjuntos, por 10 dias, e depois à conferência, na primeira sessão que tiver lugar.

5 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 418.º, n.º 2.

Artigo 441.º

Conferência

1 - Se ocorrer motivo de inadmissibilidade ou o tribunal concluir pela não oposição de julgados, o recurso é rejeitado; se concluir pela oposição, o recurso prossegue.

2 - Se, porém, a oposição de julgados já tiver sido reconhecida, os termos do recurso são suspensos até ao julgamento do recurso em que primeiro se tiver concluído pela oposição.

3 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 419.º, n.os 1 e 2.

Artigo 442.º

Preparação do julgamento

1 - Se o recurso prosseguir, os sujeitos processuais interessados são notificados para apresentarem, por escrito, no prazo de 15 dias, as suas alegações.

2 - Nas alegações os interessados formulam conclusões em que indicam o sentido em que deve fixar-se a jurisprudência.

3 - Juntas as alegações, ou expirado o prazo para a sua apresentação, o processo é concluso ao relator, por 30 dias, e depois remetido, com projecto de acórdão, a visto simultâneo dos restantes juízes, por 10 dias.

4 - Esgotado o prazo para os vistos, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça manda inscrever o processo em tabela.

Artigo 443.º

Julgamento

1 - O julgamento é feito, em conferência, pelo pleno das secções criminais.

2 - A conferência é presidida pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que dirige os trabalhos e desempata quando não puder formar-se maioria.

3 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 409.º, ainda que o recurso tenha sido interposto pelo Ministério Público ou pelo assistente, salvo quando qualquer destes tiver recorrido, em desfavor do arguido, no processo em que foi proferido o acórdão recorrido.

Artigo 409.º - Proibição de reformatio in pejus

Artigo 444.º

Publicação do acórdão

1 - O acórdão é imediatamente publicado na 1.ª série do Diário da República e enviado, por certidão, aos tribunais de relação para registo em livro próprio.

2 - O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça remete ao Ministério da Justiça cópia do acórdão acompanhada das alegações do Ministério Público.

Artigo 445.º

Eficácia da decisão

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 443.º, n.º 3, a decisão que resolver o conflito tem eficácia no processo em que o recurso foi interposto e nos processos cuja tramitação tiver sido suspensa nos termos do artigo 441.º, n.º 2.

2 - O Supremo Tribunal de Justiça, conforme os casos, revê a decisão recorrida ou reenvia o processo.

3 - A decisão que resolver o conflito não constitui jurisprudência obrigatória para os tribunais judiciais, mas estes devem fundamentar as divergências relativas à jurisprudência fixada naquela decisão.

Artigo 446.º

Recurso de decisão proferida contra jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal de Justiça

1 - O Ministério Público recorre obrigatoriamente de quaisquer decisões proferidas contra jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal de Justiça, sendo o recurso sempre admissível.

2 - Ao recurso referido no número anterior são correspondentemente aplicáveis as disposições do presente capítulo.

3 - O Supremo Tribunal de Justiça pode limitar-se a aplicar a jurisprudência fixada, apenas devendo proceder ao seu reexame se entender que está ultrapassada.

Artigo 447.º

Recursos no interesse da unidade do direito

1 - O Procurador-Geral da República pode determinar que seja interposto recurso para fixação da jurisprudência de decisão transitada em julgado há mais de 30 dias.

2 - Sempre que tiver razões para crer que uma jurisprudência fixada está ultrapassada, o Procurador-Geral da República pode interpor recurso do acórdão que firmou essa jurisprudência no sentido do seu reexame. Nas alegações o Procurador-Geral da República indica logo as razões e o sentido em que jurisprudência anteriormente fixada deve ser modificada.

3 - Nos casos previstos nos números anteriores a decisão que resolver o conflito não tem eficácia no processo em que o recurso tiver sido interposto.

Artigo 448.º

Disposições subsidiárias

Aos recursos previstos no presente capítulo aplicam-se subsidiariamente as disposições que regulam os recursos ordinários.

CAPÍTULO II

Da revisão

Artigo 449.º

Fundamentos e admissibilidade da revisão

1 - A revisão de sentença transitada em julgado é admissível quando:

- a) Uma outra sentença transitada em julgado tiver considerado falsos meios de prova que tenham sido determinantes para a decisão;
- b) Uma outra sentença transitada em julgado tiver dado como provado crime cometido por juiz ou jurado e relacionado com o exercício da sua função no processo;
- c) Os factos que servirem de fundamento à condenação forem inconciliáveis com os dados como provados noutra sentença e da oposição resultarem graves dúvidas sobre a justiça da condenação;
- d) Se descobrirem novos factos ou meios de prova que, de per si ou combinados com os que foram apreciados no processo, suscitem graves dúvidas sobre a justiça da condenação.

2 - Para o efeito do disposto no número anterior, à sentença é equiparado despacho que tiver posto fim ao processo.

3 - Com fundamento na alínea d) do n.º 1, não é admissível revisão com o único fim de corrigir a medida concreta da sanção aplicada.

4 - A revisão é admissível ainda que o procedimento se encontre extinto ou a pena prescrita ou cumprida.

Artigo 450.º

Legitimidade

1 - Têm legitimidade para requerer a revisão:

- a) O Ministério Público;
- b) O assistente, relativamente a sentenças absolutórias ou a despachos de não pronúncia;
- c) O condenado ou seu defensor, relativamente a sentenças condenatórias.

2 - Têm ainda legitimidade para requerer a revisão e para a continuar, quando o condenado tiver falecido, o cônjuge, os descendentes, adoptados, ascendentes, adoptantes, parentes ou afins até ao 4.º grau da linha colateral, os herdeiros que mostrem um interesse legítimo ou quem do condenado tiver recebido incumbência expressa.

Artigo 451.º

Formulação do pedido

- 1 - O requerimento a pedir a revisão é apresentado no tribunal onde se proferiu a sentença que deve ser revista.
- 2 - O requerimento é sempre motivado e contém a indicação dos meios de prova.
- 3 - São juntos ao requerimento a certidão da decisão de que se pede a revisão e do seu trânsito em julgado, bem como os documentos necessários à instrução do pedido.

Artigo 452.º

Tramitação

A revisão é processada por apenso aos autos onde se proferiu a decisão a rever.

Artigo 453.º

Produção de prova

- 1 - Se o fundamento da revisão for o previsto no artigo 449.º, n.º 1, alínea d), o juiz procede às diligências que considerar indispensáveis para a descoberta da verdade, mandando documentar, por redução a escrito ou por qualquer meio de reprodução integral, as declarações prestadas.
- 2 - O requerente não pode indicar testemunhas que não tiverem sido ouvidas no processo, a não ser justificando que ignorava a sua existência ao tempo da decisão ou que estiveram impossibilitadas de depor.

Artigo 454.º

Informação e remessa do processo

No prazo de oito dias após ter expirado o prazo de resposta ou terem sido completadas as diligências, quando a elas houver lugar, o juiz remete o processo ao Supremo Tribunal de Justiça acompanhado de informação sobre o mérito do pedido.

Prazo de Resposta

Parece-nos que aqui o prazo para a resposta será de 15 dias após a notificação que lhe deverá ser feita – artigos 454º, 411º e 413º (igual opinião em “Recursos em processo penal de Simas Santos e Leal Henriques – 5ª edição 2002).

Artigo 455.º

Tramitação no Supremo Tribunal de Justiça

1 - Recebido no Supremo Tribunal de Justiça, o processo vai com vista ao Ministério Público, por 10 dias, e é depois concluso ao relator, pelo prazo de 15 dias.

2 - Com projecto de acórdão, o processo vai, de seguida, a visto dos juízes das secções criminais, por 10 dias.

3 - A decisão que autorizar ou denegar a revisão é tomada em conferência pelas secções criminais.

4 - Se o tribunal entender que é necessário proceder a qualquer diligência, ordena-a, indicando o juiz que a ela deve presidir.

5 - Realizada a diligência, o tribunal delibera sem necessidade de novos vistos.

6 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 418.º, n.º 2, e 435.º

Artigo 456.º

Negação da revisão

Se o Supremo Tribunal de Justiça negar a revisão pedida pelo assistente, pelo condenado ou por qualquer das pessoas referidas no artigo 450.º, n.º 2, condena o requerente em custas e ainda, se considerar que o pedido era manifestamente infundado, no pagamento de uma quantia entre 6 UC a 30 UC.

Artigo 457.º

Autorização da revisão

1 - Se for autorizada a revisão, o Supremo Tribunal de Justiça reenvia o processo ao tribunal de categoria e composição idênticas às do tribunal que proferiu a decisão a rever e que se encontrar mais próximo.

2 - Se o condenado se encontrar a cumprir pena de prisão ou medida de segurança de internamento, o Supremo Tribunal de Justiça decide, em função da gravidade da dúvida sobre a condenação, se a execução deve ser suspensa.

3 - Se ordenar a suspensão da execução ou se o condenado não tiver ainda iniciado o cumprimento da sanção, o Supremo Tribunal de Justiça decide se ao condenado deve ser aplicada medida de coacção legalmente admissível no caso.

Artigo 458.º

Anulação de sentenças inconciliáveis

1 - Se a revisão for autorizada com fundamento no artigo 449.º, n.º 1, alínea c), por haver sentenças penais inconciliáveis que tenham condenado arguidos diversos pelos mesmos factos, o Supremo Tribunal de Justiça anula as sentenças e determina que se proceda a julgamento conjunto de todos os arguidos, indicando o

tribunal que, segundo a lei, é competente.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os processos são apensos, seguindo-se os termos da revisão.

3 - A anulação das sentenças faz cessar a execução das sanções nelas aplicadas, mas o Supremo Tribunal de Justiça decide se aos condenados devem ser aplicadas medidas de coacção legalmente admissíveis no caso.

Artigo 459.º

Meios de prova e actos urgentes

1 - Baixado o processo, o juiz manda dar vista ao Ministério Público para indicar meios de prova e, para o mesmo fim, ordena a notificação do arguido e do assistente.

2 - Seguidamente, o juiz pratica os actos urgentes necessários, nos termos do artigo 320.º, e ordena a realização das diligências requeridas e as demais que considerar necessárias para o esclarecimento da causa.

[Artigo 320.º - Realização de actos urgentes](#)

Artigo 460.º

Novo julgamento

1 - Praticados os actos a que se refere o artigo anterior, é designado dia para julgamento, observando-se em tudo os termos do respectivo processo.

2 - Se a revisão tiver sido autorizada com fundamento no artigo 449.º, n.º 1, alíneas a) ou b), não podem intervir no julgamento pessoas condenadas ou acusadas pelo Ministério Público por factos que tenham sido determinantes para a decisão a rever.

Artigo 461.º

Sentença absolutória no juízo de revisão

1 - Se a decisão revista tiver sido condenatória e o tribunal de revisão absolver o arguido, aquela decisão é anulada, trancado o respectivo registo e o arguido restituído à situação jurídica anterior à condenação.

2 - A sentença que absolver o arguido no tribunal de revisão é afixada por certidão à porta do tribunal da comarca da sua última residência e à porta do tribunal que tiver proferido a condenação e publicada em três números consecutivos de jornal da sede deste último tribunal ou da localidade mais próxima, se naquela não houver jornais.

Artigo 462.º

Indemnização

1 - No caso referido no artigo anterior, a sentença atribui ao arguido indemnização pelos danos sofridos e manda restituir-lhe as quantias relativas a custas e multas que tiver suportado.

2 - A indemnização é paga pelo Estado, ficando este sub-rogado no direito do arguido contra os responsáveis por factos que tiverem determinado a decisão revista.

3 - A pedido do requerente, ou quando não dispuser de elementos bastantes para fixar a indemnização, o tribunal relega a liquidação para execução de sentença.

Artigo 463.º

Sentença condenatória no juízo de revisão

1 - Se o tribunal de revisão concluir pela condenação do arguido, aplica-lhe a sanção que considerar cabida ao caso, descontando-lhe a que já tiver cumprido.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 409.º

3 - Se a decisão revista tiver sido absolutória, mas no juízo de revisão a sentença for condenatória:

- a) O arguido que houver recebido indemnização é condenado a restituí-la;
- e
- b) Ao assistente são restituídas as custas que houver pago.

[Artigo 409.º - Proibição de reformatio in pejus](#)

Artigo 464.º

Revisão de despacho

Nos casos em que for admitida a revisão de despacho que tiver posto fim ao processo, nos termos do artigo 449.º, n.º 2, o Supremo Tribunal de Justiça, se conceder a revisão, declara sem efeito o despacho e ordena que o processo prossiga.

[Artigo 449.º - Fundamentos e admissibilidade da revisão](#)

Artigo 465.º

Legitimidade para novo pedido de revisão

Tendo sido negada a revisão ou mantida a decisão revista, não pode haver nova revisão se a não requerer o Procurador-Geral da República.

Artigo 466.º

Prioridade dos actos judiciais

Quando o condenado a favor de quem foi pedida a revisão se encontrar preso ou internado, os actos judiciais que deverem praticar-se preferem a qualquer outro serviço.

LIVRO X

Das execuções

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 467.º

Decisões com força executiva

1 - As decisões penais condenatórias transitadas em julgado têm força executiva em todo o território português ou sob administração portuguesa e ainda em território estrangeiro, conforme os tratados, convenções e regras de direito internacional.

2 - As decisões penais absolutórias são exequíveis logo que proferidas, sem prejuízo do disposto no artigo 214.º, n.º 3.

[Artigo 214.º - Extinção das medidas](#)

Artigo 468.º

Decisões inexecuíveis

Não é exequível decisão penal que:

- a) Não determinar a pena ou a medida de segurança aplicadas ou que aplicar pena ou medida inexistentes na lei portuguesa;
- b) Não estiver reduzida a escrito; ou
- c) Tratando-se de sentença penal estrangeira, não tiver sido revista e confirmada nos casos em que isso for legalmente exigido.

Artigo 469.º

Promoção da execução

Compete ao Ministério Público promover a execução das penas e das medidas de segurança e, bem assim, a execução por custas, indemnização e mais quantias devidas ao Estado ou a pessoas que lhe incumba representar judicialmente.

Artigo 470.º

Tribunal competente para a execução

1 - A execução corre nos próprios autos perante o presidente do tribunal de 1.ª instância em que o processo tiver corrido.

2 - Se a causa tiver sido julgada em 1.ª instância pela relação ou pelo Supremo Tribunal de Justiça ou se a decisão tiver sido revista e confirmada, a execução corre na comarca do domicílio do condenado, salvo se este for magistrado judicial ou do Ministério Público aí em exercício, caso em que a execução corre no tribunal mais próximo.

Artigo 471.º

Conhecimento superveniente do concurso

1 - Para o efeito do disposto no artigo 78.º, n.os 1 e 2, do Código Penal é competente, conforme os casos, o tribunal colectivo ou o tribunal singular. É correspondentemente aplicável o artigo 14.º, n.º 2, alínea b).

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, é territorialmente competente o tribunal da última condenação.

Artigo 472.º

Tramitação

1 - Para o efeito do disposto no artigo 78.º, n.º 2, do Código Penal, o tribunal designa dia para a realização da audiência ordenando, oficiosamente ou a requerimento, as diligências que se lhe afigurem necessárias para a decisão.

2 - É obrigatória a presença do defensor e do Ministério Público, a quem são concedidos quinze minutos para alegações finais. O tribunal determina os casos em que o arguido deve estar presente.

Artigo 473.º

Suspensão da execução

1 - Logo que for proferido despacho de pronúncia ou que designe o dia para julgamento de magistrado, jurado, testemunha, perito ou funcionário de justiça por factos que possam ter determinado a condenação do arguido, o Procurador-Geral da República pode requerer ao Supremo Tribunal de Justiça que suspenda a execução da sentença até ser decidido o processo, juntando os documentos comprovativos.

2 - O Supremo Tribunal de Justiça decide, em pleno das secções criminais, se a execução da sentença deve ser suspensa e, em caso afirmativo, se deve ser aplicada medida de coacção ou de garantia patrimonial legalmente admissível no caso.

3 - É correspondentemente aplicável ao julgamento o disposto no artigo 455.º.

[Artigo 455.º - Tramitação no Supremo Tribunal de Justiça](#)

Artigo 474.º

Competência para questões incidentais

1 - Cabe ao tribunal competente para a execução decidir as questões relativas à execução das penas e das medidas de segurança e à extinção da responsabilidade, bem como à prorrogação, pagamento em prestações ou substituição por trabalho da pena de multa e ao cumprimento da prisão subsidiária.

2 - A aplicação da amnistia e de outras medidas de clemência previstas na lei compete ao tribunal referido no número anterior ou ao tribunal de recurso ou de execução das penas onde o processo se encontrar.

Artigo 475.º

Extinção da execução

O tribunal competente para a execução declara extinta a pena ou a medida de segurança, notificando o beneficiário com entrega de cópia e sendo caso disso remetendo cópias para os serviços prisionais, serviços de reinserção social e outras instituições que determinar.

Artigo 476.º

Contumácia

Ao condenado que dolosamente se tiver eximido, total ou parcialmente, à execução de uma pena de prisão ou de uma medida de internamento é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 335.º, 336.º e 337.º, com as modificações seguintes:

a) Os editais e anúncios contêm, em lugar da indicação do crime e das disposições legais que o punem, a indicação da sentença condenatória e da pena ou medida de segurança a executar;

b) O despacho de declaração da contumácia e o decretamento do arresto são da competência do tribunal referido no artigo 470.º ou do Tribunal de Execução das Penas.

[Artigo 335.º - Declaração de contumácia](#)

[Artigo 336.º - Caducidade da declaração de contumácia](#)

[Artigo 337.º - Efeitos e notificação da contumácia](#)

[Artigo 470.º - Tribunal competente para a execução](#)

TÍTULO II

Da execução da pena de prisão

CAPÍTULO I

Da prisão

Artigo 477.º

Comunicação da sentença a diversas entidades

1 - O Ministério Público envia ao Tribunal de Execução das Penas e aos serviços prisionais e de reinserção social, no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado, cópia da sentença que aplicar pena privativa da liberdade.

2 - Nos casos de admissibilidade de liberdade condicional o Ministério Público indica as datas calculadas para os efeitos previstos nos artigos 61.º, 62.º e 90.º, n.º 1, do Código Penal, devendo ainda comunicar futuramente eventuais alterações que se verificarem na execução da prisão.

3 - Tratando-se de pena relativamente indeterminada, o Ministério Público indica ainda a data calculada para o efeito previsto no artigo 90.º, n.º 3, do Código Penal.

4 - Em caso de recurso da decisão que aplicar pena privativa da liberdade e de o arguido se encontrar privado da liberdade, o Ministério Público envia aos serviços prisionais cópia da decisão, com a indicação de que dela foi interposto recurso.

Procedimentos práticos da secretaria após o trânsito em julgado

Após o trânsito da sentença que aplicar pena privativa da liberdade, a secretaria deve abrir vista ao Ministério Público a fim de:

- proceder à liquidação da pena;
- requerer que lhe sejam entregues um número de certidões suficientes, tendo em vista o cumprimento do n.º 1 do presente artigo.

De seguida, o processo será concluso ao Juiz que homologará, caso não discorde, a liquidação da pena e ordenará a passagem e entrega das certidões requeridas pelo Ministério Público.

Passadas e entregues as respectivas certidões ao Ministério Público (uma por cada arguido), a secretaria deverá então dar cumprimento ao que está subjacente ao trânsito em julgado da sentença, nomeadamente:

- Remessa de boletins à DSICOC;
- Liquidação das custas e eventual multa em dívida;
- Proceder às operações necessárias quanto ao destino de objectos eventualmente apreendidos – **ver anotações aos artº .s 178º e artº . 268º nº . 1 alª . e);**

O processo ficará a aguardar a data do termo do cumprimento da pena, o qual deve ser agendado com razoável antecedência, tendo em vista a emissão dos competentes mandados de libertação.

▶ **Tribunal de Execução de Penas**

Artigo 18º e as anotações ao mesmo.

Artigo 478.º

Entrada no estabelecimento prisional

Os condenados em pena de prisão dão entrada no estabelecimento prisional por mandado do juiz competente.

Artigo 479.º

Contagem do tempo de prisão

1 - Na contagem do tempo de prisão, os anos, meses e dias são computados segundo os critérios seguintes:

- a) A prisão fixada em anos termina no dia correspondente, dentro do último ano, ao do início da contagem e, se não existir dia correspondente, no último dia do mês;
- b) A prisão fixada em meses é contada considerando-se cada mês um período que termina no dia correspondente do mês seguinte ou, não o havendo, no último dia do mês;
- c) A prisão fixada em dias é contada considerando-se cada dia um período de vinte e quatro horas, sem prejuízo do que no artigo 481.º se dispõe quanto ao momento da libertação.

2 - Quando a prisão não for cumprida continuamente, ao dia encontrado segundo os critérios do número anterior acresce o tempo correspondente às interrupções.

Artigo 480.º

Mandado de libertação

1 - Os presos são libertados por mandado do juiz, no termo do cumprimento da pena de prisão ou para início do período de liberdade condicional.

2 - Em caso de urgência a libertação pode ser ordenada por qualquer meio de comunicação devidamente autenticado, remetendo-se posteriormente o respectivo mandado.

Artigo 481.º

Momento da libertação

1 - A libertação tem lugar durante a manhã do último dia do cumprimento da pena.

2 - Se o último dia do cumprimento da pena for sábado, domingo ou feriado, a libertação pode ter lugar no dia útil imediatamente anterior, se a duração da pena justificar e a tal se não opuserem razões de assistência.

3 - Quando as razões referidas no número anterior o permitirem e o feriado nacional for o 25 de Dezembro, a libertação pode ter lugar durante a manhã do dia 23.

4 - O momento da libertação pode ser antecipado de dois dias, quando razões prementes de reinserção social o justificarem.

5 - O disposto nos números anteriores não é aplicável à prisão em regime de semidetenção nem à prisão subsidiária da multa, quando não tenha duração superior a 15 dias.

6 - Compete ao director do estabelecimento prisional escolher o momento da libertação, dentro dos limites estabelecidos nos números anteriores.

Artigo 482.º

Comunicações dos directores de estabelecimentos prisionais

Os directores dos estabelecimentos prisionais comunicam ao Ministério Público junto do tribunal competente para execução da pena o falecimento dos presos, a sua fuga, qualquer suspensão ou interrupção ou causa da sua modificação, substituição ou extinção total ou parcial, bem como a libertação, sendo as comunicações juntas ao processo.

Artigo 483.º

Anomalia psíquica posterior

1 - Se durante a execução da pena sobrevier ao agente uma anomalia psíquica, com os efeitos previstos nos artigos 105.º, n.º 1, e 106.º, n.º 1, do Código Penal, o tribunal de execução das penas ordena:

- a) Perícia psiquiátrica ou sobre a personalidade do condenado, devendo o respectivo relatório ser-lhe apresentado dentro de 30 dias;
- b) Relatório dos serviços de reinserção contendo análise do enquadramento familiar e profissional do condenado;
- c) Oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do condenado ou do defensor, as diligências que se afigurem com interesse para a decisão.

2 - A decisão é precedida de audição do Ministério Público, do defensor e do condenado, só podendo a presença deste ser dispensada se o seu estado de saúde tornar a audição inútil ou inviável.

CAPÍTULO II

Da liberdade condicional

Artigo 484.º

Início do processo da liberdade condicional

1 - Até dois meses antes da data admissível para a libertação condicional do condenado, os serviços prisionais remetem ao tribunal de execução das penas:

a) Relatório dos serviços técnicos prisionais sobre a execução da pena e o comportamento prisional do recluso;

b) Parecer fundamentado sobre a concessão de liberdade condicional, elaborado pelo director de estabelecimento.

2 - No mesmo prazo, os serviços de reinserção social enviam ao tribunal de execução das penas relatório contendo uma análise dos efeitos da pena na personalidade do delinquente, do seu enquadramento familiar e profissional e da sua capacidade e vontade de se readaptar à vida social, bem como outros elementos com interesse para a decisão sobre a liberdade condicional.

3 - Oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público ou do condenado, o tribunal solicita quaisquer outros relatórios ou documentos ou realiza diligências que se afigurem com interesse para a decisão sobre a liberdade condicional, nomeadamente a elaboração de um plano individual de readaptação pelos serviços de reinserção social. O pedido de elaboração do plano é obrigatório sempre que o condenado se encontre preso há mais de cinco anos.

Artigo 485.º

Decisão

1 - Até 10 dias antes da data admissível para a libertação condicional, o Ministério Público emite, nos próprios autos, parecer sobre a concessão.

2 - Antes de proferir despacho sobre a concessão da liberdade condicional, o tribunal de execução das penas ouve o condenado, nomeadamente para obter o seu consentimento.

3 - O despacho que deferir a liberdade condicional, além de descrever os fundamentos da sua concessão, especifica o respectivo período de duração e as regras de conduta ou outras obrigações a que fica subordinado o beneficiário, sendo este dele notificado e recebendo cópia antes de libertado.

4 - O despacho que negar a liberdade condicional é notificado ao recluso.

5 - Do despacho de liberdade condicional é remetida cópia para os serviços prisionais, serviços de reinserção social e outras instituições que o tribunal determinar.

6 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 495.º, n.º 1.

Artigo 486.º

Renovação da instância

1 - Quando a liberdade condicional for revogada e a prisão houver ainda de prosseguir por mais de um ano, são remetidos novos relatórios e parecer, nos termos do artigo 484.º, até dois meses antes de decorrido o período de que depende a concessão.

2 - O despacho que negar ou revogar a liberdade condicional é notificado ao recluso e são remetidas cópias ao director do estabelecimento e aos serviços de reinserção social.

CAPÍTULO III

Da execução da prisão por dias livres e em regime de semidetenção

Artigo 487.º

Conteúdo da decisão e início do cumprimento

1 - A decisão que fixar o cumprimento da prisão por dias livres ou em regime de semidetenção especifica os elementos necessários à sua execução, indicando a data do início desta.

2 - O tribunal envia imediatamente aos serviços prisionais e de reinserção social cópia da sentença a que se refere o número anterior. Nos 10 dias imediatos, os serviços prisionais comunicam ao tribunal o estabelecimento em que a pena deve ser cumprida, devendo indicá-lo de modo a facilitar a deslocação do condenado.

3 - O tribunal entrega ao condenado cópia da decisão condenatória e guia de apresentação no estabelecimento prisional onde a pena deve ser cumprida.

4 - O início da prisão por dias livres ou em regime de semidetenção pode ser adiado, mediante autorização do tribunal, pelo tempo que parecer razoável, mas nunca excedente a três meses, por razões de saúde do condenado ou da sua vida profissional ou familiar.

Artigo 488.º

Execução, faltas e termo do cumprimento

1 - As entradas e saídas no estabelecimento prisional são anotadas em processo individual do condenado.

2 - Não são passados mandados de condução nem de libertação.

3 - As faltas de entrada no estabelecimento prisional de harmonia com a sentença são imediatamente comunicadas ao tribunal. Se o tribunal, depois de ouvido o condenado e de proceder às diligências necessárias, não considerar a falta justificada, passa a prisão a ser cumprida em regime contínuo pelo tempo que faltar, passando-se, para o efeito, mandados de captura.

4 - As apresentações tardias, com demora não excedente a três horas, podem ser consideradas justificadas pelo director do estabelecimento prisional, depois de ouvido o condenado.

TÍTULO III

Da execução das penas não privativas de liberdade

CAPÍTULO I

Da execução da pena de multa

Artigo 489.º

Prazo de pagamento

- 1 - A multa é paga após o trânsito em julgado da decisão que a impôs e pelo quantitativo nesta fixado, não podendo ser acrescida de quaisquer adicionais.
- 2 - O prazo de pagamento é de 15 dias a contar da notificação para o efeito.
- 3 - O disposto no número anterior não se aplica no caso de o pagamento da multa ter sido diferido ou autorizado pelo sistema de prestações.

Artigo 490.º

Substituição da multa por dias de trabalho

- 1 - O requerimento para substituição da multa por dias de trabalho é apresentado no prazo previsto nos nos 2 e 3 do artigo anterior, devendo o condenado indicar as habilitações profissionais e literárias, a situação profissional e familiar e o tempo disponível, bem como, se possível, mencionar alguma instituição em que pretenda prestar trabalho.
- 2 - O tribunal pode solicitar informações complementares aos serviços de reinserção social, nomeadamente sobre o local e horário de trabalho e a remuneração.
- 3 - A decisão de substituição indica o número de horas de trabalho e é comunicada ao condenado, aos serviços de reinserção social e à entidade a quem o trabalho deva ser prestado.
- 4 - Em caso de não substituição da multa por dias de trabalho, o prazo de pagamento é de 15 dias a contar da notificação da decisão.

Artigo 491.º

Não pagamento da multa

- 1 - Findo o prazo de pagamento da multa ou de alguma das suas prestações sem que o pagamento esteja efectuado, procede-se à execução patrimonial.
- 2 - Tendo o condenado bens suficientes e desembaraçados de que o tribunal tenha conhecimento ou que ele indique no prazo de pagamento, o Ministério Público promove logo a execução, que segue os termos da execução por custas.
- 3 - A decisão sobre a suspensão da execução da prisão subsidiária é precedida de parecer do Ministério Público, quando este não tenha sido o requerente.

CAPÍTULO II

Da execução da pena suspensa

Artigo 492.º

Modificação dos deveres, regras de conduta e outras obrigações impostos

1 - A modificação dos deveres, regras de conduta e outras obrigações impostos ao condenado na sentença que tiver decretado a suspensão da execução da prisão é decidida por despacho, depois de recolhida prova das circunstâncias relevantes supervenientes ou de que o tribunal só posteriormente tiver tido conhecimento.

2 - O despacho é precedido de parecer do Ministério Público e de audição do condenado, e ainda dos serviços de reinserção social no caso de a suspensão ter sido acompanhada de regime de prova.

Artigo 493.º

Apresentação periódica e sujeição a tratamento médico ou a cura

1 - Sendo determinada apresentação periódica perante o tribunal, as apresentações são anotadas no processo.

2 - Se for determinada apresentação perante outra entidade, o tribunal faz a esta a necessária comunicação, devendo a entidade em causa informar o tribunal sobre a regularidade das apresentações e, sendo caso disso, do não cumprimento por parte do condenado, com indicação dos motivos que forem do seu conhecimento.

3 - A sujeição do condenado a tratamento médico ou a cura em instituição adequada durante o período da suspensão é executada mediante mandado emitido, para o efeito, pelo tribunal.

4 - Os responsáveis pela instituição informam o tribunal da evolução e termo do tratamento ou cura, podendo sugerir medidas que considerem adequadas ao êxito do mesmo.

Artigo 494.º

Plano individual de readaptação social

1 - A decisão que suspender a execução da prisão com regime de prova deve conter o plano individual de readaptação social sempre que o tribunal se encontre habilitado, nesse momento, a organizá-lo.

2 - A decisão, uma vez transitada em julgado, é comunicada aos serviços de reinserção social.

3 - Quando a decisão não contiver o plano de readaptação ou este deva ser completado, os serviços de reinserção social procedem à sua elaboração ou reelaboração, ouvido o condenado, no prazo de 30 dias, e submetem-no à homologação do tribunal.

Artigo 495.º

Falta de cumprimento das condições de suspensão

1 - Quaisquer autoridades e serviços aos quais seja pedido apoio ao condenado no cumprimento dos deveres, regras de conduta ou outras obrigações impostos comunicam ao tribunal a falta de cumprimento, por aquele, desses deveres, regras de conduta ou obrigações, para efeitos do disposto nos artigos 51.º, n.º 3, 52.º, n.º 3, 55.º e 56.º do Código Penal.

2 - O tribunal decide por despacho, depois de recolhida a prova e antecedendo parecer do Ministério Público e audição do condenado.

3 - A condenação pela prática de qualquer crime cometido durante o período de suspensão é imediatamente comunicada ao tribunal competente para a execução, sendo-lhe remetida cópia da decisão condenatória.

4 - Para os efeitos do disposto no n.º 1, a decisão que decretar a imposição de deveres, regras de conduta ou outras obrigações é comunicada às autoridades e serviços aí referidos.

CAPÍTULO III

Da execução da prestação de trabalho a favor da comunidade e da admoestação

Artigo 496.º

Prestação de trabalho a favor da comunidade

1 - Se o arguido dever ser condenado à prestação de trabalho a favor da comunidade, o tribunal indaga das suas habilitações literárias e profissionais, bem como, junto dos serviços de reinserção social, da possibilidade de colocação daquele, do local de trabalho e do horário que lhe pode ser atribuído.

2 - Para efeito do disposto no número anterior, a sentença pode ser adiada pelo prazo máximo de um mês.

3 - Transitada em julgado, a condenação é comunicada aos serviços de reinserção social e à entidade a quem o trabalho deva ser prestado, devendo aqueles proceder à colocação do condenado no posto de trabalho no prazo máximo de três meses.

Artigo 497.º

Admoestação

1 - A admoestação é proferida após trânsito em julgado da decisão que a aplicar.

2 - A admoestação é proferida de imediato se o Ministério Público, o arguido e o assistente declararem para a acta que renunciam à interposição de recurso.

3 - O tribunal executa a admoestação de forma que esta se não confunda com a alocação referida no artigo 375.º, n.º 2.

[Artigo 375.º - Sentença condenatória](#)

Artigo 498.º

Suspensão provisória, revogação, extinção, substituição e modificação da execução

1 - O tribunal pode solicitar informação aos serviços de reinserção social para o efeito do disposto no artigo 59.º, n.º 1, do Código Penal.

2 - Finda a prestação de trabalho, ou sempre que no seu decurso se verificarem anomalias graves, os serviços de reinserção social enviam ao tribunal o relatório respectivo.

3 - À suspensão provisória, revogação, extinção e substituição é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 495.º, n.os 2 e 3.

4 - Sempre que se verificarem circunstâncias ou anomalias que possam justificar alterações à modalidade concreta da prestação de trabalho, os serviços de reinserção social comunicam esses factos ao tribunal, fornecendo-lhe, desde logo, sempre que possível, os indicadores necessários à modificação da prestação de trabalho.

5 - No caso previsto no número anterior, o tribunal pode dispensar a recolha de prova e a audição do condenado que tiver manifestado adesão à modificação indicada pelos serviços de reinserção social, decidindo imediatamente por despacho, depois de ouvido o Ministério Público.

CAPÍTULO IV

Da execução das penas acessórias

Artigo 499.º

Decisão e trâmites

1 - A decisão que decretar a proibição ou a suspensão de exercício de função pública é comunicada ao dirigente do serviço ou organismo de que depende o condenado.

2 - A decisão que decretar a proibição ou a suspensão de exercício de profissão ou actividade que dependa de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública é comunicada, conforme os casos, ao organismo profissional em que o condenado esteja inscrito ou à entidade competente para a autorização ou homologação.

3 - O tribunal pode decretar a apreensão, pelo tempo que durar a proibição, dos documentos que titulem a profissão ou actividade.

4 - A incapacidade eleitoral é comunicada à comissão de recenseamento eleitoral em que o condenado se encontrar inscrito ou dever fazer a inscrição.

5 - A incapacidade para exercer o poder paternal, a tutela, a curatela, a administração de bens ou para ser jurado é comunicada à conservatória do registo civil onde estiver lavrado o registo de nascimento do condenado.

6 - Para além do disposto nos números anteriores, o tribunal ordena as providências necessárias para a execução da pena acessória.

Artigo 500.º

Proibição de condução

1 - A decisão que decretar a proibição de conduzir veículos motorizados é comunicada à Direcção-Geral de Viação.

2 - No prazo de 10 dias a contar do trânsito em julgado da sentença, o condenado entrega na secretaria do tribunal, ou em qualquer posto policial, que a remete àquela, a licença de condução, se a mesma não se encontrar já apreendida no processo.

3 - Se o condenado na proibição de conduzir veículos motorizados não proceder de acordo com o disposto no número anterior, o tribunal ordena a apreensão da licença de condução.

4 - A licença de condução fica retida na secretaria do tribunal pelo período de tempo que durar a proibição. Decorrido esse período a licença é devolvida ao titular.

5 - O disposto nos n.os 2 e 3 é aplicável à licença de condução emitida em país estrangeiro.

6 - No caso previsto no número anterior, a secretaria do tribunal envia a licença à Direcção-Geral de Viação, a fim de nela ser anotada a proibição. Se não for viável a apreensão, a secretaria, por intermédio da Direcção-Geral de Viação, comunica a decisão ao organismo competente do país que tiver emitido a licença.

TÍTULO IV

Da execução das medidas de segurança

CAPÍTULO I

Execução das medidas de segurança privativas da liberdade

Artigo 501.º

Decisões sobre o internamento

1 - A decisão que decretar o internamento especifica o tipo de instituição em que este deve ser cumprido e determina, se for caso disso, a duração máxima e mínima do internamento.

2 - O início e a cessação do internamento efectuem-se por mandado do tribunal.

Artigo 502.º

Comunicação da sentença a diversas entidades

1 - O Ministério Público envia ao tribunal de execução das penas, aos serviços prisionais e de reinserção social e à instituição onde o internamento se efectuar, no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado, cópia de sentença que aplicar

medida de segurança privativa da liberdade.

2 - O Ministério Público indica expressamente a data calculada para o efeito previsto no artigo 93.º, n.os 2 e 3, do Código Penal e comunicará futuramente eventuais alterações que se verificarem na execução da medida de segurança.

3 - Em caso de recurso da decisão que aplicar medida de segurança de internamento e de o arguido se encontrar privado da liberdade, o Ministério Público envia aos serviços prisionais cópia da decisão, com a indicação de que dela foi interposto recurso.

Artigo 503.º

Processo individual

1 - Na instituição onde o internamento se efectuar é organizado um processo individual, no qual se registam ou juntam as comunicações recebidas do tribunal e os elementos a este fornecidos, bem como os relatórios de avaliação periódica dos efeitos do tratamento sobre a perigosidade do internado.

2 - Anualmente e sempre que as condições o justificarem, ou o tribunal de execução das penas o solicitar, o director da instituição remete para o processo organizado naquele tribunal o relatório de avaliação periódica.

Artigo 504.º

Revisão, prorrogação e reexame do internamento

1 - Até dois meses antes da data calculada para a revisão obrigatória da situação do internado, o tribunal de execução das penas ordena:

a) Perícia psiquiátrica ou sobre a personalidade a realizar, sempre que possível, no próprio estabelecimento em que se encontra o internado, devendo o respectivo relatório ser-lhe apresentado dentro de 30 dias;

b) Oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do internado ou do defensor, as diligências que se afigurem com interesse para a decisão.

2 - Até à mesma data os serviços de reinserção social enviam relatório contendo análise do enquadramento familiar e profissional do internado.

3 - A revisão obrigatória da situação do internado tem lugar com audição do Ministério Público, do defensor e do internado, só podendo a presença deste ser dispensada se o seu estado de saúde tornar a audição inútil ou inviável.

4 - O tribunal pode aplicar correspondentemente o disposto nos n.os 1 e 3 quando a revisão for requerida, bem como solicitar aos serviços de reinserção social o relatório referido no n.º 2.

5 - À decisão sobre a prorrogação do internamento previsto no artigo 92.º, n.º 3, do Código Penal é correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 1, 2 e 3.

6 - Ao reexame previsto no artigo 96.º do Código Penal é correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 1, 2 e 3.

Artigo 505.º

Revogação da liberdade para prova

A revogação da liberdade para prova é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 495.º, devendo ser ouvido obrigatoriamente o defensor.

Artigo 506.º

Disposições aplicáveis

É correspondentemente aplicável à medida de internamento o disposto nos artigos 479.º a 482.º.

[Artigo 479.º - Contagem do tempo de prisão](#)

[Artigo 480.º - Mandado de libertação](#)

[Artigo 481.º - Momento da libertação](#)

[Artigo 482.º - Comunicações dos directores de estabelecimentos prisionais](#)

CAPÍTULO II

Da execução da pena e da medida de segurança privativa da liberdade

Artigo 507.º

Execução da pena e da medida de segurança privativa da liberdade

1 - O requerimento para a substituição do tempo de prisão por prestação de trabalho a favor da comunidade, nos termos do artigo 99.º do Código Penal, é apresentado até 60 dias antes da data calculada para a revisão obrigatória ou no requerimento da revisão, devendo o internado indicar as habilitações profissionais e literárias, a situação profissional e familiar, bem como se possível mencionar alguma instituição em que pretenda prestar trabalho.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 490.º, n.os 2 e 3.

3 - A decisão tomada nos termos do n.º 6 do artigo 99.º do Código Penal é sempre precedida de audição do defensor.

CAPÍTULO III

Da execução das medidas de segurança não privativas da liberdade

Artigo 508.º

Medidas de segurança não privativas da liberdade

1 - À interdição de actividade é correspondentemente aplicável disposto no artigo 499.º, n.os 2 e 3.

2 - A decisão que decretar a cassação da licença de condução e a interdição de concessão de licença é comunicada à Direcção-Geral de Viação, que a comunicará a quaisquer outras entidades legalmente habilitadas a emitir essa licença.

3 - À decisão prevista no número anterior é correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 500.º

4 - É correspondentemente aplicável à licença de condução emitida em país estrangeiro o disposto nos n.os 2, 3, 5 e 6 do artigo 500.º

5 - A prorrogação do período de interdição e o reexame da situação que fundamentou a aplicação da medida são decididos pelo tribunal precedendo audição do Ministério Público, do defensor e das pessoas a elas sujeitas, salvo se, quanto a estas, o seu estado tornar a audição inútil ou inviável.

6 - À aplicação de regras de conduta é correspondentemente aplicável o disposto no número anterior e no artigo 492.º

TÍTULO V

Da execução da pena relativamente indeterminada

Artigo 509.º

Execução da pena relativamente indeterminada

1 - No prazo de 30 dias após a entrada no estabelecimento prisional, os serviços técnicos prisionais elaboram, com a colaboração dos serviços de reinserção social, plano individual de readaptação do condenado em pena relativamente indeterminada, que incluirá os regimes de trabalho, aprendizagem, tratamento e desintoxicação que se mostrem adequados. Para tanto são recolhidas as informações necessárias de quaisquer entidades públicas ou privadas e utilizada, sempre que possível, a colaboração do condenado.

2 - O plano individual de readaptação e as suas modificações, exigidas pelo progresso do delinquent e por outras circunstâncias relevantes, são submetidos a homologação do Tribunal de Execução das Penas e comunicados ao delinquent.

3 - Ao processo de liberdade condicional e respectiva decisão é aplicável o disposto nos artigos 484.º e 485.º

4 - Até se mostrar cumprida a pena que concretamente caberia ao crime cometido, são remetidos novos relatórios e pareceres, nos termos do artigo 484.º:

a) Decorrido um ano sobre a não concessão da liberdade condicional;
b) Decorridos dois anos sobre o início da continuação do cumprimento da pena quando a liberdade condicional for revogada. Se a liberdade condicional não for concedida, novos relatórios e parecer são remetidos até dois meses antes de decorrido cada período ulterior de um ano.

5 - A revisão da situação do condenado é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 504.º, n.os 1, 2, 3 e 4.

6 - À revogação da liberdade para prova é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 495.º

7 - O despacho de revogação da liberdade condicional ou de revogação da liberdade para prova é notificado ao recluso e são remetidas cópias ao director do estabelecimento e aos serviços de reinserção social.

TÍTULO VI

Da execução de bens e destino das multas

Artigo 510.º

Lei aplicável

Em tudo o que não for especialmente previsto neste Código, a execução de bens rege-se pelo Código das Custas Judiciais e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Artigo 511.º

Ordem dos pagamentos

Com o produto dos bens executados efectuam-se os pagamentos pela ordem seguinte:

- 1.º As multas penais e as coimas;
- 2.º A taxa de justiça;
- 3.º Os encargos liquidados a favor do Estado, do Cofre Geral dos Tribunais e do Serviço Social do Ministério da Justiça;
- 4.º Os restantes encargos, proporcionalmente;
- 5.º As indemnizações.

Artigo 512.º

Destino das multas

Salvo disposição da lei em contrário, a importância das multas e das coimas aplicadas em juízo tem o destino fixado no Código das Custas Judiciais.

LIVRO XI

Da responsabilidade por custas

Artigo 513.º

Responsabilidade do arguido por taxa de justiça

1 - É devida taxa de justiça pelo arguido quando for condenado em 1.º instância, decair, total ou parcialmente, em qualquer recurso ou ficar vencido em incidente que requerer ou a que fizer oposição.

2 - O arguido é condenado em uma só taxa de justiça, ainda que responda por vários crimes, desde que sejam julgados em um só processo.

3 - A condenação em taxa de justiça é sempre individual e o respectivo quantitativo é fixado dentro dos limites estabelecidos para o processo correspondente ao crime mais grave pelo qual o arguido for condenado.

Artigo 514.º

Responsabilidade do arguido por encargos

1 - O arguido condenado em taxa de justiça paga também os encargos a que a sua actividade houver dado lugar.

2 - Se forem vários os arguidos condenados em taxa de justiça e não for possível individualizar a responsabilidade de cada um deles pelos encargos, esta é solidária quando os encargos resultarem de uma actividade comum e conjunta nos demais casos, salvo se outro critério for fixado na decisão.

3 - Se forem simultaneamente condenados em taxa de justiça o arguido e o assistente, é conjunta a responsabilidade pelos encargos que não puderem ser imputados à simples actividade de um ou de outro.

► Responsabilidade solidária (Encargos – artº. 89º CCJ)

Podem as custas ser exigidas integralmente a qualquer um dos responsáveis pelo seu pagamento, quando condenados solidariamente, sendo que o pagamento efectuado por um liberta os restantes, podendo quem efectuou o pagamento exercer o direito de regresso – artigo 512º do CC.

A **PROCURADORIA** é individual, em virtude do seu cálculo se encontrar indexado à taxa de justiça fixada na decisão (artº. 95º n.º. 1 CCJ), pelo que não pode ser inserida na liquidação, quando houver responsabilidade solidária.

Artigo 515.º

Responsabilidade do assistente por taxa de justiça

1 - É devida taxa de justiça pelo assistente nos seguintes casos:

a) Se o arguido for absolvido ou não for pronunciado por todos ou por

alguns crimes constantes da acusação que haja deduzido ou com que se haja conformado;

- b) Se decair, total ou parcialmente, em recurso que houver interposto, a que houver dado adesão ou em que tenha feito oposição;
- c) Se ficar vencido em incidente que tiver requerido ou em que tiver sido opositor;
- d) Se fizer terminar o processo por desistência ou abstenção injustificada de acusar;
- e) Se, por mais de um mês, o processo estiver parado por negligência sua;
- f) Se for rejeitada acusação que houver deduzido.

2 - Havendo vários assistentes, cada um paga a respectiva taxa de justiça.

3 - Os limites em que a taxa de justiça deve ser fixada, nos casos do n.º 1, alíneas a) e b), são os correspondentes ao processo que caberia ao crime mais grave compreendido na parte da acusação julgada improcedente.

▶ Assistente

Ver anotação ao artigo 68º (assistente)

Artigo 517º - excepção – absolvição do arguido por razões supervenientes e outras que lhe não sejam imputáveis.

JURISPRUDÊNCIA

Taxa de Justiça

Acórdão n.º 1 /2004 do S.T.J. publicado no Diário da República n.º 107 SÉRIE I-A de 07.05.2004.

Fixa jurisprudência nos seguintes termos:

«A taxa de justiça paga pela constituição do assistente, nos termos do artigo 519.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, deve ser levada em conta naquela em que aquele venha a ser condenado por ter feito terminar o processo por desistência de queixa, por força do artigo 515.º, n.º 1, alínea d), daquele Código.»

Artigo 516.º

Arquivamento ou suspensão do processo

Não é devida taxa de justiça quando o processo tiver sido arquivado ou suspenso, nos termos dos artigos 280.º e 281.º

Artigo 517.º

Casos de isenção do assistente

O assistente é isento do pagamento de taxa de justiça nos casos em que o arguido não for pronunciado ou for absolvido por razões supervenientes à acusação que houver deduzido ou com que se tiver conformado e que lhe não sejam imputáveis.

Artigo 518.º

Responsabilidade do assistente por encargos

Quando o procedimento depender de acusação particular, o assistente condenado em taxa paga também os encargos a que a sua actividade houver dado lugar.

Artigo 519.º

Taxa devida pela constituição de assistente

1 - A constituição de assistente dá lugar ao pagamento de taxa de justiça, no montante fixado no Código das Custas Judiciais, a qual é levada em conta no caso de o assistente ser, a final, condenado em nova taxa.

2 - O pagamento previsto no número anterior é efectuado nos termos fixados no Código das Custas Judiciais.

3 - No caso de morte ou incapacidade do assistente o pagamento da taxa já efectuado aproveita àqueles que se apresentarem, em seu lugar, a fim de continuarem a assistência.

Taxa de Justiça

Ver anotação ao artigo 68º - Assistente

Nº. 1 - De referir que a taxa paga pela constituição de assistente é levada em conta no caso do assistente ser a final condenado em nova taxa, abatendo-se à taxa de justiça, mas não aos encargos que sejam da responsabilidade do assistente.

Redacção dada por Decreto-Lei nº 324/2003 de 27-12-2003,
Artigo 7.º - Alteração ao Código de Processo Penal

Artigo 520.º

Responsabilidade de outras pessoas

Pagam também custas:

a) As partes civis, quando não forem assistentes ou arguido e se dever entender que deram causa às custas, segundo as normas do processo civil;

b) Qualquer pessoa que não for sujeito do processo, pelos incidentes que provocar, quando neles venha a decair;

c) O denunciante, quando se mostrar que denunciou de má fé ou com negligência grave.

Todos os condenados nos termos do presente artigo pagam custas, ou seja, a taxa de justiça a que forem condenados, bem como os encargos a que a sua actividade dê lugar.

Artº. 75º nº. do CCJ – As custas compreendem a taxa de justiça e os encargos

Artigo 521.º

Dispensa da pena

A dispensa da pena não liberta o arguido da obrigação de pagar custas.

O arguido dispensado do cumprimento da pena tem de efectuar o pagamento das custas (do processo), não confundir com os casos de isenção de pena .

Cfr. artº. 74º do C. Penal

Artigo 522.º - Isenções

1 - O Ministério Público está isento de custas.

2 - Os arguidos presos gozam de isenção de taxa de justiça pela interposição de recurso em 1.º instância; gozam ainda de isenção nos incidentes que requererem ou a que fizerem oposição.

JURISPRUDÊNCIA

Ver acórdão da relação de Lisboa de 8/2/1995 – Colectânea de Jurisprudência Tomo I, Pagina 160.

Para efeitos de isenção o que releva é o facto do arguido estar preso e não o processo à ordem do qual está preso

Artigo 523.º

Custas no pedido cível

À responsabilidade por custas relativas ao pedido de indemnização civil são aplicáveis as normas do processo civil.

Artigo 524.º

Disposições subsidiárias

É subsidiariamente aplicável o disposto no Código das Custas Judiciais.

Processos instaurados desde de 01/01/2004

TAXA DE JUSTIÇA						
	Mini mo		Máximo		Normal (artº82º nº2)	
(artº 85º - 1ª instância)	UC	€	UC	€	UC	€
Processo com intervenção de Tribunal de Júri ou Colectivo (a)	4	356,00 €	50	4.450,00 €	12	1.068,00 €
Processo com intervenção de Tribunal Singular (b)	2	178,00 €	30	2.670,00 €	6	534,00 €
Processos Sumários e Abreviados	2	178,00 €	20	1.780,00 €	6	534,00 €
Denúncias de má fé ou com negligência grave	4	356,00 €	20	1.780,00 €	12	1.068,00 €
Processos Sumaríssimos	1	89,00 €	5	445,00 €	3	267,00 €
Contravenções e Transgressões	1	89,00 €	5	445,00 €	3	267,00 €
Processos de jurisdição de menores	1	89,00 €	5	445,00 €	3	267,00 €
Processos nos Trib. Execução Penas	1	89,00 €	5	445,00 €	3	267,00 €
Nos casos de desistência da queixa, abstenção injustificada de acusar e rejeição da acusação do assistente, bem como naqueles em que o processo esteja parado por mais de um mês por negligência do assistente	1	89,00 €	5	445,00 €	3	267,00 €
<i>(a) Em casos excepcionais o Juiz pode elevar até 200 UC (artº 85º nº2)</i>						
<i>(b) Em casos excepcionais o Juiz pode elevar até 100 UC (artº 85º nº2)</i>						

(artº 87º - recursos)	UC	€	UC	€	UC	€
Supremo Tribunal de Justiça (c)	4	356,00 €	50	4.450,00 €	12	1.068,00 €
Tribunal da Relação (c)	2	178,00 €	30	2.670,00 €	6	534,00 €
Processos Contra Ordenação (recurso da decisão proferida por autoridade administrativa)	2	178,00 €	20	1.780,00 €	6	534,00 €
c) Se o recurso for julgado em conferência a taxa é reduzida a metade (artº 87º nº3)						
Nos recursos em processos de jurisdição de menores e do tribunal de execução de penas a taxa pode ser reduzida até 1/2 UC (artº 87º nº2).						

ÍNDICE

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E GERAIS

Artigo 1.º Definições legais	7
Artigo 2.º Legalidade do processo	8
Artigo 3.º Aplicação subsidiária	8
Artigo 4.º Integração de lacunas	8
Artigo 5.º Aplicação da lei processual penal no tempo	8
Artigo 6.º Aplicação da lei processual penal no espaço	9
Artigo 7.º Suficiência do processo penal	9

PARTE I

LIVRO I DOS SUJEITOS DO PROCESSO

TÍTULO I

Do juiz e do tribunal

CAPÍTULO I

Da jurisdição

Artigo 8.º Administração da justiça penal	10
Artigo 9.º Exercício da função jurisdicional penal	10

CAPÍTULO II

Da competência

SECÇÃO I

Competência material e funcional

Artigo 10.º Disposições aplicáveis	10
------------------------------------	----

Artigo 11.º Competência do Supremo Tribunal de Justiça	11
Artigo 12.º Competência das relações	12
Artigo 13.º Competência do tribunal do júri	12
Artigo 14.º Competência do tribunal colectivo	13
Artigo 15.º Determinação da pena aplicável	14
Artigo 16.º Competência do tribunal singular	14
Artigo 17.º Competência do juiz de instrução	15
Artigo 18.º Tribunal de execução das penas	15

SECÇÃO II

Competência territorial

Artigo 19.º Regras gerais	16
Artigo 20.º Crime cometido a bordo de navio ou aeronave	16
Artigo 21.º Crime de localização duvidosa ou desconhecida	17
Artigo 22.º Crime cometido no estrangeiro	17
Artigo 23.º Processo respeitante a magistrado	17

SECÇÃO III

Competência por conexão

Artigo 24.º Casos de conexão	17
Artigo 25.º Conexão de processos da competência de tribunais com sede na mesma comarca	18
Artigo 26.º Limites à conexão	18
Artigo 27.º Competência material e funcional determinada pela conexão	18
Artigo 28.º Competência determinada pela conexão	18
Artigo 29.º Unidade e apensação dos processos	19
Artigo 30.º Separação dos processos	19

Artigo 31.º Prorrogação da competência	19
----------------------------------------	----

CAPÍTULO III

Da declaração de incompetência

Artigo 32.º Conhecimento e dedução da incompetência	20
-----------------------------------------------------	----

Artigo 33.º Efeitos da declaração de incompetência	20
----------------------------------------------------	----

CAPÍTULO IV

Dos conflitos de competência

Artigo 34.º Casos de conflito e sua cessação	21
----------------------------------------------	----

Artigo 35.º Denúncia do conflito	21
----------------------------------	----

Artigo 36.º Resolução do conflito	21
-----------------------------------	----

CAPÍTULO V

Da obstrução ao exercício da jurisdição

Artigo 37.º Pressupostos e efeito	23
-----------------------------------	----

Artigo 38.º Apreciação e decisão	23
----------------------------------	----

CAPÍTULO VI

Dos impedimentos, recusas e escusas

Artigo 39.º Impedimentos	25
--------------------------	----

Artigo 40.º Impedimento por participação em processo	25
------------------------------------------------------	----

Artigo 41.º Declaração de impedimento e seu efeito	25
----------------------------------------------------	----

Artigo 42.º Recurso	26
---------------------	----

Artigo 43.º Recusas e escusas	26
-------------------------------	----

Artigo 44.º Prazos	27
--------------------	----

Artigo 45.º Processo e decisão	27
--------------------------------	----

Artigo 46.º Termos posteriores	27
--------------------------------	----

Artigo 47.º Extensão do regime de impedimentos, recusas e escusas	27
-------------------------------------------------------------------	----

TÍTULO II

Do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal

Artigo 48.º Legitimidade	28
Artigo 49.º Legitimidade em procedimento dependente de queixa	29
Artigo 50.º Legitimidade em procedimento dependente de acusação particular	31
Artigo 51.º Homologação da desistência da queixa ou da acusação particular	32
Artigo 52.º Legitimidade no caso de concurso de crimes	33
Artigo 53.º Posição e atribuições do Ministério Público no processo	34
Artigo 54.º Impedimentos, recusas e escusas	34
Artigo 55.º Competência dos órgãos de polícia criminal	35
Artigo 56.º Orientação e dependência funcional dos órgãos de polícia criminal	35

TÍTULO III

Do arguido e do seu defensor

Artigo 57.º Qualidade de arguido	35
Artigo 58.º Constituição de arguido	36
Artigo 59.º Outros casos de constituição de arguido	38
Artigo 60.º Posição processual	38
Artigo 61.º Direitos e deveres processuais	39
Artigo 62.º Defensor	39
Artigo 63.º Direitos do defensor	40
Artigo 64.º Obrigatoriedade de assistência	41
Artigo 65.º Assistência a vários arguidos	42
Artigo 66.º Defensor nomeado	42
Artigo 67.º Substituição de defensor	43

TÍTULO IV

Do assistente

Artigo 68.º Assistente	43
Artigo 69.º Posição processual e atribuições dos assistentes	46
Artigo 70.º Representação judiciária dos assistentes	46

TÍTULO V

Das partes civis

Artigo 71.º Princípio de adesão	47
Artigo 72.º Pedido em separado	47
Artigo 73.º Pessoas com responsabilidade meramente civil	48
Artigo 74.º Legitimidade e poderes processuais	48
Artigo 75.º Dever de informação	48
Artigo 76.º Representação	49
Artigo 77.º Formulação do pedido	50
Artigo 78.º Contestação	51
Artigo 79.º Provas	51
Artigo 80.º Julgamento	51
Artigo 81.º Renúncia, desistência e conversão do pedido	52
Artigo 82.º Liquidação em execução de sentença e reenvio para os tribunais civis	52
Artigo 82.º-A Reparação da vítima em casos especiais	52
Artigo 83.º Exequibilidade provisória	52
Artigo 84.º Caso julgado	53

LIVRO II

DOS ACTOS PROCESSUAIS

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 85.º Manutenção da ordem nos actos processuais	53
Artigo 86.º Publicidade do processo e segredo de justiça	54
Artigo 87.º Assistência do público a actos processuais	55
Artigo 88.º Meios de comunicação social	56
Artigo 89.º Consulta de auto e obtenção de certidão e informação por sujeitos processuais	57
Artigo 90.º Consulta de auto e obtenção de certidão por outras pessoas	59
Artigo 91.º Juramento e compromisso	59

TÍTULO II

Da forma dos actos e da sua documentação

Artigo 92.º Língua dos actos e nomeação de intérprete	61
Artigo 93.º Participação de surdo, deficiente auditivo ou de mudo	61
Artigo 94.º Forma escrita dos actos	62
Artigo 95.º Assinatura	63
Artigo 96.º Oralidade dos actos	63
Artigo 97.º Actos decisórios	64
Artigo 98.º Exposições, memoriais e requerimentos	64
Artigo 99.º Auto	64
Artigo 100.º Redacção do auto	65
Artigo 101.º Registo e transcrição	66
Artigo 102.º Reforma de auto perdido, extraviado ou destruído	67

TÍTULO III

Do tempo dos actos e da aceleração do processo

Artigo 103.º Quando se praticam os actos	67
Artigo 104.º Contagem dos prazos de actos processuais	68
Artigo 105.º Prazo e seu excesso	71
Artigo 106.º Prazo para termos e mandados	72
Artigo 107.º Renúncia ao decurso e prática de acto fora do prazo	72
Artigo 108.º Aceleração de processo atrasado	74
Artigo 109.º Tramitação do pedido de aceleração	75
Artigo 110.º Pedido manifestamente infundado	75

TÍTULO IV

Da comunicação dos actos e da convocação para eles

Artigo 111.º Comunicação dos actos processuais	75
Artigo 112.º Convocação para acto processual	77
Artigo 113.º Regras gerais sobre notificações	78
Artigo 114.º Casos especiais	81
Artigo 115.º Dificuldades em efectuar notificação ou cumprir mandado	82
Artigo 116.º Falta injustificada de comparecimento	82
Artigo 117.º Justificação da falta de comparecimento	84

TÍTULO V

Das nulidades

Artigo 118.º Princípio da legalidade	84
Artigo 119.º Nulidades insanáveis	85
Artigo 120.º Nulidades dependentes de arguição	85
Artigo 121.º Sanação de nulidades	86
Artigo 122.º Efeitos da declaração de nulidade	86

Artigo 123.º Irregularidades	87
LIVRO III	
DA PROVA	
TÍTULO I	
Disposições gerais	
Artigo 124.º Objecto da prova	87
Artigo 125.º Legalidade da prova	87
Artigo 126.º Métodos proibidos de prova	88
Artigo 127.º Livre apreciação da prova	88
TÍTULO II	
Dos meios de prova	
CAPÍTULO I	
Da prova testemunhal	
Artigo 128.º Objecto e limites do depoimento	89
Artigo 129.º Depoimento indirecto	89
Artigo 130.º Vozes públicas e convicções pessoais	90
Artigo 131.º Capacidade e dever de testemunhar	90
Artigo 132.º Deveres gerais da testemunha	90
Artigo 133.º Impedimentos	91
Artigo 134.º Recusa de parentes e afins	91
Artigo 135.º Segredo profissional	92
Artigo 136.º Segredo de funcionários	93
Artigo 137.º Segredo de Estado	93
Artigo 138.º Regras da inquirição	93
Artigo 139.º Imunidades, prerrogativas e medidas especiais de protecção	94

CAPÍTULO II

Das declarações do arguido, do assistente e das partes civis

Artigo 140.º Declarações do arguido: regras gerais	95
Artigo 141.º Primeiro interrogatório judicial de arguido detido	95
Artigo 142.º Juiz de instrução competente	98
Artigo 143.º Primeiro interrogatório não judicial de arguido detido	98
Artigo 144.º Outros interrogatórios	99
Artigo 145.º Declarações e notificações do assistente e das partes civis	99

CAPÍTULO III

Da prova por acareação

Artigo 146.º Pressupostos e procedimento	100
-------------------------------------------------	------------

CAPÍTULO IV

Da prova por reconhecimento

Artigo 147.º Reconhecimento de pessoas	101
Artigo 148.º Reconhecimento de objectos	101
Artigo 149.º Pluralidade de reconhecimento	101

CAPÍTULO V

Da reconstituição do facto

Artigo 150.º Pressupostos e procedimento	102
-------------------------------------------------	------------

CAPÍTULO VI

Da prova pericial

Artigo 151.º Quando tem lugar	102
Artigo 152.º Quem a realiza	103

Artigo 153.º Desempenho da função de perito	104
Artigo 154.º Despacho que ordena a perícia	104
Artigo 155.º Consultores técnicos	105
Artigo 156.º Procedimento	105
Artigo 157.º Relatório pericial	105
Artigo 158.º Esclarecimentos e nova perícia	106
Artigo 159.º Perícia médico-legal e psiquiátrica	106
Artigo 160.º Perícia sobre a personalidade	107
Artigo 160.º-A Perícias	107
Artigo 161.º Destruição de objectos	107
Artigo 162.º Remuneração do perito	108
Artigo 163.º Valor da prova pericial	108

CAPÍTULO VII

Da prova documental

Artigo 164.º Admissibilidade	109
Artigo 165.º Quando podem juntar-se documentos	109
Artigo 166.º Tradução, decifração e transcrição de documentos	109
Artigo 167.º Valor probatório das reproduções mecânicas	109
Artigo 168.º Reprodução mecânica de documentos	110
Artigo 169.º Valor probatório dos documentos autênticos e autenticados	110
Artigo 170.º Documento falso	110

TÍTULO III

Dos meios de obtenção da prova

CAPÍTULO I

Dos exames

Artigo 171.º Pressupostos	111
Artigo 172.º Sujeição a exame	111
Artigo 173.º Pessoas no local do exame	112

CAPÍTULO II

Das revistas e buscas

Artigo 174.º Pressupostos	112
Artigo 175.º Formalidades da revista	113
Artigo 176.º Formalidades da busca	113
Artigo 177.º Busca domiciliária	113

CAPÍTULO III

Das apreensões

Artigo 178.º Objectos susceptíveis de apreensão e pressupostos desta	114
Artigo 179.º Apreensão de correspondência	125
Artigo 180.º Apreensão em escritório de advogado ou em consultório médico	125
Artigo 181.º Apreensão em estabelecimento bancário	126
Artigo 182.º Segredo profissional ou de funcionário e segredo de Estado	126
Artigo 183.º Cópias e certidões	127
Artigo 184.º Aposição e levantamento de selos	127

**Artigo 185.º Apreensão de coisas perecíveis, perigosas
ou deterioráveis** 127

Artigo 186.º Restituição dos objectos apreendidos 127

CAPÍTULO IV

Das escutas telefónicas

Artigo 187.º Admissibilidade 128

Artigo 188.º Formalidades das operações 128

Artigo 189.º Nulidade 129

Artigo 190.º Extensão 129

LIVRO IV

DAS MEDIDAS DE COACÇÃO E DE GARANTIA PATRIMONIAL

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 191.º Princípio da legalidade 129

Artigo 192.º Condições gerais de aplicação 130

Artigo 193.º Princípio de adequação e proporcionalidade 130

Artigo 194.º Despacho de aplicação e sua notificação 130

Artigo 195.º Determinação da pena 131

TÍTULO II

Das medidas de coacção

CAPÍTULO I

Das medidas admissíveis

Artigo 196.º Termo de identidade e residência 131

Artigo 197.º Caução 132

Artigo 198.º Obrigação de apresentação periódica	133
Artigo 199.º Suspensão do exercício de funções, de profissão e de direitos	133
Artigo 200.º Proibição de permanência, de ausência e de contactos	134
Artigo 201.º Obrigação de permanência na habitação	136
Artigo 202.º Prisão preventiva	137
Artigo 203.º Violação das obrigações impostas	138

CAPÍTULO II

Das condições de aplicação das medidas

Artigo 204.º Requisitos gerais	139
Artigo 205.º Cumulação com a caução	139
Artigo 206.º Prestação da caução	139
Artigo 207.º Reforço da caução	140
Artigo 208.º Quebra da caução	140
Artigo 209.º Dificuldades de aplicação ou de execução de uma medida de coacção	140
Artigo 210.º Inêxito das diligências para aplicação da prisão preventiva	141
Artigo 211.º Suspensão da execução da prisão preventiva	141

CAPÍTULO III

Da revogação, alteração e extinção das medidas

Artigo 212.º Revogação e substituição das medidas	141
Artigo 213.º Reexame dos pressupostos da prisão preventiva	142
Artigo 214.º Extinção das medidas	142
Artigo 215.º Prazos de duração máxima da prisão preventiva	143
Artigo 216.º Suspensão do decurso dos prazos de duração máxima da prisão preventiva	144

Artigo 217.º Libertação do arguido sujeito a prisão preventiva	144
Artigo 218.º Prazos de duração máxima de outras medidas de coacção	145

CAPÍTULO IV

Dos modos de impugnação

Artigo 219.º Recurso	145
Artigo 220.º Habeas corpus em virtude de detenção ilegal	145
Artigo 221.º Procedimento	146
Artigo 222.º Habeas corpus em virtude de prisão ilegal	146
Artigo 223.º Procedimento	147
Artigo 224.º Incumprimento da decisão	147

CAPÍTULO V

Da indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada

Artigo 225.º Modalidades	148
Artigo 226.º Prazo e legitimidade	148

TÍTULO III

Das medidas de garantia patrimonial

Artigo 227.º Caução económica	149
Artigo 228.º Arresto preventivo	149

LIVRO V

RELAÇÕES COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS E ENTIDADES JUDICIÁRIAS INTERNACIONAIS

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 229.º Prevalência dos acordos e convenções internacionais	150
Artigo 230.º Rogatórias ao estrangeiro	150

Artigo 231.º Recepção e cumprimento de rogatórias	151
Artigo 232.º Recusa do cumprimento de rogatórias	152
Artigo 233.º Cooperação com entidades judiciárias internacionais	152

TÍTULO II

Da revisão e confirmação de sentença penal estrangeira

Artigo 234.º Necessidade de revisão e confirmação	152
Artigo 235.º Tribunal competente	153
Artigo 236.º Legitimidade	153
Artigo 237.º Requisitos da confirmação	153
Artigo 238.º Exclusão da exequibilidade	154
Artigo 239.º Início da execução	154
Artigo 240.º Procedimento	154

PARTE II

LIVRO VI

DAS FASES PRELIMINARES

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Da notícia do crime

Artigo 241.º Aquisição da notícia do crime	154
Artigo 242.º Denúncia obrigatória	157
Artigo 243.º Auto de notícia	158
Artigo 244.º Denúncia facultativa	159
Artigo 245.º Denúncia a entidade incompetente para o procedimento	159
Artigo 246.º Forma e conteúdo da denúncia	159
Artigo 247.º Registo e certificado da denúncia	160

CAPÍTULO II

Das medidas cautelares e de polícia

Artigo 248.º Comunicação da notícia do crime	160
Artigo 249.º Providências cautelares quanto aos meios de prova	160
Artigo 250.º Identificação de suspeito e pedido de informações	161
Artigo 251.º Revistas e buscas	162
Artigo 252.º Apreensão de correspondência	162
Artigo 253.º Relatório	163

CAPÍTULO III

Da detenção

Artigo 254.º Finalidades	163
Artigo 255.º Detenção em flagrante delito	165
Artigo 256.º Flagrante delito	165
Artigo 257.º Detenção fora de flagrante delito	165
Artigo 258.º Mandados de detenção	166
Artigo 259.º Dever de comunicação	166
Artigo 260.º Condições gerais de efectivação	166
Artigo 261.º Libertação imediata do detido	167

TÍTULO II

Do inquérito

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 262.º Finalidade e âmbito do inquérito	167
Artigo 263.º Direcção do inquérito	168
Artigo 264.º Competência	168
Artigo 265.º Inquérito contra magistrados	169

Artigo 266.º Transmissão dos autos	169
------------------------------------	-----

CAPÍTULO II

Dos actos de inquérito

Artigo 267.º Actos do Ministério Público	169
Artigo 268.º Actos a praticar pelo juiz de instrução	169
Artigo 269.º Actos a ordenar ou autorizar pelo juiz de instrução	171
Artigo 270.º Actos que podem ser delegados pelo Ministério Público nos órgãos de polícia criminal	171
Artigo 271.º Declarações para memória futura	172
Artigo 272.º Primeiro interrogatório e comunicações ao arguido	173
Artigo 273.º Mandado de comparência, notificação e detenção	173
Artigo 274.º Certidões e certificados de registo	174
Artigo 275.º Autos de inquérito	174

CAPÍTULO III

Do encerramento do inquérito

Artigo 276.º Prazos de duração máxima do inquérito	174
Artigo 277.º Arquivamento do inquérito	176
Artigo 278.º Intervenção hierárquica	177
Artigo 279.º Reabertura do inquérito	177
Artigo 280.º Arquivamento em caso de dispensa da pena	177
Artigo 281.º Suspensão provisória do processo	178
Artigo 282.º Duração e efeitos da suspensão	179
Artigo 283.º Acusação pelo Ministério Público	179
Artigo 284.º Acusação pelo assistente	183
Artigo 285.º Acusação particular	183

TÍTULO III

Da instrução

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 286.º Finalidade e âmbito da instrução	185
Artigo 287.º Requerimento para abertura da instrução	185
Artigo 288.º Direcção e natureza da instrução	187
Artigo 289.º Conteúdo da instrução	187

CAPÍTULO II

Dos actos de instrução

Artigo 290.º Actos do juiz de instrução e actos delegáveis	188
Artigo 291.º Ordem dos actos e repetição	188
Artigo 292.º Provas admissíveis	188
Artigo 293.º Mandado de comparência e notificação	188
Artigo 294.º Declarações para memória futura	189
Artigo 295.º Certidões e certificados de registo	189
Artigo 296.º Auto de instrução	189

CAPÍTULO III

Do debate instrutório

Artigo 297.º Designação da data para o debate	190
Artigo 298.º Finalidade do debate	190
Artigo 299.º Actos supervenientes	191
Artigo 300.º Adiamento do debate	191
Artigo 301.º Disciplina, direcção e organização do debate	191
Artigo 302.º Decurso do debate	191
Artigo 303.º Alteração dos factos descritos na acusação ou no requerimento para abertura da instrução	192

Artigo 304.º Continuidade do debate	192
Artigo 305.º Acta	192

CAPÍTULO IV

Do encerramento da instrução

Artigo 306.º Prazos de duração máxima da instrução	193
Artigo 307.º Decisão instrutória	193
Artigo 308.º Despacho de pronúncia ou de não pronúncia	194
Artigo 309.º Nulidade da decisão instrutória	194
Artigo 310.º Recursos	194

LIVRO VII

DO JULGAMENTO

TÍTULO I

Dos actos preliminares

Artigo 311.º Saneamento do processo	195
Artigo 312.º Data da audiência	195
Artigo 313.º Despacho que designa dia para a audiência	197
Artigo 314.º Comunicação aos restantes juízes	198
Artigo 315.º Contestação e rol de testemunhas	198
Artigo 316.º Adicionamento ou alteração do rol de testemunhas	198
Artigo 317.º Notificação e compensação de testemunhas, peritos e consultores técnicos	199
Artigo 318.º Residentes fora da comarca	199
Artigo 319.º Tomada de declarações no domicílio	200
Artigo 320.º Realização de actos urgentes	200

TÍTULO II

Da audiência

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 321.º	Publicidade da audiência	201
Artigo 322.º	Disciplina da audiência e direcção dos trabalhos	201
Artigo 323.º	Poderes de disciplina e de direcção	202
Artigo 324.º	Deveres de conduta das pessoas que assistem à audiência	202
Artigo 325.º	Situação e deveres de conduta do arguido	203
Artigo 326.º	Conduta dos advogados e defensores	203
Artigo 327.º	Contraditoriedade	203
Artigo 328.º	Continuidade da audiência	204

CAPÍTULO II

Dos actos introdutórios

Artigo 329.º	Chamada e abertura da audiência	205
Artigo 330.º	Falta do Ministério Público, do defensor e do representante do assistente ou das partes civis	205
Artigo 331.º	Falta do assistente, de testemunhas, peritos, consultores técnicos ou das partes civis	205
Artigo 332.º	Presença do arguido	206
Artigo 333.º	Falta e julgamento na ausência do arguido notificado para a audiência	207
Artigo 334.º	Audiência na ausência do arguido em casos especiais e de notificação edital	208
Artigo 335.º	Declaração de contumácia	208
Artigo 336.º	Caducidade da declaração de contumácia	209
Artigo 337.º	Efeitos e notificação da contumácia	209

Artigo 338.º Questões prévias ou incidentais 210

Artigo 339.º Exposições introdutórias 210

CAPÍTULO III

Da produção da prova

Artigo 340.º Princípios gerais 211

Artigo 341.º Ordem de produção da prova 211

Artigo 342.º Identificação do arguido 211

Artigo 343.º Declarações do arguido 212

Artigo 344.º Confissão 212

Artigo 345.º Perguntas sobre os factos 213

Artigo 346.º Declarações do assistente 213

Artigo 347.º Declarações das partes civis 213

Artigo 348.º Inquirição das testemunhas 214

Artigo 349.º Testemunhas menores de 16 anos 214

Artigo 350.º Declarações de peritos e consultores técnicos 214

Artigo 351.º Perícia sobre o estado psíquico do arguido 215

**Artigo 352.º Afastamento do arguido durante a prestação de
declarações** 215

Artigo 353.º Dispensa de testemunhas e outros declarantes 215

Artigo 354.º Exame no local 216

Artigo 355.º Proibição de valoração de provas 216

Artigo 356.º Leitura permitida de autos e declarações 216

Artigo 357.º Leitura permitida de declarações do arguido 217

**Artigo 358.º Alteração não substancial dos factos descritos na
acusação ou na pronúncia** 217

**Artigo 359.º Alteração substancial dos factos descritos na acusação
ou na pronúncia** 218

Artigo 360.º Alegações orais 218

Artigo 361.º Últimas declarações do arguido e encerramento da discussão 218

CAPÍTULO IV

Da documentação da audiência

Artigo 362.º Acta 219

Artigo 363.º Documentação de declarações orais – Princípio geral 219

Artigo 364.º Audiência perante tribunal singular ou na ausência do arguido 220

TÍTULO III

Da sentença

Artigo 365.º Deliberação e votação 221

Artigo 366.º Secretário 222

Artigo 367.º Segredo da deliberação e votação 222

Artigo 368.º Questão da culpabilidade 222

Artigo 369.º Questão da determinação da sanção 223

Artigo 370.º Relatório social 223

Artigo 371.º Reabertura da audiência para a determinação da sanção 223

Artigo 372.º Elaboração e assinatura da sentença 224

Artigo 373.º Leitura da sentença 225

Artigo 374.º Requisitos da sentença 225

Artigo 375.º Sentença condenatória 226

Artigo 376.º Sentença absolutória 226

Artigo 377.º Decisão sobre o pedido de indemnização civil 227

Artigo 378.º Publicação de sentença absolutória 227

Artigo 379.º Nulidade da sentença 227

Artigo 380.º Correção da sentença 227

Artigo 380.º-A [Revogado] 228

LIVRO VIII

DOS PROCESSOS ESPECIAIS

TÍTULO I

Do processo sumário

Artigo 381.º Quando tem lugar 228

Artigo 382.º Apresentação ao Ministério Público e a julgamento 229

Artigo 383.º Notificações 230

Artigo 384.º Arquivamento ou suspensão do processo 230

Artigo 385.º Princípios gerais do julgamento 230

Artigo 386.º Adiamento da audiência 230

Artigo 387.º Impossibilidade de audiência imediata 231

Artigo 388.º Assistente e partes civis 232

Artigo 389.º Tramitação 232

Artigo 390.º Reenvio do processo para a forma comum 233

Artigo 391.º Recorribilidade 233

TÍTULO II

Do processo abreviado

Artigo 391.º-A Quando tem lugar 233

Artigo 391.º-B Acusação 234

Artigo 391.º-C Debate instrutório 234

Artigo 391.º-D Saneamento do processo 235

Artigo 391.º-E Julgamento 235

TÍTULO III

Do processo sumaríssimo

Artigo 392.º Quando tem lugar	236
Artigo 393.º Partes civis	236
Artigo 394.º Requerimento	236
Artigo 395.º Rejeição do requerimento	237
Artigo 396.º Notificação e oposição do arguido	237
Artigo 397.º Decisão	237
Artigo 398.º Prosseguimento do processo	238

LIVRO IX

DOS RECURSOS

TÍTULO I

Dos recursos ordinários

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 399.º Princípio geral	238
Artigo 400.º Decisões que não admitem recurso	238
Artigo 401.º Legitimidade e interesse em agir	240
Artigo 402.º Âmbito do recurso	240
Artigo 403.º Limitação do recurso	240
Artigo 404.º Recurso subordinado	241
Artigo 405.º Reclamação contra despacho que não admitir ou que retiver o recurso	241
Artigo 406.º Subida nos autos e em separado	241
Artigo 407.º Momento da subida	241
Artigo 408.º Recurso com efeito suspensivo	242

Artigo 409.º Proibição de reformatio in pejus	242
------------------------------------------------------	------------

CAPÍTULO II

Da tramitação unitária

Artigo 410.º Fundamentos do recurso	243
Artigo 411.º Interposição e notificação do recurso	243
Artigo 412.º Motivação do recurso e conclusões	245
Artigo 413.º Resposta	246
Artigo 414.º Admissão do recurso	246
Artigo 415.º Desistência	247
Artigo 416.º Vista ao Ministério Público	247
Artigo 417.º Exame preliminar	247
Artigo 418.º Vistos	248
Artigo 419.º Conferência	248
Artigo 420.º Rejeição do recurso	249
Artigo 421.º Prosseguimento do processo	249
Artigo 422.º Adiamento da audiência	249
Artigo 423.º Audiência	250
Artigo 424.º Deliberação	250
Artigo 425.º Acórdão	250
Artigo 426.º Reenvio do processo para novo julgamento	251
Artigo 426.º-A Competência para o novo julgamento	251

CAPÍTULO III

Do recurso perante as relações

Artigo 427.º Recurso para a relação	251
Artigo 428.º Poderes de cognição	252
Artigo 429.º Composição do tribunal em audiência	252
Artigo 430.º Renovação da prova	252
Artigo 431.º Modificabilidade da decisão recorrida	253

CAPÍTULO IV

Do recurso perante o Supremo Tribunal de Justiça

Artigo 432.º Recurso para o Supremo Tribunal de Justiça	253
Artigo 433.º Outros casos de recurso	253
Artigo 434.º Poderes de cognição	254
Artigo 435.º Audiência	254
Artigo 436.º Alteração da composição do tribunal	254

TÍTULO II

Dos recursos extraordinários

CAPÍTULO I

Da fixação de jurisprudência

Artigo 437.º Fundamento do recurso	254
Artigo 438.º Interposição e efeito	255
Artigo 439.º Actos de secretaria	255
Artigo 440.º Vista e exame preliminar	255
Artigo 441.º Conferência	256
Artigo 442.º Preparação do julgamento	256
Artigo 443.º Julgamento	256
Artigo 444.º Publicação do acórdão	256

Artigo 445.º Eficácia da decisão	257
Artigo 446.º Recurso de decisão proferida contra jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal de Justiça	257
Artigo 447.º Recursos no interesse da unidade do direito	257
Artigo 448.º Disposições subsidiárias	258

CAPÍTULO II

Da revisão

Artigo 449.º Fundamentos e admissibilidade da revisão	258
Artigo 450.º Legitimidade	258
Artigo 451.º Formulação do pedido	259
Artigo 452.º Tramitação	259
Artigo 453.º Produção de prova	259
Artigo 454.º Informação e remessa do processo	259
Artigo 455.º Tramitação no Supremo Tribunal de Justiça	260
Artigo 456.º Negação da revisão	260
Artigo 457.º Autorização da revisão	260
Artigo 458.º Anulação de sentenças inconciliáveis	260
Artigo 459.º Meios de prova e actos urgentes	261
Artigo 460.º Novo julgamento	261
Artigo 461.º Sentença absolutória no juízo de revisão	261
Artigo 462.º Indemnização	262
Artigo 463.º Sentença condenatória no juízo de revisão	262
Artigo 464.º Revisão de despacho	262
Artigo 465.º Legitimidade para novo pedido de revisão	262
Artigo 466.º Prioridade dos actos judiciais	263

LIVRO X

DAS EXECUÇÕES

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 467.º Decisões com força executiva	263
Artigo 468.º Decisões inexecutáveis	263
Artigo 469.º Promoção da execução	263
Artigo 470.º Tribunal competente para a execução	264
Artigo 471.º Conhecimento superveniente do concurso	264
Artigo 472.º Tramitação	264
Artigo 473.º Suspensão da execução	264
Artigo 474.º Competência para questões incidentais	265
Artigo 475.º Extinção da execução	265
Artigo 476.º Contumácia	265

TÍTULO II

Da execução da pena de prisão

CAPÍTULO I

Da prisão

Artigo 477.º Comunicação da sentença a diversas entidades	266
Artigo 478.º Entrada no estabelecimento prisional	267
Artigo 479.º Contagem do tempo de prisão	267
Artigo 480.º Mandado de libertação	267
Artigo 481.º Momento da libertação	267
Artigo 482.º Comunicações dos directores de estabelecimentos prisionais	268
Artigo 483.º Anomalia psíquica posterior	268

CAPÍTULO II

Da liberdade condicional

Artigo 484.º Início do processo da liberdade condicional	269
Artigo 485.º Decisão	269
Artigo 486.º Renovação da instância	270

CAPÍTULO III

Da execução da prisão por dias livres e em regime de semidetenção

Artigo 487.º Conteúdo da decisão e início do cumprimento	270
Artigo 488.º Execução, faltas e termo do cumprimento	270

TÍTULO III

Da execução das penas não privativas de liberdade

CAPÍTULO I

Da execução da pena de multa

Artigo 489.º Prazo de pagamento	271
Artigo 490.º Substituição da multa por dias de trabalho	271
Artigo 491.º Não pagamento da multa	271

CAPÍTULO II

Da execução da pena suspensa

Artigo 492.º Modificação dos deveres, regras de conduta e outras obrigações impostas	272
Artigo 493.º Apresentação periódica e sujeição a tratamento médico ou a cura	272
Artigo 494.º Plano individual de readaptação social	272
Artigo 495.º Falta de cumprimento das condições de suspensão	273

CAPÍTULO III

Da execução da prestação de trabalho a favor da comunidade e da admoestação

Artigo 496.º Prestação de trabalho a favor da comunidade	273
Artigo 497.º Admoestação	273
Artigo 498.º Suspensão provisória, revogação, extinção, substituição e modificação da execução	274

CAPÍTULO IV

Da execução das penas acessórias

Artigo 499.º Decisão e trâmites	274
Artigo 500.º Proibição de condução	275

TÍTULO IV

Da execução das medidas de segurança

CAPÍTULO I

Execução das medidas de segurança privativas da liberdade

Artigo 501.º Decisões sobre o internamento	275
Artigo 502.º Comunicação da sentença a diversas entidades	275
Artigo 503.º Processo individual	276
Artigo 504.º Revisão, prorrogação e reexame do internamento	276
Artigo 505.º Revogação da liberdade para prova	277
Artigo 506.º Disposições aplicáveis	277

CAPÍTULO II

Da execução da pena e da medida de segurança privativa da liberdade

Artigo 507.º Execução da pena e da medida de segurança privativa da liberdade	277
-------------------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO III

Da execução das medidas de segurança não privativas da liberdade

Artigo 508.º Medidas de segurança não privativas da liberdade	278
----------------------------------------------------------------------	------------

TÍTULO V

Da execução da pena relativamente indeterminada

Artigo 509.º Execução da pena relativamente indeterminada	278
------------------------------------------------------------------	------------

TÍTULO VI

Da execução de bens e destino das multas

Artigo 510.º Lei aplicável	279
Artigo 511.º Ordem dos pagamentos	279
Artigo 512.º Destino das multas	279

LIVRO XI

DA RESPONSABILIDADE POR CUSTAS

Artigo 513.º Responsabilidade do arguido por taxa de justiça	280
Artigo 514.º Responsabilidade do arguido por encargos	280
Artigo 515.º Responsabilidade do assistente por taxa de justiça	280
Artigo 516.º Arquivamento ou suspensão do processo	281
Artigo 517.º Casos de isenção do assistente	282
Artigo 518.º Responsabilidade do assistente por encargos	282
Artigo 519.º Taxa devida pela constituição de assistente	282
Artigo 520.º Responsabilidade de outras pessoas	282
Artigo 521.º Dispensa da pena	283
Artigo 522.º Isenções	283
Artigo 523.º Custas no pedido cível	283
Artigo 524.º Disposições subsidiárias	283